

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ALINE RODRIGUES CHIARAMONTE

Lutas simbólicas e *doxa*: jornalistas e acadêmicos no caso da “lista dos improdutivos” da USP

São Paulo

2015

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação da Profa. Dra. Sylvia Gemignani Garcia.

AGRADECIMENTOS

Antes de entrar para o mestrado minha vida já era repleta de pessoas incríveis, que me ajudaram a chegar nesta etapa. Dentre elas, meus pais, Eunice e Bruno, que me deram apoio financeiro e me incentivaram a fazer graduação na USP quando eu me preparava para o vestibular. Minha tia Paula e minhas avós Eunice e Bianca também foram importantíssimas, a primeira por estimular meu gosto pela leitura e as últimas por me darem exemplos de mulheres fortes. A Amanda, minha irmã caçula, merece destaque nesse rol de indivíduos imprescindíveis, pelas conversas, pelos conselhos, e por ter me ajudado com o *layout* das tabelas presentes nessa dissertação (incluo o Edgar aqui também, junto com a Amanda, sua namorada, por ter me dado um abraço fenomenal, bem quando eu estava precisando, na loucura pré-qualificação).

Na USP, durante a graduação, pude conviver com amigos que fizeram dessa época de formação um momento no qual eu pude crescer não só intelectualmente, como também afetuosamente, emocionalmente, tornando-me outra Aline. Sempre me lembrarei das nossas conversas, risadas e cantorias pelo saguão, pelas escadas e salas de aula das Sociais.

Na graduação pude conviver, também, com as professoras Sylvia Garcia e Ana Paula Hey, minhas primeiras guias nessa jornada pela academia. Docentes e pesquisadoras irreprocháveis, ensinaram-me a “colocar o óculos da sociologia” e a olhar o mundo através de suas lentes. Junto a elas, pude fazer parte do Grupo de Pesquisas em Sociologia da Educação, Cultura e Conhecimento (GPSECC), cujos membros leram e comentaram cuidadosamente meus textos, da graduação e da pós.

A todas essas pessoas serei sempre grata pelo apoio, pelas conversas, conselhos, influências positivas, orientações, pelo afeto, e tantas outras formas de ajuda e boa vontade que demonstraram para comigo.

Quando ingressei no mestrado, conheci outros indivíduos excelentes, de grande importância para a fase inicial da pesquisa.

Meus colegas de pós do ano de 2013, os quais leram e comentaram meu projeto na aula de Análise de Projetos, Camila, Jayme, Renan, Fabiana e Luiz. Dentre esses colegas, destaco os “bourdieusianos bizarros” (ou seria bizarramente bourdieusianos?) Vanessa e Leandro, pelas leituras de sociologia da cultura que realizamos, pelas

conversas que tivemos e pelas cervejas que tomamos. Também tive a oportunidade de conhecer mais de perto a Veridiana, colega de graduação que se tornou uma amiga querida durante o mestrado.

O docente responsável pela disciplina Análise de Projetos, Paulo Menezes, que “cantou a bola” logo no início da pesquisa: “você vai ver que são sempre os mesmos”, e todos os outros professores dos quais eu tive a sorte de ser aluna durante esse período, Antônio Sérgio Guimarães, Angela Alonso e Ruy Braga, contribuíram igualmente para que a dissertação tomasse a forma que hoje ela apresenta.

Não posso deixar de mencionar a professora Márcia Consolim, que participou da minha banca de qualificação e fez observações fundamentais para o prosseguimento da pesquisa.

A todas essas pessoas agradeço muito pelos toques, recomendações, correções, leituras, discussões e tudo mais que me ajudou a caminhar com mais segurança nesses quase três anos.

Durante o mestrado fiz uma amiga maravilhosa, historiadora competente e tenaz, que sempre me encorajou a seguir em frente, apesar de todas as agruras da carreira acadêmica. À Dayana eu sou grata especialmente pelo otimismo, por sempre ver um futuro bom para nós (e que nele tenha muita piña colada!).

Conheci também um rapaz admirável, que me ensinou muitas coisas, para além da academia. Com ele aprendi, principalmente, a enfrentar períodos difíceis e a acreditar mais no meu potencial. Ao Esdras agradeço pelos abraços e beijinhos (e carinhos sem ter fim!), pelo ombro amigo, pelas palavras reconfortantes e puxões de orelha nas horas certas.

Por fim, agradeço à CAPES pelo suporte financeiro sem o qual esta pesquisa não se realizaria.

RESUMO

A interface entre dois campos distintos de produção simbólica constituem o objeto dessa pesquisa. Utilizando como recurso heurístico o caso da “lista dos improdutivos”, polêmica criada pela divulgação no jornal *Folha de S. Paulo* de uma relação de nomes de professores – elaborada pela reitoria da USP – que supostamente não haviam publicado trabalhos acadêmicos entre 1985 e 1986, a dissertação analisa as relações entre acadêmicos e jornalistas no que concerne à luta pela imposição de princípios de classificação relativos à organização da sociedade brasileira. As interações entre os agentes e grupos que dão corpo ao evento revestem-se de significado na medida em que permitem o acesso a realidades sócio-históricas, funcionando como “janelas abertas” para as estruturas, revelando relações de força, espaços posicionais e suas regras. Nessa lógica, o estudo desse momento de interação centrado na trajetória dos agentes que tomaram parte nele, permite tornar inteligíveis as atitudes e concepções (tomadas de posição) que eles adotam e os recursos mobilizados no conflito que se instaurou. Assim, sob a aparência de descrever os problemas da universidade, as tomadas de posição dos agentes envolvidos no caso revelam princípios de como ver e de como atuar no processo de modernização das instituições e do Estado no período. Nessa direção, as relações entre o jornalismo e a universidade são analisadas como uma “aproximação pela concorrência”, na medida em que um grupo de jornalistas da *Folha de S. Paulo*, detentores de um conjunto específico de propriedades, procura difundir a ideia da necessidade de modernização das instituições, ao mesmo tempo em que uma elite de acadêmicos, que detêm recursos simbólicos para impor seu modo de pensar, também se demonstra afeita à construção dessa *doxa*. Apesar de não serem de todo semelhantes, tais percepções se encontram no mesmo registro, contribuindo para a produção de uma prescrição a respeito da modernização do Estado e da sociedade, que foi gradualmente sendo naturalizada e realizada a partir do final da década de 1980.

Palavras-chave: universidade, jornalismo, *doxa*, *Folha de S. Paulo*, USP, acadêmicos, elites jornalísticas.

ABSTRACT

The interface amongst two distinct fields of symbolical production is the subject of this research. Using as a heuristic resource the “*lista dos improdutivos*” affair, a controversy raised by the publication of a list on the newspaper *Folha de S. Paulo* (list that was elaborated by the rector of University of São Paulo) correlating names of professors who supposedly had not published any work during the years of 1985 to 1986, the aim of this study is to analyze the relationship between academics and journalists regarding the struggle for the imposition of a principles of classification related to the brazilian society organization. The interaction between the agents and groups that give shape to this event allow the researcher to access socio-historical realities, working as “open windows” to the social structures, revealing relations of power, fields of positions and their rules. Accordingly, the study of this moment of interaction focused on the trajectory of the agents involved on it enable to comprehend their attitudes, conceptions and the mobilized resources on the conflict that had been instituted. Therefore, in the misleading guise of describing the problems of the university, the positions adopted by the involved parts in this matter reveal their points of view about the process of modernization on the institutions and the State. In these terms, the relations of the journalism and the university are studied as a “competitive approach”, in so far that a group of journalists of the *Folha de S. Paulo*, owners of a specific set of skills, look forward on spreading the idea of the necessity of institutional modernization, simultaneously as a elite of academics, who hold the symbolic resources to impose their way of thinking, show themselves as favor to the idea of building this *doxa*. Regardless they are not all alike, these conceptions are found in the same records, contributing for the creation of a representation of the State and the society, which was gradually being naturalized and realized at the end of 1980’s.

Keywords: university, journalism, *doxa*, *Folha de S. Paulo*, USP, academics, journalism elite.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ideias em oposição

Tabela 2 – Termos em oposição

Tabela 3 – Matrizes de pensamento dos docentes em comparação

Tabela 4 - Propriedades pertinentes dos jornalistas da geração de 1950 (exceto Samuel Wainer)

Tabela 5 – Propriedades pertinentes da “nova elite jornalística”

LISTA DE SIGLAS

AASP – Associação dos Advogados de São Paulo
ADUSP – Associação dos Docentes de Ensino Superior
ANDES – Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CBF – Confederação Brasileira de Futebol
CCRR – Conselho Consultivo dos Representantes de Redação
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
Cecae – Coordenação de Atividades de Extensão
CECAE – Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais
CESP – Companhia Energética de São Paulo
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE – Conselho Nacional de Educação
CPFL – Companhia Piratininga de Força e Luz
CO – Conselho Universitário
COMGÁS – Companhia de Gás de São Paulo
CONAD – Congresso Nacional das Associações Docentes
CONCLAT – Coordenação Geral das Classes Trabalhadoras
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DCE – Diretório Central dos Estudantes
ECA-USP – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo
ELETROPAULO - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A
FFCL-USP – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo
FFLCH-USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
GADI – Grupo de Assessoramento ao Desenvolvimento de Inventos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA- USP – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo
LIBELU – Liberdade e Luta
MEC – Ministério da Educação
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
NUPES – Núcleo de Pesquisa sobre o Ensino Superior
NUPPS – Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RDIDP – Regime de Dedicção Integral à Docência
RTC – Regime de Turno Completo
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEPLAN – Secretaria do Planejamento da Presidência da República
SIBI – Sistema Integrado de Bibliotecas
UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UOL – Universo Online

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Lutas simbólicas: jornalistas e acadêmicos	1
CAPÍTULO 1 – Matrizes de pensamento: jornalistas e acadêmicos envolvidos no caso da “lista dos improdutivos”	10
1. Introdução.....	10
2. A matriz de pensamento dos jornalistas da <i>Folha de S. Paulo</i>	19
2.1. Editoriais e matérias assinadas	20
2.2. Concepções expressas por Matinas Suzuki Jr., Marcelo Coelho e Otávio Frias Filho	22
3. As matrizes de pensamento dos professores da USP.....	36
3.1. Uma primeira matriz de pensamento dos docentes: José Goldemberg, Eunice Durham, José Arthur Giannotti e Simon Schwartzman	38
3.2. Uma segunda matriz de pensamento dos docentes: Marilena Chauí	51
3.3. Uma terceira matriz de pensamento dos docentes: representantes de entidades de classe (ANDES e ADUSP)	57
CAPÍTULO 2 - A <i>Folha de S. Paulo</i> e o caso da “lista dos improdutivos”: uma experiência de legitimação do campo jornalístico	68
1. Introdução	68
2. As transformações na <i>Folha de S. Paulo</i>	69
2.1. Os primeiros passos da gestão Frias-Caldeira	69
2.2. Cláudio Abramo e as mudanças gradativas na linha editorial	71
2.3. 1974: processo de distensão e mudança editorial na <i>Folha</i> , que se volta à opinião	72
2.4. A <i>Folha</i> e o movimento estudantil da USP	80
2.5. A redemocratização pelos olhos da <i>Folha de S. Paulo</i>	83
2.6. A greve de 1979 e a construção de diferentes identidades entre os jornalistas ...	86
2.7. Reconfigurações do jornalismo pós-greve de 1979 e formação de posições jornalísticas	96
3. Duas gerações de elites jornalísticas: diferenças sociológicas	102
4. O Projeto <i>Folha</i> e as transformações na redação	122
5. A <i>Folha de S. Paulo</i> e os “improdutivos”	138
CAPÍTULO 3 - Os acadêmicos e o caso da “lista dos improdutivos”: engajamento e distanciação	147
1. Introdução	147
2. A elite acadêmica: José Goldemberg, Eunice Durham, José Arthur Giannotti e Simon Schwartzman	148
3. ANDES e ADUSP: o professor não é um príncipe, é um trabalhador	180
4. Marilena Chauí: a universidade democrática	188
5. Posições universitárias em perspectiva	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS – A força heurística de um ‘caso’	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201

INTRODUÇÃO

Lutas simbólicas: jornalistas e acadêmicos

Em 21 de fevereiro de 1988, sob o título “A lista dos improdutivos”, o jornal *Folha de S. Paulo* divulgou uma relação (elaborada pela reitoria da Universidade de São Paulo – USP) dos professores dessa instituição que nada haviam publicado entre 1985 e 1986. A lista continha o nome de 1.108 docentes subdivididos por unidade e com a indicação do respectivo regime de trabalho. Acompanharam-na tabelas-resumo e gráficos com informações sobre a evolução do corpo docente da USP, mostrando os salários segundo o regime de trabalho, e a distribuição dos acadêmicos de acordo com o mesmo critério.

A polêmica gerada pela divulgação da lista, somada à maneira pela qual ela havia sido levada a público, renderam uma série de debates, principalmente entre acadêmicos, jornalistas e a reitoria. Por cerca de duas semanas, artigos, análises, opiniões, cartas, petições, publicidade paga etc., invadiram as páginas da *Folha*, sinalizando o desagrado dos professores, da ADUSP e das unidades da Universidade diante da publicação de tal lista. A repercussão do caso foi enorme, tanto que depois de dois meses o assunto ainda era objeto de notícias na imprensa.

O que busco observar na presente pesquisa, a partir do recurso heurístico fornecido pelo caso da “lista dos improdutivos”, tem por inspiração os trabalhos de Pierre Bourdieu (1997) e de pesquisadores ligados a ele, que estudaram as interações entre o jornalismo e outros campos, notadamente o intelectual (PINTO, 1994, 2009), o jurídico (LENOIR, 1994) e o médico (CHAMPAGNE & MARCHETTI, 1994). Eles verificaram que, quando o jornalismo entra nas batalhas classificatórias antes determinadas por somente um princípio de visão do mundo social – intelectual, jurídico ou médico – este, por fazer recurso à lógica do campo econômico ou do campo político – sendo “dependente” (CHAMPAGNE, 1995) deles –, acaba por subverter o jogo inerente a esses espaços relativamente autônomos, na medida em que a produção de visões e divisões nesses universos deixa de ser resultado unicamente de lutas intestinas.

No caso da “lista dos improdutivos”, tenho a intenção de analisar algo diferente, na medida em que o que se percebe é a relação de “aproximação na concorrência” entre dois mundos sociais que elaboram visões que se pretendem dominantes.

Tal imposição de visões de mundo pelos dois espaços dá-se pelo fato de que ambos são dotados de recursos voltados à produção simbólica, sobretudo gozando da capacidade “produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito” (BOURDIEU, 2008, p. 117). Sendo os agentes sociais dotados de categorias cognitivas e representações que orientam o modo como eles agem no mundo, conhecendo-o, os produtores simbólicos – intelectuais e jornalistas – podem atuar de dois modos: construindo representações e esquemas de classificação conformes às estruturas da ordem social,

produzindo uma forma de reconhecimento desta ordem que implica justamente o desconhecimento da arbitrariedade de seus fundamentos: a correspondência entre as divisões objetivas e os esquemas classificatórios, entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais, [que] está na raiz de um tipo de adesão originária à ordem estabelecida. A rigor, a política começa com a denúncia deste contrato tácito de adesão à ordem estabelecida que define a *doxa* originária. Em outros termos, a subversão política pressupõe uma subversão cognitiva, uma conversão da visão de mundo (BOURDIEU, 2008, pp. 117-118).

Ou agir politicamente, de modo a modificar as representações sobre o mundo social que contribuem para a sua manutenção. À *doxa* originária é oposta, dessa forma,

uma *pré-visão paradoxal* (utopia, projeto, programa) (...). Enquanto enunciado *performativo*, a pré-visão política é, por si só, uma pré-dição que pretende fazer acontecer o que ela enuncia; ela contribui praticamente para a realidade do que enuncia pelo fato de enunciá-lo, de prevê-lo e de fazê-lo prever; por torná-lo concebível e sobretudo crível, criando assim a representação e a vontade coletivas em condições de contribuir para produzi-lo (BOURDIEU, 2008, p. 118; grifos do autor).

Além de professar essa ruptura com a ordem social, o discurso herético deve, também, produzir uma nova *doxa*, um novo senso comum, “e nele introduzir as práticas e as experiências até então tácitas ou recalcadas de todo um grupo, agora investidas de legitimidade conferida pela manifestação pública e pelo reconhecimento coletivo” (BOURDIEU, 2008, p. 119).

Tendo em vista que considerava imperativo analiticamente considerar esse trabalho de produção e imposição simbólica dos jornalistas e dos intelectuais, optei tomar como recurso heurístico uma “situação de crise” (BOURDIEU, 2008, p. 119):

estas situações *paradoxais*, *extra-ordinárias*, requerem um discurso extraordinário, capaz tanto de nivelar os princípios práticos do *ethos* aos princípios explícitos, geradores de respostas (quase) sistemáticas, como ainda de exprimir tudo o que pode haver de inaudito e inefável na situação criada pela crise (BOURDIEU, 2008, p. 119).

Em tal empreitada fui auxiliada por uma literatura que versa sobre “escândalos” e “casos” (de BLIC & LEMIEUX, 2005; GRÜN, 2011). Lendo esses textos, percebi que eles fornecem um aparato analítico que visa explicar os diversos acontecimentos e quiproquós inserindo-os em uma teoria mais geral. Assim, as interações entre agentes e grupos que dão corpo ao evento são revestidas de significado na medida em que permitem o acesso a realidades sócio-históricas, funcionando como “janelas abertas” para as estruturas, revelando relações de força, espaços posicionais e suas regras. Nessa lógica, o estudo desses momentos de interação leva o pesquisador a dirigir seu olhar para a trajetória dos agentes que tomam parte neles, no sentido de tornar inteligíveis as atitudes e concepções (tomadas de posição) que eles adotam e os recursos mobilizados no conflito que se instaura. Como corolário desse tipo de análise, os episódios polêmicos devem ser situados na história específica dos campos mobilizados na crise, ao passo que para se tornarem completamente explicáveis, eles necessitam do pano de fundo mais geral desses universos estruturados.

Inspirada por tais estudos, que admitem pressupostos teóricos e metodológicos não muito distantes dos autores que trabalham com as relações entre os diferentes campos e o jornalismo, é que tomei para análise o caso da “lista dos improdutivos”.

A questão que orientou a presente pesquisa está intimamente relacionada com o fato de que a polêmica assume primeiramente a forma de um embate entre os jornalistas da *Folha de S. Paulo* e os professores da USP. Os primeiros consideravam a universidade ultrapassada, fechada em suas prerrogativas, enquanto a *Folha*, por ter se aberto ao mercado, estando mais ligada às necessidades de seu público leitor, foi apresentada como uma empresa moderna, em sintonia com a nova sociedade brasileira que vinha se formando durante os anos 1980. Da sua parte, os docentes condenaram a publicação da relação de nomes pelo jornal, a qual incluía professores com produção comprovada no período. Além disso, um professor mais ligado à *Folha*, José Arthur Giannotti, antigo colaborador do periódico, criticou os jornalistas do veículo por suas peraltices. Estes, em sua maioria ex-alunos da USP, tomaram, assim, um pito de seu ex-professor, que via como molecagens suas tentativas de parecerem intelectualmente sérios.

Dessa forma, a primeira questão colocada para a investigação foi a seguinte: no embate que caracterizou o caso da “lista dos improdutivos” que tipos de relações entre

os universos jornalístico e acadêmico poderiam ser analisadas? Esta pergunta foi feita tendo em vista a hipótese de que poderia ser possível verificar as mesmas relações trabalhadas pelos pesquisadores bourdieusianos a respeito do caso francês, no qual há a imposição de princípios de consagração jornalísticos sobre outros espaços.

O que se observa à primeira vista na polêmica causada pela divulgação da relação de nomes dos professores é algo diverso. Ocorre um tipo de injunção do jornalismo sobre o espaço acadêmico, uma tentativa de ditar como deve ser a relação da universidade com a sociedade, tendo por modelo as relações de mercado. Esse modelo é colocado para a universidade como o único compatível com a sociedade brasileira em vias de se redemocratizar. Utilizando como arma simbólica o alcance do jornal, que atinge um público muito maior do que a academia, a *Folha* se dirige aos seus leitores habituais, oriundos em grande parte das classes médias letradas, que se interessam pelos rumos da universidade porque podem cursá-la, para criar uma *doxa jornalística* que professa a superioridade do jornalismo em relação ao espaço universitário.

Os professores reagem à injunção do jornalismo, em primeiro lugar, criticando-o por sua postura antidemocrática – afinal, publicar uma lista de nomes reforçava a mentalidade dedo duro presente na universidade durante a época da ditadura – e, em segundo lugar, reiterando que de maneira alguma o jornalismo conseguiria se igualar em termos culturais com a universidade. A importância da instituição, sedimentada no imaginário do seu público, fez com que os docentes não gastassem nem muita saliva nem muita tinta para defenderem sua centralidade enquanto baluarte cultural.

Assim, à hipótese de que as mesmas relações entre os campos jornalístico e intelectual apontadas por Bourdieu (1997) e Pinto (1994, 2009) pudessem ser verificadas no caso brasileiro, contrapôs-se a análise inicial do caso da “lista dos improditivos”, a qual revelou que, diferentemente da produção de uma *doxa* intelectual – um “conjunto relativamente sistemático de palavras, expressões, slogans, questões e debates cujas evidências compartilhadas delimitam o pensável e tornam possível a comunicação” (PINTO, 2009, p. 6) – levada a cabo por sujeitos heterônomos, isto é, não consagrados pelos próprios pares intelectuais, há a elaboração de uma *doxa jornalística* sobre a universidade, as instituições e o Estado brasileiro.

Nesse sentido, a separação das falas e dos escritos dos jornalistas e dos docentes que tomaram posição no caso da lista em “matrizes de pensamento”, as quais foram

criadas de acordo com a afinidade de concepções e representações que os diferentes agentes tinham sobre a universidade e o jornalismo, permitiu o exame comparativo dos conjuntos de termos utilizados para caracterizar a Universidade de São Paulo e a *Folha*, transparecendo que esta sustentava uma *doxa jornalística* a respeito da modernização das instituições (inclusive da universidade) e do Estado brasileiro. A veiculação de um conjunto de palavras e de “termos em contraste” para fazer referência à USP e à *Folha*, como “fechado/aberto”, “ultrapassada”/“responde à sociedade moderna e tecnologizada”, “pai-Estado-patrão”/ “mercado”, dentre outros, funciona como uma forma de imposição simbólica de princípios de visão e classificação do mundo social, que procura instituir como uma *doxa* uma visão particular de um grupo restrito de jornalistas do periódico *Folha de S. Paulo*. Estes, pelo fato de deterem o monopólio sobre os instrumentos de produção e difusão em grande escala da informação, e, “através desses instrumentos, sobre o acesso dos simples cidadãos, mas também dos outros produtores culturais, cientistas, artistas, escritores, ao que se chama por vezes de ‘espaço público’, isto é, à grande difusão” (BOURDIEU, 1997, p. 65), conseguem efetuar com mais sucesso a tarefa de impor certo modo de ver e de agir sobre a sociedade brasileira dada a abrangência de seu público.

Seguindo os passos dos autores que trabalharam com escândalos e casos, passei à análise da trajetória dos jornalistas, de modo que suas tomadas de posição – falas, escritos – durante o caso da “lista dos improdutivos” pudessem ser relacionadas a uma posição dentro de um espaço específico. Como adiantei mais acima, notei que a *doxa* veiculada pelos jornalistas era marcada pela posição a partir da qual era proferida, ou seja, ela devia todas as suas características ao fato de que compunha uma representação afeita às necessidades de uma determinada elite que procurava se estabelecer no próprio meio jornalístico, perante outros campos e no campo do poder.

Frente a essas análises, informadas pelas leituras realizadas a respeito do conceito de *doxa*, esse conjunto de termos, palavras, representações etc., que estruturam o pensamento e são responsáveis pelo acordo pré-reflexivo responsável pela experiência do mundo como de senso comum (BOURDIEU, 2007; PINTO, 2009), a pergunta inicial da pesquisa se converteu no seguinte questionamento: no caso da “lista dos improdutivos”, que tipos de relações entre os universos jornalístico e acadêmico foram travadas, considerando-se que estes são espaços de produção simbólica? A hipótese levantada a partir dessa indagação procura refutar a aparência de conflito entre docentes

e jornalistas para afirmar que no plano da produção simbólica há uma aproximação entre eles. Dessa maneira, procuro caracterizar essa relação entre os dois universos, de proximidade sob a aparência de luta como uma “aproximação na concorrência”.

Essa hipótese foi concebida tendo em vista a análise realizada a partir das matrizes de pensamento dos docentes. Diferentemente dos discursos dos jornalistas, mais ou menos homogêneos no que concerne às tomadas de posição sobre a universidade na sociedade brasileira democrática, os professores da USP manifestaram representações diferentes sobre o papel da instituição, da sua avaliação, e sobre a legitimidade da reitoria para realizar procedimentos como o que deu origem à “lista dos improdutivos”. Três grupos principais, três matrizes de pensamento foram por mim delineadas a partir de uma série de “recados” trocados entre Marilena Chauí, Eunice Durham, José Arthur Giannotti e Francisco Miraglia no debate realizado no auditório da *Folha* em 29 de fevereiro de 1988. Parti do princípio que a escolha desses professores para comporem a mesa não foi feita ao acaso, eles tinham algo a dizer sobre o assunto, pois eram docentes que se preocuparam ao longo de suas trajetórias com o ensino superior, seja como pensadores sobre a temática, seja como participantes da política (ordinária e extraordinária) que foi moldando a universidade a partir dos anos 1980.

Nesse sentido, a primeira matriz de pensamento dos docentes agrega Eunice Durham, José Arthur Giannotti, Simon Schwartzman e José Goldemberg. De modo geral, em suas tomadas de posição fica patente a ideia de que a universidade deve ser avaliada tendo em vista o seu desenvolvimento para melhor cumprir as tarefas de ensino, pesquisa e extensão universitária. Além disso, tal procedimento é apontado como essencial para que a instituição garantisse a autonomia financeira, rompendo com as práticas clientelísticas que comandavam o repasse de verbas para as instituições de ensino superior. Para esse grupo de docentes, a lista elaborada pela reitoria fazia parte de um processo de avaliação institucional, o qual faz uso de médias, calculadas a partir da compilação de dados quantitativos. Concebendo a avaliação como necessária devido às mudanças no modo de produção das ciências, estes docentes prescrevem que ela seja realizada pelos pares, por aqueles dotados de maior competência acadêmica e conhecimentos técnicos sobre o assunto.

A professora Marilena Chauí é a representante da segunda matriz de pensamento dos docentes. Para ela, a avaliação realizada nos moldes propostos pela reitoria não

seria legítima, na medida em que não o é o próprio poder universitário, burocrático e baseado no segredo. Segundo a filósofa, a universidade prestaria verdadeiramente contas à sociedade quando se tornasse uma instituição democrática, com a modificação da participação e da representação de estudantes, docentes e funcionários nos órgãos de decisão da universidade.

Para as Associações Docentes – ANDES e ADUSP –, cujos presidentes e vice-presidentes tomaram posição no caso da lista, a avaliação universitária está inserida em um projeto maior das entidades, o qual tem por objetivo a defesa da educação pública e o aprimoramento das instituições de ensino superior. Nessa linha, a avaliação como um modo de progressão na carreira docente está lado a lado, do ponto de vista dessas entidades, com a necessidade de democratização universidade, a definição dos fins da instituição e dos meios para realizá-los, e o estabelecimento de regimes jurídicos para a carreira acadêmica.

Tendo delineado essas matrizes, parti para a leitura de outros escritos desses docentes sobre a universidade, ao mesmo tempo em que traçava suas trajetórias. Com essa análise, pude verificar ser verdadeira a minha hipótese a respeito da identidade entre a produção simbólica dos jornalistas e de um determinado grupo de docentes.

Os docentes da primeira matriz de pensamento apresentaram em seus escritos uma proposta de modernização da universidade, para a qual era essencial tanto a realização da avaliação universitária para garantir a autonomia e o desenvolvimento da instituição quanto, por exemplo, agilizar os processos de tomada de decisão da universidade por meio da criação de órgãos executivos. Segundo esses agentes tal modernização deveria ser conduzida por acadêmicos competentes, que possuíssem cabedal técnico para realizá-la. Na medida em que eles mesmos eram os detentores desses conhecimentos, seus discursos possuíam um tom de justificativa da própria posição ocupada. Além disso, verifiquei que esses professores tinham passagem por importantes órgãos no governo para a implantação de políticas públicas para o ensino superior (CAPES, Comissões, Ministério da Educação, FINEP etc.) tendo a chance realizar o projeto de modernização da universidade. A análise por mim desenvolvida mostra que esses acadêmicos passaram a ocupar esses postos no Estado à medida que emergia no cenário nacional o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sendo a rede composta por esses pesquisadores compatível com uma nova elite política que

estava se formando, em torno de Fernando Henrique Cardoso. Nessa direção, pude observar que sob a aparência de prescrever uma política para a universidade, sua modernização, esses docentes manifestavam uma tomada de posição sobre como deveria se organizar a sociedade brasileira, prescrevendo o governo dos mais competentes, daqueles que dispõem de conhecimentos para a tarefa. A política passa, então, a ser assunto de especialistas, *experts*, como eles próprios no campo do ensino superior.

Marilena Chauí também concebe a universidade como uma instituição forte em relação ao Estado, entretanto, diferentemente dos docentes da primeira matriz, ela a imagina dentro de um projeto maior de democratização da sociedade, no qual as diferentes instâncias contribuem para a garantia dos direitos individuais, contrabalançando os perigos do liberalismo sem democracia.

Os presidentes da ADUSP e da ANDES, no entanto, não estabelecem essa relação entre universidade e Estado. Para eles, o importante é preservar a autonomia da instituição, resolvendo os conflitos internos por meio da sua democratização.

Assim, no que concerne às relações entre os universos jornalístico e intelectual enquanto espaços de produção simbólica, percebe-se que eles se aproximam quando se demonstra que há a criação de uma *doxa* de modernização por um grupo de jornalistas e também por um grupo de intelectuais. Embora sejam diferentes em vários aspectos, tais visões de mundo se reforçam, produzindo um consenso pré-reflexivo poderoso sobre como deve se constituir o Estado e a sociedade brasileiros.

*

O mergulho na USP dos anos 1980 proporcionado pelo trabalho deu ensejo à realização de uma socioanálise, na qual foi possível tanto observar a gênese das concepções que orientaram (e orientam) as reformas da universidade que criou a estrutura da instituição tal como a hoje ela se apresenta, quanto delinear a minha própria posição enquanto estudante de pós-graduação nesse contexto. Pude perceber que a universidade na qual estudo é resultado do processo de um conjunto de políticas de modernização realizada pelos docentes da primeira matriz de pensamento, as quais levaram a processos de centralização das tarefas administrativa da universidade, e

deram origem a políticas que priorizaram áreas de pesquisa que tinham ligação direta com o mercado e com o setor tecnológico, deixando de lado as humanidades.

Mas enquanto membro dessa universidade fazendo uma pesquisa de pós-graduação em Sociologia, não posso tratar os agentes promotores dessas mudanças como sujeitos empíricos (BOURDIEU, 2013, p. 44) – o que por si só estimula mal-entendidos e polêmicas –, mas como indivíduos epistêmicos

definido[s] por um conjunto finito de propriedades explicitamente definidas que diferencia, por um sistema de diferenças atribuíveis, os conjuntos de propriedades, construídos segundo os mesmos critérios explícitos, que caracterizam os outros indivíduos; mas exatamente, ele recupera seu referente não no espaço ordinário, mas num espaço construído de diferenças produzidas pela própria definição do conjunto acabado das variáveis eficazes (BOURDIEU, 2013, p. 45).

Nesse sentido, os indivíduos construídos pela análise científica não têm o mesmo referente utilizado no dia a dia para denominar esses agentes. Os nomes usados para designá-los fazem referência a um conjunto finito de propriedades que fazem sentido quando inseridas no espaço de posições também construído de acordo com algumas coordenadas específicas (BOURDIEU, 2013, pp. 45-46). Nesse sentido, quando falo, por exemplo, de José Goldemberg, não me refiro às suas características físicas ou psicológicas, nem muito menos faço qualquer julgamento sobre suas obras no campo da Física, mas para mim José Goldemberg é o indivíduo que tem por propriedades um grande reconhecimento no seu campo de origem, a passagem por postos no governo e empresas estatais, as quais permitem que ele ocupe uma posição dominante no espaço acadêmico sobre ensino superior e possa colocar em prática a agenda para a sociedade do grupo ao qual pertence. Igualmente, o jornalista Matinas Suzuki Jr. apresenta um conjunto de características como a origem familiar, a socialização na USP, a passagem pela *Folha de S. Paulo* nos anos 1980, que o fazem membro de uma elite jornalística que tem uma determinada visão de mundo sobre a modernização das instituições brasileiras. Isto é o que interessa para a análise, não o fato de ele ter escrito bons textos ou ser um criador de cães.

*

Passo, agora, ao Capítulo 1, que apresenta as matrizes de pensamento dos jornalistas e docentes, extraídas de suas falas e dos escritos veiculados durante o caso da “lista dos improdutivos”. O Capítulo 2 coloca no pano de fundo histórico e do espaço de

posições da *Folha* nos anos 1980 a primeira matriz de pensamento, procurando mostrar como foi forjada a *doxa jornalística* sobre a modernização das instituições e do Estado brasileiro. No Capítulo 3 procedo da mesma forma em relação aos docentes, com a única diferença que procuro ressaltar as diferenças entre as suas perspectivas no que diz respeito ao papel da universidade, as quais escondem concepções sobre a sociedade brasileira. Por fim, na conclusão, estabeleço as aproximações entre a *doxa jornalística* de modernização e aquela produzida por José Goldemberg, Eunice Durham, José Arthur Giannotti e Simon Schwartzman. Igualmente, nessa parte, procuro sistematizar os resultados da pesquisa, apontando alguns caminhos para investigações posteriores.

CAPÍTULO 1

Matrizes de pensamento: jornalistas e acadêmicos envolvidos no caso da “lista dos improdutivos”

1. Introdução

O objetivo desse capítulo constitui-se em expor as principais tomadas de posição que afloraram durante o caso da “lista dos improdutivos”, reunidas aqui na denominação de “matrizes de pensamento”, as quais foram criadas por meio da apreensão das diferenças expressas no modo como jornalistas e docentes concebiam o papel do jornalismo e da universidade na sociedade brasileira em vias de democratização. Para isso, foram utilizadas indicações dos próprios jornalistas e docentes, os quais mandavam o que chamo de “recados” uns aos outros, citavam colegas com concepções semelhantes e rechaçavam as ideias daqueles com quem não concordavam.

Parti da composição da mesa no debate realizado na *Folha de S. Paulo* no dia 29 de fevereiro de 1988, o qual pretendia discutir a avaliação da universidade, para traçar os grupos em torno das concepções. Dentre os docentes convocados para fazer intervenções estavam os filósofos Marilena Chauí e José Arthur Giannotti, a antropóloga Eunice Durham e o matemático Francisco Miraglia, presidente da ADUSP na época. O jornalista André Singer, mediador das discussões e representante da *Folha*, também presente na mesa, inicia o evento fazendo uma pequena introdução aos professores e passa a salientar que, tendo sido tecidas anteriormente críticas à publicação da lista, ali era o lugar de se discutir como deveria ser realizada a avaliação do desempenho universitário e a prestação de contas à sociedade do modo como a USP gasta seu dinheiro. No entanto, mais do que debater as diferentes concepções de avaliação, os docentes falaram sobre o modo como a lista foi divulgada, criticaram o jornal por fazê-lo e saíram em defesa da universidade e do trabalho ali realizado.

José Arthur Giannotti, primeiro professor a ter a palavra no debate, iniciou sua fala discutindo o papel do jornalismo naquele momento de transição democrática. O filósofo dedica grande parte de sua intervenção a demonstrar o que deveria ser considerado notícia pela *Folha de S. Paulo* e como o jornal poderia ter publicado a lista sem ferir com a reputação dos docentes, contribuindo também com o debate sobre avaliação. Em certo momento, Giannotti se dirige diretamente a um jornalista da *Folha*, Matinas Suzuki Jr.:

Se Matinas Suzuki, por exemplo, fosse indicado o artilheiro do ano – leia-se o artigo trópico cartesiano *libelubidinal* de hoje –, esse seria um fato que daria uma bela notícia e que à *Folha* caberia publicar. Entretanto, com a devida ressalva de que a CBF estaria louca (GIANNOTTI, 02/03/88; grifos meus).

No exemplo dado sobre o que deve ser notícia, é feita uma referência – através do adjetivo “libelubidinal” – à corrente LIBELU do movimento estudantil da USP, da qual Suzuki Jr. fazia parte enquanto estudante de jornalismo na instituição. Há aqui uma pista sobre as relações de proximidade entre os jornalistas responsáveis pela *Folha* na época da publicação da lista e a Universidade de São Paulo. Igualmente, no final de sua intervenção, Giannotti, falando dos perigos do jornalismo que vinha sendo feito pela *Folha*, assim se refere aos jornalistas que ali trabalham:

Este episódio [da lista] significa que todos nós somos frágeis e extremamente vulneráveis a uma espécie de olho público que não tem nenhuma visão. Um olho público que simplesmente é um olhar vazio e que quer simplesmente denegrir aquilo que *nós mesmos temos ensinado a esses nossos alunos que estão na Folha* (GIANNOTTI, 02/03/88; grifos meus).

Dessa forma, é possível perceber que a oposição entre docentes e jornalistas manifesta pelos seus discursos durante o caso da “lista dos improdutivos” esconde relações de proximidade anteriores, como a passagem dos profissionais da *Folha* pela USP, tendo por professores alguns dos intelectuais que tomaram posição na conjuntura. Matinas Suzuki Jr., em artigo publicado em 4 de março, comenta: “é inegável que o êxito jornalístico da *Folha* é tributário dos conhecimentos que seus quadros obtiveram nos bancos da USP” (SUZUKI JR., 04/03/88), confirmando os “recados” de Giannotti. Mas ele não para por aí e manda, por sua vez, uma série de “recados” ao filósofo e aos docentes que tiveram a palavra no debate. Tomando a citação de seu nome pelo filósofo como um tipo de provocação, ele comenta alguns deslizes em suas intervenções. Por exemplo, no debate realizado no auditório da *Folha*, Giannotti, ao falar da incompreensão do público em geral sobre como é feito o trabalho intelectual, cita o fato de que caminha pelo Ibirapuera para pensar na estrutura de um artigo, o que pode parecer estranho àqueles que trabalham em um horário rígido:

Todos sabemos como é difícil a população entender o sentido do trabalho intelectual. Muitas vezes é preciso caminhar-se para montar a estrutura de um artigo. Muitas vezes cheguei ao Cebrap, deixei minhas coisas e fiquei caminhando pelo Ibirapuera. Quando voltei, senti um pouco de vergonha diante dos funcionários enquadrados num horário rígido, enquanto meu tipo de vida não distingue o trabalho do lazer. A *Folha* não contribuiu para desfazer mal-entendidos dessa espécie, perdendo excelente oportunidade para valorizar o trabalho intelectual. Pelo contrário, joga lenha na fogueira da

desconfiança que muitos ainda têm em nossa capacidade de criar uma universidade moderna (GIANNOTTI, 02/03/88).

Matinas Suzuki Jr. aproveita a referência para, em seu artigo, fazer considerações sobre o erro no exemplo dado por Giannotti, o qual envolve seu nome:

Só não se entende é como alguém que pode ficar tanto tempo estudando e meditando pelo parque do Ibirapuera, possa cometer um equívoco que nenhum guri comete, ou seja, o de supor que o artilheiro do campeonato é escolhido arbitrariamente pela CBF e não alguém que se impõe pela quantidade de gols que fez (SUZUKI JR., 04/03/88).

Outros “recados” são trocados entre Giannotti e Suzuki Jr. O filósofo chega até mesmo a fazer um artigo especial para responder a “uma série de mal-entendidos” (GIANNOTTI, 06/03/88) presentes no texto do jornalista, que, segundo ele, vão desde concepções errôneas sobre a política, até equívocos em relação a como o jornalismo deveria se comportar na sociedade democrática. Talvez o exemplo mais indicativo de trecho desse artigo em que estão contidas as variáveis que aproximam e separam esses dois indivíduos – aluno x professor/ jornalista x universitário/ jovem x velho –, e as instituições que representam – a *Folha* e a USP –, seja o seguinte:

Não se trata de transformar a *Folha* em bode expiatório. Cansa, todavia, esta *arrogância imperial, impávida (nada me atinge)*, como se erros fossem cometidos de nossa parte. Dentro do devido respeito, assim como somos cobrados, também temos o direito de cobrar um jornalismo mais responsável do que o *estilo “matinês” que o imperador Suzuki, dentre outros, implantou na “Ilustrada” e, de certo modo, se espraiou pelo jornal inteiro*. Respeito Matinas Suzuki Jr. por sua verve, porque ele inovou no jornalismo brasileiro, mas me espanta seu *cabotinismo*, que lhe permite passar de um assunto a outro, que o faz editor de Artes, de Economia ou de futebol, escrevendo *textos enrolados, recheados de palavras técnicas transformadas em lixo*. A *erudição galhofeira no fundo pede legitimidade para uma análise do senso comum*. Mas o que me decepciona é sua *vaidade*, de tal monta que bastou uma brincadeira para que ele fizesse despençar, junto com uma enxurrada de considerações sobre a USP, que sem endereço certo cabe e não cabe a todos, agulhadas, ferinas mas ineptas, por causa de seu *raquitismo teórico* (GIANNOTTI, 06/03/88; grifos meus).

O comentário de Giannotti sobre o jornalismo praticado por Matinas Suzuki Jr. carrega em si um tom professoral, de um mestre mais velho para um aluno mais jovem, como se o filósofo estivesse ralhando com o jornalista porque este aprontou alguma coisa, no caso, como se as mudanças implantadas pela *Folha* e o tipo de jornalismo por ela praticado a partir dos anos 1980 não passasse de um tipo de peraltice praticada pelos jovens ex-alunos a que não se deve dar tanta bola. Dessa maneira, a “arrogância imperial” do “guri Matinas” (GIANNOTTI, 06/03/88) cansa o filósofo, pois apesar de ter inovado no jornalismo brasileiro, nem de perto as produções do jornal são de

qualidade, ou mesmo chamam a se equiparar ao conhecimento e a cultura produzida pela universidade, como porventura a “ vaidade ” de Suzuki Jr. possa tê-lo feito pensar. Nesse sentido, na bronca de Giannotti está implícita a ideia de superioridade da universidade frente às travessuras jornalísticas de seus alunos (na “ Ilustrada ”), que não passam de “ textos enrolados, recheados de palavras técnicas transformadas em lixo ”, “ análise do senso comum ” e “ raquítica teoricamente ” (GIANNOTTI, 06/03/88). Em certo momento desse mesmo artigo, “ O imperador contra-ataca ” (06/03/88), Giannotti escreve:

De fato, o artilheiro do campeonato se impõe pela quantidade de golpes que fez mas, quando a metáfora se transpõe para o plano da política ou da cultura, a burocracia da CBF ou da mídia ganha um peso que precisa ser controlado por outros poderes. Não se trata de defender a intangibilidade da USP, de justificar seu isolamento, mas não se pode, em nome da transparência, negar o seu espaço e a peculiaridade de suas regras (GIANNOTTI, 06/03/88).

No “ recado ” acima estão colocadas questões de importância para entender o caso da lista. Nele, Giannotti afirma que a imprensa e a universidade constituíam esferas separadas e que é tarefa dos docentes defenderem a instituição e o trabalho ali realizado contra o perigo da intromissão direta do jornalismo. O filósofo sustenta até mesmo que a imprensa deve ser controlada por poderes (intelectuais?) externos a ela.

A preocupação com a injunção do jornalismo nos assuntos da universidade, agravada pela condição conjuntural do país na época, que ainda convivia com resquícios ditatoriais e discutia os rumos da educação brasileira na Constituinte, levaram os professores se unirem tendo em vista preservar seu espaço e as características do trabalho intelectual:

Calamos as nossas diferenças. Se fôssemos discutir realmente o que cada um de nós entende por avaliação talvez o circo tivesse pegado fogo. Mas nós não estamos querendo fogo de jeito nenhum. Estamos querendo é o ócio e a tranquilidade para podermos não só pensar, mas para podermos avançar no processo democrático ameaçado hoje. Que não se entenda a nossa atitude como simples corporativismo. Nós não viemos aqui defender os nossos benefícios nem assegurar a nossa intangibilidade, nem esconder os nossos privilégios. Viemos aqui em defesa de critérios acadêmicos de avaliação, antes de discutir o que vai ser realmente essa avaliação, com a qual todos nós concordamos e pela qual todos nós lutaremos. Mas, nesta reunião de hoje é preciso ficar bem claro que estamos antes de tudo defendendo uma forma de vida, que a universidade está doente, que existe uma série de processos viciados nela e nós temos sido os primeiros a denunciar. Mas nós nos calaremos sempre que aquilo que fizemos a vida inteira possa ser posta em xeque por formas desastrosas de divulgação e de jornalismo irresponsável (GIANNOTTI, 02/03/88).

Exemplos de embates entre as duas lógicas – acadêmica e jornalística – durante o caso da “lista dos improdutivos” são, mais uma vez, alguns “recados” trocados entre Giannotti e Suzuki Jr. No final do artigo “O Centrão da USP”, o jornalista diz: “a USP não pode se rebaixar ao confronto com outras verdades, principalmente com a mais terrível de todas, o mercado. Este medo impotente engendrou o ressentimento” (SUZUKI JR. 04/03/88). Ao que o filósofo responde em “O imperador contra-ataca”:

Ele [Suzuki Jr.] tem razão quando aponta o medo da universidade em defrontar com o mercado. Este medo, porém, pode levar ao isolamento – o que é mau -, mas também pode gerar um confronto muito frutífero entre os critérios do mercado e os critérios acadêmicos (GIANNOTTI, 06/03/88).

Trata-se, dessa maneira, para José Arthur Giannotti, de preservar o filtro acadêmico em relação às influências externas. Tudo o que diz respeito a esse espaço específico, a universidade, até mesmo sua abertura para o mercado – defendida pelo filósofo e de maneira alguma compartilhada unanimemente por todos os docentes – deve ser decidida internamente, pelos próprios pares universitários. A avaliação, assim, que busca auferir se a universidade está cumprindo realmente suas funções sociais, deve, sobretudo, ter seus critérios definidos em debates dentro da instituição:

Então, se acham que este [o debate realizado na *Folha*] não é nem o momento, nem o local onde essa discussão deve continuar a ser travada, *acho que a universidade é o local e nós teremos o momento de fazê-lo (...)*. Do meu profundo engajamento de 30 anos na vida da Universidade de São Paulo, de minha profunda experiência de trabalhar nesta universidade em todos os seus níveis, quero dizer que a minha esperança vem do fato de que sei que essa afirmação é válida para a universidade em seu conjunto, ela é válida para os departamentos, ela é válida para as unidades, é válida para o movimento docente e ela é válida para a reitoria da USP. E queria dizer que uma das razões pelas quais isso é válido para a universidade no seu conjunto é que a universidade é dirigida por docentes e intelectuais escolhidos dentro do seu próprio seio (DURHAM, 02/03/88; grifos meus).

Assim sendo, *que a avaliação seja uma tarefa da própria universidade*, que a burocracia seja posta a seu serviço e que a mídia, cumprindo suas funções, informe conscientemente, com transparência, os processos de avaliação. Como no plano federal tudo está embolado muito mais do que no estadual, como as universidades estaduais formam a melhor rede universitária do país, sugiro que se constitua desde já um conselho interuniversitário das três universidades públicas paulistas, eleitos pelos seus doutores, já que esses, ao menos formalmente, são os pesquisadores independentes e autônomos da vida acadêmica. Que esse conselho estude mecanismos de avaliação, discuta seus planos com toda comunidade acadêmica e passe a implementar a estrutura consensualmente aceita. Com isso, estamos colaborando para mostrar que as universidades paulistas são capazes de se pensar em si mesmas, prestar contas à sociedade e, ao mesmo tempo, mostrar que nesse processo de transição muitas vezes caótico as forças mais progressistas são capazes de encontrar suas ordens próprias, sem apelar para um demiurgo orientador (GIANNOTTI, 02/03/88; grifos meus).

Sem prejuízo da discussão aberta e da transparência que deve caracterizar o trabalho numa instituição pública, *é a própria universidade o fórum privilegiado dessa discussão* [sobre a avaliação] e o lugar onde deve se decidir sobre ela, seus critérios e consequências (MIRAGLIA, 02/03/88; grifos meus).

Se à primeira vista pode parecer que o caso da “lista dos improdutivos” deve ser caracterizado somente como um exemplo do confronto entre a universidade e o jornalismo, opondo, por isso mesmo, jornalistas e universitários, quando olhado mais de perto, afloram concepções diferentes entre os docentes sobre a função social da universidade e, em decorrência disso, de como deve ser conduzida a avaliação. No debate do dia 29 de fevereiro é possível pinçar algumas falas em que ficam aparentes algumas concepções e as relações de interconhecimento entre os docentes com pontos de vista parecidos. Eunice Ribeiro Durham, terceira a ter a palavra no debate, explicita, por exemplo, sua relação de proximidade com José Arthur Giannotti no que diz respeito à discussão sobre avaliação:

Para mim talvez, como creio que para o Giannotti, a situação apresenta uma particularidade importante. É que fomos ambos grandes defensores da avaliação, creio que iniciamos na verdade a discussão. Tenho durante os três últimos anos batalhado insistentemente pela avaliação, que acho absolutamente inexorável. Não é uma questão simplesmente do que nós queremos ou do que nós não queremos (...). Existe alguma coisa que é geral no mundo inteiro, que é importante e da qual não podemos escapar. A universidade é cada vez mais importante, é cada vez mais cara, o Estado intervém constantemente nela (isto acontece em todo lugar) e é necessário que a avaliação seja discutida dentro desse contexto, porque se não o fizermos, não serão outros que a farão por nós (DURHAM, 02/03/88).

Por sua vez, Giannotti cita Eunice Ribeiro Durham em artigo, manifestando concepção semelhante à docente quanto à avaliação e a intromissão direta de critérios externos para reger a atividade acadêmica¹:

Outro dia, Eunice Durham, que acaba de chegar da Inglaterra, nos contava como a Sra. Thatcher está estrangulando as universidades inglesas, subordinando-as totalmente à recuperação tecnológica e industrial do país – e o instrumento maior de seu programa conservador é o novo sistema de avaliação. Acreditamos que nem para os próprios ingleses a questão não é apenas sair da crise, mas ainda encontrar uma nova forma de civilização. E para isso, a excelente tradição inglesa nos estudos aristotélicos, por exemplo, tem muito a depor. Se todo o esforço se dirige para recuperar a economia, os cérebros improdutivos emigram e lá se vai por água abaixo o próprio sentido cultural da Inglaterra. Nessas condições, muitos de nós que hoje lutamos pela avaliação, passamos a combatê-la com o mesmo empenho.

Que a publicação da *Folha* nos alerte: o processo de avaliação será implantado de um modo ou de outro, pois corresponde a uma necessidade

¹ Repito essa citação mais à frente no texto pelo teor de sua afirmação, importante para entender a argumentação de José Arthur Giannotti a respeito da avaliação da universidade brasileira.

gerada pelas últimas alterações no modo de produção das ciências (GIANNOTTI, 25/02/88).

Em artigo anterior ao debate, Eunice Ribeiro Durham se refere ao texto de José Goldemberg para exemplificar suas concepções sobre avaliação universitária:

O artigo do professor Goldemberg, publicado na mesma edição do jornal, dá uma ideia de quão ampla e diversificada pode ser a produção dos docentes.

Como afirma o professor Goldemberg no artigo citado, a finalidade da avaliação “não é punitiva ou disciplinar (...). A finalidade é outra; é permitir, através de uma visão mais objetiva e mais abrangente de toda a universidade, o estabelecimento de uma política própria de desenvolvimento” (DURHAM, 24/03/88).

Dessa forma, tem-se, de um lado, um pequeno grupo de professores que, além de possuírem concepções semelhantes sobre a avaliação (explicitadas mais adiante nesse capítulo), ainda apresentam relações de proximidade, as quais serão delineadas com mais cuidado na terceira parte da presente dissertação. De outro, encontram-se as concepções expressas pelos presidentes e vice-presidentes das Associações Docentes (ANDES e ADUSP), as quais buscam atrelar a necessidade da avaliação ao seu projeto mais geral para as instituições de ensino superior:

Em 1981, a partir de discussões em todo Brasil, se consolida um primeiro projeto, e tenho aqui uma cópia do livro, que é a proposta das ADs e da ANDES para a universidade brasileira. Nessa proposta, que começou a ser discutida no Brasil inteiro, a partir de 1981, aparece a preocupação com a avaliação do trabalho acadêmico, dentro de um quadro de aprimoramento da universidade brasileira como um todo, de controle da exploração que se dá a nível nacional das pessoas que estudam e trabalham no setor provado da Educação superior e no aprimoramento e ampliação da universidade pública e do ensino público em todo o país. Esse processo de discussão desta proposta, que inclui muitos itens – inclui a democratização da universidade, a necessidade da democratização da universidade, a necessidade da discussão dos seus fins e dos meios pelos quais esses fins serão executados, porque é preciso que tenhamos claro: existem projetos distintos –, o movimento docente se volta então a fazer uma proposta concreta e objetiva para o desenlace e para o caminhar desse processo de construção da universidade brasileira (MIRAGLIA, 02/03/88).

Nessa direção também se expressa Marilena Chauí, embora a docente não se identifique como porta-voz de entidade docente. Sua intervenção dá ênfase à necessidade de democratização da universidade:

Embora sejam consideradas populistas e demagógicas por parte dos próprios universitários as lutas de docentes, estudantes e funcionários para modificar os estatutos e as formas de participação e representação das três categorias nos diferentes órgãos de decisão universitária, essa luta visa quebrar o poder burocrático na universidade, porque esse sim é secreto e contrário à natureza pública do que é público (...). Pela mesma razão, isto é, para quebrar o caráter secreto da burocracia, os universitários têm lutado para que os orçamentos, convênios, dotações, distribuições de recursos não sejam feitos sem ampla discussão na universidade. Essa luta pela transparência não só não foi

desencadeada pelos meios de comunicação, mas ainda encontrou neles forte oposição, pois sempre foi classificada de populismo corporativista, quando na realidade é um esforço para que a universidade cumpra o dever de publicidade e respeite o direito a informação e a decisão.

O episódio de 21 de fevereiro revela que, se há poder secreto na universidade, não se encontra do lado dos docentes, estudantes e funcionários, mas do lado da direção burocrática que, num lance misterioso, decidiu fazer-se pública da única maneira que a burocracia conhece a publicidade: pela difamação, pela calúnia, pela injúria, pela destruição de reputações. Mas o episódio sugere também que os meios de comunicação além de não serem os definidores do caráter público da universidade, talvez não sejam os melhores meios para ampliá-la como espaço público (CHAUÍ, 02/03/88).

A oposição de Marilena Chauí em relação às concepções de universidade e, por conseguinte, de avaliação, de Goldemberg, Giannotti e Durham, se expressa sutilmente quando a filósofa interrompe a fala desta última no debate, pedindo que ela defenda a universidade e não a reitoria:

Eunice Durham – Ao contrário dos meus colegas, não escrevi nada com antecedência, não escrevi porque...

Marilena Chauí – Em defesa da universidade contra a reitoria, por favor.

Eunice Durham – Tudo bem. Não é que não escrevi, estou apenas afirmando, Marilena, desculpe, que eu não tenho um texto escrito. Mas tenho alguma coisa que eu sinto que é necessário falar nesse momento (...) (DURHAM, 02/03/88; CHAUÍ, 02/03/88).

Assim, por meio dos “recados”, das citações, do rechaço a concepções contrárias, delinee os grupos de docentes e suas ideias sobre a universidade, sua função na sociedade e como deveria ser feita a avaliação do trabalho acadêmico. Embora não esgote a diversidade de discursos que surgiram no caso da “lista dos improdutivos”, os agrupamentos procuram dar conta das principais oposições explicitadas. Além disso, reúnem docentes que se preocuparam ao longo de suas trajetórias com a educação superior, seja como pensadores sobre a temática, seja como indivíduos que participaram da política (ordinária e extraordinária) que foi moldando a universidade brasileira a partir dos anos 1980, demonstrando que a sua escolha para compor a mesa do debate não foi meramente obra do acaso. Nesse sentido, é curioso perceber como até mesmo o modo como os docentes se sentaram à mesa do debate manifesta a proximidade e a distância entre eles no que concerne ao modo de conceber a universidade:



Fonte: *Jornal da USP*, 25/02-02/03/88.

O lugar ocupado por André Singer, Secretário de Redação, ao centro da mesa, funciona como uma metáfora de sua posição no debate “ao mesmo tempo jornalista e sociólogo”, e do próprio jornal para o qual trabalha, “simultaneamente ponto neutro da discussão e parte implicada nela” (FRIAS FILHO, 08/03/88). Na medida em que, para a *Folha*, a publicação foi feita com base em critérios puramente jornalísticos – “por que a publicamos? Porque ela é um fato, a lista existia” (SINGER, 02/03/88) – e com o intuito de promover o debate entre os docentes sobre a avaliação, ela era um ponto neutro. Entretanto, no modo como levou a polêmica e construiu o caso da “lista dos improdutivos”, o jornal evidenciou, ao mesmo tempo, seu ponto de vista sobre a universidade e o trabalho intelectual que ali era realizado, intervindo em uma discussão que era interna aos muros da instituição.

Tendo exposto como foram agrupados docentes e jornalistas nas “matrizes de pensamento”, passarei, agora, às concepções, para que nos próximos capítulos seja possível analisar como foram construídas, delineando os contextos a partir dos quais elas extraem todo seu sentido.

2. A matriz de pensamento dos jornalistas da *Folha de S. Paulo*

A matriz de pensamento dos jornalistas da *Folha de S. Paulo* foi extraída dos editoriais, reportagens e artigos de opinião de jornalistas e ocupantes de importantes

cargos no veículo em 1988, que se manifestaram em suas páginas durante o caso da lista. Foi dada precedência às reportagens e artigos assinados, pois permitem a realização da análise aqui proposta, de identificação de grupos de agentes e contextualização de sua tomada de posição no espaço de origem. Na medida em que as reportagens não assinadas expressavam a mesma linha de argumentação das matérias que abriram o caso da lista, e ficaram limitadas a contar e descrever os acontecimentos e quiproquós, revelando muito pouco da matriz de pensamento dos jornalistas da *Folha*, acredito que não houve muita perda de conteúdo.

Quanto às características do material analisado, é possível observar que a posição dos jornalistas expressa nos editoriais se combina com análises e dados oferecidos pelas matérias e pelos artigos de Jorge Caldeira e Paulo Francis, de modo a construir certa imagem dos docentes e da USP, além de recomendar qual deveria ser o papel da Universidade e do jornal diante da sociedade.

Os textos de Matinas Suzuki Jr., Marcelo Coelho e Otavio Frias Filho, publicados na seção *Tendências/Debates* exprimem uma posição de defesa da *Folha* frente às respostas dos docentes aos editoriais e às reportagens publicadas. Ademais, revelam um discurso de legitimação das mudanças e dos princípios adotados pelo jornal em meados dos anos 1980, dos quais foram os artífices.

2.1. Editoriais e matérias assinadas

A construção da matriz de pensamento pelos editoriais, artigos e matérias assinadas demandou três operações fundamentais: 1) a apresentação dos docentes como “improdutivos”. Para isso, foram: (a) utilizados números: “dos 4.398 docentes contratados em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e Regime de Turno Completo (RTC), 1.108 não publicaram um só trabalho nem em 85, nem em 86” (FROMER, 21/2/88); (b) veiculados os salários dos professores, considerados acima da média. Há uma dupla exposição: os vencimentos são publicados em tabela que acompanha a “lista dos improdutivos” e no texto de Ana Fromer, editora de Educação e Ciência, que assina a primeira reportagem sobre o caso: “o salário-base de um professor titular é (Cz\$ 120.260, 81), mas com o acréscimo dos quinquênios e titulação, além de outras promoções, ele acaba recebendo mais que o dobro deste

salário” (FROMER, 21/2/88); (c) fornecidos dados a respeito de sua carreira, para dizer que os docentes tinham estabilidade no emprego e que, mesmo se não publicassem, não seriam demitidos²:

Os professores da USP estão divididos em categorias que vão do MS-1 (auxiliar de ensino) a MS-6, (titular). A partir de MS-2 (mestre) os docentes adquirem estabilidade: eles não podem ser demitidos. Portanto, a maioria dos professores que estão na lista pode passar o resto de sua carreira sem produzir nada e nem por isso perder seu emprego (FROMER, 21/2/88).

(d) publicadas pretensas atitudes dos professores de modo a dar a entender que eles não queriam prestar contas à sociedade: “são professores que se consideram acima de qualquer avaliação, acham que o ‘trabalho intelectual’ que realizam está fora dos padrões de controle a que todos os profissionais estão sujeitos na sociedade” (FROMER, 21/02/88); (e) as universidades brasileiras foram comparadas com instituições do exterior: de acordo com Paulo Francis, em artigo que acompanha a lista (FRANCIS, 21/02/88), “*publish or perish*” é o lema seguido pelas instituições públicas e particulares dos EUA, e contrasta grandemente com a situação das universidades brasileiras. Aqui, “o corpo docente da maior universidade do país considera sua posição como um subsídio governamental para cruzar os braços” (FRANCIS, 21/02/88);

2) A reiteração exaustiva da ideia de que a universidade tem uma série de problemas, sendo a “improdutividade” um dos percalços que impedem o cumprimento de sua função social primordial: a difusão de conhecimento. Dessa maneira, (a) a avaliação seria uma forma da universidade melhorar sua situação:

O movimento de auto-avaliação da USP, apesar da base técnica relativamente primitiva, baseada exclusivamente em uma enumeração indiscriminada de artigos publicados, deve ser elogiada com entusiasmo, pois é um começo e um exemplo para a recomposição de uma postura saudável na agonizante universidade brasileira (LEITE, 21/02/88).

(b) e de se justificar perante a sociedade, como deve ser feito pelo setor público em sua totalidade, já que o mesmo passava por uma situação falimentar similar:

Se a mais produtiva e equipada das universidades públicas do país não puder andar nessa direção [da avaliação] por sua conta, tendo capacidade intelectual de sobra para tanto, pode acabar na mesma situação de tantos órgãos do Estado onde há crise. Essa crise dos órgãos do Estado é geral é dada por uma

² Segundo Ana Fromer, os docentes que não publicam vão contra o próprio contrato de trabalho: “(...) Os contratos dos professores são explícitos quanto à necessidade de produção científica. Em RTC, os docentes devem dedicar 24 horas semanais à universidade, sendo oito horas para a docência e o restante para pesquisa e preparação de cursos. Em RDIDP, a carga horária passa a 40 horas semanais, sendo oito para a docência, mas é exigida a dedicação exclusiva, ou seja o professor só pode trabalhar para a universidade” (FROMER, 21/2/88).

situação onde a poupança do setor público é negativa e os recursos escassos. É evidente para toda a sociedade que o papel do Estado tem que ser repensado. O ensino público não vai escapar desse processo. O surgimento do debate nesse momento está ligado a esse problema (CALDEIRA, 02/03/88).

(c) para reverter seu quadro crítico, o tipo de conhecimento a ser difundido pela universidade não deve se assemelhar ao que vinha sendo produzido, sem utilidade nem valor social:

Em um país onde o sistema educacional deteriora-se a cada dia, *onde a incompetência assume o lugar do conhecimento, onde a fatuidade de pesquisas e teses apenas amplia o vácuo assustador onde flutuam os adereços supérfluos de saberes sem utilidade social nem valor intelectual*, nada que seja feito com o propósito de reverter este quadro pode ser minimizado (FSP, 24/2/88; grifos meus).

3) A criação da ideia de que a *Folha de S. Paulo* foi o veículo que permitiu a abertura dos problemas da universidade brasileira, principalmente a “improdutividade” dos docentes, ampliando a discussão:

(...) a publicação da Folha da “lista dos improdutivos”, elaborada pela reitoria da USP, cumpriu o papel de precipitar um debate inédito, em seu conteúdo, em sua extensão, em suas implicações, entre os docentes da principal universidade do país. Até então relegada a circunstâncias episódicas, a conversas restritas, a iniciativas dispersas, a discussão sobre o estabelecimento de critérios para avaliar o desempenho acadêmico surge agora em todo seu alcance e complexidade (FSP, 24/2/88).

O jornal prestou esse serviço à sociedade pautado pelos imperativos determinados pelos princípios seguidos pela *Folha de S. Paulo*. Nessa lógica, a produção e divulgação de matérias deve se referir somente ao que interessa ao jornal – publicar um fato –, desconsiderando os interesses daqueles que podem ser atingidos pela exposição pública. O contrapeso a essa forma de agir do jornal seria a abertura de suas páginas a todos aqueles que se sentiram atingidos.

2.2. Concepções expressas por Matinas Suzuki Jr., Marcelo Coelho e Otavio Frias Filho

Devido à importância das concepções expressas por esses jornalistas para a análise que se segue, seus textos merecem uma exposição mais detalhada.

Matinas Suzuki Jr.

Matinas Suzuki Jr. é o primeiro dentre os detentores de cargos de direção na *Folha* a se manifestar na coluna *Tendências/Debates*, no dia 4 de março. Ele reitera em grande parte as ideias já expressas nos editoriais e nas matérias, que giram em torno da necessidade da abertura da universidade para a sociedade, do corporativismo dos docentes que se recusam a aceitar as exigências sociais que vêm de fora de seus muros, e do papel do jornalismo na conjuntura da publicação da lista.

O texto de Suzuki Jr. é intitulado “O Centrão da USP” (SUZUKI JR., 04/03/88), em clara alusão ao bloco suprapartidário que se formou durante a elaboração da Constituição de 1988. O jornalista compara, então, a heterogeneidade do grupo de políticos com as características do conjunto de docentes que protestou contra a publicação da lista:

Como no agrupamento que se uniu para mudar a questão regimental no Congresso constituinte, aliaram-se contra a *Folha* os trabalhadores e os cultivadores do ócio, intelectuais de primeira e de quinta categoria, sindicaleiros pré-históricos e burocratas universitários (SUZUKI JR., 04/03/88).

Os professores assim agrupados na conjuntura, na opinião de Suzuki Jr. (04/03/88), reagiram de forma corporativa, fechando-se dentro dos muros da universidade, não avaliando “as razões do abismo cada vez maior entre ela, a USP, e os interesses vivos da sociedade”³ (SUZUKI JR. 04/03/88). Segundo o jornalista, essa seria uma postura recorrente dos docentes, pois eles têm uma concepção muito particular do seu trabalho, imaginando que, por não possuírem um patrão que lhes cobre por seus atos – como há no jornalismo –, podem negligenciar as demandas de prestação de contas para a sociedade:

É compreensível que professores acadêmicos queiram independência dos rumos da sociedade (...). Mas é muita ingenuidade ou muita má fé não saber

³ Suzuki Jr. questiona, no seu texto, o porquê da universidade não olhar para si mesma: “Mas, por que a USP não denuncia suas próprias fragilidades publicamente? Que tipo de saber produz a ECA, por exemplo? Se o olho do público é cego e vazio, qual é a razão iluminadora que sai do senso de jornalismo da universidade? Por que não se coloca publicamente esta questão, para fora da fofocagem da briga de vizinhança da província universitária? E mais: quem, dentro da própria universidade, teria coragem de desafiar o tédio e a sensação de perda de tempo e se dispor a ler 50% das teses defendidas em Ciências Humanas? Ninguém é louco de enfrentar este castigo, mas estão todos aí escondendo o vexame e acusando a *Folha* de fazer jornalismo barato” (SUZUKI JR., 04/03/88). Aqui, como no editorial, está novamente presente a ideia de que o conhecimento produzido na universidade é “perda de tempo”, principalmente aquele elaborado pelas Ciências Humanas. Não darei tanta ênfase para discutir esse ponto aqui, somente apontando que ele também está presente na concepção do jornalista, pois retomarei com cuidado este ponto no texto em outra oportunidade.

que a sociedade da qual estão dissociados não vai cobrar por isto. Como privilegiados do mundo do trabalho (não têm patrões, não têm obrigações de produtividade, não batem cartão de ponto, escrevem quando querem, dão aulas sobre os temas que estão pesquisando e não com base em um programa que leve em consideração as reais necessidades dos alunos etc.), como atletas de um exercício em que figuram como os últimos que conseguem a autonomia frente à alienação do trabalho no mercado, desprezam profundamente a mediocridade do dia a dia dos mortais comuns. É por isso que olham os jornais com tanta superioridade.

Atacam a ligeireza dos artigos que os escravos da mercadoria são obrigados a produzir. Todo texto que um jornalista escreve, coloca seu pescoço em risco: o de ser mal recebido pelo político ou pelo corrupto, de ser estigmatizado como reacionário, comunista etc., e até de perder o emprego pela não aceitação de suas palavras e ideias. Esta lição das coisas não existe para os acadêmicos, já que seu patrão é socialmente abstrato, complacente e conivente. Foram eles mesmo (sic) que mostraram que este desprezo tem origens históricas, vem do favor e do pavor da humilhação do trabalho, braçal, via escravidão (SUZUKI JR., 04/03/88).

Como é perceptível no excerto acima, para Suzuki Jr. essa postura dos docentes decorre do fato de serem financiados pelo “pai-Estado-patrão” (SUZUKI JR., 04/03/88), o que lhes dá certa autonomia, definindo eles mesmos o que deve ser considerado próprio à academia:

Como os critérios da irmandade da USP não passam por nenhum crivo social, são eles que decidem entre eles mesmos que é bom e quem é ruim, o que está certo e o que está errado, o que é verdade e o que não é verdade etc. A coisa funciona mais ou menos como nos bons tempos da Embrafilme, quando os cineastas agrupados corporativamente decidiam eles mesmos quem deveria receber financiamento e quem não deveria e o que era bom ou ruim no cinema brasileiro. E aí daquele que tentasse meter seu bedelho tentando lembrar que aquela verba era dinheiro do contribuinte. De uma maneira geral, intelectuais brasileiros raciocinam assim: é uma obrigação do Estado financiar o meu trabalho que é importantíssimo para o país e para a cultura. A sociedade deve pagar a conta sem chiar. Todas as vezes que ela tentar reclamar, monta-se um dispositivo ideológico para difundir a ideia de que estão querendo acabar com o cinema brasileiro, desmoralizar uma instituição respeitável como a USP e por aí vai (SUZUKI JR., 04/03/88).

Na visão do jornalista, a relativa autonomia da universidade deveria ser contrabalançada pela prestação de contas de seus atos para aqueles que a financiam, os contribuintes. Como isso não ocorre, o afastamento dos docentes do resto da sociedade estimula uma série de problemas e vícios que medram dentro dos muros da USP:

Sabe-se dos concursos realizados às escuras para não quebrar o acerto já estabelecido de quem vai ocupar uma vaga de professor (...). Alguém conhece teatro mais hipócrita do que as defesas de tese, onde não se reprova ninguém (...)? Quem controla os professores que não gostam de dar aula? Quem vai quebrar o pacto de tolerância existente em várias unidades que consiste em não cobrar nada dos alunos para não ser cobrado na competência? Aliás, o que a USP faz com seus incompetentes, a não ser acobertá-los? (SUZUKI JR., 04/03/88).

Na lógica da argumentação de Suzuki Jr., a reação dos professores à publicação da lista configura a defesa de um corpo de indivíduos ameaçados em suas prerrogativas. Como a USP não consegue olhar para si própria e se transformar, os docentes preferem silenciar sobre os problemas da universidade, lançando acusações à *Folha*, veículo que teve coragem para revelar os pecados “represados entre os muros dos conventos acadêmicos” (SUZUKI JR., 04/03/88):

Assim como militar só deve ser julgado por militar, padre por padre e médico por médico, a USP só quer ser julgada pela USP. Quando tem que ajustar contas com a sociedade ou com a opinião pública (...) há um frio na espinha. Não só não é suficiente que os pecados fiquem represados entre os muros dos conventos acadêmicos, como é preciso silenciar quem os revela (...) (SUZUKI JR., 04/03/88).

Há, por parte do jornalista, a defesa da publicação da lista, pois a *Folha* manteve sua posição enquanto veículo independente, afastando-se dos professores da USP. O jornal, na concepção de Suzuki Jr., não “parou na história”, rendendo-se às forças do “dinamismo social”, do “mercado”, ficando *up to date* com uma “sociedade mais tecnologicada”, por isso não considera mais a USP como uma fonte de critérios para apreender a realidade e a cultura brasileira (SUZUKI JR, 04/03/88). De acordo com o jornalista, os professores, ao pensar que o jornal continuaria a ratificar tudo o que diz respeito à Universidade, algo que foi comum no período de transição democrática, estariam adotando uma postura “ultrapassada” (SUZUKI JR., 04/03/88). A *Folha*, ao afastar-se da USP se torna, assim, um concorrente cultural à altura dela – ou até mesmo superior – causando oposição dos “ressentidos da universidade”, que não têm “preparo físico” (SUZUKI JR., 04/03/88), para lidarem com a nova situação:

Diga-se de passagem, que o pós-yuppismo desavisado dos ex-alunos cegos da USP⁴ contribuiu na “Ilustrada”, nas décadas recentes, muito mais para a cultura brasileira, do que toda uma tese gestada durante anos de trabalho reflexivo desinteressado (...). A USP acha que só ela é cultura no Brasil.

(...) este jornal [a *Folha*] deixou de reconhecer a USP como única fonte de verdade, deixou de assinar embaixo da sua explicação para os caminhos da sociedade brasileira e, integralmente o conceito que a USP promove do que é verdade, do que é cultura, do que é arte, do que é participação e transição democrática e, por fim, do que é razão (SUZUKI JR.,04/03/88).

⁴ Sobre este ponto específico discorro mais adiante, quando apresento em breves linhas as trajetórias dos jornalistas.

Marcelo Coelho

O então membro do Conselho Editorial, Marcelo Coelho, procura oferecer sua versão da matriz de pensamento da *Folha de S. Paulo*, “no difícil papel de jornalista sem diploma e sociólogo lamentavelmente bastante improdutivo” (COELHO, 06/03/88). Nessa direção, ele vê a criação da polêmica em torno da publicação da lista pela *Folha* e as reações dos docentes a ela como um efeito conjuntural de mudanças estruturais mais profundas no jornalismo e no sistema universitário, que teriam levado, de um lado, à elitização da profissão de jornalista – sendo a campanha pelo diploma de jornalismo uma de suas consequências – e, de outro, a proletarização da camada jovem de professores universitários. Essa nova elite jornalística, formada por

um tipo profissional de extração mais alta do que o comum nas antigas redações (...), padrões de consumo sofisticados, formação universitária em Ciências Humanas, pretensões e presunções intelectuais muito acima dos padrões vigentes no jornalismo de há dez ou vinte anos vão compondo esse tipo de “yuppie” (...) (COELHO, 06/03/88).

entraria em concorrência em termos de “status” e influência intelectual com os universitários, mal remunerados e desestimulados em sua profissão⁵. Por isso, ela olharia criticamente para a universidade e o modelo intelectual que ela representa. No que diz respeito aos universitários, segundo Coelho, eles manifestariam certa

(...) irritação latente face ao poder de influência ideológica – Paulo Francis – e de um vanguardismo crítico-comportamental – Matinas Suzuki Jr. – que não se mede pelos padrões universitários de solidez e persistência científica; assim como a atividade de professores mais jovens não se mede pelo teor de criatividade e irreverência alcançado pelo jornal (COELHO, 06/03/88).

Na lógica do pensamento apresentado por Coelho, o caso da lista seria apenas um sintoma da perda de influência de um modelo intelectual, do “intelectual universitário”, para outros modelos, como o do “jornalista-intelectual” (da *Folha de S. Paulo*). Isso se daria, pois

A competição no mercado de trabalho jovem, esse intuito da *Folha* de ser um jornal mais preciso, crítico e sofisticado, essa crescente participação de artigos de intelectuais em suas páginas, colocam em questão a especificidade de certo tipo de trabalho universitário, muitas vezes rotineiro e padronizado, por parte de seus colegas, orientandos ou eles mesmos, dependendo do caso (COELHO, 06/03/88).

⁵ Outro possível sintoma apontado pelo jornalista para a perda de influência do modelo de intelectual da universidade seria o desgarramento de alguns brilhantes universitários do corpo professoral e sua migração para a política.

Em conjunto com essa mudança nos modelos, Coelho apresenta a autonomização da *Folha* em relação a outras entidades da sociedade civil como uma das razões que contribuíram para que aumentasse a incompatibilidade entre as visões dos jornalistas e dos docentes sobre a universidade. Assim, nos anos 1970, a *Folha de S. Paulo* teria se identificado com instituições como a OAB, a Igreja e a USP, obtendo e oferecendo vantagens ao apresentar-se como um órgão vinculado a elas – “órgão da sociedade civil” (COELHO, 06/03/88). Contudo, o próprio desenvolvimento do jornal levou a uma maior separação entre ele e essas instituições. A *Folha* passa, dessa maneira, a afirmar-se, nas palavras de Marcelo Coelho, como um “jornal propriamente dito”, ou seja, “não mais ficou sendo uma espécie de ‘órgão partidário dos setores apartidários da sociedade’, mas sim, ele próprio, um órgão apartidário” (COELHO, 06/03/88).

Convém ao jornal, segundo o jornalista, cumprir o papel que lhe cabe em uma sociedade democrática, apartando-se do interesse que determinados setores (por mais democráticos que sejam) podem ter em ver suas opiniões estampadas nos jornais. Coelho reitera que as ações do jornal no caso da lista foram no sentido de subordinar seus critérios de publicação a princípios técnicos, estritamente jornalísticos. Dessa maneira, procura responder aos professores que acusam o jornal de estar “investindo contra o ensino público e gratuito”, para a “rearticulação das forças de direita” (COELHO, 06/03/88), enfatizando que o compromisso da *Folha* é com a sociedade democrática e que só pode a ela servir se ficar apartada de outros setores da opinião.

Essa autonomização do jornal tem seu lado ruim, como aponta Coelho. Ela vem carregada de erros, limitações, sensacionalismo e precipitação. Mas esses problemas serão resolvidos na medida em que a avaliação do público (via número de exemplares vendidos e/ou, como no caso da lista, as próprias reações dos professores) vai fazendo com que o jornal possa cada vez mais atender aos interesses dos atuais leitores e possivelmente angariar outros. Dessa forma, ao passo que o jornal já tem a sua avaliação, convém à USP, de acordo com o jornalista, definir os critérios da sua própria.

Do ponto de vista do Diretor de Redação e herdeiro da *Folha de S. Paulo*, a crescente tecnicidade do jornalismo teria levado a uma menor consideração de interesses externos a ele na hora da publicação de notícias. Nesse sentido, a veiculação da “lista dos improdutivos” não considerou se era verdadeiro seu conteúdo e sentido, porque, sendo verdade sua existência enquanto fato jornalístico, ela deveria ser publicada:

Para que tais verdades voltassem a se unificar, seria preciso ressuscitar um jornalismo que felizmente começa a cair em desuso, como vem caindo em desuso, faz tanto tempo, a ciência que funcionava para corroborar as expectativas da política, da religião, da moral (FRIAS FILHO, 08/03/88).

Citando Marcelo Coelho, Otávio Frias Filho relaciona essa desconsideração por interesses externos ao jornalismo com a crescente autonomização das esferas de atividade:

Uma autonomia que se propaga em metalinguagens e que me parece condição necessária para que frutifique em verdadeiro espaço público na sociedade, ou seja, em lugar formado a partir de vazios entre as especificidades e onde não funcione outra norma exceto o respeito pela diferença. Claro que há um preço a pagar por isso. Desde logo cada grupo tem de abrir mão de ver os seus critérios particulares adotados pelos demais – mas isso não é tudo (FRIAS FILHO, 08/03/88).

A liberdade de imprensa, na visão do Diretor de Redação, é “um dos fios que tecem aquele espaço público (FRIAS FILHO, 08/03/88). Nesse sentido, a sociedade tem que conviver com alguns de seus efeitos deletérios, como o mau jornalismo, o sensacionalismo e o risco de incorrer em equívocos e deixar descontentes grupos sociais implicados nas reportagens – como os docentes da USP. Apesar desses efeitos, Frias Filho defende a postura do jornalismo atual, que ele conceitua como a “ética jornalística da convicção”, em oposição a “ética da responsabilidade” (FRIAS FILHO, 08/03/88).

A “utopia regressiva” (FRIAS FILHO, 08/03/88) que pede a volta da imprensa que antevê as consequências da publicação da notícia deixa de considerar que o que começa como um bom sentimento poderia levar à autocensura e até mesmo à manipulação. Era essa imprensa, moldada na “ética da responsabilidade”, que decidia, anteriormente, o que deveria e não deveria ser conhecido do público, e quem ou quais atores deveriam ser considerados como amigos ou inimigos, sem respaldo nenhum em procedimentos técnicos. A publicação da lista serviu para provar a consistência do novo

“programa de trabalho jornalístico”, fundado na “ética da convicção” (FRIAS FILHO, 08/03/88).

Otávio Frias Filho compara a posição de André Singer no debate realizado no auditório da *Folha* – “ao mesmo tempo jornalista e sociólogo” – com a posição do próprio jornal: “simultaneamente ponto neutro da discussão e parte implicada nela” (FRIAS FILHO, 08/03/88). Essa ambiguidade de posição seria exarcebada, de acordo com o Diretor de Redação, pelo fato de haver uma interação entre uma instituição ligada ao mercado, como a *Folha*, com outra que rejeita o liberalismo e se fecha em suas prerrogativas, a USP, que não quer ser cobrada nem prestar contas à sociedade.

O diagnóstico de que a universidade não pode mais sustentar uma postura “aristocrática”, visto que não conserva mais a excelência institucional de uma época em que a massificação e a sindicalização de docentes e funcionários ainda não a atingiam, permite a Otávio Frias Filho defender que a USP possa ser tratada pelo jornalismo como uma instituição qualquer, como, por exemplo, “a Petrobrás” (FRIAS FILHO, 08/03/88), preservando-se, contudo, o mínimo de especificidade da universidade, cuja avaliação deve ir além de aspectos quantitativos. O argumento de que os desenvolvimentos recentes do ensino superior estão levando à sua degradação possibilita, do mesmo modo, que o Diretor de Redação reitere a importância da prestação de contas à sociedade das atividades da USP como uma maneira de melhorar sua condição, e coloque a necessidade de avaliação da instituição como algo essencial, já que de seu futuro dependem também outras atividades artísticas e culturais, assim como o pensamento brasileiro, e, de maneira secundária, mas “momentosa” (FRIAS FILHO, 08/03/88), o próprio jornalismo.

*

De modo geral, Matinas Suzuki Jr. descreve a USP como apartada da sociedade. De acordo com a sua concepção, os problemas da universidade são decorrentes de seu afastamento, e seu atraso uma consequência da rejeição em prestar contas de suas ações. As reações dos universitários à publicação da lista são fruto, nessa lógica, de um rechaço manifesto por grande parte dos docentes em relação ao jornalismo, mais especificamente à *Folha de S. Paulo*, jornal que se abriu às mudanças, ao mercado e às interações com outras instâncias da sociedade.

Subjacente a esse rechaço atribuído aos docentes em abrir a universidade para as mudanças e para o mercado se encontra a ideia de que eles assim procedem por terem uma visão arcaica das instituições. Sustentados por um “pai-Estado-patrão” (SUZUKI JR., 04/03/88), os professores procuram preservar as suas prerrogativas, não se abrindo para a nova sociedade que estava surgindo, democrática e moderna. Nesse sentido, à universidade atrasada contrapõem-se os jornalistas da *Folha de S. Paulo*, detentores de uma representação modernizadora das instituições e do Estado. Este, na concepção do jornalista, exerceria um papel regulador, ao invés de fornecer toda a sustentação e os subsídios para as instituições. Cada uma dessas instâncias da sociedade deveria, assim, ser deixada à própria sorte, de modo a conquistar no relacionamento com o público sua própria subsistência, procurando sempre fazer o melhor para enfrentar a concorrência de suas semelhantes. A universidade, do ponto de vista de Suzuki Jr., não deveria ser exceção. Tal modernização se implantaria com ou sem a sua vontade, ao passo que é um imperativo imposto a ela pela própria situação conjuntural do país e do mundo.

Marcelo Coelho sustenta que a *Folha*, ao se modernizar, passou a ser um concorrente em relação à USP no que concerne à contratação de jovens promissores para trabalhar em profissões intelectuais. Paralelamente a esse processo, o contexto de redemocratização do Brasil deu à *Folha* a oportunidade de separar-se intelectualmente de outros agentes que lutaram em conjunto com ela contra a ditadura militar, a elite universitária dentre eles. Os jornalistas se veem nessa conjuntura como libertos para lançar olhares e cobrar a reformulação dessas instituições do Estado.

Já Otavio Frias Filho salienta que a separação entre as esferas apontada por Coelho redundou em uma crescente tecnicidade do jornalismo, isto é, este passou a considerar critérios estritamente jornalísticos para a publicação de matérias. Nessa direção, a imprensa moderna brasileira representada pela *Folha* se pauta pela “ética da convicção”, não mais considerando a opinião de outros grupos sociais para fazer jornalismo. Além disso, de acordo com Frias Filho, com as mudanças ocorridas nas universidades ao longo dos anos 1980 – massificação, estabelecimento do movimento docente em bases sindicais –, não é mais possível a essas instituições sustentarem posturas aristocráticas. À medida que não estão adequadas aos imperativos da sociedade modernizada, a universidade pode ser cobrada pela *Folha*, a qual está em sintonia com as mudanças ocorridas na conjuntura nacional e mundial.

A essas concepções da matriz de pensamento dos jornalistas da *Folha de S. Paulo* se acrescenta o procedimento de estabelecer algumas ideias em oposição. Seus textos são escritos de forma a apresentar, de um lado, representações que os docentes teriam sobre a universidade e os pontos negativos que os jornalistas veem na mesma. De outro, são expostas as ideias que os jornalistas têm sobre a reformulação da universidade e as características positivas do periódico. Coube à pesquisadora, no decorrer da análise, pinçar as ideias expostas nos textos dos jornalistas e apresentá-las depuradas no quadro abaixo. As supostas representações dos docentes e as características negativas atribuídas à instituição pelos jornalistas se encontram à esquerda, enquanto as ideias que os jornalistas têm para melhorar a situação da universidade e as representações positivas sobre a *Folha* estão à direita.

Tabela 1. Ideias em oposição

<p>“a universidade não pode olhar para ela mesma” (SUZUKI JR., 04/03/88). “sentimentos de irmandade mais mesquinhos, maquiados de defesa da razão” (SUZUKI JR., 04/03/88).</p>	<p>“vontade de transformá-la [a universidade] radicalmente” (SUZUKI JR., 04/03/88).</p>
<p>“a USP só quer ser julgada pela USP” (SUZUKI JR., 04/03/88) “pecados (...) represados entre os muros dos conventos acadêmicos” (SUZUKI JR., 04/03/88). “Como os critérios da irmandade da USP não passam por nenhum crivo social, são eles que decidem entre eles mesmos quem é bom e quem é ruim, o que está certo e o que está errado, o que é verdade e o que não é verdade etc.” (SUZUKI JR., 04/03/88). “Por que a USP não denuncia suas próprias fragilidades publicamente? Que tipo de saber produz a ECA, por exemplo? Se o olho de público é cego e vazio, qual é a razão iluminadora que sai do curso de jornalismo da universidade? Por que não se coloca publicamente esta questão, para fora da fofocagem da briga de vizinhança da província universitária?” (SUZUKI JR., 04/03/88). “um campo refratário a ele [ao liberalismo], atravancado por prerrogativas como a USP: a de não ser cobrada, de não prestar contas etc.” (FRIAS FILHO, 08/03/88).</p>	<p>“ajustar contas com a sociedade e com a opinião pública” (SUZUKI JR., 04/03/88).</p>
<p>“A universidade deseja que a <i>Folha</i> seja um cúmplice e não um jornal independente e, portanto, deslocado do território de sua jurisdição que, não tenha dúvida, na essência é profundamente autoritário e antidemocrático” (SUZUKI JR., 04/03/88).</p>	<p>“jornal independente” (SUZUKI JR., 04/03/88).</p>
<p>“lixo do clientelismo de cada departamento” (SUZUKI JR., 04/03/88). “arbitrariedade politiqureira com a qual se escolhem os professores e pós-graduandos” (SUZUKI JR., 04/03/88). “apadrinhamento intelectual” (SUZUKI JR., 04/03/88). “concursos realizados às escuras para não quebrar o acerto já estabelecido de quem vai ocupar uma vaga de professor” (SUZUKI JR.,</p>	<p>“veículo que expôs publicamente uma parte da sua doença” (SUZUKI JR., 04/03/88). “A <i>Folha</i> (...) tocou em um ponto sensível da mazela universitária” (SUZUKI JR., 04/03/88). “imagine o que aconteceria no dia em que uma reportagem conseguisse mostrar toda essa “transparência” da universidade”</p>

<p>04/03/88). “teatro (...) hipócrita das defesas de tese” (SUZUKI JR., 04/03/88). “professores que não gostam de dar aula” (SUZUKI JR., 04/03/88). “pacto de tolerância existente em várias unidades que consiste em não cobrar nada dos alunos para não ser cobrado na competência” (SUZUKI JR., 04/03/88). “ladeira abaixo da universidade pública” (SUZUKI JR., 04/03/88). “A universidade descamba justamente porque os que nela estão inseridos não se sentem responsáveis, ou melhor, porque os que nela trabalham desprezam absolutamente a sociedade que lhes fornece os insumos de subsistência” (SUZUKI JR., 04/03/88).</p>	<p>(SUZUKI JR., 04/03/88).</p>
<p>“ultrapassados pelo dinamismo social” (SUZUKI JR., 04/03/88). “não consegue responder a uma sociedade mais moderna e mais tecnologicada (...)” (SUZUKI JR., 04/03/88). “nocauteada todas as vezes que tem que enfrentar a realidade” (SUZUKI JR., 04/03/88). “verdadeiro horror à transformação dos fatos” (SUZUKI JR., 04/03/88). “A USP não pode se rebaixar ao confronto com outras verdades, principalmente com a mais terrível de todas, o mercado. Este medo impotente engendrou o ressentimento. Que a USP descanse em paz” (SUZUKI JR., 04/03/88).</p>	<p>“não ter ficado parado na história” (SUZUKI JR., 04/03/88). “velocidade para a qual não têm preparo físico” (SUZUKI JR., 04/03/88).</p>
<p>“os chavões acadêmicos perderam seu público” (SUZUKI JR., 04/03/88). “toda uma tese gestada durante anos de trabalho reflexivo desinteressado e que redundou numa espécie de Tavares de Miranda da história da vida acadêmica da USP” (SUZUKI JR., 04/03/88). “a USP acha que só ela é cultura no Brasil” (SUZUKI JR., 04/03/88). “Quem, dentro da própria universidade, teria coragem de desafiar o tédio e a sensação de perda de tempo e se dispor a ler 50% das teses defendidas em Ciências Humanas? Ninguém é louco de enfrentar esse castigo (...)” (SUZUKI JR., 04/03/88).</p>	<p>“o pós-yuppismo desavisado dos ex-alunos da USP contribuiu na ‘Ilustrada’, nas décadas recentes, muito mais para a cultura brasileira” (SUZUKI JR., 04/03/88). “este jornal deixou de reconhecer a USP como fonte de verdade, deixou de assinar embaixo da sua explicação para os caminhos da sociedade brasileira e, mais do que isto, deixou de legitimar integralmente o conceito que a USP promove do que é verdade, do que é cultura, do que é arte, do que é participação e transição democrática e, por fim, do que é razão”. (SUZUKI JR., 04/03/88).</p>
<p>“independência dos rumos da sociedade” (SUZUKI JR., 04/03/88). “privilegiados do mundo do trabalho” (SUZUKI JR., 04/03/88). “atletas de um exercício em que figuram como os últimos que conseguem a autonomia frente à alienação do trabalho no mercado” (SUZUKI JR., 04/03/88). “desprezam profundamente a mediocridade do dia-a-dia dos mortais comuns. E é por isso que olham os jornais com tanta superioridade” (SUZUKI JR., 04/03/88). “Atacam a ligeireza dos artigos que os escravos da mercadoria são obrigados a produzir” (SUZUKI JR., 04/03/88). “seu padrão é socialmente abstrato, complacente e conivente” (SUZUKI JR., 04/03/88). “E estão de tal forma acostumados a este tipo de relação de favor com o pai-Estado-padrão” (SUZUKI JR., 04/03/88). “Como os critérios de irmandade da USP não passam por nenhum crivo social, são eles que decidem entre eles mesmos que é bom e quem é ruim, o que está certo e o que está errado, o que é verdade e o que não é verdade etc.” (SUZUKI JR., 04/03/88). “De uma maneira geral, intelectuais brasileiros raciocinam assim: é uma obrigação do Estado financiar o meu trabalho que é importantíssimo para o país e para a cultura. A sociedade deve pagar sem chiar” (SUZUKI JR., 04/03/88).</p>	<p>“Todo texto que um jornalista escreve, coloca seu pescoço em risco: o de ser mal recebido pelo público, de ser processado pelo político ou corrupto, de ser estigmatizado como reacionário comunista etc., e até de perder o emprego pela não aceitação de suas palavras ou ideias” (SUZUKI JR., 04/03/88).</p>

<p>“progressiva proletarização da camada jovem de professores universitários” (COELHO, 06/03/88).</p> <p>“camada universitária jovem, desestimulada e mal remunerada” (COELHO, 06/03/88).</p> <p>“padrões universitários de solidez e persistência científica” (COELHO, 06/03/88).</p> <p>“trabalho universitário, muitas vezes rotineiro e padronizado, por parte de seus colegas, orientandos ou deles mesmos, dependendo do caso” (COELHO, 06/03/88).</p>	<p>“progressiva elitização da profissão de jornalista” (COELHO, 06/03/88).</p> <p>“tipo profissional de extração mais alta do que o comum nas antigas redações (...), padrões de consumo sofisticados, formação universitária em Ciências Humanas, pretensões e presunções intelectuais muito acima dos padrões vigentes no jornalismo de há dez ou 20 anos vão compondo esse tipo de ‘yuppie’” (COELHO, 06/03/88).</p> <p>“exigência crítica face à universidade, com um interesse, uma frustração, uma impaciência e talvez um ressentimento face ao gênero de atividades que se realizam na USP” (COELHO, 06/03/88).</p> <p>“poder de influência ideológica – Paulo Francis – e de um vanguardismo crítico-comportamental – Matinas Suzuki Jr.” (COELHO, 06/03/88).</p> <p>“criatividade e irreverência” (COELHO, 06/03/88).</p> <p>“esta competição no mercado de trabalho jovem, esse intuito da <i>Folha</i> de ser um jornal mais preciso, crítico e sofisticado, essa crescente participação de artigos de intelectuais em suas páginas, colocam em questão a especificidade de um certo tipo de trabalho universitário” (COELHO, 06/03/88).</p>
<p>“Quando a USP era uma ilha de excelência intelectual num país atrasado, dispunha de credencial para legitimar sua situação externa e “acima” da universidade. Mas agora, quando a maioria dos alunos é o que é, quando as faculdades são em boa parte o que são, quando o ensino se ‘massificou’ conforme o país se industrializava de vez e quando a questão acadêmica já não se dissocia da questão sindical universitária, por que esperar que a opinião pública trate a universidade de modo diferente daquele que pelo qual trata a Petrobrás?” (FRIAS FILHO, 08/03/88).</p> <p>“A USP nunca mais voltará a ser o casarão que um dia foi (...) mas como resultado do tipo de desenvolvimento recente do ensino superior no país. A título de opinião pessoal, duvido que se possa reverter a degradação complacente dos níveis de ensino e rigor intelectual ali onde ela já aconteceu. Ao vicejar, a improdutividade e seu cortejo de males (mediocridade, anacronismo etc.) se transforma em ‘conquista social’ e direito adquirido” (FRIAS FILHO, 08/03/88).</p>	<p>“Há um consenso de que essas universidades devem prestar contas ao cidadão contribuinte e de que alguma forma de avaliação pública é imprescindível, ainda que seus termos devam ser definidos num debate forçosamente difícil e custoso” (FRIAS FILHO, 08/03/88).</p>

Fonte: elaboração própria

Essas ideias se desdobram em alguns termos em oposição:

Tabela 2. Termos em oposição

USP	<i>Folha de S. Paulo</i>
Fechada/ Ultrapassada/ Parada na história/ Não enfrenta a realidade/ Horror, medo à transformação/ Sem preparo físico	Abre, expõe/ Transformação/ Responde à sociedade moderna e tecnologizada/ Veloz
Pai-Estado-patrão/ Privilégio/ Prerrogativas/ Autoritária/ Antidemocrática	Mercado/ Independente
Proletarização/ Massificação/ Degradação	Elitização
Solidez/ Persistência/Trabalho rotineiro, padronizado/ teses de Ciências Humanas	Criatividade/ Irreverência/ Vanguardismo/ Ilustrada

Fonte: elaboração própria

De acordo com Otavio Frias Filho, a utilização de “termos em contraste” (FRIAS FILHO, 05/08/84) faz parte da essência do produto jornalístico, funcionando como um recurso para que o jornal seja bem sucedido na atribuição de uma curiosidade ao leitor. No artigo “Vampiros de papel” publicado na *Folha de S. Paulo* em 05 de agosto de 1984, o Diretor de Redação defende a tese de que “a estratégia de mercado posta em andamento pela imprensa está firmemente ancorada na estrutura ideológica da notícia (de qualquer notícia) e na relação de objetividade entre imprensa e público” (FRIAS FILHO, 05/08/84). Dessa forma, todo texto jornalístico é produto de uma relação travada entre os jornalistas que atribuem uma curiosidade ao leitor, utilizando os “termos de oposição”, clichês, coincidências etc., que constituem a própria ideologia da notícia, e o leitor que aceita ser enganado, iludido, pela notícia assim construída. O procedimento é descrito por Frias Filho:

O que constitui a manchete, e por diluição o texto jornalístico do qual ela é um condensado, é o contrastamento que ali se abre entre dois termos, o familiar e o hediondo, o rotineiro e o inesperado, o acaso e a coincidência, o público e o privado, o próximo e o distante. Pouco importa o que é contrastado, importa que haja contraste.

(...) trata-se invariavelmente de contrastar dois pólos (próximo e distante, secreto e devassável etc.) e ampliar ao máximo a separação entre eles. É dessa ampliação que vive a imprensa posto que a curiosidade do leitor, como de resto qualquer curiosidade, se alimenta na e da distância. O procedimento de esgarçar a notícia para exaurir suas possibilidades de contraste é responsável pela sensação, muito comum, de que os jornais falam sempre a

mesma coisa, de que dão as mesmas voltas intermináveis sobre os temas de sempre (...). Não obstante, tudo o que puder ser feito para insuflar o contraste ou para alargá-lo (introduzindo novos personagens, por exemplo, ou aduzindo aspectos insuspeitados no estilo *revelações no caso tal!*) será feito. Um dia a notícia, como uma flor, vai fenecer; os jornalistas somos como jardineiros que a mantêm em estufa para retardar a sua morte.

Ao contrário do grego famoso, atravessamos sempre e rigorosamente o mesmo rio. Em jornalismo somente o conteúdo muda, ou seja, o conteúdo do conteúdo é inalterável. Remexemos ao infinito o lixo ideológico em que se depositam os chavões (*tresloucado gesto, corpo crivado de balas*), os preconceitos (*a multidão enraivecida, o japonês Fulano de Tal*), a verdade petrificada do lugar-comum. A mãe do lugar comum é a pressa e os jornalistas têm pressa por definição. Colocado em face do inédito o jornalismo recorre à analogia para aprisioná-lo na idéia-feita, para fixá-lo em clichês de linguagem que permitam seu rápido esgarçamento. *Nada disso ocorre porque os jornais ou jornalistas sejam assim, mas porque é assim a estrutura da notícia*. Ainda que o jornalismo seja uma técnica ideológica, como toda técnica ele possui uma lógica interna que ultrapassa ideologias e que se impõe a elas (FRIAS FILHO, 05/08/84; grifos do autor).

O contraste é, para Otavio Frias Filho, uma “lei de ferro” (FRIAS FILHO, 05/08/84) do jornalismo. Desse modo, ele não poderia estar fora do caso da “lista dos improdutivos”. Foi feito o jogo entre o público e o privado, dizendo a *Folha* que a reitoria tinha elaborado a relação de nomes, mantendo-a sob sigilo, cabendo ao jornal torná-la pública. Na mesma direção, o periódico falou da universidade fechada em suas prerrogativas, em privilégios, sendo seu objetivo, ao noticiar fatos sobre ela, expor suas mazelas ao público, trazer o que antes se encontrava fechado, em segredo, distante do leitor, para sua mesa do café da manhã.

O trabalho intelectual dos professores foi caracterizado como rotineiro, padronizado, sólido, em contraste com a criatividade, a irreverência e o vanguardismo do jornalismo da *Folha*. A universidade, financiada com dinheiro público, é descrita como autoritária, antidemocrática, enquanto o jornal, que aderiu ao mercado, é independente. A USP passa por um processo de proletarização de seus quadros docentes e pela diminuição de seu prestígio devido à massificação do ensino superior, de modo que na *Folha*, pelo contrário, houve a elitização de seus profissionais.

Em nome de uma suposta curiosidade do leitor – e para atraí-la – são utilizados procedimentos de construção do texto jornalístico, os quais fornecem uma determinada imagem daquilo que é relatado. Para o caso da “lista dos improdutivos” tem-se que o contraste, somado ao modo de fazer jornalismo da *Folha*, pautado, dentre outros imperativos, pela “ética da convicção” – a qual, não custa lembrar, orienta-se pela publicação daquilo que é verdadeiro para o jornalismo: a lista existia e deveria ser

veiculada – acabou por constituir uma imagem desfavorável aos docentes, que responderam ao jornal.

Essa construção semântica sobre a universidade carrega uma ideologia subjacente, de modernização das instituições. Os termos positivos atribuídos à *Folha* estão ligados ao seu processo de afastamento em relação às outras instituições e à prescrição de que todas deveriam seguir seu exemplo e se modernizarem, abrindo-se para o mercado e para a concorrência direta. Nesse processo, o papel do Estado também é definido, no sentido de que não deve ser mais o pai-Estado-patrão desejado pelos intelectuais, mas somente um organismo regulador das interações entre instituições concorrentes. Dessa forma, na maneira como os jornalistas constroem o caso da “lista dos improdutivos” é possível apreender as suas tentativas de impor uma determinada visão sobre como o mundo social deve ser visto e organizado, passando pela reestruturação do Estado. A análise da imposição dessa *doxa jornalística*, desse senso comum a respeito de como o mundo social deve ser, é analisada no Capítulo 2 da presente dissertação.

3. As matrizes de pensamento dos professores da USP

Durante os dois meses em que a *Folha de S. Paulo* dedicou-se mais contundentemente a publicar as reações dos professores da USP à “lista dos improdutivos”, centenas de docentes mandaram cartas ao jornal. Foi criada uma seção específica para veicular as respostas, chamada “*As reações*”.

Em tal coluna, argumentações mais intrincadas foram deixadas de lado, sendo que em sua maioria, são expostos textos de defesa, de professores indignados por verem seus nomes na lista, expondo as atividades que realizaram no período, justificando a falta de publicações e/ ou o não preenchimento de relatórios enviados pela reitoria para aferir sua produção (estavam viajando, houve problemas de comunicação entre as unidades e a reitoria). Quando exprimem concepções sobre a avaliação, estas giram em torno de defender que ela deve ser adequada a cada área de conhecimento, considerando aspectos qualitativos das publicações, levando em conta um período maior de tempo e as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Há aqueles que defendem que a avaliação deve ser estabelecida em bases democráticas, e não aparecer como resultado de uma

imposição administrativa. Existem professores favoráveis à avaliação na medida em que ela permitiria a prestação de contas das atividades realizadas na universidade, além de visar o aperfeiçoamento da instituição. Encontram-se, ainda, docentes que criticam a reitoria e a *Folha* pela publicação da relação, condenando a divulgação de listas nominais, e outros que colocam apenas a “culpa” em uma das duas. Há ainda alguns professores que relacionam o caso da lista a um ataque contra o ensino público e gratuito.

Antes de serem textos que pretendem defender um ponto de vista, utilizando argumentos mais complexos, as cartas, quando contêm alguma observação sobre avaliação, universidade e/ou jornalismo, somente apresentam a opinião do autor, não há o desenrolar de um pensamento ou a defesa de uma tese.

Ao contrário, os artigos publicados por alguns docentes na seção “*Tendências/ Debates*” expõem determinadas concepções a respeito da universidade, de seu papel na sociedade democrática e da sua modernização. Assim como ocorreu com os jornalistas, que circunscreveram o espaço e a maneira de atuação do jornal, há um conjunto de professores que buscaram, na conjuntura, definir a especificidade da instituição, exaltando sua centralidade para a sociedade que estava se formando em novas bases políticas. Seus discursos não fogem da oposição manifesta ao modo como a *Folha de S. Paulo* conduziu o caso, mas eles têm um “algo a mais”, que permite dar ensejo à investigação de sua posição no interior da Universidade.

Diferentemente do jornal, que, por ser uma empresa, possui mecanismos de exclusão de posições discordantes às diretrizes da direção (a demissão, o rebaixamento a postos mais desvalorizados), a universidade, pelas próprias características do trabalho científico e acadêmico que ali é realizado, estimula o debate de ideias e a existência de uma pluralidade de pontos de vista que convivem entre si, tanto dentro das especialidades disciplinares quanto fora, na discussão sobre a maneira de gerir a política universitária. Nesse sentido, em oposição ao grupo que girava em torno da defesa da concepção de universidade da reitoria da época – Giannotti, Durham e Schwartzman – encontra-se o discurso de Marilena Chauí e da Associação dos Docentes da USP (ADUSP), os quais manifestam articuladamente suas críticas à gestão de José Goldemberg.

A seguir, faço uma análise dos discursos dos grupos, seguida de algumas considerações para os próximos capítulos.

3.1. Uma primeira matriz de pensamento dos docentes: José Goldemberg, Eunice Durham, José Arthur Giannotti e Simon Schwartzman

Como no caso dos jornalistas Matinas Suzuki Jr., Marcelo Coelho e Otavio Frias Filho optei por apresentar uma análise mais detalhada dos discursos dos docentes, visto que é importante para essa dissertação apreender a concepção que eles têm sobre a universidade brasileira em geral e a USP em particular. Igualmente aos jornalistas, que defendem as reformas do jornal e sua posição frente à conjuntura democrática, os professores manifestam um discurso de especificidade do papel da USP no novo regime, defendendo algumas mudanças a serem realizadas tendo em vista o cumprimento de sua função social, dentre elas a avaliação. Começarei pelo reitor da época, José Goldemberg.

José Goldemberg

Para José Goldemberg, só há sentido em falar de avaliação se forem considerados os objetivos que a universidade se propõe: a “formação de pessoal altamente qualificado, a produção de um conhecimento crítico, inovador e relevante para o país, a transmissão e disseminação desse conhecimento para a sociedade” (GOLDEMBERG, 21/02/88). Sendo esses objetivos viáveis para a USP e para qualquer instituição de ensino pública brasileira, o ex-reitor indaga: por que se deve avaliar a universidade?

De acordo com Goldemberg, a avaliação faz-se necessária na medida em que o regime democrático exige uma maior transparência:

(...) da mesma forma que se exige que governantes expliquem suas propostas e políticas, exige-se dos reitores das universidades que expliquem seus programas e suas ações. Mais do que isso, é necessário que a universidade, como um todo, se justifique perante a sociedade, prestando contas das verbas que consome e demonstrando que está cumprindo suas finalidades sociais. A

avaliação corresponde a essa prestação de contas (GOLDEMBERG, 21/02/88).

Tendo estabelecido a importância da avaliação na nova conjuntura política e social, o ex-reitor coloca duas questões que merecem ser discutidas sobre o assunto: o que deve ser avaliado na universidade? Como fazê-lo?

Goldemberg destaca a dificuldade em encontrar respostas às indagações, tendo em vista que poucas experiências foram feitas no Brasil. Nesse contexto, ganha centralidade o Projeto-Piloto de Avaliação que a USP vinha desenvolvendo, no qual seis departamentos, escolhidos entre as áreas de humanas, biológicas, exatas, ciências aplicadas e tecnologia, discutiram propostas de avaliação de sua produção, considerada de acordo com critérios estabelecidos pelos próprios docentes sobre o que é valorizado em cada especialidade, evitando qualquer tipo de baliza que levasse à uniformização. Segundo o físico, o resultado mais importante desse projeto foi ter constatado a diversidade da produção de uma universidade complexa como a USP, que abrange desde teses acadêmicas até concertos, pinturas, projetos de engenharia, prestação de serviços à comunidade etc. O interesse da reitoria nesse tipo de iniciativa, de acordo com Goldemberg, não é saber se um docente específico produziu mais ou menos, mas de que forma e com que eficácia um departamento está realizando os objetivos colocados para a universidade, de modo que ele possa “contribuir para o desenvolvimento do conhecimento, o que implica em seriedade e dedicação ao trabalho, que deve resultar numa produção acadêmica de boa qualidade” (GOLDEMBERG, 21/02/88).

Respondida as questões, pode restar, ainda, uma dúvida: para que avaliar a universidade? Segundo Goldemberg, a avaliação é um instrumento para melhor alocar e gerir os recursos da instituição. O objetivo não é punir os departamentos improdutivos, condenando-os à paralisia. Sua finalidade é permitir, a partir de um melhor conhecimento da USP, a realização de uma política de desenvolvimento que garanta aos setores mais dinâmicos os recursos necessários para continuar em sua posição, ao mesmo tempo em que destina verbas para impulsionar áreas mais estagnadas. Além disso, a avaliação possibilita justificar e explicar à população as enormes quantias gastas com ensino superior no país. Nessa linha, também, “avaliações globais e comparativas são necessárias para estabelecer parâmetros para uma política de melhoria e expansão do ensino superior” (GOLDEMBERG, 21/02/88).

Para Goldemberg, a avaliação institucional constitui, igualmente, um meio de se apresentar de forma honesta diante daqueles a quem são solicitados seus recursos e que os provêm, o governo e a sociedade. Na concepção do ex-reitor, ao explicar as necessidades da universidade de forma objetiva, é possível à instituição se livrar das práticas clientelísticas que comandam o repasse de verbas do governo. Assim, “a avaliação da universidade é um ingrediente básico da postura exigida pelo sistema democrático e deve se aplicar a todos os seus setores, não apenas a seus dirigentes” (GOLDEMBERG, 21/02/88).

Eunice Ribeiro Durham

Eunice Ribeiro Durham, nos textos publicados nos jornais *Folha de S. Paulo* (DURHAM, 24/02/88) e *O Estado de S. Paulo* (DURHAM, 28/02/88), assim como no debate realizado nas dependências da *Folha* no dia 29 de fevereiro, lamenta reiteradamente que a publicação da “lista dos improdutivos” venha a atrapalhar a pesquisa da reitoria para saber o que a universidade vinha fazendo e com que recursos, etapa anterior à avaliação institucional propriamente dita. O jornal, ao veicular tal relação de nomes, teria, ainda, desqualificado a discussão que vinha se desenvolvendo lentamente no interior da universidade, que já não mais girava em torno da necessidade de avaliar, mas de como fazê-lo:

A luta para instituir a avaliação (...) vem sendo travada, há vários anos, por docentes empenhados em melhorar o nível de ensino e desenvolver a pesquisa.

As resistências foram muitas, mas ao longo do tempo a batalha foi sendo ganha – a necessidade de avaliação passou a ser aceita e a discussão passou a ser feita em torno de como fazê-la.

Com a publicação dessa lista, todo o excelente trabalho que consta do resto da matéria ficou prejudicado, pois a atenção dos leitores e o debate que se seguirá à reportagem ficará inteiramente centralizado nesse único aspecto, prejudicando uma discussão produtiva sobre o desempenho da universidade (DURHAM, 24/02/88).

Quando um jornal utiliza dados parciais para definir quem é produtivo ou improdutivo, dá a entender que a direção da universidade comete o mesmo erro e que coletou as informações para esse fim. Desta forma, lança suspeição sobre toda a Reitoria, ameaça a credibilidade do reitor e põe em risco todo o trabalho sério que vinha sendo feito e que ainda não era o de avaliar a universidade, mas de saber o que ela está fazendo e com que recursos.

Tudo isso que vinha sendo feito na universidade pode ser destruído pelo ressentimento que a lista dos “improdutivos” provocou e das suspeitas que

gerou. A avaliação, que sequer tinha começado, corre o risco de se tornar impossível. A política de transparência das informações, que a reitoria estava implantando, começa a ser contestada porque pode dar origem a manipulações perversas (DURHAM, 28/02/88).

(...) Então, a introdução do tema da avaliação na universidade para mim era uma questão crucial da nossa autonomia e da liberdade acadêmica. Isso só pode ser introduzido dentro da universidade na medida em que tenhamos um espaço mínimo de discussão. O que me parece que aconteceu, que foi extremamente grave, foi que através dessa reportagem esse espaço de discussão está praticamente destruído e o que está ameaçado neste momento é a própria possibilidade de fazermos algo de sério e competente em termos de avaliação. Por que é tão difícil nesse momento fazê-lo? Porque entramos num processo geral de desqualificação dos adversários, eles se transformam todos em inimigos. O processo começa quando através de uma reportagem se desqualificam os docentes e se desqualifica o trabalho docente. Ela prossegue, na medida em que se desqualifica a reitoria e a ação que vem sendo feita dentro dela. E prossegue agora, porque na nossa tentativa de defesa de uma desqualificação que ocorreu, desqualificamos a imprensa também (...).

Eu vejo, com extraordinária preocupação, o modo como as coisas estão ocorrendo. Acho que isso foi provocado pela irresponsabilidade de uma reportagem. Mas hoje [no dia do debate realizado na *Folha*] todos nós, na verdade, estamos atribuindo intenções. Diz-se que a lista era sigilosa e que na verdade havia intenção através dela de fazer de fazer alguma coisa de punitivo. Quero saber quantos de nós hoje estão realmente interessados ou se há sequer clima para saber efetivamente o que aconteceu. Alguém na verdade está procurando um esclarecimento ou se todos nós neste momento estamos simplesmente manifestando a nossa profunda indignação? (DURHAM, 02/03/88).

A antropóloga procura explicar em seus artigos o que realmente aconteceu. Segundo ela, a reitoria vinha realizando recenseamentos sobre a universidade, publicados anualmente nos relatórios que incluíam

o número de candidatos ao vestibular, o número de alunos e a taxa de evasão por curso, arrolam as pesquisas em andamento, as teses defendidas, os cursos de extensão oferecidos, o número de livros e periódicos nas bibliotecas e, inclusive, apresentam a lista de publicações produzidas pelos docentes (DURHAM, 28/03/88).

Esses recenseamentos tinham por objetivo fornecer uma ideia global da universidade, verificando se a instituição estava cumprindo a função que a sociedade lhe atribui, qual seja, de realizar adequadamente as tarefas de ensino, pesquisa e extensão universitária. Assim, a avaliação institucional funcionaria como um

mecanismo de controle público sobre as instituições de ensino superior, como instrumento interno de planejamento, como recurso para uma alocação mais racional de verbas, como forma de promover a aproximação da universidade com a sociedade (DURHAM, 24/02/88).

E, da mesma forma que José Goldemberg, a antropóloga pensa a avaliação institucional como um meio para melhorar as negociações financeiras da USP com o Governo do Estado de São Paulo:

Informações como as do relatório são fundamentais porque permitem à universidade justificar os recursos que recebe, mostrando à sociedade que a instituição está produzindo. Permitem, também, que nas negociações salariais a direção da universidade não se coloque na posição de quem está pedindo uma benesse, mas de quem está defendendo um investimento (DURHAM, 28/2/88).

Para Eunice Ribeiro Durham, a avaliação bem realizada não se assemelharia em nada à “lista dos improdutivos”. Ela levaria em conta um período maior de tempo e as diferentes atividades realizadas no interior da universidade⁶. O único objetivo de se construir uma lista com produções científicas dos docentes, segundo Durham, era ter um indicador a mais para a avaliação global da universidade:

O levantamento do conjunto das publicações dos docentes pode ser, quando usado criteriosamente, um indicador importante na avaliação institucional, porque a média das publicações (a relação entre o número total de publicações e o número total de docentes) é reveladora quando se comparam anos sucessivos ou instituições equivalentes. Mas médias elevadas não se obtêm exigindo que todos publiquem um número mínimo de artigos todos os anos, com a ameaça de expô-los à execração pública se não o fizerem. É importante essa referência às médias, porque a produção da universidade não se reduz à soma de trabalhos individuais, mas é resultado de uma atividade coletiva. Em qualquer departamento, há sempre docentes que não estão publicando por razões legítimas, mas sua produção ao longo dos anos, assim como a média do departamento, pode ser elevada. Isso é natural e necessário. A produção intelectual dos docentes não ocorre num fluxo constante – ela tende a se concentrar em períodos (...).

As médias também variam de setor para setor da universidade e traduzem diferentes tipos de trabalho produtivo, porque publicações são apenas um indicador, e parcial, da produção acadêmica. Nas carreiras artísticas e tecnológicas, por exemplo, assim como em certos ramos profissionais, a produção básica não pode ser medida sob a forma de artigos publicados, mas através de projetos, patentes, organização de espetáculos, atividades de assessoria, ou de prestação de serviços (DURHAM, 24/02/88).

Se, para a docente, as médias são importantes na avaliação da universidade, também é essencial que sejam manipuladas com cuidado, visto que podem gerar mal entendidos, como a publicação da lista pelo jornal e a celeuma que a partir daí se desenvolveu:

Se médias podem ser importantes, quando usadas com cautela, listas de “improdutivos” são uma forma de desinformação, criam uma impressão falsa

⁶ “Quando se avalia uma instituição múltipla e complexa, o primeiro cuidado é respeitar a diversidade e heterogeneidade que a caracteriza, levando-se em conta o conjunto das atividades que desenvolve e a multiplicidade dos resultados que produz” (DURHAM, 28/02/88).

do que é trabalho científico e deformam a concepção do que deve ser a universidade – ela não é um conjunto homogêneo de docentes que regularmente desovam dois ou mais artigos por ano, mas é formada por equipes de profissionais que se empenham coletivamente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e produzem (entre outras coisas) artigos e livros relevantes (DURHAM, 24/02/88).

Nesse sentido, segundo Eunice Ribeiro Durham, a avaliação deve ter por foco a atividade coletiva dos profissionais, sendo a análise da produção individual dos docentes deixada a cargo dos parâmetros próprios de julgamento do trabalho acadêmico:

Nenhuma universidade pode qualificar este ou aquele professor como improdutivo a partir de listas de publicações sabidamente incompletas, que cobrem um período de apenas dois anos.

E não pode fazê-lo por três razões: porque a produção dos docentes não se reduz a publicações; porque, mesmo sendo as publicações um indicador importante do trabalho acadêmico, trabalhos relevantes exigem frequentemente um período maior de elaboração; e porque as informações desse tipo de listas são incompletas.

O trabalho que se exige dos docentes inclui uma grande diversidade de tarefas, como ministrar aulas, preparar cursos, participar de bancas, orientar pesquisas, realizar investigações próprias, produzir relatórios, pareceres científicos e laudos técnicos, exercer atividades administrativas, assessorar órgãos do governo, etc. A produção docente inclui exposições (como se faz nos museus), o atendimento a pacientes em clínicas médicas, odontológicas e cirúrgicas, a participação em concertos, a elaboração de projetos arquitetônicos. A lista é quase infindável. Toda essa produção exige uma atividade permanente de estudo e é através dela que o docente se qualifica e se torna competente (DURHAM, 28/02/88).

Um último ponto levantado por Eunice Ribeiro Durham no debate realizado no auditório da *Folha de S. Paulo* e que merece ser aqui sinalizado é a centralidade dada pela antropóloga à realização de discussões sobre avaliação exclusivamente no interior da universidade, defendendo a forma como a reitoria vinha procedendo até o momento, na medida em que os dirigentes da instituição fazem parte do próprio corpo de professores, agindo somente de acordo com o interesse de todos:

O debate sobre a avaliação do trabalho intelectual e da universidade vem se travando ao longo dos anos, em particular, no interior das próprias universidades. A despeito do espaço que a *Folha de S. Paulo* tem dedicado a essa discussão, não foi ela quem a iniciou nem a organizou de modo fundamental. Discutir e implementar a avaliação é básico para aprimorar o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade. Na Universidade de São Paulo tal discussão esteve sempre presente, vista como inseparável da produção intelectual de qualidade e como desejável, desde que criteriosa e academicamente embasada.

Então, se acham que este não é nem o momento, nem o local onde essa discussão deve continuar a ser travada, acho que a universidade é o local e nós teremos o momento de fazê-lo (...). Do meu profundo engajamento de 30 anos na vida da Universidade de São Paulo, de minha profunda experiência

de trabalhar nesta universidade em todos os seus níveis, quero dizer que a minha esperança vem do fato de que sei que essa afirmação é válida para a universidade em seu conjunto, ela é válida para os departamentos, ela é válida para as unidades, é válida para o movimento docente e ela é válida para a reitoria da USP. E queria dizer que uma das razões pelas quais isso é válido para a universidade no seu conjunto é que a universidade é dirigida por docentes e intelectuais escolhidos dentro do seu próprio seio (DURHAM, 02/03/88).

Por fim, para Eunice Durham, algo foi esquecido quando o debate suscitado pela lista começou a girar em torno da improdutividade dos docentes:

O fato de que, considerando-se um período de apenas dois anos, e trabalhando-se com listas imperfeitas, a produção de três quartos do corpo docente da USP se concretiza em alguma forma de publicação e que o conjunto delas é muito elevado. Há que se reconhecer que a USP, em função desses resultados, deve se orgulhar do trabalho que vem desenvolvendo (DURHAM, 24/02/88).

José Arthur Giannotti

Assim como Eunice Durham, José Arthur Giannotti critica a publicação da “lista dos improdutivos” pelos jornais, pois esta teria mais atrapalhado do que ajudado o processo de avaliação da universidade. No entanto, o filósofo vai além e discute também o fato de que expor pesquisadores publicamente, como a *Folha* havia feito, acaba por trazer mais descrédito ainda à instituição, que, naquela conjuntura, era acusada de inúmeros problemas. Se a universidade está em crise, a adoção de um critério agregado, como o utilizado para a produção da relação nominal de docentes, revelava, para Giannotti, dois pontos importantes: o primeiro é a existência ainda de uma “mentalidade dedo-duro” (GIANNOTTI, 25/02/88), que ele acreditava ter sido superada; o segundo ponto consiste no fato de que o critério utilizado arrola pesquisadores cujo trabalho exige um processo mais longo de maturação com aqueles cuja reputação é construída pela exibição constante nas livrarias:

Causa-me repugnância ver apontados à execração pública colegas com os quais tenho trabalhado e que estão prestes a desovar obras relevantes, enquanto rematados imbecis são poupados. Nem toda produção acadêmica passa por artigos periódicos – o pobre Kant, por exemplo, seria reprovado neste teste (...).

Pedir a todo mundo que se lance na corrida da publicação, principalmente nas condições brasileiras, onde a crítica quase sempre é individualizada e maldosa, é privilegiar aos olhos do público o *sabido* que se promove perpetrando besteiras na mídia (GIANNOTTI, 25/02/88; grifo meu).

De acordo com Giannotti, se o dado agregado pode revelar alguma coisa, este não deve “descer à especificação dos indivíduos” (GIANNOTTI, 25/02/88), mas pode ser utilizado, por exemplo, como elemento para comparação com outras universidades. Da mesma forma que Eunice Ribeiro Durham e José Goldemberg, o docente estabelece uma diferenciação entre avaliação individual e avaliação coletiva. A primeira fica a cargo dos próprios mecanismos de progressão na carreira universitária. Se, na época, esta se achava transformada em uma farsa, caberia recuperá-la. A avaliação institucional dos centros e instituições de pesquisa visaria, por sua vez,

identificar as áreas isquêmicas e encontrar os remédios capazes de oxigená-las. Isto, primeiro, porque a pesquisa se tornou uma questão de vida e morte para o desenvolvimento econômico e para a autonomia da própria nação, sendo justo, pois, que esta participe de modo mais íntimo na elaboração de suas políticas. Segundo, porque se tornou urgente quebrar o pacto de mediocridade que isola o pesquisador de seu companheiro ao lado, na medida em que permite a cada um tratar apenas de seus próprios interesses, para o bem ou para o mal. Se o trabalho não é coletivamente julgado, a tendência é ninguém meter a mão na cumbuca alheia; se o contrário passa a ocorrer, todos vão cuidar de melhorar o padrão da pesquisa e da docência, posto que todos estarão aglutinados no mesmo processo (GIANNOTTI, 25/02/88).

Para o filósofo, a avaliação realizada nesses moldes fortaleceria o poder acadêmico pelo fato de que a universidade encontra, assim, “as medidas de si mesma, a fim de cumprir a nova missão social de que foi encarregada e, finalmente, também, preservar o espaço livre de pesquisa, com seus ritmos e diversidade próprios” (GIANNOTTI, 25/02/88). Segundo Giannotti, a universidade não deve ser um espaço destacado da sociedade em desenvolvimento, mas também não deve se atrelar a ela incondicionalmente, sob o risco de ter seu lado “inventivo” e “subversivo” amputado (GIANNOTTI, 25/02/88):

Outro dia, Eunice Durham, que acaba de chegar da Inglaterra, nos contava como a Sra. Thatcher está estrangulando as universidades inglesas, subordinando-as totalmente à recuperação tecnológica e industrial do país – e o instrumento maior de seu programa conservador é o novo sistema de avaliação. Acreditamos que nem para os próprios ingleses a questão não é apenas sair da crise, mas ainda encontrar uma nova forma de civilização. E para isso, a excelente tradição inglesa nos estudos aristotélicos, por exemplo, tem muito a depor. Se todo o esforço se dirige para recuperar a economia, os cérebros improdutivos emigram e lá se vai por água abaixo o próprio sentido cultural da Inglaterra. Nessas condições, muitos de nós que hoje lutamos pela avaliação, passamos a combatê-la com o mesmo empenho (GIANNOTTI, 25/02/88).

Tratando-se a avaliação de algo inexorável, de acordo com Giannotti, “pois corresponde a uma necessidade gerada pelas últimas alterações no modo de produção das ciências”, é importante, “para nós, democratas deste ou daquele feitio”, como ela

será feita, “pois a questão é política e envolve luta pelo poder” (GIANNOTTI, 25/02/88). Assim, o filósofo espera que universidade tenha controle sobre o processo avaliativo da universidade, pois além de ter que prestar contas à sociedade, dialogar com outros setores sociais, até mesmo com o mercado⁷, ela deve garantir sua independência, avaliando-se de acordo com critérios essencialmente acadêmicos:

Daí a importância da universidade montar rapidamente um sistema avaliação controlado por pesquisadores cuja excelência ela própria reconheça. A despeito de todas as desvantagens dum (sic) julgamento inter pares, este cometerá menos erros do que um julgamento indiscriminado. Se isto não acontecer, a universidade vai acabar prestando contas às burocracias dos governos, aos políticos e à mídia na base de critérios que lhe são alheios (GIANNOTTI, 25/02/88).

Assim sendo, que a avaliação seja uma tarefa da própria universidade, que a burocracia seja posta a seu serviço e que a mídia, cumprindo suas funções, informe conscientemente, com transparência, os processos de avaliação. Como no plano federal tudo está embolado muito mais do que no estadual, como as universidades estaduais formam a melhor rede universitária do país, sugiro que se constitua desde já um conselho interuniversitário das três universidades públicas paulistas, eleitos pelos seus doutores, já que esses, ao menos formalmente, são os pesquisadores independentes e autônomos da vida acadêmica. Que esse conselho estude mecanismos de avaliação, discuta seus planos com toda comunidade acadêmica e passe a implementar a estrutura consensualmente aceita. Com isso, estamos colaborando para mostrar que as universidades paulistas são capazes de se pensar em si mesmas, prestar contas à sociedade e, ao mesmo tempo, mostrar que nesse processo de transição muitas vezes caótico as forças mais progressistas são capazes de encontrar suas ordens próprias, sem apelar para um demiurgo orientador (GIANNOTTI, 06/03/88).

Contudo, segundo José Arthur Giannotti, a autonomia da universidade para decidir como será sua própria avaliação não pode reforçar o corporativismo. Assim, não cabe aos docentes reagirem à “lista dos improdutivos” como privilegiados cujas regalias foram suprimidas. Eles devem atuar de maneira acadêmica, interpretando o que ocorreu, e dando passos em direção a um melhor conhecimento da instituição universitária para que ela responda aos novos desafios impostos pelo presente.

Igualmente, para o filósofo, sendo a mídia e a universidade responsáveis pelo sucesso da transição democrática, não cabe a elas “respirar o ar de avacalhamento” (GIANNOTTI, 25/02/88) que está por todos os lados, levando ao descrédito a avaliação institucional por sua má execução.

⁷ Sobre esse ponto específico, José Arthur Giannotti discorre em artigo publicado pela *Folha de S. Paulo* no dia 6 de março de 1988, o qual é uma resposta ao texto de Matinas Suzuki Jr., “O Centrão da USP”, analisado no item anterior desse capítulo. De acordo com o filósofo, o jornalista teria razão ao apontar o medo da universidade em relação ao mercado, “este medo, porém, pode levar ao isolamento – o que é mau –, mas também pode gerar um confronto muito frutífero entre os critérios do mercado e os critérios acadêmicos” (GIANNOTTI, 06/03/88).

Diferentemente dos outros acadêmicos cujos textos foram anteriormente esmiuçados, José Arthur Giannotti tece algumas considerações sobre a imprensa e os jornalistas. No debate realizado no auditório da *Folha* (em 29 de fevereiro), suas falas ressaltam a impossibilidade de se discutir a avaliação da universidade sem considerar também o papel da imprensa livre na sociedade democrática. Nessa direção, o docente questiona os princípios defendidos pelos jornalistas da *Folha* para a publicação de denúncias, os quais, segundo ele, batiam de frente com algumas regras do novo regime:

Todos sabemos que a situação política é muito grave. Denunciar o mar de lama da corrupção, da impunidade, da vagabundagem é prestar serviço à democracia brasileira desde que a denúncia se pautar por regras democráticas. Publicar a lista da distribuição de verbas da SEPLAN é um ato necessário de coragem e de competência jornalística desde que, também, saliente que na democracia o político comercia votos, como o negociante com a mercadoria. Nada mais legítimo, portanto, um representante do povo pressionar a burocracia para que ceda verbas em benefício da população que representa. O que é ilegítimo é transformar essa mediação numa fonte de recursos financeiros ao próprio político e seus apaniguados.

É função do jornal pedir que a universidade mostre seu desempenho desde que ele valorize o esforço daqueles que, na universidade, estão lutando por sua reforma e sua dignidade.

Se a denúncia não é matizada por essas diferenças, se tudo for julgado a partir de rígidos princípios que nada têm a ver com o funcionamento real da democracia e seu necessário espaço de negociação e incerteza, essa denúncia se converterá num ato de autoritarismo, mecanismo de messianismo de uns poucos que se julgam o tribunal do mundo. Na pouca democracia que hoje temos, ameaçada pelo avanço da direita que não quer perder um dedo de seu poderio selvagem, cabe ao jornal pedir que as instituições prestem contas ao povo, no sentido de sua existência e no desempenho de suas funções. Mas também cabe a todos nós pedir que a imprensa preste contas de seus atos. É preciso desde logo pensar em implementar processos de avaliação da mídia. Nas condições atuais, essa avaliação é mais urgente que a da universidade (GIANNOTTI, 02/03/88).

Para Giannotti, então, os jornalistas da *Folha de S. Paulo*, ao levarem em consideração apenas os princípios estabelecidos por eles mesmos como estritamente jornalísticos para a publicação de notícias, deixariam de lado certas regras democráticas, principalmente o respeito às especificidades de cada esfera que compõe a sociedade. No caso da lista da SEPLAN⁸, eles deveriam ter atentado para algo próprio à política, que é a negociação entre representantes e a burocracia para a defesa dos direitos dos cidadãos que neles votaram. No caso da lista dos improdutivos, os jornalistas deveriam ter

⁸ Em 3 de fevereiro de 1988 (DIMENSTEIN, 04/02/88), a *Folha de S. Paulo* divulgou uma lista com nomes de 142 constituintes do PMDB, PFL, PDS, PTB e PDT, que, segundo o jornal, foram intermediários de recursos a fundo perdido dos programas sociais da Secretaria do Planejamento da Presidência da República (SEPLAN). Embora não houvesse nada de irregular nessa intermediação, a *Folha* explorou o caso, pois havia denúncias em torno das comissões de liberação de recursos.

apontado o fato de que existiam docentes realmente empenhados na avaliação da universidade, a qual seria feita de acordo com as regras do meio acadêmico. Se a imprensa pode, assim, falar de todos os grupos da sociedade é preciso, de acordo com Giannotti, que ela seja também avaliada, de forma a se evitar injustiças, como as cometidas contra os professores realmente produtivos da Universidade de São Paulo.

Simon Schwartzman

Apesar de não ser docente contratado da USP na época da publicação da lista, o cientista político estava presente na instituição como professor visitante do Instituto de Estudos Avançados (IEA). No ano seguinte, em 1989, Schwartzman comporia o Núcleo de Pesquisa do Ensino Superior (NUPES), juntamente com Eunice Ribeiro Durham, desenvolvendo pesquisas voltadas para análise de políticas públicas referentes ao ensino superior, principalmente aquelas dirigidas às universidades públicas.

No texto “Depois da tempestade”, publicado na *Folha de S. Paulo* em 11 de março, Simon Schwartzman compartilha do otimismo de Eunice Ribeiro Durham diante do fato que $\frac{3}{4}$ dos docentes divulgaram seus trabalhos em 1985 e 1986, um índice relativamente alto se comparado com outras instituições de ensino superior brasileiras. A USP constitui, dessa forma, uma exceção ao estado de coisas que se criou após a reforma do ensino superior de 1968, que tornou indissociáveis do trabalho universitário o ensino da pesquisa. Segundo Schwartzman, esse encargo ficou muito pesado para algumas universidades, o que teria levado à formação de um corpo docente que só se dedicava ao ensino.

A eclosão da polêmica seria um indício, segundo o cientista político, do importante papel que a USP ocupa na sociedade paulista, pois os jornais do estado dedicaram páginas e mais páginas aos assuntos da universidade, demonstrando vivo interesse pelos seus rumos e problemas. Isso demonstraria, de acordo com Schwartzman, a existência de uma forte integração da universidade a seu meio, o que aumentaria sua responsabilidade para com a sociedade.

Outro elemento positivo que Schwartzman percebe na polêmica é o fato de que o debate sobre avaliação na USP já estaria em outro patamar. Na medida em que todos concordam com a necessidade de avaliação, que os professores devem sim prestar

contas à sociedade, tomando para si essa tarefa, prevalece na instituição a “ética do desempenho e da responsabilidade social, e isto, de novo, não é nada desprezível em instituições públicas do Brasil de hoje” (SCHWARTZMAN, 11/03/88).

Feitas essas observações otimistas sobre a universidade, Simon Schwartzman busca demonstrar que, para além das acusações pessoais e do clima de guerra deflagrado por tal publicação, deve ser feita uma discussão séria “sobre os procedimentos adequados para que a universidade tenha consciência de seu desempenho e de seus problemas, e possa trabalhar para seu contínuo aperfeiçoamento” (SCHWARTZMAN, 11/03/88). Nesse sentido, ele tece uma série de considerações sobre o uso de critérios agregados na avaliação, o que transparece o conhecimento do cientista político a respeito:

Uma coisa que precisa ser esclarecida desde o início é o valor relativo e problemas associados ao uso de indicadores quantitativos como número de publicações e outros semelhantes. Indicadores deste tipo são usados em todo o mundo para acompanhar a evolução e examinar comparativamente o desempenho da atividade científica, a sua utilidade é indiscutível desde que não se perca de vista de que se trata de uma medida muito aproximada, com um grau de resolução muito baixo, que só faz sentido de uma maneira agregada e quando submetida a regras basicamente claras de “*ceteris paribus*”. Isto significa que é possível, por exemplo, comparar o volume de publicações de dois departamentos de física de universidades voltadas à pesquisa, ou dois pontos no tempo de um mesmo departamento, e chegar a hipóteses bastante sugestivas sobre eventuais diferenças e suas possíveis causas; não faz sentido, no entanto, comparar os números de um departamento de biologia com outro de artes, ou tentar avaliar o desempenho de um professor ou pesquisador individual simplesmente pelo número de coisas publicadas em um período dado. Indicadores deste tipo só são úteis, além disto, para auxiliar na avaliação de programas de pós-graduação, e dizem muito pouco sobre a atividade pedagógica dos professores na graduação, cujo produto se esgota, normalmente, nas salas de aula (SCHWARTZMAN, 11/03/88).

Segundo Simon Schwartzman, outra questão que aflora no debate causado pela publicação da “lista dos improdutivos” seria: quem melhor realizaria a avaliação da universidade? O cientista político concorda com Eunice Durham, dizendo que “a única avaliação possível e legítima é a avaliação independente por pares” (SCHWARTZMAN, 11/03/88). Trazendo o exemplo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o professor dá uma ideia de como a avaliação poderia se processar na USP:

ela tem um excelente sistema de levantamento da produção acadêmica dos cursos de pós-graduação, professor a professor; estas informações são levadas ao conhecimento de comissões acadêmicas, que fazem avaliações globais de cada programa de pós-graduação, que são informados a respeito.

Cabe aos programas, depois, contestar se for o caso a avaliação recebida, ou fazer uso dos conceitos externos para resolver, internamente, os problemas de desempenho que possam existir em seu meio. Neste processo, já testado e consolidado pela experiência de muitos anos, cada parte tem seu papel importante a desempenhar. As autoridades administrativas criam e dão continuidade ao sistema avaliativo, viabilizam as comissões, se encarregam da burocracia dos levantamentos, e desenvolvem, com isto, mecanismos que aperfeiçoam o conjunto e lhe proporcionam critérios de decisão; as comissões internas realizam de forma independente as avaliações globais; e as unidades (que participam da formação das comissões avaliadoras) examinam a propriedade ou não das avaliações recebidas, e tomam as medidas de ordem interna que sejam possíveis e desejáveis, dentro de sua autonomia. É claro que tudo isto está sujeito a erros e dificuldades, e seria ainda mais difícil se um sistema semelhante fosse aplicado para os cursos de graduação, onde a realidade é muito mais complexa, e os resultados menos visíveis (SCHWARTZMAN, 11/03/88).

Apesar dos erros e das dificuldades de aplicação de uma avaliação nos moldes da CAPES na universidade, Schwartzman considera os procedimentos da instituição preferíveis a depender de “mecanismos clientelísticos e político-partidários” (SCHWARTZMAN, 11/03/88) para o repasse de verbas para cursos de graduação e pós-graduação.

*

Nos textos e falas acima esmiuçados, transparecem afinidades de pensamento entre os docentes, perceptíveis nas concepções explicitadas e nas temáticas compartilhadas. De forma unânime, há nos artigos a defesa da avaliação da universidade, a qual deve ser realizada por professores e pesquisadores competentes, sem interferência de elementos externos. Tal procedimento seria necessário, segundo os professores, pois o regime democrático exige uma maior transparência por parte dos órgãos públicos, de maneira que a universidade deve prestar contas à sociedade, aproximando-se dela. A avaliação permitiria, igualmente, que os recursos disponíveis fossem alocados de maneira mais eficaz entre os departamentos da instituição, além de facilitar as negociações de verbas com o governo, já que poderiam ser demonstradas as necessidades da universidade de maneira objetiva.

Em resposta às reações dos demais docentes que viam na produção da lista uma tentativa da reitoria de instaurar mecanismos disciplinadores e punitivos no interior da universidade, José Goldemberg, Eunice Durham, José Arthur Giannotti e Simon Schwartzman diferenciam a avaliação individual, realizada pelo processo de progressão na carreira docente, da avaliação institucional, cujo objetivo é o estabelecimento de uma política de desenvolvimento para o ensino superior. Na concepção dos docentes,

tratando-se de algo necessário devido ao desenvolvimento próprio das ciências, a avaliação deve buscar abranger a complexidade das diferentes especialidades disciplinares, determinando se em todos os âmbitos a universidade cumpre as tarefas a ela designadas pela sociedade, quais sejam, de ensino, pesquisa e extensão.

A partir desse fundo comum de concepções sobre a universidade, a necessidade de avaliá-la e como fazê-lo, os docentes se distinguem uns em relação aos outros de acordo com a sua posição no interior da instituição, sua maior proximidade com a *Folha de S. Paulo*, com o debate específico sobre o ensino superior brasileiro, dentre outros refinamentos que matizam suas tomadas de posição, seja nas falas do debate seja nos artigos. As posições dos professores, que serão exploradas com mais acuidade no capítulo 3 dessa dissertação, aparecem sutilmente quando eles, por exemplo, revelam uma concepção mais refinada sobre o recurso à utilização de médias para a avaliação da universidade, presente nos artigos de Simon Schwartzman e Eunice Ribeiro Durham, os quais dedicaram parte de suas carreiras ao estudo e à implantação de políticas públicas para o ensino superior brasileiro, tendo vasto conhecimento, portanto, sobre a temática. No entanto, enquanto Schwartzman escreve na condição de um observador externo ao que estava acontecendo na universidade, Eunice Ribeiro Durham fala de uma posição muito próxima à reitoria, exercendo, durante parte da gestão de José Goldemberg, o posto de coordenadora de um órgão denominado Coordenação de Atividades de Extensão (Cecae), além de ter sido indicada, no final de 1988, para ser pró-reitora da então criada Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (cf. RODRIGUES, 2014), sendo vetada sua candidatura pelo Conselho Universitário (CO).

Igualmente, a preocupação de José Arthur Giannotti com o tipo de jornalismo que a *Folha* vinha fazendo revela uma aproximação entre o filósofo e o jornal, com o qual colaborava periodicamente tanto no que se refere a temáticas culturais, filosóficas, quanto em debates sobre política e democracia.

3.2. Uma segunda matriz de pensamento dos docentes: Marilena Chauí

“Diante da calamitosa incompetência acadêmica e da inacreditável falta de ética profissional da reitoria da Universidade de São Paulo” (CHAUÍ, 24/02/88), a filósofa fornece, em artigo publicado no dia 24 de fevereiro, uma lista completa das atividades

docentes realizadas por ela, desde a preparação de aulas, passando pela orientação de alunos, participação em concursos e congressos, até a elaboração de artigos e teses, para que os leitores tomem conhecimento do “perfil do professor improdutivo” (CHAUÍ, 24/02/88) e possam formar uma opinião a respeito do trabalho universitário. Ao falar das teses e concursos, Marilena Chauí emite a seguinte opinião sobre a avaliação:

Teses e concursos, assim como conferências e comunicações e artigos, avaliam cada um de nós pelo mais terrível critério de avaliação: a qualidade, que define o que temos de mais precioso, isto é, a reputação intelectual. Eis por que o critério acadêmico da reputação intelectual é contrário ao critério burocrático da “produtividade”, onde a quantidade de besteira posta no papel vale mais do que a seriedade intelectual (CHAUÍ, 24/02/88).

Diferentemente dos docentes da primeira matriz de pensamento, Marilena Chauí não faz considerações sobre a necessidade da avaliação universitária, nem muito menos procura estabelecer os parâmetros sobre os quais ela se assentaria. Em suas intervenções – o artigo (CHAUÍ, 24/02/88) e as falas no debate realizado na *Folha de S. Paulo* –, tece críticas tanto à reitoria quanto ao jornal, não julgando legítimos os termos que orientam os debates sobre avaliação realizados por eles. Para ela, como expresso no trecho acima, valeria muito mais a reputação intelectual do que qualquer tipo de medida quantitativa da produção. Nesse sentido, quando toma a palavra no debate, a filósofa deixa bem clara sua posição:

Quero esclarecer desde já que não vim resguardar a reitoria da USP contra a *Folha*, pois não reconheço nesta reitoria a legitimidade da representação universitária; nem vim resguardar a *Folha de S. Paulo* contra a universidade, pois não reconheço neste jornal uma atitude que mereça respeito. Vim para atacar perante os leitores deste jornal a reitoria da USP pelo que, espero, tenha sido apenas criminosa incompetência. Para atacar a *Folha de S. Paulo* pelo que, espero, tenha sido apenas irresponsabilidade e má fé.

Quero, enfim, esclarecer que não vim debater avaliação universitária e nem, muito menos, desempenho universitário por três motivos. Em primeiro lugar, este espaço deixou de ser um dos possíveis espaços na sociedade brasileira para tal discussão. Em segundo lugar, discordo da aplicação do termo “desempenho” aplicado ao trabalho universitário em particular e ao trabalho intelectual em geral. Em terceiro lugar, quero discutir o episódio de 21 de fevereiro (CHAUÍ, 02/03/88).

Nesse sentido, ela busca contextualizar o episódio dentro de um contexto liberal, já que a *Folha* e a reitoria assim o colocaram ao tratarem a publicação da lista como uma prestação de contas da improdutividade dos docentes aos contribuintes, os quais, por pagarem impostos, têm direito de saber o que é feito com o dinheiro que repassam ao estado. Há a identificação, dessa forma, da figura do contribuinte com a do cidadão, característica específica, segundo Chauí, do contexto liberal. Para a filósofa, não cabe

indagar se o episódio foi democrático, pois a democracia é definida por outras determinações.

Marilena Chauí crê estar havendo uma confusão, a qual deu origem ao caso da “lista dos improdutivos”. Partindo da afirmação de que, por ser pública, a universidade deve prestar contas ao contribuinte, alguns acabam concluindo que se deve franquear a instituição aos meios de comunicação, os quais, apesar de serem empresas privadas, assumem a postura de mediadores entre os serviços públicos e os cidadãos. Antes de comentar se essa afirmação, para ela, é correta ou não, a docente assume que a universidade é sim pública sob vários aspectos:

Em primeiro lugar, as aulas são públicas. Embora os créditos e certificados sejam oferecidos apenas aos alunos regularmente inscritos, as aulas podem ser ouvidas por todos que assim o desejarem. Embora os meios de comunicação e muitos universitários considerem um populismo demagógico o empenho dos movimentos docentes e discentes contra os vestibulares, contra a deterioração do ensino público de primeiro e segundo graus, contra o pagamento de taxas de inscrição em cursos, esse empenho visa justamente manter a universidade como coisa pública, que oferece bens públicos e serviços públicos (CHAUÍ, 02/03/88).

Além disso, defesas de tese, concursos, colóquios, congressos, simpósios, mesas redondas, debates, serviços médicos, psicológicos, assistenciais, revistas, livros e boletins, também são públicos, segundo Chauí. Só não é aberto ao público o acesso a alguns órgãos colegiados e administrativos, os quais não são acessíveis nem mesmo aos membros da universidade que não tenham um direito estatutário ou regimental para deles fazer parte:

Embora sejam consideradas populistas e demagógicas por parte dos próprios universitários as lutas de docentes, estudantes e funcionários para modificar os estatutos e as formas de participação e representação das três categorias nos diferentes órgãos de decisão universitária, essa luta visa quebrar o poder burocrático na universidade, porque esse sim é secreto e contrário à natureza pública do que é público (...). Pela mesma razão, isto é, para quebrar o caráter secreto da burocracia, os universitários têm lutado para que os orçamentos, convênios, dotações, distribuições de recursos não sejam feitos sem ampla discussão na universidade. Essa luta pela transparência não só não foi desencadeada pelos meios de comunicação, mas ainda encontrou neles forte oposição, pois sempre foi classificada de populismo corporativista, quando na realidade é um esforço para que a universidade cumpra o dever de publicidade e respeite o direito a informação e a decisão.

O episódio de 21 de fevereiro revela que, se há poder secreto na universidade, não se encontra do lado dos docentes, estudantes e funcionários, mas do lado da direção burocrática que, num lance misterioso, decidiu fazer-se pública da única maneira que a burocracia conhece a publicidade: pela difamação, pela calúnia, pela injúria, pela destruição de reputações. Mas o episódio sugere também que os meios de comunicação além de não serem os definidores do caráter público da universidade, talvez

não sejam os melhores meios para ampliá-la como espaço público (CHAUÍ, 02/03/88).

Após essas considerações, Marilena Chauí volta-se à análise das ideias que têm surgido sobre a opinião pública desamarrada do contexto liberal que a deu origem. No liberalismo, opinião pública tem dois significados: “em primeiro lugar, é o esforço que um indivíduo faz para precisar, através da linguagem, uma reflexão e uma ponderação sobre uma questão controversa” (CHAUÍ, 02/03/88). Em segundo lugar, ela é um esforço coletivo “para precisar, através da linguagem, reflexões e ponderações que [vários indivíduos ou grupos] tenham feito sobre uma questão controversa para que se possa chegar a um juízo esclarecido sobre o assunto” (CHAUÍ, 02/03/88). Para a docente, estamos assistindo à perda do sentido liberal da opinião pública no que diz respeito à sua dimensão de reflexão, ponderação e juízo sobre uma questão controversa, na medida em que ela cede lugar à “sondagem de opinião pública” (CHAUÍ, 02/03/88). A sondagem não capta opiniões – visto que estas são o produto, expresso na fala, de reflexões e ponderações sobre uma questão controversa –, mas sim apanham o fundo passional da sociedade. Apoiados nesse fundo, os meios de comunicação formam a opinião e a impõem ao público. Marilena Chauí indaga se, em um país onde a maioria das pessoas é excluída do direito à informação, não é fortalecer a exclusão dar ao público a ideia de que ele participa de algum modo da formação de opinião. Da mesma forma, a filósofa questiona se no contexto político e social que o país estava vivendo, de corrupção no nível estadual e de campanha de descrédito empreendida pelo governo federal contra o legislativo, momento em que o ódio das pessoas se manifesta pelo ódio às instituições, não seria errado aguçar o desprezo contra as universidades públicas através da produção de listas falsas, da obscuridade dos critérios de avaliação e do pretense conhecimento das opiniões.

Para a filósofa, a burocracia universitária e os meios de comunicação vêm realizando uma grave confusão no que diz respeito ao “princípio liberal da publicidade da coisa pública” (CHAUÍ, 02/03/88). Nessa linha, ela pergunta se a produção de listas é um procedimento liberal:

Como não recebe o influxo de ideias e práticas democráticas que lhe alteram o sentido, o liberalismo recorre à distinção entre o público e o privado apenas com uma finalidade. Definido o privado como sociedade civil e esta como esfera do mercado, e o público como o Estado e suas relações com os cidadãos, o liberalismo sem democracia visa exclusivamente a garantir que as violências cometidas na esfera do mercado e, portanto, na esfera das empresas, que por isso são ditas privadas; que as violências cometidas na

esfera privada permaneçam secretas e impunes, procurando contrabalancear tal segredo com o direito do contribuinte em ter acesso às ações do Estado referentes ao uso de impostos. Cria-se um ordenamento institucional, jurídico, legal político, que define direitos e deveres dos cidadãos contribuintes e do Estado coletor de impostos para garantir que sejam reguladas, vigiadas, limitadas e do público que evidentemente é bloqueado pela burocracia fundada no segredo mas é compensado por instituições regidas pelo princípio da representação (CHAUI, 02/03/88).

Segundo Chauí, o princípio da publicidade do público só pode ter validade se a sociedade no todo for liberal, “não se pode ser liberal em algumas coisas e não sê-lo em outras. O liberalismo é uma forma da economia, um estilo de política e uma ideologia. Ele é um sistema” (CHAUI, 02/03/88). Para a professora, o Brasil não é um país liberal, mas sim autoritário no que concerne às práticas sociais, econômicas e políticas. Não só o Estado é autoritário algumas vezes, como a sociedade também o é, na medida em que é marcada por privilégios, favores, clientelismos, hierarquias de mando e obediência, e não conhece a prática da representação política e social e o princípio da igualdade jurídica entre os cidadãos. O país venera a utilização da força policial como instrumento para resolver conflitos e não tolera a existência de opiniões divergentes, de conflitos políticos e contradições socioeconômicas, que são sempre identificadas como desordem. No plano intelectual, essa maneira de não saber lidar com a diferença se observaria na desqualificação das opiniões divergentes e na destruição moral e profissional.

Quando, em um país como esse, começa-se a “macaquear” (CHAUI, 02/03/88) princípios liberais, que estão ausentes tanto nas instituições como na sociedade, o princípio da publicidade do público adquire feições de delação no estilo fascista. Assim, à pergunta se a confecção da lista seguiu a um princípio liberal, a filósofa responde enfaticamente: “não”. Entretanto, como a lista foi publicada com o discurso de que seguiria o princípio liberal, a filósofa assume a postura de que pode tratá-la assim também, e faz as seguintes indagações à reitoria da USP:

Em nome do que fez uma lista de professores e os classificou de improdutivos? O que é produtividade intelectual? Como pessoas, que se supõe sejam professores universitários e pesquisadores, puderam fazer uma lista de “improdutivos”, ignorando todos os problemas teóricos postos pela noção mesma de trabalho intelectual que toda uma literatura científica classifica exatamente de trabalho improdutivo? Como, no interior de uma forma social do trabalho, analisada como improdutivo, subitamente alguns intelectuais são produtivos e outros improdutivos? Que critério teórico mais rastaquera presidiu a confecção de uma lista que, além de ferir a ética, ofende a mais elementar inteligência? Que pesquisadores são esses que avaliam pesquisadores e ignoram até conceitos mais velhos do que um século? Que pesquisadores-avaliadores são esses que regressam à distinção do século 17 entre trabalho e preguiça? Se ignoram a “Crítica da Economia Política”, pelo menos não ignorem “Economia e Sociedade” ou “A Ética Protestante e o

Espírito do Capitalismo”. Que não ignorem as pesquisas mais recentes sobre a entrada do trabalho intelectual na esfera do trabalho produtivo e indaguem se o trabalho feito numa instituição que não é empresa estatal pode ou não ser considerado produtivo ou improdutivo. O que se fez é uma inépcia técnica, uma incompetência teórica e uma aberração moral (CHAUÍ, 02/03/88).

Marilena Chauí diz não aceitar a resposta dada pela burocracia da USP, de que a lista foi confeccionada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI), pois este não teria acesso a dados como o regime de trabalho dos professores e o tempo em que eles ficaram em cada um. Ademais, tendo acesso às teses, as bibliotecas poderiam tê-las colocado na lista como produção acadêmica.

À *Folha de S. Paulo*, a filósofa pergunta por que, com tantas catástrofes que estavam acontecendo no país e no mundo, o jornal se dedicou a publicar uma lista de professores que não publicaram artigos, livros, textos? Diante de tal questão, Marilena Chauí diz fazer o que qualquer pesquisador faria, e foi consultar o *Manual de Redação da Folha*. Assim, no verbete “adjetivo”, ela encontrou a recomendação de que os jornalistas deveriam evitar o uso de adjetivos, nem muito menos lhes atribuir juízo de valor. Não foi o que a *Folha* fez ao trabalhar com o adjetivo “improdutivos”, conferindo-lhe, além disso, uma substantivação, falando de “lista de improdutivos”. Outro verbete pesquisado pela docente foi “estados emocionais”, no qual ela observou estar escrito que o jornalista não pode conferir estados emocionais a qualquer personagem, a não ser quando fizer uma análise ou interpretação. Não foi também o que a *Folha* fez, pois conferiu aos professores reações emocionais, dizendo, na reportagem do dia 21 de fevereiro, que eles se julgavam acima de qualquer avaliação. No verbete “exatidão”, o periódico recomenda aos jornalistas somente a publicação de informações corretas. Segundo a docente, não foi assim que a *Folha* procedeu no caso da lista, pois foi veiculada uma relação repleta de erros. Igualmente, no *Manual* está escrito que os jornalistas devem evitar graves erros de informação, as chamadas “barrigas”. Caso as cometesse, o veículo deveria corrigi-las sem eufemismo. Marilena Chauí encontrou seis barrigas na publicação do dia 21 e não as viu reparadas. De acordo com a docente, na página 33 do *Manual* de 1987, no verbete “mandato do leitor”, o periódico afirma que nas sociedades de mercado, ao comprar o jornal, o leitor delega à *Folha* um mandato para que ela lhe provenha de informações. Após a consulta de alguns dicionários, Marilena Chauí observa que nenhum deles caracteriza o ato de compra e venda de mercadoria como mandato.

Para Marilena Chauí, o motivo da *Folha de S. Paulo* não ter incluído entre os critérios de produção da lista as teses defendidas e não publicadas, trabalhos apresentados em congressos, trabalhos de laboratório ainda não concluídos etc., foi uma confusão feita entre produção científica e coisa publicada. O motivo para tal atrapalhão seria, conforme Chauí, outra confusão. Desta feita entre os critérios da produção jornalística e os critérios da produção universitária. Ela argumenta no sentido de defender essa tese utilizando mais três verbetes do *Manual*. O primeiro é “agilidade”. Nele, o jornal afirma que os jornalistas devem ser ágeis, correr contra o relógio, caso contrário podem perder uma informação exclusiva. Coisa bem diferente acontece na ciência, onde a pressa é inimiga. Nesse sentido, “o tempo das ciências e o tempo das humanidades é diferente do tempo da notícia” (CHAUÍ, 02/03/88).

O segundo verbebo consultado pela filósofa é “leitura fácil”, o qual recomenda aos jornalistas da *Folha* poupar trabalho ao leitor, oferecendo todas as informações sem esperar que ele faça hipóteses ou imagine. Para Chauí, o trabalho universitário é o oposto disso, não pretende descomplicar a leitura, e o que se espera é que o leitor imagine além do que está escrito. O trabalho acadêmico tem um ritmo que não é para produzir leitura fácil, no sentido apontado pelo *Manual*. Dessa forma, de acordo com a docente, do ponto de vista dos jornalistas da *Folha de S. Paulo* o ritmo próprio ao trabalho universitário pode parecer improdutivo. Mas a maior diferença apontada por Marilena Chauí entre a universidade e o jornal é dada pelo verbebo “conjunções”, segundo o qual no jornalismo moderno as conjunções “ou”, “logo” e “por consequência” estão caindo em desuso. O pensamento e conhecimento moderno foram fundados na e pela utilização dessas conjunções, a filósofa o demonstra em sua fala. Na medida em que a universidade as utiliza, ela é moderna, já a *Folha*, que as deixa de lado, é pós-moderna. Assim, não há diálogo possível entre as duas instituições e o caso da lista serviu para mostrar isso.

3.3. Uma terceira matriz de pensamento dos docentes: representantes de entidades de classe (ANDES e ADUSP)

Francisco Miraglia (presidente da ADUSP)

No debate realizado pela *Folha*, Miraglia fala em nome da ADUSP, como seu porta-voz. Antes de entrar propriamente no assunto da perspectiva que a instituição tem sobre avaliação, ele lembra a todos que sua presença no debate decorre da publicação da lista, a qual foi extremamente danosa à universidade pública e à USP. Miraglia prossegue expondo que a discussão sobre a avaliação do trabalho intelectual já vinha sendo realizada pelos professores e pelo movimento docente há alguns anos. Tendo por objetivo aprimorar o ensino, a pesquisa e a extensão, a avaliação é vista como inseparável de uma profissão intelectual de qualidade e deve ser feita, desde que de forma criteriosa e com embasamento acadêmico. É necessário debatê-la no interior da universidade, mas sem comprometimento da transparência, que deve ser característica do trabalho em instituições públicas. A ADUSP, em nome de sua tradição de defesa da universidade pública e de seu aprimoramento, está aberta ao debate tendo em vista tanto defender a dignidade dos docentes ferida com a publicação da lista, quanto para continuar contribuindo com o “aprimoramento pedagógico, científico, cultural e intelectual da Universidade de São Paulo e da universidade pública brasileira” (MIRAGLIA, 02/03/88).

Miraglia traz, então, um histórico das atividades do movimento docente em defesa da universidade pública brasileira. Segundo ele, as ações nesse sentido começaram com a formação das Associações Docentes (ADs) em meados dos anos 1970 e ganhou força com a criação da ANDES, em 1981. A partir desse ano se consolida um projeto das ADs e da ANDES para as instituições de ensino nacionais. Dentro dessa proposta, que passou à discussão no Brasil inteiro, aparece já a preocupação do movimento docente com a avaliação do trabalho acadêmico no sentido de promover o aprimoramento das instituições de ensino superior para que fosse possível controlar a exploração de professores e alunos das universidades particulares e ampliar a universidade pública em todo país. Tendo em vista outras discussões levantadas sobre a proposta, que incluíam, também, entre outros assuntos, a necessidade de democratização da universidade, a discussão sobre seus fins e os meios para realizá-los (pois há projetos distintos) e a importância de estabelecimento de um regime jurídico para a carreira acadêmica, o movimento delibera, em 1982, no Conad (Congresso Nacional das ADs), a necessidade de se discutir a avaliação do trabalho intelectual e da universidade. A partir dessa data, foram feitos vários seminários,

reuniões e congressos sobre o tema, dentre os quais figura o primeiro seminário realizado em 1983 no Rio de Janeiro chamado “O Público e o Privado, Poder e Saber, a Universidade Brasileira em Debate” (MIRAGLIA, 02/03/88).

De acordo com Miraglia, na USP a discussão sobre a avaliação tem sido feita pelo jornal da ADUSP e em seminários e congressos realizados pela instituição. Inclusive em um desses congressos, as deliberações de professores, alunos e funcionários foram submetidas a um plebiscito, constituindo um projeto alternativo ao da reitoria. Esse trabalho longo, exaustivo e lento de definição das diretrizes fundamentais e das alternativas do trabalho intelectual é, de acordo com o presidente da ADUSP, produto das discussões levantadas pelo movimento docente:

E esse trabalho se refletiu concretamente, objetivamente em plataformas educacionais para a Constituinte, em plataformas para a ciência e tecnologia, em plataformas para direitos básicos sociais, todas essas questões estão enlaçadas na questão do ensino, estão enlaçadas na questão de desenvolvimento da justiça social, da justiça política, a justiça econômica deste país (MIRAGLIA, 02/03/88).

Para Miraglia, existem perspectivas diferentes sobre a avaliação da universidade entre alunos, funcionários e docentes. Entretanto, a discussão entre essas posições divergentes tem que ser travada no interior da universidade, a qual deve debater seu conjunto de ideias com a sociedade. As diferenças entre as perspectivas estão relacionadas, segundo o professor, com as visões que se tem do papel da universidade no interior da sociedade. O movimento docente defende a aproximação da universidade em relação aos graves problemas sociais do Brasil, por um lado, e, por outro, a necessidade de formação de um acervo cultural, científico e tecnológico que contribua para a soberania do país.

Sobre a *Folha de S. Paulo*, Miraglia diz que é impossível a ela manter posição de neutralidade, pois, obtendo uma lista na qual constavam os nomes de professores que não haviam produzido artigos e livros durante certo período de tempo, fez um juízo de valor, que aparece expresso nas manchetes do dia 21 de fevereiro. Segundo o presidente da ADUSP,

Só é possível tirar essa conclusão dos dados que a *Folha* possuía se houver uma concepção que instrua esse juízo. Qual é essa concepção? Essa concepção é que a única obrigação de um docente universitário é produzir artigos e “papers”. Segundo, que dois anos é prazo mais do que suficiente para se cobrar esta produção. Esta conclusão é inevitável, e esta concepção de trabalho acadêmico é nova e não está representada nesta Mesa, nem a Eunice, nem o Giannotti, nem a Marilena, nem eu, representa essa perspectiva, que é

a única maneira racional de entender que como é que a partir dos dados que se possuía conclui-se: as manchetes estavam claramente redigidas no jornal (MIRAGLIA, 02/03/88).

De acordo com Miraglia, a assembleia da ADUSP fez uma série de deliberações no sentido de pedir ao reitor que reparasse os danos cometidos aos professores e fizesse uma declaração em defesa da universidade pública e gratuita. Além disso, a entidade solicitou a Goldemberg que fossem realizadas discussões sobre os critérios de avaliação da atividade acadêmica, de modo que possam aflorar todas as posições sobre o tema. Para o presidente da ADUSP, a questão da avaliação deve ser tratada de forma democrática, discutindo ampla e francamente suas bases.

Flávio Aguiar (vice-presidente da ADUSP)

Para Flávio Aguiar, duas conclusões não podem ser tiradas do episódio da lista. Primeiro, que a *Folha* prestou um serviço às pessoas cujos nomes constavam na relação. Se fizesse um bom jornalismo, a manchete do dia 21 de fevereiro teria que ser: “Reitoria elabora lista sigilosa sobre seus docentes” (AGUIAR, 02/03/88). Segundo o professor, esse título seria condizente com um jornal que se importa com a informação e com a manutenção de um espaço público no interior da universidade.

Segundo o vice-presidente da ADUSP, deve-se evitar, também, a conclusão de que mesmo se a lista contivesse nomes de professores improdutivos, não se pode justificar uma avaliação cujo objetivo seja lançar nomes à execração pública. Para ele, esse procedimento constitui crime contra a pessoa. Essas considerações deveriam ter sido levadas em conta pelos jornalistas responsáveis pela matéria.

Por fim, Aguiar salienta que o debate realizado no auditório da *Folha* não elimina as discussões realizadas dentro da associação e as medidas tomadas para que a reitoria assumira sua responsabilidade no caso.

Newton Lima Neto (presidente da ANDES)

No debate realizado na *Folha de S. Paulo* no dia 29 de fevereiro, Newton Lima Neto toma a palavra para colocar três ordens de questões. A primeira delas é referente ao editorial da *Folha*, o qual considera a reação dos professores da USP e da ADUSP

como corporativista. O presidente da ANDES tem notado que toda vez que o movimento docente organizado faz alguma crítica sobre determinados processos, é atribuído a ele esse adjetivo. Francisco Miraglia teria razão em apontar, em sua fala, que foram os professores de ensino superior os primeiros a colocar a discussão sobre avaliação. Mas houve também ações concretas nesse sentido, como a greve realizada por 50 mil professores em 50 dias, de março a maio de 1987, que conquistou a avaliação para progredir e entrar na carreira docente.

O segundo ponto apontado por Newton Lima Neto é o papel político das matérias publicadas pela *Folha de S. Paulo*. Naquele momento, segundo o presidente da ANDES, havia uma grande ofensiva do lobby privatista sobre as universidades públicas. Isso porque os movimentos sociais conseguiram fazer avançar na Constituinte um texto em defesa da universidade pública e gratuita, o que não interessava ao Centrão e muito menos ao governo. Há, assim, um bombardeamento de notícias da grande imprensa sobre as mazelas da universidade.

Para Lima Neto, o episódio da lista não colocará um ponto final nas discussões sobre avaliação da universidade brasileira. O que está em risco é um projeto específico de avaliação, “tecnicista, burocrático, que é fundamentalmente estreito e antidemocrático. Nós esperamos, que (...) ele tenha sucumbido, para que processos democráticos de avaliação que visam diagnosticar os problemas e elevar o padrão da universidade brasileira vinguem” (LIMA NETO, 02/03/88).

O foco do texto de Newton Lima Neto publicado na seção *Tendências/Debates* está no processo de avaliação, na medida em que, segundo o presidente da ANDES, questões éticas, acadêmicas e políticas sobre o sensacionalismo das matérias e a “estapafúrdia ação da reitoria” (LIMA NETO, 08/03/88) já haviam sido explicitadas pelos docentes e pela própria ADUSP. Assim, ele começa afirmando que as entidades de classe não são contrárias à avaliação, rejeitando a pecha “desfechada levemente a quem ousa questionar os descaminhos em que ela foi metida” (LIMA NETO, 08/03/88). Para a entidade, segundo Lima Neto, a avaliação é algo complexo, tendo em vista os diferentes objetivos existentes e as especificidades das atividades acadêmicas realizadas pela universidade. O que está em jogo, para ele, não é mais a necessidade de avaliação, mas como e para quê realizá-la.

Quanto aos objetivos, Newton Lima Neto apresenta dois tipos diferentes. O objetivo do governo é o de controlar e legitimar sua política educacional privatizante, com ênfase na reprodução do saber. Já para os professores filiados ao movimento docente, a avaliação, defendida desde 1981, é um instrumento para estabelecer um padrão uniforme de elevação real da qualidade das instituições de ensino superior públicas e privadas brasileiras tendo em vista promover a produção de conhecimento. Nesse sentido, para o presidente da ANDES, os docentes são os principais interessados na avaliação, não só se submetendo a ela quotidianamente, como lutando para aperfeiçoá-la e implantá-la efetivamente, de forma a eliminar possíveis bolsões de mediocridade criados pela ditadura e alimentados pelo governo da nova república. Desse modo, segundo Lima Neto, a avaliação seria uma demanda condizente com o objetivo da entidade, fortalecer a “proposta da universidade pública, gratuita, democrática e competente” (LIMA NETO, 08/03/88).

Como exemplo da abertura dos docentes à avaliação, Lima Neto dá o exemplo das greves das universidades federais de 1987, que visavam à conquista da carreira única, obtendo como resultado (favorável) a contratação de professores titulares por concurso, promoção vertical e horizontal por titulação e promoção horizontal por avaliação de dois em dois anos.

Quanto aos métodos de avaliação, Newton Lima Neto sustenta que eles devem dar conta das diferentes atividades realizadas no interior da universidade – pesquisa, extensão de serviços à comunidade e ensino, levando em consideração as especificidades das diferentes áreas de saber, e buscando, ao mesmo tempo, preencher as aspirações do povo brasileiro, que financia o ensino público. Além disso, a avaliação deve seguir o princípio básico de ser democrática, envolvendo os diversos atores da comunidade universitária.

A reitoria da USP, ao divulgar a lista, segundo o presidente da ANDES, manifesta profunda divergência em relação ao projeto de avaliação da entidade, tendo em vista os inúmeros erros e a maneira burocrática como foi conduzida a produção da “lista dos improdutivos”. A reitoria teria optado “intencionalmente ou não, (...) em seguir a bula maniqueísta e técnica propugnada pelo projeto GERES/MEC⁹” (LIMA

⁹ O Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES) foi criado como um grupo interno do MEC. Constituído por cinco membros (Antônio Octávio Cintra e Getúlio Carvalho, secretários gerais adjuntos do MEC, Sérgio Costa Ribeiro, ex-coordenador técnico do Programa de Avaliação da Reforma

NETO, 08/03/88). Desse modo, ela “jogou lenha na fogueira” (LIMA NETO, 08/03/88) dos setores que, “através de estatísticas manipuladoras”, busca “desmoralizar o ensino superior público e abrir espaço para a política de privatização no novo texto constitucional” (LIMA NETO, 08/03/88).

Assim, se o episódio não tivesse atingido os docentes, poderia se dizer, de acordo com Newton Lima Neto, que ele foi proveitoso no sentido de mostrar como a avaliação não deve ser feita. Considerar as críticas ao “simulacro” (LIMA NETO, 08/03/88) de avaliação empreendida pela reitoria da USP como ações corporativistas que visam bloqueá-la significa, para o presidente da ANDES, uma redução da questão, pois ela prosseguirá mesmo assim, sendo constantemente reavaliada.

Wolfgang Leo Maar (vice-presidente da ANDES)

Sendo a questão da avaliação assunto sério, visto que o que está em jogo são as tarefas da universidade e as relações dos agentes entre si e com a sociedade, o vice-presidente da ANDES pretende comentar, em seu artigo, algumas afirmações generalizantes e redutoras ao senso comum que foram feitas durante a polêmica do caso da lista. A primeira delas corresponde à redução de tudo ao mercado, operada por alguns. A segunda é a caricaturização de todos aqueles que associam a lista à questão do ensino público e gratuito. As duas, para Maar, estão intimamente relacionadas.

De acordo com o filósofo, se os argumentos, mesmo caricaturizados, forem válidos, eles continuarão a existir, subsistindo à desclassificação. Assim, durante o caso

Universitária [PARU], Edson Machado de Souza, diretor da CAPES e ex-coordenador da PARU, e Paulo Elpídio Menezes Neto, Secretário de Educação Superior), ele tinha como função executiva a elaboração de uma proposta de reforma universitária. Baseando-se no relatório final da *Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior* (1985) o GERES elabora diversas propostas para a universidade brasileira. Dentre elas, a que prescrevia a autonomia universitária das instituições públicas, que teria como contrapartida a avaliação para auferir se elas estariam cumprindo sua responsabilidade social. A avaliação seria realizada mediante processos públicos com critérios estabelecidos pela própria comunidade acadêmica. Com o binômio autonomia-avaliação, o controle das instituições não seria mais burocrático e passaria a ser realizado pelos processos de avaliação institucional. Outro princípio caro ao grupo era de que o modelo de universidade implantado pela Reforma de 1968, que associava ensino e pesquisa, estava equivocado, pois a pesquisa era realmente realizada em poucas instituições. Para o grupo, poderia existir, assim, mais de um tipo de instituição de ensino superior, cada uma atendendo a uma função específica: a pesquisa ou a formação profissional (BARREYRO & ROTHEN, 2008, pp. 141-145).

da lista houve a redução dos argumentos em defesa da universidade pública a “acusações de conspiração da *Folha* e da reitoria contra a universidade pública” (MAAR, 21/03/88). Apesar disso, continuou a existir uma relação muito estreita entre o que se passou e o ensino público e gratuito, principalmente no que concerne à concepção de universidade e as condições de trabalho intelectual.

Para Maar, é necessário discutir a postura empresarial presente predominantemente no ensino privado, mas que vem ganhando espaço também no ensino público, a qual implica na progressiva desvalorização das condições do trabalho intelectual. Segundo o vice-presidente da ANDES, os trabalhadores intelectuais estão se pauperizando, porque assim determina a lógica voltada ao mercado. Porém, nas universidades públicas isso não está acontecendo sem discussão e, inclusive, é posto em questão o que acontece com as estruturas cuja sobrevivência depende do trabalho intelectual. Na sociedade capitalista, segundo Maar, o mercado é a única verdade, mas nem todos a aceitam sem questioná-la.

Para Wolfgang Leo Maar (21/03/88), na grande imprensa, composta por empresas, ser improdutivo significa não valer o que se ganha. Desse modo, predomina uma contradição insuperável no que concerne à avaliação do trabalho intelectual, pois seu preço é confundido com seu produto. Isso ocorre porque, de um lado, é preciso valorizar o produto para que ele venda no mercado (seu público); de outro, é preciso manter o preço baixo para comprar no mercado o trabalhador intelectual. Já na universidade, não é necessário que haja essa contradição na avaliação: “como não há dependência estrita do mercado na venda – o público comprador – não há porque se associar estritamente ao mercado na compra, deteriorando as condições de trabalho intelectual” (MAAR, 21/03/88). Desse modo, seria possível a valorização da produção sem que isso tenha por contrapartida o controle sobre as condições de trabalho intelectual. Partir dessas constatações, segundo Maar, não é se furtar ao mercado, mas sim demonstrar quão complicadas são suas estruturas. Acaba-se por perceber que o mercado depende em grande parte dos investimentos públicos realizados ao longo prazo nas universidades. Nessa lógica, o mercado, inconsciente de suas próprias estruturas, acaba prejudicando a si mesmo ao contribuir para a pauperização do trabalhador intelectual.

Maar (21/03/88) termina o texto expondo que podem ser feitos dois tipos de crítica, regozijando ou lastimando o que está errado. Quanto à universidade, ele afirma que ele prefere regozijar o fato de que apesar de ter defeitos, ela ainda é o local da crítica e resistência ao racionalismo empresarial. Em relação ao mercado, ele procede de outro modo: aceita a realidade, lastimando-a.

*

Para Newton Lima Neto e Francisco Miraglia a discussão sobre a avaliação do trabalho intelectual está inserida em um projeto maior das entidades docentes, o qual, sempre tendo em vista a defesa da educação pública e o aprimoramento das instituições de ensino superior, inclui, também, entre outros pontos, a democratização da universidade, a definição dos fins da instituição e dos meios para realizá-los, e o estabelecimento de regimes jurídicos para a carreira acadêmica.

O projeto das entidades de docentes se contrapõe ao projeto “com postura empresarial”, privatizante, da “bula maniqueísta e técnica propugnada pelo projeto GERES/MEC”, que, através de “estatísticas manipuladoras” pretende incluir elementos privatizantes no novo texto constitucional (LIMA NETO, 08/03/88). Esta, na visão dos dirigentes das Associações de Docentes, é a agenda propugnada pelo governo, e adotada também intencionalmente pela reitoria da USP, ao confeccionar a lista de maneira burocrática, deixando-a com inúmeros erros.

É possível argumentar que o projeto da ADUSP e da ANDES rivaliza em certos pontos com o modo como a reitoria concebia o papel da universidade. Assim como Marilena Chauí, as entidades questionam a própria estrutura do poder universitário. Isto é, enquanto para os docentes com concepções afeitas às da reitoria o projeto era alçar a USP a uma posição de prestígio ao lhe conferir destaque na produção científica, cultural e tecnológica no país, conhecendo a universidade através da avaliação para desenvolvê-la nessa direção, o projeto das Associações Docentes questionava o próprio poder do reitor para conduzir esse tipo de política, ressaltando a necessidade de democratização da universidade.

O quadro abaixo foi criado para tornar mais visível as diferenças e semelhanças entre as concepções. Estão sublinhadas as ideias comuns entre as matrizes de

pensamento dos docentes, que constituíram a base dos argumentos de oposição aos jornalistas. As concepções de Marilena Chauí e das associações docentes que se opunham a como o governo acadêmico vinha sendo conduzido estão grafadas em negrito. As flechas indicam as críticas desferidas contra as concepções da reitoria.

Tabela 3. Matrizes de pensamento dos docentes em comparação

José Goldemberg, Eunice Durham, José Arthur Giannotti e Simon Schwartzman	Marilena Chauí	Newton Lima Neto, Francisco Miraglia e Flávio Aguiar
<p>A universidade tem objetivos: “a formação de pessoal altamente qualificado, a produção de um conhecimento crítico, inovador e relevante para o país, a transmissão e disseminação desse conhecimento para a sociedade” (GOLDEMBERG, 21/02/88).</p> <p><u>A avaliação decorre da necessidade de transparência exigida pelo regime democrático.</u></p> <p>A avaliação visa à realização de uma política de desenvolvimento, aumentando a capacidade de planejamento e locando melhor os recursos na universidade.</p> <p>A avaliação busca verificar se a universidade está cumprindo suas tarefas de ensino, pesquisa e extensão.</p> <p>A avaliação é algo inexorável devido ao próprio regime das ciências na atualidade.</p> <p>A avaliação é institucional, não individual, e visa o desenvolvimento dos departamentos e da universidade como um todo.</p> <p>A avaliação permite à universidade se apresentar de forma honesta aqueles que a financia, melhorando, inclusive a negociação de com o governo.</p> <p><u>As discussões sobre avaliação devem ser realizadas no interior da universidade.</u></p> <p><u>A avaliação deve levar em conta a diversidade da produção das diferentes áreas do saber e o conjunto de atividades realizadas na universidade.</u></p>	<p>“(…) lutas de docentes, estudantes e funcionários para modificar os estatutos e as formas de participação e representação das três categorias nos diferentes órgãos de decisão universitária, essa luta visa quebrar o poder burocrático na universidade, porque esse sim é secreto e contrário à natureza pública do que é público (...). Pela mesma razão, isto é, para quebrar o caráter secreto da burocracia, os universitários têm lutado para que os orçamentos, convênios, dotações, distribuições de recursos não sejam feitos sem ampla discussão na universidade. Essa luta pela transparência não só não foi desencadeada pelos meios de comunicação, mas ainda encontrou neles forte oposição, pois sempre foi classificada de populismo corporativista, quando na realidade é um esforço para que a universidade cumpra o dever de publicidade e respeite o direito a informação e a decisão” (CHAUÍ, 02/03/88; grifos meus).</p>	<p><u>A avaliação é algo complexo “em função dos diferentes objetivos existentes e das especificidades das atividades acadêmicas”</u> (LIMA NETO, 08/03/88).</p> <p>Para o governo, a avaliação funciona como mecanismo de controle e de legitimação de sua política privatizante, com ênfase na reprodução do saber.</p> <p>A reitoria da USP ao optar por seguir, intencionalmente ou não “a bula maniqueísta e tecnocrática de avaliação propugnada pelo projeto Geres/MEC, jogou, por via de consequência, lenha na fogueira daqueles que hoje cerram filas <u>filas junto ao governo</u> para, através de estatísticas manipuladas, desmoralizar o ensino superior público e abrir espaço para a consolidação da sua política de privatização no novo texto constitucional” (LIMA NETO, 08/03/88).</p> <p>O projeto de avaliação dos docentes visa promover a elevação da qualidade das universidades brasileiras, buscando a produção de conhecimento. Ademais, seu objetivo é extirpar os bolsões de mediocridade instalados pela ditadura e alimentados pelo governo da nova república. Fortalecer a proposta de universidade pública, gratuita e competente (LIMA NETO, 02/03/88).</p> <p><u>A avaliação visa aprimorar o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade.</u></p> <p>Avaliação democrática, suas bases devem ser discutidas por todos os grupos dentro da universidade.</p> <p>A avaliação é individual, mas visa melhorar os mecanismos de progressão na carreira docente.</p> <p>“(…) a partir de 1981, aparece a preocupação com a avaliação do trabalho acadêmico, dentro de um quadro de aprimoramento da universidade</p>

		<p>brasileira como um todo, de controle da exploração que se dá a nível nacional das pessoas que estudam e trabalham no setor provado da Educação superior e no aprimoramento e ampliação da universidade pública e do ensino público em todo o país. Esse processo de discussão desta proposta, que inclui muitos itens – inclui a democratização da universidade, a necessidade da democratização da universidade, a necessidade da discussão dos seus fins e dos meios pelos quais esses fins serão executados, porque é preciso que tenhamos claro: existem projetos distintos –, o movimento docente se volta então a fazer uma proposta concreta e objetiva para o desenlace e para o caminhar desse processo de construção da universidade brasileira (MIRAGLIA, 02/03/88).</p> <p><u>A discussão sobre a avaliação deve ser efetuada no interior da universidade, mas sem prejuízo de transparência, que deve ser característica das instituições públicas.</u></p>
--	--	--

Fonte: elaboração própria

Nesse capítulo apresentei três matrizes de pensamento pinçadas nos escritos e nas falas dos jornalistas e docentes que se manifestaram no caso da “lista dos improdutivos”. Se para os jornalistas a publicação de tal relação obedeceu a princípios estritamente jornalísticos, mesmo tendo eles manifestado seu ponto de vista sobre a universidade, para os docentes ela consistiu em uma ameaça ao trabalho intelectual realizado dentro de seus muros. Assim, eles saíram em defesa da instituição, mesmo possuindo diferentes visões sobre ela. Somente por meio da análise de suas tomadas de posição foi possível delinear a heterogeneidade das concepções, que serão aprofundadas no capítulo 3 da dissertação, com a inclusão de informações de outras fontes.

CAPÍTULO 2

***A Folha de S. Paulo* e o caso da “lista dos improdutivos”: uma experiência de legitimação do campo jornalístico**

1. Introdução

Esse capítulo dedica-se a delinear o panorama histórico e o jogo de relações nos quais adquire sentido a matriz de pensamento dos jornalistas da *Folha de S. Paulo* expressa no caso da “lista dos improdutivos”. Com isso quero dizer que para apreender as falas dos jornalistas, seus “recados”, a quem estavam se referindo, quais eram seus interlocutores no meio jornalístico e intelectual e os argumentos que utilizaram para defender seus posicionamentos, é necessário esboçar os caminhos percorridos pelo jornal *Folha de S. Paulo* nesse período marcado por fortes modificações em seu fazer jornalístico, com alterações em sua linha editorial, politizando-a em um primeiro momento e, depois, adotando medidas para torná-la cada vez mais afinada com regras e técnicas propriamente jornalísticas, o que significou uma alteração no modo de pensar seu papel em relação a outros espaços sociais e à sociedade brasileira em vias de se democratizar.

Nesse sentido, o presente capítulo pretende argumentar que o caso da “lista dos improdutivos” só se desenrolou porque o processo de reorganização interna da *Folha de S. Paulo* foi capitaneado pelo que chamo de “uma nova geração de jornalistas” na redação. Para esses profissionais, a afirmação do jornalismo em bases cada vez mais técnicas e autônomas também significava uma aproximação maior com o mercado de consumidores dos produtos simbólicos veiculados. Tal aproximação é feita através da afirmação cada vez maior do jornal como um veículo formador de opinião, diferentemente da posição assumida outrora, no período de distensão política até a campanha das Diretas Já (1974-1984), quando dava maior espaço a opiniões provenientes de outros meios sociais.

Esse modo de conceber o jornalismo levou à polêmica da “lista dos improdutivos”. Considerando que era de grande importância para a formação da opinião pública o fato de que a USP era “improdutiva”, a *Folha*, seguindo uma série de princípios jornalísticos – os quais serão apresentados nesse capítulo – forjou uma *doxa* sobre os acadêmicos, exposta em sua matriz de pensamento. Ademais, e principalmente,

o episódio foi um momento no qual o periódico pode afirmar as bases do jornalismo que passou a adotar, expressando seu distanciamento em relação aos docentes da Universidade de São Paulo.

Passarei, agora, à apresentação das mudanças ocorridas na *Folha de S. Paulo* e na configuração das relações entre os jornalistas no periódico durante os anos 1980, de modo que possam ser localizadas as posições que geraram as tomadas de posição expressas durante o caso da “lista dos improdutivos”.

2. As transformações na *Folha de S. Paulo*

2.1. Os primeiros passos da gestão Frias-Caldeira

Quando Octavio Frias de Oliveira, Carlos Caldeira Filho e Caio de Alcântara Machado (que logo saiu da sociedade) adquiriram a empresa Folha da Manhã S.A. de Nabantino Ramos, seu antigo e terceiro dono, em 13 de agosto de 1962, o país vivia a efervescência política que antecedeu o golpe de Estado de 1964. O presidente João Goulart procurava recuperar o espaço que havia perdido com a adoção do parlamentarismo, o país passava por uma onda inflacionária e o cenário político de São Paulo era dominado pelos populismos de Adhemar de Barros e Jânio Quadros.

As primeiras medidas que os sócios tomaram na empresa foram no sentido de reorganizá-la financeira e administrativamente, melhorando a distribuição do jornal ao contratar nova frota de veículos, racionalizando as tarefas administrativas e as relações de trabalho, além de reestruturar seus serviços de publicidade. Nesse período não houve modificações na linha editorial da *Folha de S. Paulo* em relação ao período anterior. A redação era dirigida por José Reis, médico, cientista e jornalista responsável pela divulgação científica nas páginas do jornal. Reis buscava um noticiário neutro, evitando posicionamentos claros quanto aos acontecimentos e à política nacional.

Embora fosse favorável à implantação do regime militar em 1º de abril de 1964, a *Folha* manifestou opiniões contrárias a certas medidas perpetradas naquele contexto, como no episódio em que foi descoberta a existência de uma comissão interna à USP

que investigava atividades “subversivas” na instituição¹⁰, quando foi a público o editorial “Dedo duro na USP”, em 26 de julho de 1964 (ADUSP, 2004, p. 17). A posição do jornal mudaria gradativamente em relação ao governo militar, principalmente depois da decretação dos Atos Institucionais, da Lei de Imprensa, da Lei de Segurança Nacional e do Decreto-Lei 1.077, de 26 de janeiro de 1970, o qual institucionalizara a censura prévia de espetáculos públicos, livros e dos meios de comunicação.

Entretanto, nem todas as publicações ficaram sujeitas à censura prévia. A maioria realizava a autocensura de acordo com as ordens dos censores enviadas por telefone ou por telex, como foi o caso da *Folha de S. Paulo*. Os veículos paulistas submetidos à censura *in loco* foram *O Estado de S. Paulo*, o *Jornal da Tarde* e a revista *Veja*. *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, começou a sofrê-la em meados de 1972, quando o jornal é cercado pela polícia armada com metralhadoras sob o pretexto de que estaria sendo publicado material capaz de ameaçar o regime. Um mês depois, o periódico recebe ordens do Ministério da Justiça proibindo a veiculação de quaisquer matérias ou entrevistas sobre a política do governo. No comunicado enviado ao jornal havia o adendo de que ficava proibida também a publicação de entrevistas com Roberto Campos, ex-ministro de Castello Branco e amigo da família Mesquita (PILAGALLO, 2012).

Ruy Mesquita, proprietário d’*O Estado de S. Paulo* em conjunto com seu irmão, Júlio de Mesquita Neto, envia ao então ministro da Justiça de Emílio Garrastazu Médici, Alfredo Buzaid, um telegrama reclamando das ordens, dizendo se sentir humilhado e envergonhado com a degradação do Brasil a uma “republiqueta de banana” (PILAGALLO, 2012). Uma cópia do telegrama é veiculada pelo *Correio do Povo*, de Porto Alegre, e o jornal é apreendido. Do dia 19 de setembro de 1972, data de envio do texto de Ruy Mesquita, até 3 de janeiro de 1975, *O Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde* ficam sob censura prévia. Para sinalizar sua situação, *O Estado* publica receitas culinárias e versos de *Os Lusíadas*.

¹⁰ Durante a gestão do reitor Luís Antônio da Gama e Silva (1963-1969, deixou a USP em 1967 para assumir o cargo de Ministro da Justiça do governo do general Artur da Costa e Silva), o qual tinha boas relações com o governo militar, a USP sofreu tanto ações repressivas vindas de fora, como, por exemplo, a prisão de professores e alunos, a invasão e depredação da Faculdade de Filosofia localizada na Rua Maria Antônia, quanto foi criada dentro da universidade uma comissão secreta ligada aos órgãos segurança cujo objetivo era a realização de um “expurgo” dos professores considerados subversivos. A lista de nomes resultante do trabalho da comissão incluía docentes que posteriormente foram demitidos da universidade ou aposentados compulsoriamente (ADUSP, 2004).

Antes da instalação da censura prévia em alguns veículos e da decisão de abrir suas páginas à opinião, de 1968 a 1974 a *Folha de S. Paulo* passa por uma “revolução tecnológica” com a introdução da fotomecânica. Suas páginas são criadas a partir da técnica de fotocomposição e o produto final é rodado em *offset*.

Durante esse período ocorre uma recessão ainda maior do espaço crítico do jornal, que vinha dando espaço em suas páginas ao movimento estudantil desde 1965. Com a decretação do AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, a *Folha* deixa de publicar editoriais e mantém-se funcionando em *low profile*. A vida da redação se resume à publicação de “notícias convencionais e escritos táticos para a manutenção de um espaço crítico mínimo” (CAPELATO & MOTA, 1981, p. 216).

2.2. Cláudio Abramo e as mudanças gradativas na linha editorial

Cláudio Abramo é uma das figuras centrais na redação da *Folha de S. Paulo* durante as décadas de 1960 e 1970, isto é, no período em que o periódico esteve sob censura e, depois, quando ele se abre à opinião. Jornalista responsável pela reforma do *Estadão* nos anos 1950, que incutiu na redação o ideal de objetividade e a necessidade da composição de matérias mais diretas e com linguagem mais acessível, Abramo chega à *Folha* em 1965, após anos de tensão com a família Mesquita, que na época de sua demissão, em julho de 1963, apoiava e conspirava com uma ala dos militares que tentaram, em 1961, impedir a posse de João Goulart e que, depois, foram os artífices do golpe de 1964.

As ações de Cláudio Abramo na *Folha de S. Paulo* durante o regime militar iam muito além da censura de matérias requerida pelo governo militar. Apesar das dificuldades impostas pela conjuntura histórica ao livre exercício da atividade jornalística, Abramo foi o responsável pela renovação do veículo, pelas “reformulações de 1968, do período mais difícil da repressão (1970 a 1974), da afirmação política do jornal em 1974 e da busca por uma redefinição clara e metódica da tendência política e ideológica da *Folha* em 1978” (CAPELATO & MOTA, 1981, p. 206). Dentre as importantes mudanças operadas por Abramo estão as novas aquisições para o corpo editorial da *Folha*, o que exigia do jornalista um verdadeiro malabarismo durante a fase mais dura do regime ditatorial. Sendo ele mesmo considerado subversivo pelos militares

pela sua posição trotskista, Abramo procurou montar uma redação em que pelo menos os chefes fossem insuspeitos do ponto de vista do regime para que algumas exceções fossem toleradas. Fazem parte dessas exceções seu próprio sobrinho, Perseu Abramo, Alberto Dines e Paulo Francis. Perseu Abramo era reconhecidamente um jornalista de posições políticas à esquerda, como seu tio. Paulo Francis na época ainda não apresentava as opiniões conservadoras pelas quais ficou conhecido na fase final de sua carreira. E Alberto Dines, apesar de não se declarar de esquerda, era contra a censura e a ditadura, tendo sido preso e inquirido por publicar matérias vetadas pelo regime no *Jornal do Brasil*.

A *Folha de S. Paulo* foi se constituindo, aos poucos, em um espaço que abrigava jornalistas de esquerda e opositores ao regime, gestando o que iria ser o jornal durante a fase de abertura política. O trabalho de Abramo deveria ser cuidadoso, sutil e gradual, forçando paulatinamente as fronteiras do que era aceitável pelo regime, pisando cuidadosamente no terreno da censura para ver o que podia ou não ser veiculado. As matérias da *Folha* passavam pela autocensura dos homens de confiança de Cláudio Abramo na redação, pois os donos do jornal não se responsabilizariam caso o jornalista fosse preso (MELO, 1996, pp. 124-125).

2.3. 1974: processo de distensão e mudança editorial da *Folha*, que se volta à opinião

A situação começa a mudar para Cláudio Abramo e para a *Folha* em 1974, quando é confirmado o nome de Ernesto Geisel para substituir o presidente Médici. No início desse ano, Octavio Frias de Oliveira foi chamado para um encontro com o futuro chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, que expôs ao *publisher* o projeto da distensão política¹¹, dando a entender que a *Folha de S. Paulo* teria espaço para atuar durante o processo. Como relata Otavio Frias Filho:

(...) eu diria que o ano de 1974 foi bastante importante para a imprensa em geral e para a *Folha* especificamente. Estava-se preparando a posse do governo Geisel, e o general Geisel e o general Golbery estavam montando a

¹¹ Dentre as razões que levaram Ernesto Geisel a optar pela abertura política Melo (1996, p.67) destaca: a perda de legitimidade devido à crise econômica que adveio após o “milagre” e o recrudescimento da repressão, com a formação de núcleos paralelos – os órgãos de segurança e a tecnoburocracia estatal –, o que contribuía ainda mais para a centralização de poder nas mãos do presidente de forma a manter o controle sobre esses organismos.

equipe ministerial. Eles tinham gabinete no Rio, no largo da Misericórdia, e meu pai foi chamado pelo Golbery, que ele conhecia anteriormente, da época do governo do Castello, para uma conversa nesse local. Isso deve ter sido em janeiro, fevereiro de 1974 – Geisel tomou posse em março (...).

Nessa conversa com meu pai, Golbery delineou os rumos que eles pretendiam impor ao novo governo, falou da necessidade de uma descompressão política, enfim, expôs todo aquele ideário que se tornou bastante conhecido depois. Inclusive, chegou a mencionar para meu pai – me lembro disso, pelo relato que meu pai fez – que não era conveniente que houvesse em São Paulo só um jornal forte, em termos de peso na opinião pública, que era do interesse do governo que houvesse dois jornais. A conversa se resumiu a isso. Não houve qualquer tipo de apoio ou de encorajamento da parte do governo. Todo o desenvolvimento da *Folha* durante o governo Geisel e durante o governo Figueiredo ocorreu rigorosamente à margem de qualquer estímulo governamental (FRIAS FILHO, 1997, pp. 354-355).

A conversa entre Octavio Frias de Oliveira e Golbery do Couto e Silva fazia parte de um movimento mais amplo do futuro presidente Geisel, que, prevendo oposição à abertura política por parte da linha dura do regime, buscou apoio na grande imprensa. Tal aproximação com os donos de jornais pautava-se pela lógica de que se a imprensa estivesse livre poderia criticar os atos violentos cometidos por membros da linha dura, os quais vinham ganhando autonomia frente ao controle do Estado (PILAGALLO, 2012).

Após a conversa com Golbery do Couto e Silva, Octavio Frias de Oliveira reúne-se com Cláudio Abramo, Ruy Lopes, Boris Casoy (todos com cargos de direção na *Folha*) e seu filho Otavio tendo em vista ponderar qual seria a linha que o jornal iria adotar dali em diante. Além das razões mercadológicas, que apontavam um nicho para um jornal de oposição ao regime militar, havia também o fato de que a *Folha de S. Paulo* era o único jornal paulista sem dívidas consideráveis com o governo, podendo, portanto, afirmar-se como um jornal independente. Alberto Dines, que foi convidado por Cláudio Abramo para compor a redação durante esse período, relata a situação econômica da empresa:

Ele [Otavio Frias de Oliveira] tinha condições de manter um mínimo de altivez, que os outros não tinham. Acabei de contar o episódio de quando ele me convidou e disse que só ele tinha condições de fazer um jornalismo independente porque não devia um tostão. Fiz até o parêntese, disse que ele devia ao INPS, mas estava na Justiça. Era a forma que ele tinha de, depois, negociar um acordo. Mas o fato é que ele não tinha empréstimo. E o *Estadão* tinha. O *Estadão* tinha pegado muito dinheiro do BNDES naquela ocasião, para fazer a fábrica de papel. Evidentemente que esse dinheiro pagava a operação diária. Eles estavam mal, por causa daquele encouraçado na avenida Marginal. Estava todo mundo encalacrado: o *JB* estava encalacrado, *O Globo* nunca foi de ser muito independente, ainda mais naquela época, quando ainda não era a potência que é hoje... Então a *Folha* tinha condições. E o grande

papel de Frias foi esse, foi de perceber que só ele podia fazer a virada e que a forma de ele se projetar seria essa, correndo um certo risco. Isso estava muito claro quando o Cláudio foi a Nova York falar comigo e disse que a *Folha* ia dar uma virada (DINES, 1997, pp. 119-120).

Reunidas as condições necessárias – conjunturais, mercadológicas, econômicas –, o tino empresarial e político de Octavio Frias de Oliveira e um time de jornalistas que se opunham ao governo militar foi possível dar os passos em direção a uma linha editorial mais independente. Nesse sentido, a *Folha de S. Paulo* passa por uma série de reformas capitaneadas por Cláudio Abramo. Segundo Otavio Frias Filho, essas foram reestruturações de cunho “politizante”, pois forçavam os limites da abertura. Não tinham um caráter “esquerdizante”, mas abriram espaço para pessoas e movimentos de esquerda participarem ativamente do debate sobre a abertura política no jornal (FRIAS FILHO, 1997, p. 355).

A *Folha* volta-se, então, à opinião, retomando os editoriais em 1974. Em novembro desse ano a oposição ganha nas urnas, dando novo fôlego ao jornal, que percebe na vitória a possibilidade de ampliar seu leitorado atingindo o público que havia manifestado descontentamento com o regime militar via voto. Há a aposta na consolidação do periódico enquanto um órgão importante para a abertura de um espaço crítico, no qual diversos setores sociais e políticos poderiam se manifestar. Para isso, são concebidas por Cláudio Abramo e Alberto Dines as páginas 2, em 1974, e a seção Tendências/ Debates da página 3, em junho de 1976. No depoimento abaixo Dines rememora como surgiu a página 2:

O que é que se fez na *Folha*? Naquela época, a *Folha* não tinha opinião. Tinha apenas um comentário sobre a atualidade política feito de Brasília por um repórter político, ótimo, Rui Lopes: a Arena fez, a Câmara votou, não sei o quê. E o comentário dele não tinha página certa. O jornal não tinha página de editoriais. Quando fechei com o Frias, eu disse: “Temos que fazer uma página de editoriais, porque, se eu vou escrever um artigo opinativo, onde é que eu vou ficar? Não posso ficar sambando, porque não faz sentido”. Eu não tinha combinado com o Cláudio, mas vi um ar de triunfo nele. O Cláudio também estava dizendo que tinha que ter uma página de opinião. O Frias afinal concordou: “Então vocês façam a página. Você começa na segunda-feira, já na página nova”. Desci com o Cláudio, para o gabinete dele (...). Fomos para o gabinete do Cláudio e desenhamos a página (...). Então, ele desenhou a página, dei uns palpites e já comecei na página nova. O Rui Lopes passou a fazer uma crônica de Brasília e eu fazia a do Rio; eles não tinham quem fizesse a de São Paulo, mas depois contrataram o Samuel Wainer (...). Samuel ficou sendo articulista de São Paulo (DINES, 1997, pp. 120-121).

A página 3, criada mais tarde, também foi um produto das reformas empreendidas por Abramo:

Para citar um exemplo, em 1976 ele [Cláudio Abramo] fez uma grande reforma gráfica, que mudou bastante o aspecto plástico, visual da Folha. Meu pai tinha uma preocupação, que tem até hoje, com a pluralidade dos pontos de vista, e um pouco sob inspiração dele, no meio dessa reforma, o Cláudio projetou a seção “Tendências em debate”, que na época foi considerada muito interessante, pela pluralidade radical das colaborações que abrigava (FRIAS FILHO, 1997, p. 355).

A cobertura do caso Vladimir Herzog é considerada emblemática quando se fala da postura editorial adotada pela *Folha de S. Paulo* durante a fase de distensão política. Alberto Dines, em sua coluna “Jornal dos Jornais”, já havia falado da perseguição que o jornalista da TV Cultura de São Paulo vinha sofrendo por parte de um jornalista chamado Cláudio Marques (DINES, 1997, p. 121). A *Folha* foi o único jornal que focou a morte de Herzog, sendo que em 27 de outubro de 1975 publicou tanto a versão oficial quanto uma nota do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, que contradizia sutilmente o resultado do laudo sobre a causa de morte do jornalista. No dia seguinte, a *Folha* dedica uma página inteira aos desdobramentos do caso.

Segundo Melo (1996, p. 130), a denúncia da morte de Herzog interessava a Ernesto Geisel, pois mostrava a face mais violenta dos porões do regime, servindo como um modo de acuar a linha dura. Em visita a São Paulo, sendo recebido pelo governador e secretários, o presidente exprime seu descontentamento com o desenrolar do caso Herzog ao cumprimentar somente o Secretário de Cultura de São Paulo, José Mindlin, responsável pela Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura, órgão para o qual o jornalista trabalhava. O gesto de Geisel funciona como um encorajamento para os jornais continuarem denunciando os atos brutais da linha dura.

O ato ecumênico realizado em 31 de outubro de 1975 em homenagem a Vladimir Herzog também foi assunto de destaque no jornal. No dia seguinte saem as colunas “São Paulo”, “Brasília” (“Abaixar as Armas” e “Do Ecumenismo à Distensão”) e o editorial “Lição e Ponderação”, textos ilustrativos das concepções do jornal sobre como deveria ser conduzido o processo de distensão, tentando demonstrar que a sociedade já estava pronta para os próximos passos. Além disso, a *Folha* alinha-se com a postura de Geisel, que no momento buscava controlar a linha dura. Alguns excertos são demonstrativos dessa posição:

Não raro, a dinâmica das repressões, perdidas as noções do respeito à dignidade pessoal do homem, tem descambado para ilegalidades flagrantes, envolvendo, muitas vezes, em suas repercussões, personalidades eminentes inteiramente alheias aos exageros dos subordinados. Os exemplos constantes

mostram-nos que, a partir de certo nível, os mecanismos repressivos, desencadeados sem os necessários freios, tornam-se verdadeiramente incontroláveis.

Cabe, portanto, às autoridades empenhar-se para que não sejam ultrapassadas as fronteiras da legalidade em todas aquelas medidas que devem ser adotadas para a salvaguarda das instituições e da tranquilidade pública. O próprio conceito de que se revestem, como representantes do bem comum, não pode permitir que a legitimidade de sua atuação se conspurque através de indevidos métodos e procedimentos desumanos que podem expor o governo e o país a considerações altamente desprimorosas perante os demais povos do mundo (FSP, 01/11/1975).

A multidão que se cumprimiou (sic) na nave e entre as colunatas do templo, erguendo sua voz nas preces ou silenciando na mágoa contida da ferida que ainda sangra na carne, açoitou os fantasmas imaginários ou distorcidos pelos interesses de alguns; e opôs, à pretendida escalada da subversão, a escalada da paz.

O que se quer – e ontem se provou publicamente – é que as belas intenções das palavras oficiais não sejam sufocadas pelos miasmas das arbitrariedades oficiosas, cuja responsabilidade se perde nos desvãos e nos corredores inacessíveis à defesa legítima e humanitária (FSP, 01/11/1975).

A médio e a longo prazo, o caso Vladimir Herzog e o caminho encontrado para esvaziar as tensões por ele produzidas resultarão em fortalecimento dos setores governamentais que reivindicam uma evolução do regime com sentido liberalizante. Não lhes será difícil caracterizar o incidente como algo que se pode esperar dentro de uma linha de atuação mais repressiva, e ao mesmo tempo evidenciar, mostrando o resultado do ato ecumênico, que não há grande perigo em aumentar a dose de tolerância. Esta, por sinal, deverá ser também a conduta da Oposição, para quem é praticamente vital a retomada do processo de distensão política, agora que estamos a um ano do embate eleitoral (LOPES, 01/11/1975).

Um segundo episódio, a morte do operário Manuel Fiel Filho nas dependências do 2º Exército e nas mesmas circunstâncias que Vladimir Herzog, deu ainda mais fôlego para a *Folha de S. Paulo* se posicionar como um jornal de oposição, fazendo coro com outros setores sociais organizados em uma frente ampla pela redemocratização do país. Segundo Capelato e Mota (1981, p. 233), a *Folha* desponta, a partir de 1975, como o jornal que encorajava a atuação de instituições como a Comissão Justiça e Paz, encabeçada pelo jurista Dalmo Dallari, José Gregori, José Carlos Dias, entre outros, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de Raymundo Faoro e Miguel Seabra Fagundes, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), de Oscar Sala e Carolina Bori, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de d. Paulo Evaristo Arns e d. José Ivo Lorscheiter e a Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), na gestão de Miguel Reale Jr.

Nessa época, Cláudio Abramo assume a direção de redação. De acordo com Alberto Dines, Abramo possuía até o final de 1975 uma posição de “eminência parda”

(DINES, 1997, p. 122) na redação. Ele havia introduzido as reformas no periódico, mas não tinha efetivo poder de mando. Na véspera de Natal de 1975, Otavio Frias de Oliveira convidou Alberto Dines, Cláudio Abramo, Paulo Francis e Boris Casoy para um jantar em sua casa. O anfitrião chama Dines para ser diretor de redação, porém ele recusa por motivos pessoais – queria continuar no Rio de Janeiro perto dos filhos. Dines então indica Cláudio Abramo, que é escolhido por Frias e fica no posto até 1977, mais precisamente até o caso Diaféria.

Na edição de 1º de setembro de 1977 sai na coluna de Lourenço Diaféria a crônica “Herói. Morto. Nós”, contando a história de um militar que pulou em um fosso de ariranhas para salvar um menino de catorze anos que lá havia caído. O cronista avalia o sargento, considerado por ele um herói, como superior ao Duque de Caxias, que se achava reduzido a uma estátua na Praça Princesa Isabel na qual o povo urina. Com a comparação, Diaféria queria dizer que as pessoas preferem heróis de carne e osso, que passeiam com sua família à paisana, cujas ações independem de ele ser militar ou civil, aos “heróis de pedestal”, distantes do povo e que não demonstram ser como ele.

Embora a crônica sobre o ponto de vista atual possa ser considerada inocente ou até mesmo inócua, como sugeriu Otavio Frias Filho (1997, p. 356), ela serviu como pretexto para que Silvio Frota, Ministro do Exército e parte da linha dura do regime, entrasse com um pedido de processo contra a *Folha de S. Paulo*. Diaféria foi detido para interrogatório e nos dias em que permaneceu preso sua coluna na *Ilustrada* foi publicada em branco. Em um telefonema a Octavio Frias de Oliveira, Hugo Abreu, Ministro Chefe do Gabinete Militar, conta ao empresário que já estava na mesa de Ernesto Geisel um pedido de enquadramento da *Folha* na Lei de Segurança Nacional. Se fosse levado a cabo o processo, o jornal poderia parar de circular por 30 dias. Octavio Frias de Oliveira, tendo em vista que a *Folha de S. Paulo* não conseguiria se sustentar depois de tanto tempo parada, decide, então, recuar. O empresário retira seu nome do cabeçalho do jornal, cessa a publicação de editoriais, Cláudio Abramo deixa a direção de redação, Boris Casoy assume seu lugar, e tanto a coluna diária como a semanal de Alberto Dines têm sua publicação interrompida.

O caso Lourenço Diaféria insere-se no contexto maior de disputa entre a linha dura e os sobornistas no momento de sucessão do presidente Ernesto Geisel. A linha dura não via com bons olhos a crescente abertura da imprensa e sua articulação com os

movimentos da sociedade civil. Concebia a liberalização como um retrocesso, uma volta à agitação política subversiva pré-1964. Antes mesmo do caso Diaféria, a *Folha de S. Paulo* havia criticado duramente o Pacote de Abril que, no mesmo ano de 1977, dentre outras medidas, decretou o fechamento temporário do Congresso Nacional para a aprovação de mudanças na Constituição no que dizia respeito às regras para o pleito de 1978. O temor de que a oposição ganhasse no Senado, como ocorreu na maioria dos estados da federação em 1974, resultou na reserva da metade das vagas em disputa à escolha indireta pelo Colégio Eleitoral. Os representantes assim eleitos ficaram conhecidos como senadores biônicos. A medida também estabelecia a extensão do mandato presidencial para cinco anos, conservava a escolha do presidente, de governadores e prefeitos dos municípios em áreas de segurança nacional por voto indireto, e estabelecia a sobrerrepresentação dos estados menos populosos.

Nessa conjuntura conturbada, a *Folha* retrai-se. No entanto, a cautela de Octavio Frias de Oliveira prova-se excessiva. Alguns meses depois, Silvio Frota é demitido por Geisel e este demonstra ter controle sobre o processo sucessório, indicando João Baptista Figueiredo. Nesse ínterim, aos poucos, a linha editorial do jornal vai sendo retomada e, em 1978, Alberto Dines volta a publicar no jornal, que admite também Samuel Wainer. Em 1978 também é criado o Conselho Editorial, que passa a ser secretariado por Otavio Frias Filho. O período no qual Boris Casoy fica na direção da redação, de 1977 a 1984, é conhecido por ser o mais “esquerdizante” da *Folha* (FRIAS FILHO, 1997, p. 358). A seção Tendências/ Debates abre-se para uma série de colaboradores que haviam sido privados, durante o regime militar, de manifestar-se na cena pública. De acordo com Capelato & Mota (1981, pp. 236-237):

Os “neoliberais” começaram a aparecer, amiúde, e as propostas de reformulação partidária ensaiam seus primeiros passos na página 3. Em artigos polêmicos, o economista Bresser Pereira chegará a formular propostas para um partido socialista, enquanto, mais à esquerda, Almino Afonso procurará revitalizar uma visão popular da democracia. O jurista e professor Dalmo de Abreu Dallari, então presidente da Pontifícia Comissão Justiça e Paz, fará da página 3 uma de suas principais tribunas, enquanto o ex-ministro Severo Fagundes Gomes retomará a temática da independência e da crítica à ausência na História do Brasil, de um projeto nacional. Em “Tendências e Debates”, de Plínio Corrêa de Oliveira, da TFP, conviverá lado a lado com Fernando Henrique Cardoso ou Plínio de Arruda Sampaio. Ou os conservadores reitor José Carlos de Azevedo, de Brasília, e o ideólogo Gilberto Freyre, com as novas frentes de pensamento, de Marilena Chauí e Francisco Weffort a Lula, mais recentemente.

Apesar dos contratempos políticos, o Pacote de Abril e as crises internas ao regime, da censura e da Lei de Segurança Nacional, a distensão transforma-se no processo de abertura. A *Folha de S. Paulo*, na posição de veículo a partir do qual as vozes da “nova sociedade civil” puderam se manifestar, passa a ser identificada com os movimentos em defesa das liberdades democráticas, dos direitos humanos e da anistia. O jornal afirma e pratica cada vez mais a independência editorial em relação aos ditames do governo.

Em suma, com o AI-5, em 1968, há uma grande restrição do espaço público, as ruas foram fechadas ao protesto político e foi proibido o direito de reunião. Além disso, nessa altura, as reações armadas ao regime militar haviam sido reprimidas. A oposição à ditadura restringiu-se ao jogo parlamentar, que dava uma feição de democracia de fachada à política. A população era excluída da elaboração de políticas e do projeto nacional de desenvolvimento econômico. No período de distensão, o medo de que a participação popular levasse a uma forte reação da direita levou os partidários da abertura a recomendarem extrema cautela. Isso não impediu, porém, que surgissem fora do Estado novas demandas políticas e formas de participação, como as Comunidades Eclesiais de Base, o Movimento pela Carestia, as Associações de Moradores, o Movimento Sindical e o Movimento Estudantil. Essas organizações e associações, apesar de fazerem reivindicações diferentes ao Estado, reuniram-se, paulatinamente, sob a bandeira da democratização (MELO, 1996).

A *Folha de S. Paulo* caminhou na direção de abrir espaços para que esses novos atores sociais pudessem exprimir suas demandas. Além disso, como aponta Melo (1996, p. 145), “a notícia sobre a democracia tornou-se uma mercadoria editorial”. A democracia era desejada por diversos segmentos sociais: os setores populares ansiavam pela melhoria das condições de vida e por maior participação no Estado, alguns grupos de esquerda viam na democracia a luta a ser travada contra o regime, enquanto os liberais desejavam a volta das prerrogativas constitucionais e do jogo político, desiludidos com a ditadura.

2.4. A *Folha* e o Movimento Estudantil da USP

Com o fim da censura durante o governo Geisel a imprensa torna-se um espaço aberto ao debate e à reflexão política. Os jornais passam a publicar matérias sobre os movimentos sociais, dando visibilidade às suas demandas. Na *Folha de S. Paulo* a cobertura dos protestos do Movimento Estudantil recebeu grande destaque, sendo conduzida pelo editor de Educação do jornal, Perseu Abramo. Na edição de 31 de março de 1977, a *Folha* noticia os enormes congestionamentos causados pelos bloqueios colocados pela polícia no dia anterior para dificultar a concentração de estudantes no Largo do Arouche, diante do prédio da Secretaria Estadual de Educação. Impedidos pela “Operação Bloqueio” de atingirem o centro, cerca de 2.500 universitários concentraram-se no largo de Pinheiros, sentando-se no chão e levantando faixas contra o corte de verbas para a USP. O governador Paulo Egídio, que havia proibido as manifestações, disse à *Folha de S. Paulo* não ter sido o responsável pela “Operação Bloqueio”, apenas pediu a Erasmo Dias, Secretário da Segurança, que impedisse o ato público. O editorial do dia 31, “Desproporção e Imprudência” apresenta um tom crítico ao governo, responsabilizando-o pelos gigantescos congestionamentos causados pelos bloqueios. Ao mesmo tempo aponta a imprudência dos estudantes, pois estes escolheram o dia 31 de março, aniversário da “revolução” de 1964, e recusaram-se a negociar anteriormente com o governador. O editorial sublinha, ainda, que o protesto dos estudantes foi conduzido de maneira “pacífica e serena”, “os estudantes, afinal de contas, parecem ter demonstrado que não desejavam senão expor seus pontos de vista” (FSP, 31/03/1977).

Em maio de 1977 são realizadas novas manifestações do movimento estudantil, que abrangem não só São Paulo, mas também outros estados. Os protestos reivindicavam mais verbas para o ensino superior, ensino público e gratuito para todos e garantia das liberdades democráticas (MELO, 1996, p. 151). De acordo com Melo (1996, pp. 151-152), a *Folha*, ao dar espaço para o movimento estudantil em suas páginas, acabava por informá-lo e orientá-lo. A editoria de Educação comandada por Perseu Abramo foi, dessa forma, uma das responsáveis pela aproximação do jornal com a sociedade civil, mesmo que o movimento estudantil representasse uma parcela parcialmente isolada do restante da população.

Para a *Folha de S. Paulo*, noticiar o movimento estudantil ia ao encontro da linha editorial já adotada, de oposição ao regime militar e apoio à abertura política

iniciada por Geisel. Havia identidade entre as propostas democratizantes do grupo e do próprio jornal. Ademais, a presença de jornalistas como Perseu Abramo, cujas filhas, Laís e Helena, estudavam na Universidade de São Paulo na época, Laís ocupando o posto de diretora do DCE, estabelecia uma ponte entre as duas instituições, a Universidade de São Paulo e a *Folha*. O periódico abre as portas do noticiário aos movimentos de oposição ao regime militar ao mesmo tempo em que admite em seus quadros jornalistas e colaboradores envolvidos com esses movimentos. Como afirma Melo (1996, p. 153): “por meio dos jornalistas o jornal se mistura e, em alguns casos, se confunde com os movimentos”.

Ainda de acordo com esse autor (1996, p. 155), é a partir do noticiário das manifestações estudantis que a *Folha de S. Paulo* firma a sua “fisionomia democrática”. Até aquela data ainda não estavam organizados os movimentos que também se tornariam importantes para o processo de redemocratização, como o movimento sindical, por exemplo. O protagonismo do movimento estudantil no que diz respeito à convocação de passeatas e manifestações afirma nesse período uma forte identidade entre a universidade e o jornal, seja através das ligações pessoais diretas entre jornalistas e estudantes, seja nas relações de colaboração entre intelectuais que escreviam no jornal, principalmente na seção Tendências/Debates, tribuna a partir da qual puderam propagar suas ideias democráticas.

Em depoimento à dissertação de mestrado de Carlos Alberto Furtado de Melo, *Imprensa e democracia: a transformação da Folha de S. Paulo e a criação do Partido dos Trabalhadores* (1996), Otavio Frias Filho afirma a importância da segunda metade dos anos 1970 para o estabelecimento de relações entre a USP e o jornal no que concerne a jornalistas e estudantes:

Esse período teve muita influência sobre o jornal. Até influência por parte das pessoas: por exemplo, o Gilberto Vasconcelos que era professor da Getúlio Vargas tinha muita proximidade com certas lideranças do movimento estudantil, ele era editorialista da *Folha* nesse período, no período do Governo Geisel, até começo do governo Figueiredo. Eu próprio tive militância em movimento estudantil em 75, 76, 77 até 78, 79... E várias pessoas que nessa época estavam no movimento estudantil, mais tarde vieram a ingressar na *Folha*, onde fizeram carreira jornalística. É o caso do Matinas Suzuki, é o caso do Caio Túlio Costa e várias outras pessoas que tinham militância estudantil nesse período, e que logo em seguida entraram na *Folha*. (FRIAS FILHO, 1996, p. 155).

Também em entrevista para a mesma dissertação, Sérgio Ali, estudante e militante no movimento estudantil da USP, afirma, assim como Otavio Frias Filho, a existência de relações entre a militância no movimento estudantil nessa época e o trabalho como jornalista da *Folha de S. Paulo*:

A *Folha* traz muita gente da USP quando o projeto do jornal começa a ser implantado, quando Otavinho vai pra lá. Eu acho que é 80. Ele leva uma parte do movimento estudantil. Leva gente que não tinha nada com jornalismo... Alon Feuerwerker, era da Reforma, era do Partidão [PCB], quarto, quinto anista de medicina... tinha a ver com política, mas nada com jornalismo. Muita gente: André Singer, Marcelo Coelho, Marcelo Fonseca, Ricardo Melo, Josimar Melo... Essas pessoas conviviam no movimento estudantil durante 77, uma convivência diária. O Otavio (Frias Filho) vai e traz a turma (...). É um grupo meio ambíguo, mas que funcionava como o grupo local do Vento Novo que era a tendência do André Singer, do Marcelo Coelho... entre seus expoentes. O Vento Novo era uma tendência que no dia-a-dia era praticamente a mesma coisa que a Refazendo, mas de diferença ideológica. Não era leninista, não lia por obrigação a literatura tradicional. Coisa que a gente fazia. Lênin, Marx. Eles já liam os intérpretes deles. Tinham um diálogo muito forte com Paul Singer, Chico de Oliveira, José Álvaro Moisés... o CEBRAP. O Vento Novo é a referência forte. Quem foi do Vento Novo, ou tinha relações boas com eles, tinha como ir para a *Folha* nesse período. Outra turma... o Carlos Eduardo Lins da Silva tava na ECA nesse momento. Tinha uma forte influência na categoria, talvez o professor mais respeitado... porque saía pra fora, fazia o movimento de defesa da qualidade do ensino de jornalismo, seminário (...) (ALI, 1996, p. 156-157).

É interessante notar que os laços entre o jornal e o movimento estudantil iam além da mera simpatia do veículo pela pauta do movimento. Existiam ligações pessoais diretas, tendo por base alguns jornalistas que funcionavam como pontes entre a *Folha* e os estudantes da USP, dentre os quais é possível mencionar os já citados Perseu Abramo e Gilberto Vasconcelos. Além disso, Otavio Frias de Filho era aluno da USP nessa época. De 1975 a 1981 cursou Direito e, depois, cumpriu os créditos para o mestrado em ciências sociais, abandonado para dedicação exclusiva ao jornal. Durante sua passagem pela Universidade foi militante do movimento estudantil, sendo formado no mesmo ambiente político e intelectual de colegas universitários que mais tarde viriam constituir os quadros principais da *Folha de S. Paulo*.

Dessa forma, para que seja possível apreender os discursos dos jornalistas da *Folha* durante o caso da “lista dos improdutivos”, mormente a afirmação recorrente de que o jornal teria se afastado dos acadêmicos, é importante considerar que, em um período anterior, em meados dos anos 1970, foram forjadas relações de proximidade entre a *Folha de S. Paulo* e a universidade. Essas relações são construídas entre agentes – jornalistas e estudantes – e o próprio jornal com grupos de docentes ou ex-docentes da

instituição. Apesar da postura pluralista, de receber artigos de colaboradores de diversos matizes políticos, ganham destaque no contexto conturbado da distensão as ideias daqueles intelectuais que se dedicaram a pensar a possibilidade da democracia no Brasil e a ação dos movimentos sociais na construção desse regime político. É interessante pensar no projeto de nação que a *Folha* ajudava a gestar naquele período ao conceder espaço em suas páginas para colaboradores que até o momento estavam afastados da cena pública. Longe de adotar uma postura passiva frente às mudanças na sociedade, a *Folha* reúne em suas páginas os debates que ajudaram a forjar o Brasil democrático, tomando posição ao permitir que em suas páginas aparecessem artigos e reportagens de intelectuais e jornalistas comprometidos com o fim do regime militar e com uma visão crítica da sociedade brasileira.

2.5. A redemocratização pelos olhos da *Folha de S. Paulo*

O primeiro texto do Conselho Editorial¹² da *Folha de S. Paulo*, *Levantamento de pontos indicativos de posição editorial e avaliação sintética do momento político*, de 1978, indica como o periódico entendia a conjuntura brasileira e o processo de redemocratização. Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva (1988), que analisou os documentos do Conselho Editorial, os quais constituem as diretrizes do Projeto *Folha*, a ser examinado mais adiante no texto, o documento de 1978 “praticamente não se refere ao jornal. Poderia ser um programa de ação para um partido político, uma plataforma de ação para um candidato a cargo público” (SILVA, 1988, p. 70).

O documento reitera a adesão do jornal ao processo de abertura, destacando a obsolescência do regime militar: “o regime autoritário, expressão política do capitalismo concentracionista, deixa de atender aos interesses objetivos das camadas cada vez mais significativas da população; torna-se obsoleto” (CAPELATO & MOTA, 1981, p. 241). Nos “pontos para formalização da tendência editorial” o Conselho Editorial manifesta preocupação com redução das desigualdades sociais, sendo a favor

¹² O Conselho Editorial, criado em 1978 na *Folha de S. Paulo* e secretariado até 1984 por Otavio Frias Filho, “é um colegiado sem funções executivas. Compõe-se de profissionais, entre jornalistas e não jornalistas, que dele participam a convite dos acionistas do jornal. A função do Conselho é avaliar o desempenho da *Folha*, discutir sua linha política e editorial e examinar projetos que lhe são apresentados. Em situações de emergência o Conselho é convocado para opinar sobre o comportamento a ser adotado pela *Folha*” (FSP, 1984, p. 25).

da melhoria das condições de vida da população brasileira. A solução para esses problemas passa pela

- (1) Melhores condições de vida – saúde, educação, trabalho, alimentação e habitação – para a maioria da população, a partir de;
 - (2) organização de um regime democrático, que assegure a estrita observação dos direitos do homem e do cidadão e que atenda aos interesses da maioria da população, por meio da participação política de todos os setores da sociedade e de todas as tendências de opinião;
 - (3) liberdade de informação, compreendida como o direito de todos terem acesso ao conhecimento dos fatos e das idéias;
 - (4) fortalecimento dos organismos da sociedade civil;
 - (5) distribuição mais equitativa da renda nacional, prioritariamente por via tributária
 - (6) apoio à livre iniciativa econômica, prioridade do capital nacional (privado ou estatal) sobre o capital estrangeiro;
 - (7) submissão de toda a economia ao interesse social, por meio da fiscalização por parte do Estado democrático; e
 - (8) preservação da identidade cultural brasileira.
- (CAPELATO & MOTA, 1981, p. 241)

A adesão à ideia da democracia como a solução para os problemas da sociedade brasileira é a marca desse documento, que, ademais, assume uma plataforma mais generalista, abrangendo os desejos de todos aqueles que lutavam pelo fim da ditadura.

Como venho aqui afirmando, a aproximação da *Folha* com organizações da sociedade civil não resultou somente de uma decisão tomada pela direção do jornal e acatada pelo resto da redação. Ela foi consequência também das ações dos jornalistas que trabalhavam no veículo, os quais tinham simpatia e/ou participavam dos movimentos. Para Melo (1996, pp. 162-169), a presença de jornalistas de esquerda na *Folha*, que militavam em organizações políticas (clandestinas ou não), com experiência em dirigir e confeccionar jornais alternativos, também foi de importância para o engajamento do jornal no período de redemocratização. O depoimento de Alípio Freire, editor da seção Internacional do jornal naquela época, dá substância à tese de Melo (1996, pp. 164-165):

Na Editoria de Esportes estava o José Trajano; como pauteira, a Laís Tapajós (que também pertencia à Ala Vermelha), em política; como uma pessoa que tinha muito poder, o Antônio Fernando Marcelo (também da Ala e esteve preso, assim como a Laís Tapajós também esteve presa); na economia, estava Júlio de Grammont (...); dentro da economia também, como pauteira ou sub-editora, a Nair Suzuki que é uma pessoa de esquerda... Agora, você tem fundamentalmente na base da *Folha*, entre redatores, repórteres... todo um pessoal de esquerda. Alguns organizados nas organizações clandestinas de então. Eu acho que de todas as organizações clandestinas presentes, a mais estruturada, a com mais quadros dentro da *Folha* era a Ala Vermelha. Mas havia também um pouco da OSI e um pouco do Partidão. Algumas pessoas já eram do PC, tipo Gildo Marçal Brandão, outras eu não sabia exatamente o nível de vínculo... Tinha a Raquel Régis de Andrade, que também era do

Partidão e outras que gravitavam em torno do PC... E além dessas organizações, que eram organizações políticas, de viés partidário, havia os jornalistas organizados em torno de vários jornais da imprensa alternativa, ou imprensa de resistência. O [Antônio Fernando] Marcelo, por exemplo, era o responsável por um jornal nosso que era o *ABCD jornal*. O Julio de Grammont também fazia o *ABCD* e era da ALA; eu era um dos responsáveis pelo *Repórter de Guarulhos*, jornal dirigido aos sindicatos, movimentos populares etc.; tinha o pessoal d'*O Espalhafato*, que creio que nenhum deles fosse ligado a nenhuma tendência, mas eram pessoas que vieram do movimento estudantil, parte do *Refazendo*; tinham alguns deles, com alguma vinculação com o MEP... Havia [sic] pessoas colaboradoras do *O Movimento* como o próprio Perseu.. Tinha uma organicidade dentro da *Folha* muito grande. Na economia tinha também como articulista o Eduardo Suplicy. Havia também os correspondentes internacionais da *Folha*: se é verdade que tinha o Paulo Francis – e naquele momento o Paulo Francis não era o Francis de hoje, ele ainda apostava abertura –, de qualquer forma; tinha também o J. B. Natali em Paris, que era um cara de origem de esquerda que eu conheço desde 68; tinha o Flávio Rangel; o Isac Hakseud em Telaviv, que também era um cara de esquerda; o Newton Carlos que era uma pessoa dessa oposição geral ao regime (...); o Geraldo Mourão, que tinha um forte discurso de oposição ao regime militar; (...) o secretário de Redação era o Alexandre Gambirasio: que embora não fosse de esquerda era uma pessoa convictamente democrática (FREIRE, 1996, pp. 164-165).

Apesar da presença desses (e de outros) jornalistas partidários da democracia e/ou de esquerda na redação, a conjuntura política ainda demandava certa dose de precaução. O ambiente do jornal, como uma metáfora da própria sociedade, era resultado de um equilíbrio instável de forças. Se, por um lado, a redação era politizada, por outro, havia, ainda, o ritmo lento da abertura que deveria ser respeitado. Ademais, não se pode esquecer que, para os donos da *Folha*, a notícia mercadoria era altamente vendável na época, fazendo com que apoiassem a linha editorial até então liderada por Cláudio Abramo. Entretanto, quando o clima de crescente politização e democratização começou a tomar conta da imprensa, com a criação do Conselho Consultivo de Representantes de Redação (CCRR)¹³, órgão que propunha a ampliação da participação dos jornalistas nas redações, as relações começam a mudar entre jornalistas e os donos do jornal.

¹³ O CCRR consistia em uma reunião mensal realizada entre representantes de jornais, os quais eram escolhidos pelos jornalistas de cada órgão via eleições diretas e secretas. O Conselho tinha uma Coordenadoria composta por três membros eleitos entre os representantes, que deveriam trabalhar próximos ao sindicato para que as decisões tomadas no CCRR fossem mais bem encaminhadas (SILVA, 2008).

2.6. A greve de 1979 e a construção de diferentes identidades entre os jornalistas

A greve foi deflagrada em 25 de maio de 1979. As principais reivindicações dos jornalistas eram a recuperação das perdas salariais decorrentes da manipulação da inflação pelo governo e a garantia de estabilidade aos jornalistas que faziam parte do CCRR. Esta última exigência foi o motivo para que seis dias depois o Tribunal Regional de Trabalho decretasse o movimento ilegal. Segundo o órgão, a demanda de estabilidade não fazia parte dos acordos coletivos anteriores, não cabendo aos jornalistas incluí-la em um pedido fora da data-base da categoria (GHEDINI, 2012; SILVA, 2008). Além da ilegalidade, Capelato & Mota (1981) e Ghedini (2012) ressaltam que o movimento grevista foi vencido pelo fato de que os donos dos jornais conseguiram continuar produzindo, mesmo com grande redução de mão de obra.

De acordo com Marco Antonio Roxo da Silva (2008), a greve constitui muito mais do que um simples entrevero entre jornalistas e seus patrões. Ela foi um momento de intensa negociação de identidades profissionais entre os jornalistas, na medida em que um padrão específico de ação sindical, do PCB, dava lugar a outro bem diferente, do PT, correspondentes a diferentes maneiras de conceber os valores e as práticas ligadas à profissão.

Nesse sentido, para explicar quais identidades estavam em jogo na ocasião da greve de 1979, Silva (2008), utiliza o recuso metodológico dos tipos ideais, de Max Weber, construindo três classificações. O tipo profissional representa os valores do jornalismo norte-americano no Brasil, introduzido nas redações durante sua modernização nos anos 1950. Ele está associado ao carreirismo individualista presente em uma sociedade liberal-democrática e à concepção do jornalismo como uma prestação de serviços públicos. O ideal da objetividade norteia as atividades dos profissionais, que pregam o afastamento em relação à política.

O tipo trabalhador, segundo Silva (2008), representa o modo como as lideranças sindicais petistas estruturaram a identidade dos jornalistas no sentido de fazê-los se conceberem como classe e corporação. O corporativismo estava ligado às estratégias empreendidas pelo sindicato de regular as relações de trabalho e de reservar parcela do mercado de empregos aos jornalistas com diploma. A forma como procuravam moldar a identidade dos profissionais estava calcada na veiculação de um discurso marxista, no

qual os jornalistas eram identificados com os demais trabalhadores, sugerindo uma postura de ação coletiva com outras categorias.

O tipo intelectual, por sua vez, representa o modo como os jornalistas ligados ao PCB agiam diante das restrições organizacionais impostas pelas empresas em que trabalhavam. Mesmo limitados, eles buscavam intervir no debate público de forma a também participar da organização da agenda político-cultural da sociedade. Esse tipo ideal representa a importância dada pelo PCB à construção, via jornais conservadores, de uma vontade coletiva e de um bloco histórico que pudesse conduzir a uma hegemonia de valores, garantindo, assim, a transição pacífica do Brasil para a democracia (SILVA, 2008).

Para o mesmo autor, essas identidades estavam em jogo em um momento de grande complexidade política, que servia de pano de fundo à greve. Os jornalistas estavam inseridos em duas frentes de luta na conjuntura. A primeira, desencadeada a partir da morte de Vladimir Herzog em 1975, tinha por mote o restabelecimento das liberdades democráticas. Foi nessa época que o Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo ganhou centralidade na luta contra a ditadura. De acordo com Ghedini (2012), nesse período os jornais cobravam boletins diários do Sindicato e os publicavam; a instituição se torna o principal local para o qual organizações, famílias de presos políticos e pessoas comuns se dirigiam em busca de informações e para denunciar crimes cometidos por militares. Entre 1975 e 1978 os jornalistas, junto a outras organizações da sociedade civil, engajaram-se para restabelecimento dos direitos civis e da liberdade de imprensa. É importante salientar o papel dos profissionais que procuraram fazer dos veículos em que trabalhavam canais intermediários entre a oposição e o regime militar.

A segunda frente de luta constituiu-se a partir de 1978, quando o Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, influenciado pelas greves dos metalúrgicos, aposta na criação da identidade do jornalista enquanto trabalhador.

Ao passo que a greve, segundo Silva (2008), foi causada, igualmente, pelo descontentamento dos jornalistas em relação aos ataques dos patrões à obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, bandeira corporativista defendida pelos petistas que ascendem à liderança do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo,

é importante conhecer o que se passava com a dinâmica de troca de poder na instituição, entre PCB e PT. A chegada do novo sindicalismo ao comando significou, de acordo com Silva (2008), a cristalização de uma identidade entre os jornalistas que, apesar de estimular uma série de conflitos com os patrões, ajudou a fundamentar a identificação desses profissionais com os valores do trabalho e do assalariamento, contribuindo para sua adaptação à sociedade de mercado.

Desde 1978, o grupo de jornalistas que assumiu a direção do Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo procurou restituir nos jornalistas o orgulho de pertencerem à profissão por meio da construção de sua imagem como trabalhadores assalariados (SILVA, 2008). O sindicato também buscou rechaçar a representação negativa que os jornalistas poderiam ter dele, das lideranças pelegas e de seu atrelamento anterior ao Ministério do Trabalho. Para isso, houve a formação do CCRR, cujas funções eram, principalmente, favorecer a alternância de poder na instituição, diminuir a distância entre o sindicato e os jornalistas de forma a arregimentar novos membros, e introduzir elementos democráticos nas redações para que os jornalistas pudessem influenciar o noticiário.

Em tese, o CCRR constituiria um elemento dinamizador da vida sindical, visto que devido à dupla inserção dos jornalistas na sociedade – ao mesmo tempo trabalhadores e porta-vozes de demandas de outros grupos sociais –, os conselhos seriam como “contrapoderes” (SILVA, 2008, n. p.), passíveis de disseminar as demandas e os interesses da totalidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que representavam a luta dos jornalistas contra a ditadura ao defenderem a liberdade de imprensa. No entanto, na prática, o CCRR acabou funcionando de formas diferentes de acordo com o veículo, servindo, muitas vezes, como álibi para retaliações entre empregados e patrões. Muitos representantes do conselho nas redações foram demitidos, o que levou o Sindicato a exigir, na greve de 1979, estabilidade no emprego.

Apesar de derrotada, a greve gerou apreensão entre os empresários da imprensa. Segundo Silva (2008), o movimento mostrou o controle frágil que os donos tinham sobre as hierarquias internas, visto que jornalistas com postos de direção e quadros intermediários também participaram da paralisação. Ademais, a greve teve grande adesão de profissionais com diploma, o que gerou, em algumas empresas de São Paulo, a sensação de que haveria um conluio entre o Sindicato e as faculdades de

Comunicação, formando jornalistas corporativistas, identificados mais com a sua posição de classe como trabalhador do que com a imagem de um profissional independente, comprometido com a “missão da imprensa” (SILVA, 2008, n. p.).

Entre os jornalistas, houve diferentes interpretações sobre a derrota do movimento grevista. Para os grupos que apoiaram a direção do sindicato, as falhas estavam na não utilização do CCRR como órgão importante para a organização do movimento, na falta de identificação entre as lideranças e o conjunto dos jornalistas e na repressão por parte dos patrões e da Justiça do Trabalho. Já para os jornalistas que se opunham às lideranças sindicais, a derrota foi resultado da falta de organização do movimento, da pouca precisão nas orientações da direção, da desunião da categoria e da escassez de análises mais precisas sobre quem eram os jornalistas que compunham as empresas e como se organizavam. Entre essas duas posições, havia outra, defendida por um pequeno grupo de jornalistas, dentre os quais Cláudio Abramo e Alberto Dines, de que a greve foi produto da ação de grupo de radicais, que depois se incorporou ao PT, os quais conseguiram convencer o resto da categoria a aderir à greve. Junto a esses jornalistas estavam os profissionais com posição intermediária na hierarquia, os jornalistas com postos de liderança e os militantes do PCB (SILVA, 2008, n. p.).

Nesse sentido, para Silva (2008), na greve de 1979 já estava esboçado o conflito entre os três tipos ideais, profissional, trabalhador e intelectual, que iria caracterizar o campo jornalístico durante os anos 1980. De acordo com o autor, o contexto que perpassa esse conflito, qual seja, de troca de partidos no interior do sindicato, deve ser delineado com mais cuidado para que seja bem compreendido o que significou no âmbito do jornalismo a hegemonia petista na liderança da instituição.

Para entender as ações de militantes petistas no Sindicato é importante, segundo Silva (2008), situá-las no interior do contexto do novo sindicalismo, cujas principais características são: a concentração das intervenções (greves, paralisações) nos locais de trabalho e a rejeição da afiliação a partidos políticos ou a estrutura dos sindicatos atrelados ao Estado. Os eventos principais que marcaram o novo sindicalismo e influenciaram os sindicatos que pretendiam se organizar autonomamente foram as greves dos metalúrgicos de 1978. De acordo com Silva (2008), tanto o PT quanto dois organismos centrais de organização da luta dos trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Coordenação Geral das Classes Trabalhadoras (CONCLAT)

foram resultado das greves conduzidas pelos sindicatos que tomaram para si a luta contra a política de arrocho sindical, a Lei Antigreve e o silêncio imposto às lutas dos trabalhadores desde 1968.

O setor mais combativo dos sindicatos, representado pela CUT, composta pelos sindicalistas autênticos e pelas Oposições Sindicais, assumiu uma postura crítica à estrutura sindical tradicional, agregada em torno da CONCLAT, que encampava a Unidade Sindical, integrada por militantes do PCB, do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) (SILVA, 2008). Enquanto a CUT enfatizava a ação dos sindicatos e movimentos sociais em torno da luta de classes, a CONCLAT apostava em uma aliança pluriclassista, a qual, ancorada na sociedade civil, fazia frente aos setores que dominavam o Estado (SILVA, 2008). Havia, dessa forma, duas propostas para a redemocratização que opunham, por um lado, os militantes petistas reunidos na CUT e os sindicalistas tradicionais organizados em torno do PCB e da CONCLAT. A permanência do PT ao longo do tempo na condução da dinâmica sindical e as vicissitudes da luta em torno da abertura política produziram uma imagem negativa do papel “reformista e conciliador” (SILVA, 2008) do PCB, o que significou, para o período histórico, a condução das lutas por meio do conflito, das greves, diferentemente do tom conciliatório assumido pelos membros do Partido.

Segundo Silva (2008), a política sindical adotada pelo PCB fazia parte do plano de ação mais geral do partido, o qual se baseava na concepção de que o socialismo só se tornaria real no Brasil após algumas etapas que o país ainda teria que passar. Desse modo, o partido apostava em uma política de alianças com outros setores nacionais no sentido de promover as mudanças necessárias para combater o elemento ao qual eles creditavam o atraso brasileiro: o imperialismo norte-americano. Nesse sentido, a estratégia que o PCB adotava no plano da cultura, de infiltração em organismos da indústria cultural, não se diferenciava muito da diretriz geral do partido, de formação de alianças e inserção na sociedade civil (ALBUQUERQUE & SILVA, 2009). No que diz respeito ao jornalismo mais diretamente, o PCB exerceu grande influência nas redações, em um processo que combinou modernização com a adoção do modelo norte-americano de jornalismo.

Em relação a esse aspecto, é interessante observar as diferenciações estabelecidas por Neveu (2006) entre esse modelo adotado nas redações brasileira a partir dos anos 1950, e o modelo francês, de feição mais literária.

De acordo com Neveu (2006, p. 29), existem dois modelos opostos de jornalismo: o modelo francês e o modelo anglo-americano, o qual constitui hoje o parâmetro de referência para a profissão. No modelo francês de jornalismo o que sobressai é o aspecto literário, o talento para a retórica, para o estilo. Nenhuma competência específica da profissão, como a habilidade de conduzir uma entrevista ou de coletar dados é requerida. O jornalismo é conduzido por colaboradores, mormente escritores envolvidos com pretensões literárias. Uma segunda característica do jornalismo francês é a sua permeabilidade para a política. Grande parte das publicações se identificou e/ou se identifica com correntes e partidos políticos. Como resume Neveu (2006, p. 29) a respeito desse modelo: “A excelência profissional se fixa sobre o domínio e o brio do estilo, a capacidade de defender uma linha editorial. Os conteúdos de informação jornalística, que valorizam críticas, pequenos artigos e crônicas, traduzem o peso do comentário, de um metadiscorso sobre a atualidade que privilegia a expressão das opiniões e transforma o acontecimento em pretexto para exercícios de estilo brilhantes e desenvoltos”.

Uma das principais dimensões do jornalismo anglo-americano é a coleta de informações. As práticas que constituem a atividade, como buscar informações nas ruas ou nas delegacias, hospitais, prefeituras etc. tiveram por berço os Estados Unidos. Esse modo de ser jornalista constituiu o que Neveu (2006, p. 23), chamou de um “modelo de profissionalismo”: “ser jornalista supõe um relato de campo, a constituição de uma agenda de endereços e das habilidades ligadas a tomar notas, a apurar a informação, ao domínio da situação na entrevista”. Desse modo, ao associar tarefas específicas à prática jornalística, o modelo anglo-americano tornou o jornalismo uma profissão à parte.

Outra dimensão importante do jornalismo anglo-americano é o discurso da objetividade, baseado na reconstituição minuciosa dos fatos, distinguindo comentário de informação. Formas mais rebuscadas de expressão, bem ao gosto do estilo literário, são desvalorizadas em favor de uma linguagem sóbria, econômica e descritiva. Apesar da crença irrestrita na objetividade ter sofrido críticas ao longo do tempo, não se pode negligenciar o fato de que, transformada em norma profissional, produziu efeitos no modo que o jornalismo é feito.

Além dessas dimensões, o modelo anglo-americano apresenta uma feição utilitarista, atendendo às necessidades cotidianas dos leitores, seu desejo por informações a respeito do mercado, ou fornecendo, pelas editorias de serviço, de receitas culinárias a crônicas religiosas.

O jornalismo anglo-americano logo cedo se constituiu em atividade empresarial. Exemplos disso são os famosos “barões da imprensa”, como William Randolph Hearst e Lord Northcliff, os quais detinham a propriedade de vários veículos de comunicação. Neveu (2006, p. 25), apresenta como causas do desenvolvimento da imprensa em verdadeiros conglomerados empresariais o crescimento mais rápido do capitalismo nos países anglo-americanos, o uso precoce da publicidade, a liberdade de imprensa garantida por lei e a urbanização mais precoce. Como efeitos dessa concentração econômica sobre o jornalismo têm-se: a lógica de maximização das audiências e o uso do discurso utilitário, além do afastamento da política, visto que os “barões da imprensa” são capitalistas, não propagandistas de ideias políticas. O jornalista anglo-americano não é um literato, um escritor, mas um profissional assalariado. Seu ordenado é resultado da quantidade e da originalidade da informação coletada. Essa racionalização do trabalho jornalístico levou ao desenvolvimento de técnicas, de modelos de investigação, de uma escrita regida por manuais, sistematizados nos recém-criados cursos de jornalismo nas universidades.

O processo de infiltração dos jornalistas do PCB na imprensa se inicia nos anos 1950, por isso é interessante voltar um pouco no tempo e apresentar como se deu a formação desses profissionais e sua importância na construção de uma identidade que seria fortemente colocada em xeque durante a greve de 1979.

Os anos 1950 e a primeira metade dos anos 1960 são considerados o ponto de virada do jornalismo brasileiro, um momento muito importante no seu processo de modernização (ALBUQUERQUE & SILVA, 2009, pp. 3-5). Até então o jornalismo era influenciado pelo modelo francês, sobressaindo a participação de escritores e literatos, além de ser notável a vinculação dos periódicos a correntes e partidos políticos. Destaca-se o pioneirismo de um grupo de redatores do *Diário Carioca*, liderados pelo editor Pompeu de Sousa, o qual, passando um tempo nos Estados Unidos e tendo experiências jornalísticas por lá, chega ao Brasil e redige o primeiro manual de redação brasileiro, intitulado *Regras de Redação do Diário Carioca*. O livrinho teria introduzido no Brasil os valores e práticas principais do jornalismo norte-americano (objetividade, uso do *lead*, linguagem enxuta). Para que essas ideias pudessem funcionar em solo nacional, ele criou uma nova posição na redação, o *copy desk*, o qual revisava e ampliava os textos de acordo com os padrões do jornalismo moderno. Para Pompeu de Sousa, o *copy desk* era o centro da redação, verdadeira escola de formação de novos jornalistas. Nos anos seguintes, a inovação do *Diário Carioca* se espalha para outros jornais e modifica o jornalismo brasileiro.

Esse período (anos 1950 e início dos 1960) é denominado pela história do jornalismo brasileiro como uma “era de ouro”, momento em que se formaram os mais brilhantes jornalistas nacionais (ALBUQUERQUE & SILVA, 2009, pp. 4-5). O impacto das mudanças iniciadas pelo *Diário Carioca* não foi somente técnico, mas também profissional e ético. Os profissionais da imprensa adquirem comprometimento com os valores da objetividade e da prestação de serviços para a população, sem envolvimento com a política. Aos jornalistas formados nessa conjuntura são atribuídas características superiores às da geração anterior, a qual é condenada por reproduzir vícios de linguagem.

No entanto, de acordo com Albuquerque & Silva (2009, pp. 4-5), essa é uma narrativa um tanto mistificada. Ela recorre à simplificação da realidade, dando ênfase ao papel desempenhado por alguns indivíduos. Há indícios da profissionalização de

jornalistas a partir do início de século, como é observável pela experiência do jornal *A Noite*, de Irineu Marinho, o qual buscou independência baseando-se na lucratividade do jornal, favorecendo “processos discretos de autonomização das práticas e dos atores” (CARVALHO, 2012, p.15), apesar da vinculação do periódico ao cenário político dos anos 1920.

A narrativa oficial serve ao grupo de jornalistas formados nas décadas de 1950 e 1960 para a criação da identidade de jornalista profissional a partir da contraposição à geração anterior, caracterizada como mais literária. Ademais, ainda naquela época os jornais brasileiros continuavam dependentes do Estado, devido ao pequeno mercado leitor que não favorecia a manutenção de altas taxas de circulação.

Dessa maneira, embora a influência do modelo norte-americano tenha sido significativa para a modernização do jornalismo brasileiro, não é possível dizer que houve uma adoção simples e direta. Os jornalistas, na prática, adaptaram-no às particularidades da cultura jornalística nacional. De acordo com Albuquerque e Silva (2009, p. 4), é importante examinar o processo de adaptação na medida em que as condições de desenvolvimento do modelo original, anglo-americano, estavam ausentes no Brasil da década de 1950. Para os autores, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), teve papel estratégico na adaptação do modelo no Brasil, com a formação de uma relação simbiótica entre os donos de jornais e os jornalistas comunistas. No começo da década de 1950 ocorreram transformações na política e na economia brasileiras que proporcionaram aos jornais a oportunidade de se modernizarem. Esse processo incluiu a compra de novas instalações com empréstimos do governo e, no plano da redação, a substituição do jornalismo literário e de opinião para um modelo mais centrado na divulgação de informações (ALBUQUERQUE & SILVA, 2009, p. 3).

Os jornalistas do PCB se mostraram atores importantes nesse processo porque forneciam aos donos de jornais mão de obra treinada e disciplinada. O Partido Comunista, em contrapartida, tinha nos jornalistas um meio de se infiltrar em instituições culturais estratégicas. Segundo Albuquerque e Silva (2009), o modelo de jornalismo norte-americano se mostrou uma boa base para a barganha entre os donos de jornais e os comunistas. Ao subscrever o modelo, os donos poderiam dizer que estavam prestando um serviço público e que se alinhavam com valores democráticos, modernos, e com a liberdade de imprensa. Para os jornalistas, aderir (não sem críticas) aos valores

da objetividade proporcionava-lhes também a sensação de estarem servindo ao público, agindo de certa forma autonomamente em relação aos seus empregadores.

O PCB fornecia aos jornais profissionais preparados, leais e disciplinados, treinados na ampla infraestrutura comunicacional detida pelo partido no curto período em que ficou na legalidade. Por mais paradoxal que possa parecer, não havia contradição, para os jornalistas comunistas, em ajudar a consolidar no Brasil um modelo de jornalismo que era o do seu rival político, os Estados Unidos. Para eles, a adesão ao modelo anglo-americano e ao princípio da objetividade era meramente técnica, antes de ser um depositário de uma crença (ALBUQUERQUE & SILVA, 2009, p. 4). Além disso, os jornalistas eram movidos por certo tipo de “pragmatismo comunista” (ALBUQUERQUE & SILVA, 2009, p. 9), no qual obedecer aos patrões não era meramente uma questão de manter o emprego, mas consistia em uma mostra de lealdade para com o partido e sua política nas instituições culturais. Da mesma forma, estar sob censura durante os anos 1960 favoreceu aos jornalistas um “álibi moral” (ALBUQUERQUE & SILVA, 2009, p. 9), para obedecer aos patrões conservadores.

A admissão de membros do PCB na redação fez com se constituíssem verdadeiras redes de lealdade, que facilitavam a contratação de novos jornalistas de esquerda. Os profissionais com cargos de chefia funcionavam como intermediários entre os recém-chegados e os patrões. A retórica e as práticas do jornalismo norte-americano serviram de linguagem comum aos jornalistas comunistas, de forma a se reconhecerem enquanto um grupo de pares e para se diferenciarem dos jornalistas mais antigos. Os editores e jornalistas mais experientes, pioneiros nesse novo estilo de jornalismo, puderam reivindicar o título de autoridades nesse campo, enquanto que os patrões tinham, por meio desse modelo, um sistema comum de referências que facilitava a comunicação com seus contratados. Desse modo, o modelo de jornalismo anglo-americano permitiu a atores com perspectivas e interesses diferentes trabalharem juntos (ALBUQUERQUE & SILVA, 2009, p.11).

A ascensão do sindicalismo combativo levou a uma inflexão nas relações entre os jornalistas e seus patrões, que teve reflexo em como os primeiros passaram a conceber sua identidade (SILVA, 2008). A greve de 1979 teve um papel importante nesse sentido na medida em que ela significou, de acordo com Silva (2008), a troca da política de alianças pela contradição entre capital e trabalho como modo de

relacionamento com os empresários. Com isso, há o distanciamento dos profissionais em relação a outros aspectos que caracterizava o jornalismo enquanto prática social, como o exercício de uma função crítica na sociedade.

O delineamento da relação entre esse processo de mudança identitária e o crescimento de jornalistas diplomados passa por considerar que se, por um lado, as faculdades de jornalismo facilitavam a adaptação dos jornalistas à tecnologia crescente no trabalho, por outro, a redução das práticas profissionais a aspectos técnicos acabava dificultando a identificação do recém-formado com uma imagem de si mesmo mais intelectualizada. Assim, eles passavam a ser relegados a funções de menor importância nos jornais, pois, por não dominarem todas as fases de produção de notícias, eram vistos como um tipo de mão de obra desprestigiada e descartável (SILVA, 2008). A isso se acrescenta a dificuldade de arranjar emprego e a baixa remuneração a que eram submetidos, além da grande visibilidade dada às greves bem sucedidas do ABC, criando um quadro que facilitava a identificação desses jornalistas com a figura do “trabalhador” (SILVA, 2008, n. p.).

A conjuntura que deu ensejo à criação da identidade jornalística com base no assalariamento e na posse do diploma possibilitou também, em contrapartida, o preenchimento da ambição de alguns profissionais que, nos anos 1980, buscavam escalar a hierarquia de postos nos veículos de comunicação. A formação em boas universidades, em jornalismo ou não, garantiu-lhes sucesso nessa empreitada. O fenômeno de ascensão dessa nova elite de jornalistas com a concomitante saída dos profissionais formados nas redações nos anos 1950 ficou conhecido como “juvenilização” das redações (DINES, 1997, p. 126).

Mas como trajetórias profissionais tão divergentes, ascendentes e descendentes, relacionam-se com o movimento sindical? A ação do PCB nesse âmbito se concentrava em uma política de longo prazo, que abrangia a estratégia de transição para a democracia. A criação da identidade jornalística passava pela hibridização entre os perfis intelectual e profissional, já que os jornalistas consideravam os jornais veículos importantes para a manutenção da influência do partido sobre a opinião pública, ao mesmo tempo em que valorizavam alguns parâmetros profissionais relacionados ao modelo de jornalismo norte-americano.

A ação sindical do PT estava ligada à construção da identidade do jornalista em termos materiais, com base no assalariamento, interpretando o trabalho jornalístico como qualquer outro. Diferentemente dos membros do PCB, cuja dinâmica sindical relacionava-se ao contexto maior da ação política do partido na sociedade, o PT entendia que as lutas dos trabalhadores deveriam ser autônomas, não vinculadas a nenhuma organização tradicional. Ao invés de propor a aplicação local, no sindicato, de uma política que era concebida para o quadro mais geral da sociedade brasileira, o movimento sindical petista via nas lutas locais o gérmen para mudanças mais abrangentes da sociedade como um todo. Ao mesmo tempo em que essa postura orientada para a criação de uma identidade calcada no trabalho fomentava a união entre sindicato e jornalistas jovens, pelas próprias dificuldades colocadas pelo mercado de empregos na época, ela era construída com base em reivindicações corporativistas, de reserva de mercado para os jornalistas diplomados. Não eram postas questões políticas de antemão, como para o PCB.

Para o sindicato petista tratava-se de construir a identidade dos jornalistas com base em sua posição de classe, em confronto com os interesses do patronato, e calcada nas lutas do operariado. Ao lado dessa identidade, também foi criada outra, corporativa, com base na defesa da padronização da jornada de trabalho, da obrigatoriedade do diploma de jornalismo, em suma, no estabelecimento de parâmetros de defesa e profissionalização dos jornalistas. Esse modelo de ação sindical, juntamente com a formação tecnicista dos jornalistas diplomados nas faculdades, foram elementos essenciais para a criação dessa identidade corporativa, secundarizando “o papel político desses agentes como organizadores do campo cultural ao tornar o jornalismo como um emprego como outro qualquer” (SILVA, 2008, p. 25).

2.7. Reconfigurações do jornalismo pós-greve de 1979 e formação de posições jornalísticas

Passada a onda grevista de 1979, os patrões da imprensa demitiram cerca de 300 jornalistas, principalmente aqueles que eram integrantes do CCRR. Segundo Ghedini (2012), esse foi o início de um processo de desmonte sindical, de desarticulação dos

jornalistas nos locais de trabalho, preparando o terreno para os processos de modernização e informatização das redações.

Na medida em que o PCB não era mais necessário no sentido de fornecer profissionais preparados, dado que as novas faculdades de jornalismo exerciam esse papel, e tendo em vista que a influência do partido tinha decrescido sobre os jornalistas, não existindo mais as redes de lealdade, os donos dos jornais começaram a empreender iniciativas no sentido de ter mais controle sobre as redações (ALBUQUERQUE & SILVA, 2009, p. 14).

Para essa pesquisa, é interessante observar como esse contexto de reconfiguração das relações entre sindicato e empresas e de modificação da dinâmica interna das redações se traduz no jornal *Folha de S. Paulo*. O depoimento de Otavio Frias Filho mostra o ponto de vista daqueles que dirigiam o jornal e estavam ligados à defesa dos interesses da empresa:

Era um clima difícil, de muita agitação sindical. Era muito frequente, por exemplo, eu tomar uma decisão e a redação parar. Então eu tinha que receber uma comissão, que vinha discutir por que foi tomada tal decisão, por que não sei o quê... Havia uma mobilização muito grande, um clima de grande liberdade interna, de grande possibilidade de expressão – o período Boris na redação da *Folha*, como já disse, foi de muita liberdade –, e as pessoas achavam que o próximo passo seria a autogestão. Houve incidentes. Tive, por exemplo, a minha sala invadida pela editoria de esportes, porque demiti o editor e eles não aceitavam isso. Faziam ameaças: “A gente vai quebrar as máquinas!” Era realmente um ambiente pré-revolucionário. E eu estava achando que ia virar uma espécie de Kerensky ali dentro... Estava administrando como conseguia administrar. Era inexperiente, não conhecia direito as situações, era muito tímido – ainda sou um pouco...

Reuni então um grupo de pessoas com as quais eu tinha naturalmente afinidade, até geracional, e chegamos ao diagnóstico de que tinha havido uma politização excessiva, de que, com o fim do regime militar, as coisas deixariam de ser consideradas dicotomicamente, como vinham sendo até então, e de que seria bom revalorizar os aspectos mais técnicos, mais profissionais do jornalismo, em detrimento da ideologização, ou da politização. Houve uma série de discussões, e afinal nossa proposta foi de que o jornal assumisse doutrinariamente uma posição que foi cristalizada num lema, num jargão interno: fazer um jornalismo crítico, apartidário e pluralista (FRIAS FILHO, 1997, p. 359-360).

À crescente oposição dos jornalistas, atribuída por Otavio Frias Filho a “um pessoal petista, com uma forte ligação com o Sindicato de Jornalistas de São Paulo, e um pessoal que era, digamos, protegido por editores mais velhos” (FRIAS FILHO, 1997, p. 361), são impostas medidas de caráter técnico buscando neutralizar a politização crescente na *Folha*. Essas medidas são implantadas por jovens jornalistas

com postos estratégicos no jornal, cooptados pelo próprio Otavio de acordo com afinidades de socialização em certos espaços específicos, mormente a universidade e o movimento estudantil.

Em outro registro, Alberto Dines, chefe da sucursal do Rio de Janeiro, relata os movimentos da greve do ponto de vista de um funcionário com posição de chefia, e sua dupla ligação, tanto com os patrões, quanto com os próprios jornalistas. Sua fala revela a oposição entre o seu *ethos*, de jornalista formado nos anos 1950, o qual se identificava com a figura do intelectual, do profissional experiente na arte de fazer jornalismo, e o *ethos* da geração mais jovem, cuja identidade se forma com base na classe e no pertencimento à corporação dos jornalistas:

Era uma greve em São Paulo. Havia um grupo radical, que depois virou PT, botando pra quebrar, dizendo que os patrões estavam a serviço de não sei quem – uma bobajada –, e do outro lado estavam os quadros intermediários, os comandos, as pessoas politicamente mais preparadas, o pessoal do Partidão, todos contra a greve. Os radicais venceram, e a greve foi um fracasso. Hoje, por exemplo, você não faz mais greve de jornal. Uma pessoa com um computador faz um jornal. Naquela época não havia computador, mas já dava pra fazer, bastava encher com matéria de teletipo. Acontece que o pessoal do Rio que trabalhava nos jornais de São Paulo, sobretudo a minha redação, que era um núcleo de futuros petistas super-radical, aderiu à greve. Eu disse a eles: “Não vou fazer greve porque eu sou chefe. E recomendo que vocês não façam, porque não vai dar certo. O jornal vai sair”. Eles: “Não, temos que fazer, e tal”. Eu digo: “Então, eu faço o seguinte: vou dar uma ordem por escrito, com cópia para São Paulo, dizendo que vocês estão liberados do trabalho. Se houver alguma punição, vocês foram liberados por mim”. E a greve foi um fracasso. Escrevi o meu artigo, o Cláudio escreveu o dele, o Samuel escreveu o dele, o jornal saiu, com seis páginas, acho, mas saiu. Os outros jornais também. Eu então pedi demissão do cargo de chefia e o Frias [de Oliveira] aceitou. Embora eu tivesse trabalhado, eu tinha liberado o pessoal. Eu disse: “Perco a comissão de chefia, saio da minha sala, mas continuo no jornal, escrevendo meu artigo” (DINES, 1997, p. 126).

Eu falei com o Cláudio [Abramo] 200 vezes sobre isso. Ele dizia: “Pois é, foi porra-louquice da esquerda, e sempre quem paga somos nós”. Aquele momento da abertura, que podia ser o mais feliz da imprensa brasileira, foi caracterizado pelas coisas mais desagradáveis (...). A partir dali, os empresários atuaram na própria essência do fazer jornalismo, com toda aquela supremacia do *marketing*, com o movimento de trocar as redações, tirar os mais velhos e botar a garotada. Isso marcou profundamente a imprensa brasileira (DINES, 1997, p. 129).

É interessante notar, no depoimento de Alberto Dines, como o jornalista enxerga as mudanças operadas nos jornais no início anos 1980. De acordo com ele, a greve deu lugar a um contra-ataque dos empresários, que assumem o controle das redações, antes deixadas à livre iniciativa dos chefes formados na década de 1950, como ele próprio. É

introduzido o *marketing*, que passa a pautar o que deve ser veiculado, relegando a uma posição secundária a experiência acumulada pelo repórter.

A essas diferentes visões da greve e do processo de modernização da *Folha de S. Paulo* nos anos 1980, expressas nas falas de Otavio Frias Filho e Alberto Dines, correspondem diferenças geracionais, de trajetória, formação, passagem por espaços específicos de socialização, os quais imprimiram características exclusivas a esses jornalistas. Enquanto Alberto Dines pertence à geração que começa a trabalhar nos principais jornais brasileiros na década de 1950, introduzindo mudanças nesses meios de comunicação de modo a aproximá-los dos valores do jornalismo norte-americano, tendo por companheiros de trabalho os jornalistas ligados ao PCB, Otavio Frias Filho faz parte da geração que entra no jornalismo durante os anos 1970 e 1980, a qual conquista postos de direção pelo fato de possuir formação universitária em instituições de prestígio. Além disso, Otavio Frias Filho carrega o trunfo de ser o herdeiro, filho do dono, criado e instruído para ser um dirigente. Ao longo da década, a sua geração substitui os profissionais da geração de 1950, que, em sua maioria, são realocados como colunistas de prestígio nos veículos de comunicação. Essa análise, feita a partir da literatura, das falas e de informações sobre jornalistas que atuaram e atuam na *Folha de S. Paulo*, é corroborada pelas conclusões da pesquisa de Alzira Alves de Abreu (2002), para a qual foram realizadas 55 entrevistas com profissionais que atuam na imprensa brasileira nas últimas décadas:

Mudou, para começar, o perfil dos jornalistas que ocupam posições estratégicas e de maior prestígio na mídia. Os atuais diretores de redação, chefes de editorias e de sucursais, iniciaram a vida profissional nos anos 70 e 80, e em geral têm formação universitária em jornalismo, ciências sociais ou história. Os jornalistas que ocupavam essas mesmas posições na década de 1970, e que haviam iniciado a carreira no pós-guerra ou durante os anos 50, hoje são colunistas de prestígio ou ocupam cargos especiais, mas não detêm posição de direção. Entre os que têm formação superior, predomina o curso de direito. Mas há um contingente expressivo de grandes jornalistas sem curso superior ou sequer o secundário completo. A escola desses jornalistas foi o próprio jornal (ABREU, 2002, p. 39).

A esse grupo de jovens jornalistas que entram para a profissão durante os anos 1970 e 1980, os quais denomino daqui para frente de “nova elite jornalística”, contrapõe-se a grande maioria dos jornalistas formados nas faculdades de comunicação e jornalismo de menor prestígio, que ocupavam postos de menor influência, e, mais importante, que não tinham ambições e recursos culturais e/ou intelectuais, seja no próprio terreno jornalístico, seja em outros terrenos. Sua identidade, como foi visto

anteriormente, foi cunhada em torno da ideia do jornalismo enquanto um trabalho como outro qualquer, como uma profissão técnica.

Nesse sentido, em relação à classificação proposta por Silva (2008) a respeito das identidades, acrescento que, para melhor entender as posições dos jornalistas na *Folha de S. Paulo* nos anos 1980, é importante considerar o componente geracional. Apesar de ter sua identidade construída na mesma conjuntura na qual o diploma e o assalariamento passam a representar elementos de identificação dos jornalistas com a figura do trabalhador, os membros da “nova elite jornalística” que assumiram a direção da *Folha* dos anos 1980 contrapõem-se em termos de formação universitária, de ganhos materiais e simbólicos e de ambição cultural em relação aos jornalistas precariamente formados e que não tiveram acesso a posições de prestígio no interior das redações. Assim, muito mais do que trabalhadores, eles se concebiam como “profissionais” (SILVA, 2008), pois, igualmente aos jornalistas que entraram no mercado de trabalho durante os anos 1950 e os filiados ao PCB, aderiram aos princípios do jornalismo norte-americano e à ideia de objetividade¹⁴. Desse modo, sem a introdução do componente geracional, torna-se complicado estabelecer diferenciações mais precisas entre os valores e práticas da “nova elite” “profissional” e aqueles pertencentes aos jornalistas da década de 1950.

Um aspecto importante de diferenciação entre a “nova elite” e os demais jornalistas sem postos de prestígio é certa ambição cultural manifesta por seus membros, que se expressa na vontade de adquirir conhecimentos para além dos elementos técnicos oferecidos pelos cursos de jornalismo:

O curso [de jornalismo] não me satisfazia do ponto de vista intelectual, então eu prestei vestibular para filosofia, em 75 comecei a fazer filosofia à noite (...). Filosofia eu larguei em 79 porque eu fiz tudo o que eu quis, tinha algumas outras coisas que eu não quis fazer, tipo lógica eu não quis fazer, estatística eu não quis fazer. Então não me formei em filosofia, mas me considero um grande graduando em filosofia (COSTA, 2009).

Eu fui pra Faculdade de Filosofia, em 1974. Eu fui estudar filosofia, fazer filosofia, que era o que eu queria fazer. Mas aí entrou aquela lei da obrigatoriedade do diploma para jornalismo. Então, eu nunca tinha pretensão de ser jornalista, mas eu falava: “pô, filosofia ou eu vou ser professor ou vou ser nada, então deixa eu garantir algum outro emprego se caso não der certo

¹⁴ Não se trata, nessa conjuntura, de uma adesão pura e simples a esse princípio, fala-se da crítica da crítica da objetividade, isto é, apesar de ela ser algo inalcançável, como apontado pela crítica marxista, o jornalista não deve deixar de ser o mais objetivo possível, para isso utilizando alguns métodos de aproximação do real (SILVA, 1988, p. 181).

essa história de ser professor de filosofia e tal”. E na época você podia fazer duas escolas na USP, ao mesmo tempo, simultaneamente, hoje acho que não pode mais. Aí eu prestei o vestibular pra ECA e passei em jornalismo também, e fiquei durante três anos fazendo as duas faculdades (SUZUKI JR., 2013).

E que aparece também no fato de que alguns jornalistas dessa elite têm carreira paralela de escritores, produzindo tanto livros acadêmicos quanto de ficção e literatura infanto-juvenil, os quais estão arrolados nas tabelas da próxima seção. Ademais, por possuírem esse elemento diferenciador, e por terem grande experiência na área, ocupando postos estratégicos em importantes veículos de comunicação, esses profissionais são frequentemente convidados para atuarem como professores universitários, mas sempre de forma parcial e temporária, conciliando a carreira acadêmica com a jornalística.

A boa vontade cultural como elemento diferenciador da “nova elite jornalística” em relação aos demais jornalistas diplomados nas décadas de 1970 e 1980 fica patente no conteúdo do artigo publicado no caderno *Folhetim*, em 5 de agosto de 1984, de autoria de Caio Túlio Costa, profissional diplomado pela ECA-USP que acumulou postos de direção durante toda a década de 1980 na *Folha de S. Paulo*: o jornalista defende que a política do sindicato, de estabelecer a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, era responsável pela baixa qualidade da formação dos jornalistas e pelo anti-intelectualismo presente nas redações.

No texto, Caio Túlio Costa observa que há um aumento considerável da rivalidade entre jornalistas e intelectuais. Se, por um lado, a culpa pode ser creditada aos próprios intelectuais, que se isolam na universidade e criticam de lá os erros conceituais dos jornalistas, por outro, a má formação dos jornalistas, baseada em conhecimentos técnicos precários, faz com que haja cada vez mais desprezo pelo conhecimento e por aqueles que o detêm. A responsabilidade pela situação, segundo o jornalista, é do Sindicato, uma vez que ele militava pela obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão. De acordo com Caio Túlio Costa, o jornalismo, sendo uma tarefa intelectual, não deve ser exercida somente pelos egressos das faculdades de Comunicação. Igualmente, na medida em que os cursos não formam adequadamente os jornalistas, o Sindicato não deveria insistir em restringir o mercado de trabalho aos diplomados em jornalismo. Há, por parte da instituição, uma política de reserva de mercado que não leva em conta a qualidade do jornalismo que é feito:

Esta é a questão: a formação atual do jornalista é precária. Na faculdade, o aluno é introduzido em tudo: filosofia, sociologia, história, português, comunicação rural, semiótica, estatística... Nada é aprofundado. Depois, vêm as disciplinas especializantes. Ano a ano as universidades despejam no mercado mais de três mil técnicos em generalidades. Oitenta por cento dos recém-formados sequer sabe escrever. Ai dos que não se cuidam. Na batalha diária com a notícia são surrados pelos fatos. Pouco podem meditar sobre o material produzido. Vem daí a conversa, comum entre acadêmicos, de que o jornalista só funciona da munheca para frente. Escreve rápido e é só. Não pensa. Devido a uma compreensão equivocada da necessidade de um jornalismo crítico derrubou-se até a malfadada objetividade jornalística. Confunde-se cada vez mais jornalismo partidário com jornalismo crítico. Nesta mesma “Folha” cansa-se de reconhecer que a objetividade jornalística é realmente um mito mas aproximar-se dela é um dever. Em vão. Mistura-se opinião com interpretação e menosprezam-se os fatos. O viés mais vulgar da ciência política tomou conta de muitos repórteres. A imprensa brasileira, revelam as pesquisas, não é confiável. Os leitores são atingidos, e sabem disso. A grande pergunta, que interessa à categoria preocupada com sua sobrevivência, é: até quando os leitores estarão dispostos a desembolsar dinheiro por uma publicação da qual desconfiam? (COSTA, 05/08/84).

Ao sustentar que “mal formado, superficialmente introduzido nas grandes questões históricas, filosóficas e políticas, o jornalista que não buscou outras formações passa a desprezar o conhecimento” (COSTA, 05/8/84), Caio Túlio Costa assevera sua própria posição e de outros jornalistas com postos de direção, detentores de formação em boas universidades, em comunicação ou não, que vinham realizando mudanças em direção ao bom jornalismo. Em última análise, o jornalista coloca-se em pé de igualdade com os *scholars* – tem aspirações culturais que se realizam materialmente nos livros publicados e nos títulos acadêmicos adquiridos ao longo de sua trajetória – e que se diferenciam da massa de jovens com diplomas de formação técnica.

O objetivo da próxima seção é apresentar, a partir da comparação de trajetórias de jornalistas que passaram pela *Folha*, a mudança geracional e as principais características que fazem divergir os reformadores da década de 1950 e a jovem elite que se forma nos anos 1980, da qual provêm os jornalistas que tomam posição durante o caso da “lista dos improdutivos”, para determinar em que medida elas divergem sociologicamente, apesar de poderem ser definidas nos termos identitários colocados por Silva (2008) como “profissionais”.

3. Duas gerações de elites jornalísticas: diferenças sociológicas

De acordo com Alberto Dines (1997, p. 128) a greve de 1979 marcou o jornalismo brasileiro em um sentido negativo. A partir dela, os padrões das empresas se

organizaram tanto para intervir mais diretamente nas próprias redações quanto para tomarem medidas em conjunto, constituindo, em 17 de agosto de 1979, a Associação Nacional dos Jornais (ANJ). O jornalista atribui à formação da entidade a importação de ideias mercadológicas de países estrangeiros em um processo de “standardização ideológica” que acabou “com o resto de humanismo que havia no jornalismo brasileiro” (DINES, 1997, p. 130). A organização dos empresários do jornalismo na ANJ é creditada por Dines à “segunda geração” de jornalistas que iniciam sua carreira nos anos 1980:

É muito interessante isso. Não havia uma articulação, quer dizer, o *lobby* das empresas jornalísticas não existia. Enquanto isso, existia o movimento organizado dos profissionais, dos trabalhadores, que criou essa greve maluca. As pessoas mais sensatas eram contra. O grupo que depois passou para o PT, quando o PT foi criado, esse grupo é que fez a greve, contra todos os conselhos. E aí as empresas começaram a se coordenar. A segunda geração começou a criar a ideia de um *lobby*, de um grupo de pressão do empresariado, que teve consequências que eu considero trágicas para o desenvolvimento da imprensa nos anos 1980.

Uma série de decisões que foi tomada na *Folha* já nos anos 80, inclusive a de renovar os quadros da redação, de tirar os velhos que vinham com ranço político, foi tomada em conjunto e adotada por todos – agora, eles foram bobos, porque demitiram os mais moderados e ficaram com o PT. O Cláudio, por exemplo, a uma certa altura foi mandado como correspondente para Londres e Paris, o que para ele foi muito bom, porque ele era um europeu. Quando voltou do exterior, ia à redação, escrevia um artigo, até que um dia disseram: “Não, Cláudio, você não precisa mais vir, a gente manda buscar o artigo em casa”. Ele ficou mortificadíssimo. Não deixá-lo ir à redação não fazia sentido. Aquele perfume da redação o inebriava (...). Quanto a mim, depois de me auto-afastar da direção da sucursal do Rio, fui demitido.

Mas houve uma troca geral. Houve uma série de medidas de caráter institucional, político, que resultou na juvenilização das redações. Na *Folha* isso ficou muito visível. Já em 75, 76, a *Folha* tinha feito coisas que todos copiavam: por exemplo, foi a primeira a fazer a *op ed page*, a página em frente aos editoriais, e depois todos fizeram. Eu até tinha dito para o Cláudio: “Espera um pouco. A gente acabou de lançar a página 2. Consolida primeiro”. Ele, com aquela coisa política, disse: “Não, não. Revolução, a gente não pode perder o ritmo”. O *Estadão* passou a fazer o *op ed page*, igual à *Folha*. Todo mundo copiou. Em oitenta e poucos, não tenho a data certa, quando o Otavinho já se sente forte para entrar na redação, ele traz os amigos que estudaram junto na USP, traz essa garotada toda para fazer o jornal, e sai todo mundo mais velho. Nos outros jornais, esse processo também começa a acontecer. O *Estadão*, que era dono da imprensa paulista, começou a copiar a *Folha*, porque a *Folha* começou a dar as cartas. Durante 10 anos, o *Estadão* foi na onda da *Folha*, fazendo tudo o que a *Folha* fazia. Embora competissem (DINES, 1997, pp. 127-129).

Esse longo trecho de entrevista é representativo de como Dines – e Cláudio Abramo – viveram o processo de mudança nas redações com a entrada em cena dos jornalistas mais jovens (os sindicalizados e os da “nova elite jornalística”). O contraste

entre suas próprias experiências e características sociais, construídas em outra conjuntura e em outro arranjo do meio jornalístico, e as dos jornalistas que assumiram posições estratégicas na *Folha* entre 1970 e 1980, indica um veio interessante de análise, uma vez que ele torna possível compreender o que mudou em termos de trajetória profissional no campo jornalístico e quais princípios de consagração passaram a ser dominantes nesse espaço.

Merece destaque no depoimento de Dines o modo como ele retrata o estranhamento vivido por Abramo, quando este é impedido de frequentar a redação da *Folha de S. Paulo*. Cabe repetir o trecho:

O Cláudio, por exemplo, a uma certa altura foi mandado como correspondente para Londres e Paris (...). Quando voltou do exterior, ia à redação, escrevia um artigo, até que um dia disseram ‘Não, Cláudio, você não precisa mais vir, a gente manda buscar o artigo em casa’. Ele ficou mortificadíssimo. Não deixá-lo ir à redação não fazia sentido. Aquele perfume da redação o inebriava (DINES, 1997, p. 128).

Para um jornalista formado nas redações dos melhores jornais brasileiros, ser impedido de frequentar esses espaços significava muito mais do que simplesmente uma realocação de função. Abramo teve de se afastar do lugar onde passou grande parte de sua vida, objeto de investimento profissional de muitos anos. De acordo com Bergamo (2011), as redações no tempo de formação de Abramo e Dines eram mais do que meramente um ambiente de trabalho, caracterizavam-se também por serem espaços de convívio, de diálogo entre os profissionais e a população. Nelas se aprendia o ofício jornalístico, ligado à capacidade de elaborar grandes reportagens. O capital simbólico ligado à profissão era construído pela acumulação de experiências, pelo “muito visto” e o “mundo feito”, pela experiência acumulada na profissão. (BERGAMO, 2011).

O quadro abaixo¹⁵ contém algumas características sociológicas relevantes para entender essa geração. Colhi informações sobre as trajetórias de jornalistas que tiveram passagem na *Folha de S. Paulo* e que são citados pelos autores trabalhados nesse texto e pelos próprios pares como “exemplares” para a profissão. Ao final, também incluí dados

¹⁵ O quadro foi construído a partir de informações coletadas no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), disponível online no sítio: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. As informações foram complementadas com dados dos perfis biográficos do sítio Memória do Jornalismo Brasileiro: <<http://memoriadojornalismo.com.br/index.php>> e com o perfil de Perseu Abramo online no sítio da Fundação Perseu Abramo: <<http://novo.fpabramo.org.br/node/5342>>. Último acesso em: 27/05/2015.

sobre Mino Carta, apesar dele não ter trabalhado na *Folha*. O jornalista apresenta peso considerável na imprensa para que não fosse considerado, pois foi o criador de importantes revistas brasileiras, como a *Veja*, *Isto É*, *Quatro Rodas*, *Carta Capital*, dentre outras, além de ter sido o fundador do *Jornal da Tarde*. Ademais, ele apresenta características que, assim como Alberto Dines, Jânio de Freitas, Paulo Francis e Cláudio Abramo, fazem de sua trajetória um bom exemplo para a comparação com a geração seguinte. Da mesma forma, adicionei dados sobre Samuel Wainer, jornalista cuja formação se deu anteriormente à década de 1950. Sua trajetória possibilita uma comparação com a geração posterior, ao mesmo tempo em que, como os demais presentes na tabela, após a falência do seu jornal *Última Hora*, comprado por Octavio Frias de Oliveira, assumiu a posição de colunista na *Folha de S. Paulo*.

Tabela 4. Propriedades pertinentes dos jornalistas da geração de 1950 (exceto Samuel Wainer)

Jornalista	Alberto Dines	Jânio de Freitas	Claudio Abramo	Perseu Abramo
Ano de nascimento - morte	1932	1932	1923-1987	1929-1996
Formação Universitária	sem formação	sem formação	sem formação	Bacharel e licenciado em Ciências Sociais (1959) – FFLCH-SP; Mestre em Ciências Humanas (1968) - UFBA
Quando começa a trabalhar com jornalismo	Em 1953, como repórter da recém-fundada revista <i>Visão</i> .	Em 1953, como desenhista na Revista do <i>Diário Carioca</i> .	Logo cedo começa na agência de publicidade <i>Arco</i> , depois nas agências de notícias <i>Interamericana</i> , <i>Press Praga</i> e <i>Meridional</i> . Por um curto período de tempo trabalhou também no <i>Diário de São Paulo</i> , dirigiu a <i>Folha Socialista</i> e foi diretor-responsável do jornal <i>Português Democrático</i> .	Suplente de conferente de revisor no <i>Jornal de São Paulo</i> (1946).
Veículos da imprensa pelos quais passou	<i>Visão</i> (1953) - repórter; <i>Manchete</i> (1957) - assistente de direção e secretário de redação; <i>Última Hora</i> (1959) - direção do segundo caderno do jornal; <i>Fatos e fotos</i> (1960)- editor-chefe; <i>Tribuna da Imprensa</i> (1960) - colaborador; <i>Diário da Noite</i> (1960) - diretor; <i>Jornal do Brasil</i> (1962) - editor-chefe;	<i>Diário Carioca</i> (1953) - Passa de desenhista a diagramador e repórter; <i>Revista Manchete</i> (1955) - faz parte da equipe de jornalistas que renova a linha editorial, repórter, fotógrafo, diagramador e redator-chefe; <i>Jornal do Brasil</i>	<i>Jornal de São Paulo</i> (1945) - datilógrafo da seção nacional, redator da seção internacional, repórter; <i>O Estado de S. Paulo</i> (1948), repórter, seção de economia, redator da editoria internacional, <i>Tribuna da Imprensa</i> (paralelo) - diretor da	<i>Jornal de São Paulo</i> (1948-1950) - repórter; <i>Folha Socialista</i> (1948-1950) - colaborador; <i>A Hora</i> (1951-1952); <i>O Estado de S. Paulo</i> (1952-1962)- redator da seção internacional, redator do noticiário local, repórter, chefe de reportagem, cronista de suplemento semanal, redator e responsável pelas seções de Interior e de Esportes,

	<i>Pasquim</i> (1980) - colaborador; <i>Editora Abril (anos 1980)</i> - secretário editorial, participou da criação da revista <i>Exame</i> em Portugal, diretor do Grupo Abril em Portugal; <i>Editora Abril (1988-1995)</i> - diretor do Grupo Abril em Portugal; <i>Observatório da Imprensa (1994)</i> ; <i>Revista Imprensa (1994-1995)</i> - colaborador; <i>Jornal do Brasil (1998)</i> - coluna diária	(1957); <i>Revista Cruzeiro (1958)</i> ; <i>Rádio Jornal do Brasil (1958)</i> ; <i>Jornal do Brasil (1959)</i> - participa da reforma do jornal; <i>Correio da Manhã (1963)</i> - redator-chefe e superintendente de redação; <i>Última Hora do Rio de Janeiro (1967)</i> - diretor-geral; <i>Direta (1968)</i> - revista semanal montada por Jânio, mas sem sucesso; <i>Jornal dos Sports (1969)</i> , <i>Folha de S. Paulo (1980-)</i>	sucursal paulista; <i>O Estado de S. Paulo (1951)</i> - assume a secretaria do jornal, secretário-geral; <i>A Nação (1963)</i> , <i>Folha de S. Paulo (1965)</i> - chefe de produção, secretário-geral e diretor de redação; <i>Jornal da República (1979)</i> - coeditor; <i>Folha de S. Paulo (1980)</i> - correspondente em Londres e em Paris.	subsecretário de redação; <i>Editora Abril (1962-1970)</i> - elaboração de fascículos; <i>Folha de S. Paulo (1970-1979)</i> - coordenador de serviços redatoriais, editor de Esportes, editor da <i>Folha Ilustrada</i> , editor de Educação; <i>Movimento (1980-1981)</i> , <i>Revista Visão (1970-1972)</i> -colaborador; <i>Revista Novos Estudos (1981)</i> , <i>Empresa de Comunicação Pedro Paulo Poppovic Produções (1981)</i> ; <i>Editevê (1983-1984)</i> ; <i>Revista Interação (1985)</i> ; <i>TV Globo (1983-1985)</i> - colaborador do departamento de jornalismo; <i>Jornal dos Trabalhadores (1981-1983)</i> - editor
Prêmios	Prêmio Maria Moors Cabot de Jornalismo (1970); Prêmio Jabuti na categoria estudos literários (1993); Ordem do Mérito das Comunicações, Grã-Cruz (2010).	Prêmio Esso, Prêmio Internacional Rei da Espanha e Medalha Chico Mendes de Resistência.	Medalha do governo da República Democrática Popular da Polônia em reconhecimento ao apoio dado à luta antinazista dos poloneses, Medalha do Mérito do Trabalho (1986)	Prêmio Esso (1960)
Quando entra na Folha e cargos que ocupou no jornal	Em julho de 1975, como chefe da sucursal do Rio de Janeiro, deixa o jornal em 1980.	Ingressa em 1980, em 1983 começa a publicar sua coluna política.	Ingressa em 1965, fazendo análises e corretagens para o jornal.	Em 1970, exercendo diversos cargos.
Posição como colunista? A partir de quando?	Sim, a partir de 1983 na Folha de S. Paulo.	Sim, a partir de 1983 na <i>Folha de S. Paulo</i> .	Sim, a partir de 1984 na <i>Folha de S. Paulo</i> .	Não

Jornalista	Paulo Francis	Samuel Wainer	Mino Carta
Ano de nascimento - morte	1930-1997	1912-1980	1933-
Formação Universitária	Curso de especialização teatral na Universidade de Columbia	Farmácia na Universidade do Rio de Janeiro	Inicia Direito na USP, mas não conclui.
Quando começa a trabalhar com jornalismo	Crítico de cinema no <i>Jornal do Cinema (1956.)</i>	Ainda estudante, teve suas primeiras experiências como repórter no <i>Diário de Notícias</i> .	Em 1950, como jornalista esportivo, cobrindo a copa do mundo para <i>Il Messaggero</i> , de Roma.
Veículos da imprensa pelos quais passou	<i>Jornal do Brasil (1957)</i> - crítico de cinema; <i>Revista da Semana (1956-1957)</i> - crítica de teatro; <i>Senhor (1958-1962)</i> - crítica de teatro; <i>Diário Carioca (1959-1962)</i> - crítico de	<i>Revista Brasileira (1934)</i> - secretário e chefe de redação; <i>Revista Contemporânea (1935)</i> - lançou a revista, de curta duração; <i>Diretrizes (1938-1944)</i> - fundador; <i>O Globo (1944)</i> -	<i>Anhemi (1951-1954)</i> - colaborador; <i>Agência Ansa (1954-1956)</i> - redator; <i>Gazzeta del Popolo (1956-1959)</i> - redator, <i>Il Messaggero (1956-1959)</i> - redator; <i>Diário de Notícias (1956-1959)</i> - correspondente estrangeiro; <i>Mundo ilustrado (1956-1959)</i> - correspondente estrangeiro; <i>Revista Quatro</i>

	teatro; <i>Última Hora</i> (1959-1962)- crítica de teatro; <i>Senhor</i> (década de 1960)- editor; <i>Correio da Manhã</i> (década de 1960) - editor do caderno de cultura e variedades; <i>Última Hora</i> (1960-1962) - crítico de televisão; <i>Última Hora</i> (1964) - colunista cultural e político; <i>O Pasquim</i> (1969-1971) - colaborador, correspondente nos EUA; <i>Folha de S. Paulo</i> (1975) - correspondente em Nova York; <i>O Estado de S. Paulo</i> (1990); <i>O Globo</i> (1992); <i>TV Globo</i> (1979-1993) - comentarista; <i>GNT</i> (1993) – comentarista.	correspondente; <i>Diretrizes</i> (1945-1947); <i>Diários Associados</i> (1947); <i>Última Hora</i> (1951-1972) – proprietário.	<i>Rodas</i> (1960-1964) - fundador e diretor; <i>O Estado de S. Paulo</i> (1964-1965) - diretor da edição de esportes; <i>Jornal da Tarde</i> (1966-1968) - criador e diretor; <i>Veja e Leia</i> (1968-1974); <i>IstoÉ</i> (1976-1979) - criador e diretor; <i>Jornal da República</i> (1979) - fundador e diretor; <i>IstoÉ</i> (1980-1981) - diretor; <i>Senhor</i> (1982-1988) - diretor; <i>IstoÉ/Senhor</i> (1988-1993) - diretor; <i>Carta Capital</i> (1994 -)- proprietário.
Prêmios	-----	-----	Prêmios Esso, Personalidade da Comunicação da Mega Brasil (2003), Jornalista Brasileiro de Maior Destaque no Ano, da Associação dos Correspondentes da Imprensa Estrangeira no Brasil (ACIE) (2006), Melhor Executivo de Veículo de Comunicação, parte do Prêmio Comunique-se, de Jornalismo e Comunicação Empresarial (2009).
Quando entra na <i>Folha</i> e cargos que ocupou no jornal	Em 1975, como correspondente em Nova York.	Meados dos anos 1970 como jornalista e articulista da coluna “São Paulo” da <i>Folha de S. Paulo</i>	Não trabalhou na <i>Folha</i> .
Posição como colunista? A partir de quando?	Sim, desde 1977, na coluna "Diário da Corte".	Sim, desde meados dos anos 1970, coluna "São Paulo" da <i>Folha de S. Paulo</i> .	Não

Fonte: elaboração própria

De modo geral, os jornalistas apresentam em comum o fato de terem trabalhado nas redações dos mais importantes veículos da imprensa nacional, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Mais ainda, os nomes de Alberto Dines e Jânio de Freitas são frequentemente associados às reformas operadas no *Jornal do Brasil* durante as décadas de 1950 e 1960, as quais foram responsáveis pelas mudanças gráficas, jornalísticas e organizacionais do periódico. N^o *O Estado de S. Paulo* transformações no mesmo sentido foram capitaneadas por Cláudio Abramo.

Os jornalistas nasceram por volta de 1930, e começaram sua carreira muito cedo na profissão, com exceção de Paulo Francis, que trabalhou como ator antes de se tornar

crítico de cinema. Nenhum dos jornalistas tinha diploma de jornalismo e poucos foram os que concluíram cursos universitários – Samuel Wainer e Perseu Abramo. Sendo Wainer exceção nesse quesito, todos os outros jornalistas conquistaram prestígio durante as décadas de 1950 e 1960, principalmente como detentores de postos de direção em jornais. Constituem, desse ponto de vista, uma elite nesse espaço na medida em que, depois de 1940, dificilmente continuaram trabalhando como repórteres, diagramadores, suplente de revisor etc. Ocuparam cargos de prestígio nos jornais, a partir dos quais conquistaram renome, podendo ser considerados trajetórias exemplares da profissão, o que atesta tanto os prêmios Esso¹⁶ e Maria Moors Cabot¹⁷ conquistados, quanto as demais distinções a eles concedidas ao longo da vida.

Com exceção de Cláudio Abramo e Mino Carta (que não trabalhou no jornal), os outros jornalistas entraram na *Folha de S. Paulo* em 1970. Alguns foram contratados por influência de Cláudio Abramo, como Alberto Dines e Perseu Abramo. Os outros iniciaram suas carreiras no veículo no período em que ele se abre à opinião, em meados da década. Os jornalistas que foram contratados antes de 1975 atuaram no jornal também como repórteres, correspondentes, ocupando postos em editoriais e na direção do jornal. Já os que entraram depois dessa data, tiveram pouca participação nesse quesito, sendo contratados como colunistas de prestígio. Cláudio Abramo e Alberto Dines, que passaram por essas duas fases, saíram de postos de diretor de redação e diretor da sucursal do Rio de Janeiro, respectivamente, para os postos de correspondente no exterior e colunista.

¹⁶ O Prêmio Esso de Jornalismo é a mais importante distinção conferida a jornalistas no Brasil. Criado em 1955, como “Prêmio Esso de Reportagem”, passou posteriormente a se chamar “Prêmio Esso de Jornalismo”. “Dividido em diversas categorias, o conjunto de premiações é concedido aos melhores trabalhos publicados anualmente, segundo avaliação de comissões de julgamento integradas exclusivamente por jornalistas renomados ou profissionais da comunicação. Atualmente, para a mídia impressa são destinadas 11 categorias, mais o Prêmio Esso de Reportagem e o prêmio principal, que leva o nome do programa (...). De 1955, até os dias de hoje, concorreram ao Prêmio Esso mais de 31 mil trabalhos jornalísticos. Para os profissionais de imprensa, a conquista de um Prêmio Esso constitui elevada distinção, não só por sua tradição, mas principalmente, pelas características de independência e credibilidade do programa, construídas e mantidas ao longo de mais de cinco décadas”. Citação retirada do site do programa: <<http://www.premioesso.com.br/site/historia/index.aspx>> Último acesso em: 27/05/2015.

¹⁷ O Prêmio Maria Moors Cabot foi criado em 1938, e é a distinção mais antiga na área do jornalismo. Oferecido anualmente pela Universidade de Columbia aos jornalistas (e organizações) que, através do conjunto de seu trabalho, contribuíram para um melhor entendimento interamericano. Em 2014 já haviam sido distribuídas 273 medalhas de ouro e feitas 56 citações especiais para jornalistas de mais de 30 países das Américas. Informações adicionais sobre o Prêmio podem ser encontradas em: <<http://www.journalism.columbia.edu/cabot>>. Última visita: 31/05/2015.

A seguir passo a demonstrar alguns dados acerca dos jornalistas da geração que assume a redação da *Folha de S. Paulo* nos anos 1970 e 1980, aos quais denomino nova elite jornalística. No quadro que será apresentado adiante, foram incluídos elementos que, do ponto de vista sociológico, assumem importância para caracterizar esse grupo¹⁸. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que existem algumas distinções entre os profissionais. Há um grupo principal que se caracteriza pela formação na Universidade de São Paulo. Fazem parte desse círculo Otavio Frias Filho, Matinas Suzuki Jr., Marcelo Coelho, Mario Sergio Conti, Marcelo Leite, Ana Fromer, Amir Labaki, Rodrigo Naves, Renata Rangel, José Américo Dias, Jorge Caldeira, Caio Túlio Costa, Ricardo Melo, André Singer e Carlos Eduardo Lins da Silva.

A passagem pela USP é importante para caracterizar esses jornalistas que ocuparam altos postos na *Folha de S. Paulo*. O ambiente socialmente controlado da instituição, a qual possui um padrão de recrutamento mais ou menos homogêneo, atrai para seus cursos, principalmente os de Ciências Humanas, jovens de classes médias (intelectualizadas) ou de pequenas elites do interior do estado, cujas famílias investiram em sua educação. Com exceção de Otavio Frias Filho, que cursou Direito, formação tipicamente tradicional da elite paulista, de onde provém socialmente, esse é o caso dos demais jornalistas supracitados. Como exemplo, em depoimento ao projeto “Memórias Ecanas”¹⁹, Caio Túlio Costa fala sobre sua origem social:

Eu nasci em Alfenas, em Minas Gerais. Os meus pais morreram quando eu tinha... O meu pai quando eu tinha dezessete anos, minha mãe quando eu tinha quase vinte anos. E ele era fazendeiro, tinha laticínios, foi pequeno industrial, montou uma tecelagem. E a minha mãe foi professora primária, mas depois ficou doente e não pode mais dar aula. A minha mãe queria muito que eu fosse médico ou engenheiro, uma coisa assim, os meus pais queriam isso. (COSTA, 2009).

Igualmente, em entrevista à Trip FM (2013), Matinas Suzuki Jr. conta sobre a origem de sua família e o fato de que seu pai o ajudava financeiramente no começo de sua vida de universitário:

¹⁸ Os dados sobre esses jornalistas foram coletados em diferentes fontes, desde currículo *Lattes*, passando pelos sites pessoais, entrevistas, até reconstituição das próprias trajetórias feitas em livros, como no caso de André Singer, que descreve brevemente em *Os sentidos do lulismo* (2012) sua passagem pela universidade e a entrada na *Folha de S. Paulo* nos anos 1980. Merece destaque a dificuldade em encontrar informações sobre os jornalistas que ocuparam postos de menor prestígio no jornal, o que constitui um contraste em relação àqueles que se firmaram enquanto referências na profissão.

¹⁹ O projeto "Memórias Ecanas" é um trabalho desenvolvido pelo Prof. Dr. Paulo Nassar com seus alunos do 6º semestre do curso de Relações Públicas da ECA-USP, para a disciplina de Produção Audiovisual. Caio Túlio Costa foi entrevistado em 13 de outubro de 2009.

Eu sou do interior e morei... Minha casa em Barretos era muito grande, era um quintal muito grande (...). Meu avô japonês era agricultor, meu avô por parte de mãe, que era brasileiro, era peão de boiadeiro mesmo, era um cara que vivia na estrada, tocando bois, essas coisas. E meus tios vêm dessa cultura (...). Eu morei em fazenda também, depois, em Araçatuba (...). Eu fui pra Faculdade de Filosofia, em 1974. Eu fui estudar filosofia, fazer filosofia, que era o que eu queria fazer. Mas aí entrou aquela lei da obrigatoriedade do diploma para jornalismo. Então, eu nunca tinha pretensão de ser jornalista, mas eu falava: “pô, filosofia ou eu vou ser professor ou vou ser nada, então deixa eu garantir algum outro emprego se caso não der certo essa história de ser professor de filosofia e tal”. E na época você podia fazer duas escolas na USP, ao mesmo tempo, simultaneamente, hoje acho que não pode mais. Aí eu prestei o vestibular pra ECA e passei em jornalismo também, e fiquei durante três anos fazendo as duas faculdades (...). Meu pai segurava na mesada ali, não era uma mesada farta, mas dava pra quebrar o galho (...) (SUZUKI JR., 2013).

O pai de Matinas Suzuki Jr. era médico e escritor, como consta em obituário publicado na *Folha de S. Paulo* em 11 de outubro de 1999. Autor de “Memórias de um Vidente Obscuro”, uma autobiografia de 1997, Suzuki era descendente de imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil em 1913. Na década de 1950, formou-se em medicina pela USP. Para manter-se nos estudos, ele dava aulas de desenho no Centro Caetano de Campos, em São Paulo, e fazia ilustrações para *O Estado de S. Paulo* (FSP, 11/10/99).

A esses jornalistas, vindos de famílias relativamente abastadas do interior, somam-se aqueles cuja origem social é de classe média intelectualizada, como André Singer, cujo pai, Paul Singer, é economista formado pela USP e professor da mesma instituição durante os anos 1960. Em 1969, quando foi aposentado compulsoriamente, funda, juntamente com outros intelectuais, o Centro de Análises e Planejamento (CEBRAP) e passa a atuar como pesquisador. Paralelamente à carreira acadêmica, Paul Singer, que também fundou o PT no começo da década de 1980, exerceu cargos políticos no governo nos âmbitos municipal e federal.

O movimento estudantil era uma das formas de aglutinação desses estudantes, e, no caso de alguns jornalistas da *Folha de S. Paulo* supracitados, foi particularmente central para a formação de redes de interconhecimento, que facilitaram a contratação de novos quadros durante a fase de reforma do jornal nos anos 1980. Em matéria sobre a corrente Liberdade e Luta (Libelu), a jornalista Cynara Menezes entrevistou para o seu blog Caio Túlio Costa, que conta como funcionava a cooptação de jornalistas para a *Folha* de acordo com sua militância:

Por que havia tantos jornalistas na Libelu? Ao que tudo indica, porque a ECA (Escola de Comunicação e Artes) da USP estava tomada por eles. Caio Túlio,

que deixou a militância ao sair da faculdade, em 1979, foi o responsável por levar muitos companheiros de tendência para a *Folha*. “O Otavio não era simpatizante da Libelu, mas gostava da ‘disciplina’ dos trotskistas. Ele era simpatizante da Vento Novo, uma corrente (*de centro*) que havia na São Francisco”, conta Caio Túlio. “Fui o primeiro Libelu contratado para começar a renovação do jornal, em 1981. E fui trazendo os melhores jornalistas que conhecia, o Matinas, o Conti (que estava confinado na Câmara dos Vereadores como setorista e eu trouxe para a Ilustrada e o Folhetim), o Rodrigo Naves, a Renata Rangel, o Zé Américo, a Cleusa Turra, o Bernardo Ajzenberg, o Ricardo Melo. Muita gente, não me lembro de todos... Cada um foi trazendo outros. Eram bons, muito bons.” (MENEZES, 24/09/13)

Além disso, apesar de participarem de tendências diferentes, eles foram socializados no mesmo ambiente acadêmico, envolviam-se nas mesmas discussões, debatiam os temas políticos que estavam na ordem do dia etc. Enfim, estavam na universidade à época em que o país caminhava lentamente para a democracia e na qual o movimento estudantil estava se reorganizando localmente, na USP, e nacionalmente, com a refundação da União Nacional dos Estudantes (UNE), momentos que marcaram a maneira como essa geração viveu a experiência universitária, imprimindo-lhe características específicas.

A relevância que a passagem pelo movimento estudantil da USP tem para a formação de alguns desses jornalistas é indicada por seus próprios relatos, os quais conferem a essa experiência algo marcante, manifesto no modo como falam do momento, de forma a ressaltar como a militância influenciou a sua geração. Caio Túlio Costa rememora:

E aí me decidi, fiz o vestibular para jornalismo e entrei aqui na ECA em 74. Te diria que, quer dizer, é um conjunto aí de ECA, a Filosofia, a Faculdade de Filosofia da USP, e a própria USP e o próprio momento. Em 74 eu entrei na ECA, ao mesmo tempo eu comecei a militar e comecei a participar de um grupo de teatro por conta dessa herança ali do teatro amador feito no interior (...). Durante o segundo ano, os primeiros seis meses, nós fizemos uma greve, paramos a ECA por seis meses pra tirar o Manuel Nunes Dias, que era o diretor de então, que era extremamente autoritário, era um homem que era considerado por nós uma pessoa plantada aqui dentro pela ditadura militar, e nossa bandeira era “vamos tirar o Nunes da direção da ECA”. Ficamos seis meses de greve e não conseguimos tirar o Nunes. O Nunes foi sair muito tempo depois. E foi o ano que o Herzog foi morto, 75. Em 73 foi o ano que o Vanucci foi morto, eu não estava aqui, estava em Santos. Então a primeira grande mobilização que teve o apoio forte dos estudantes aconteceu em 73, foi a primeira mobilização de massa em São Paulo muito forte contra a ditadura. E a segunda grande mobilização, essa foi muito maior, porque contou com a categoria dos jornalistas, foi na morte do Herzog, foi em outubro de 1975. E nós estávamos à frente desse movimento de mobilizar a universidade primeiro, a categoria dos jornalistas, trabalhando muito em conjunto, e a sociedade em terceiro lugar, para participar principalmente da missa, do culto ecumênico que houve na Sé por conta do assassinato sob tortura do Vladimir Herzog. E a ECA era a escola na qual ele dava aula. Não fui aluno dele, mas o Herzog dava aula aqui. Existiam várias correntes

políticas, todos querendo fazer a revolução, e todos contra a ditadura. Se tinha algo que nos unia, era a ditadura. E algo que nos desunia, era a maneira de fazer a revolução. Então era uma geração nova, que chegou com muita capacidade crítica e com muita capacidade de fazer algo sem ir pros radicalismos que a gente tinha visto, que não tinham dado certo até então (...). Foram quatro anos ali em que a gente fez comitê de defesa dos presos políticos, fizemos a missa do Herzog, depois fizemos toda a movimentação em cima da morte do Manuel Fiel Filho, que morreu em janeiro de 76, fizemos esses dois jornais, fizemos grandes peças de teatro de Brecht, fizemos *Fuzis da Senhora Carrar*, *Terror e Miséria no Terceiro Reich*, o pessoal da Poli fez *Galileu Galilei*, aqui na ECA fizemos um negócio chamado colagem, que era muito bonito, o Cacá Rosseti fez *Lux in Tenebris*, viajamos para o Ceará com peças de teatro, com esse *Terror e Miséria no Terceiro Reich* musicada pelo Chico e pelo Sérgio, produzimos os dois jornais²⁰, ajudamos a criar o DCE, em 76, ajudamos a encaminhar a UNE pra 79, participamos do ato no TUCA, que acabou sendo invadido pela polícia, fizemos várias passeatas, estudávamos jornalismo, eu trabalhava, estudava filosofia, filosofia eu larguei em 79 porque eu fiz tudo o que eu quis, tinha algumas outras coisas que eu não quis fazer, tipo lógica eu não quis fazer, estatística eu não quis fazer. Então não me formei em filosofia, mas me considero um grande graduando em filosofia.

Foi meu período de formação política. Eu era um... Sabe aquele goiabão do interior que chega na capital? Era eu. Pode ser que eu até continue um certo goiabão, né? Mas foi o período da formação política, me formei politicamente aqui (...). Essa formação, essa noção de cidadania, me foi, digamos, referendada, me foi dada, me foi construída aqui na ECA, aqui na USP como um todo (COSTA, 2009).

O depoimento de Caio Túlio Costa pode ser complementado com o artigo de Matinas Suzuki Jr., reproduzido aqui na íntegra, de forma a oferecer mais um exemplo de como esse grupo de jornalistas enxerga seu processo de socialização na universidade, além de dar um vislumbre de como era o ambiente do movimento estudantil da época e quais foram as figuras centrais que serviram de inspiração para esses jovens.

²⁰ Os jornais citados por Caio Túlio Costa são *O Avesso* e *O Beijo*.

Libelu era trotskismo com rock e fuminho (Folha de S. Paulo, 4º caderno, pág. 12, 20 de setembro de 1997).

Matinas Suzuki Jr. – Do Conselho Editorial

Para a história, a geração dos anos 70 ficará à sombra da geração dos 60.

Mas quem viveu os primeiros passos da luta pela chamada abertura sabe que houve uma rica experiência no interior do renascimento do movimento estudantil, em São Paulo, a partir de 74.

Estudante da Faculdade de Filosofia da USP e da ECA, participei do braço cultural da Liberdade e Luta, conhecida com o delicioso nome de Libelu – um curioso e original amálgama político-comportamental, em que o trotskismo convivia com o rock, com o fuminho e com as meninas do pós-queima-dos-sutiãs.

Parte da Libelu – porque ela também tinha a sua vertente moralista – não só divergia politicamente dos stalinistas ou dos maoístas, ou ainda da nascente social-democracia, que seriam os tucanos do movimento estudantil, mas também divergia radicalmente da maneira de viver da esquerda tradicional.

Três pessoas, mais velhas do que nós, foram importantes para a minha geração:

** Júlio César Montenegro, um cearense que fez o ITA, último editor de cultura do semanário "Opinião", do Fernando Gasparian. Polemista em tempo integral, provocador, questionador dos mitos sagrados da esquerda, nos levou à experiência do jornal "O Beijo".*

Em um encontro da imprensa alternativa, dos quais éramos sempre excluídos, um orador repetia insistentemente "todos nós que lutamos pelas liberdades democráticas, todos nós que lutamos pelas liberdades democráticas, todos nós que lutamos pelas liberdades democráticas...".

Montenegro pediu um aparte e falou: "Companheiro, você poderia fazer o favor de, em vez dizer todos nós que lutamos pelas liberdades democráticas, dizer todos nós, menos o Júlio César Montenegro, que lutamos pelas liberdades democráticas?".

Ele quase foi linchado pela esquerda presente.

** Fernandinho Mesquita, de longe a pessoa mais brilhante, a que melhor escrevia e a que tinha as idéias mais interessantes.*

Foi terrorista, preso, torturado, como poderia ter sido ladrão, traficante etc.

Para ele, a esquerda já havia acabado, estava com um pé no anarquismo, andava em um Fusca cujo acelerador era um barbante que ele puxava com a mão e tinha uma exigência com o absoluto que a vida não poderia lhe prover.

A junção da vocação suicida para fazer qualquer coisa com a força de uma lógica própria, livre e sofisticada fizeram dele o nosso guru errante.

Foi o promotor e o teórico da grafitagem pela cidade, escreveu os melhores textos de "Cine Olho" e "Beijo" e, onde os jornalistas em greve pichavam "não compre jornais", ele pichava embaixo: "Minta você mesmo".

** Gilberto Vasconcellos, à época um lucaksiano-freudiano formado pela teoria da dependência e pelas idéias "fora do lugar" de Roberto Schwarz, um jovem intelectual antiacadêmico cativante, carismático, capaz de atrair para o seu círculo muitas das boas cabeças do período.*

O que nós fazíamos? Frequentávamos o Riviera, o Ponto 4 (depois o Bar da Terra, o primeiro posto avançado na Vila Madalena), íamos ao cineclube da GV (onde uma dupla de Barretos, o Zaga de Lucca e o Hugo "Terceira Via" Mader nos apresentou todo o Godard e todo o Julinho Bressane), rolava muito Stones nas festas sempre com cerveja, líamos Adorno, Walter Benjamin, Barthes, Foucault, Bataille, Cortázar, Bandeira e Murilo Mendes – alguns, como o Rodrigo Naves, o melhor orador da Libelu, Liam Sartre –, passávamos Carnaval na Bahia, show de Gil e Caetano eram obrigatórios, assistir às aulas do Davi Arrigucci Jr. também, nosso coração batia pelos surrealistas, nossa mestra era Marilena Chauí, anulávamos os nossos votos, éramos leitores de Paulo Francis, nosso padrão de jornalismo era o "Le Monde" e tomamos um porre quando, finalmente, o Corinthians foi campeão.

À nossa maneira, nós tivemos o nosso "C'Eravamo Tanto Amati" – que, aliás, é de 1975.

Apresento a seguir as tabelas com as informações dos jornalistas que compõem a “nova elite jornalística” que assumiu postos estratégicos na *Folha de S. Paulo* nos anos 1970 e 1980.

Tabela 5. Propriedades pertinentes da “nova elite jornalística”		Fonte: elaboração própria		
Jornalista	Otávio Frias Filho	André Singer	Carlos Eduardo Lins da Silva	Marcelo Coelho
Ano de nascimento	1957	1958	1953	1959
Formação Universitária	Graduação em Direito (1976-1980) - Faculdade de Direito - USP	Graduação em Ciências Sociais (1976-1980) - FFLCH-USP; Graduação em Jornalismo (1982-1986) - ECA-USP; Mestrado em Ciência Política (1990-1993) - FFLCH-USP; Doutorado em Ciência Política (1994-1998) - FFLCH-USP.	Graduação em Jornalismo (1973) - Faculdade Cásper Líbero; Começou o curso de Ciências Sociais - FFLCH-USP (1971), mas não terminou; Mestrado na Michigan State University (1975-1976); Doutorado em Comunicação - ECAUSP (1979-1984); Livre-docência ECA/USP (1987).	Graduação em Ciências Sociais - FFLCH-USP, Mestre em Sociologia - FFLCH-USP.
Professor universitário	Não	Sim, passa em concurso para professor do departamento de Ciência Política da USP em 1990.	Faculdade Cásper Líbero (1976-1978, Instituto Metodista de Ensino Superior (1976-1978/1981), Universidade Católica de Santos (1976-1978/1981-1984) e Escola de Comunicações e Artes da USP (1976-1978, 1981-1988); Professor Visitante da UFRN (1979-1981), Faculdade Cásper Líbero (1994-).	Faculdade Cásper Líbero (1994-)
Participou do movimento estudantil da USP? Em qual corrente?	Sim, sem dados sobre a corrente. Em entrevista, Caio Túlio Costa diz que Otávio Frias Filho era simpatizante da Vento Novo.	Sim, um dos criadores da tendência Vento Novo.	Era professor da ECA durante o período de reorganização do movimento.	-----
Quando começa a trabalhar com jornalismo	<i>Em 1975, na Folha de S. Paulo.</i>	Em 1980, exercendo atividades parajornalísticas. É contratado pela <i>Folha de S. Paulo</i> efetivamente para exercer funções jornalísticas após terminar o curso de jornalismo na ECA, em 1986.	Como repórter, aos 19 anos, em dois jornais paulistanos, <i>Diário da Noite</i> e <i>Diário de São Paulo</i> .	Começa como editoralista na <i>Folha de S. Paulo</i> .
Veículos de comunicação pelos quais passou e empregos na área jornalística	<i>Folha de S. Paulo (1975-)</i> - secretário do Conselho Editorial, Diretor de Redação.	<i>Folha de S. Paulo (1980-1989)</i> - repórter, editor e secretário de redação; <i>Editora Abril</i> .	<i>Tribuna de Santos (1974-1975)</i> - subeditor de educação; <i>Diário de São Paulo (1974-1975)</i> - redator do suplemento de domingo; <i>Diários Associados (1975-1976)</i> - correspondente nos EUA, <i>Diário de São Paulo (1975-1976)</i> - redator da coluna Ponto Crítico; <i>Raízes - um jornal de resistência ecológica (1977)</i> - redator-chefe; <i>Cadernos de Comunicação (1977)</i> - redator-chefe; <i>Salário Mínimo (1980)</i> - editor; <i>Cadernos da pós-graduação - Comunicação Social (1982)</i> - editor; <i>Boletim Intercom (1983)</i> - editor e redator; <i>Crítica Informação (1983)</i> - editor e redator; <i>Comunicação e Sociedade (1981)</i> - editor e redator; <i>The Chronicle of the British Chamber of Commerce in Brazil</i> - jornalista responsável; <i>Folha de S. Paulo</i>	<i>Folha de S. Paulo (1984-)</i>

			(1984) - vários cargos; <i>Valor Econômico</i> (1999-2004); <i>Roda Viva - TV Cultura</i> (2008)	
Prêmios	Recebeu em nome da <i>Folha</i> o prêmio Maria Moors Cabot.	-----	Prêmio Maria Moors Cabot (1994)	Prêmio Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (1995)
Quando entra na <i>Folha</i> e cargos que ocupou no jornal	Em 1975. Em 1978 se torna Secretário do Conselho Editorial, e, em 1984, Diretor de Redação	Em 1980, entra no jornal exercendo atividade parajornalísticas. Trabalhou na <i>Folha</i> de 1980 a 1989; Secretário de Redação (1987-1988); Editor da coluna "Painel" (1988).	Em 1984. Repórter geral da Agência Folhas; Editor de "Cidades"; Secretário de Redação (1984-1987); Diretor-adjunto de Redação (1988); Diretor de Planejamento e Recursos Humanos (1989); Diretor da Agência Folhas (1990); Correspondente internacional em Washington (1991-1999); Repórter especial na sucursal de Brasília (1998-1999).	Em 1984. A partir dos anos 1990 passou a assinar uma coluna semanal no caderno <i>Ilustrada</i> .
Livros publicados	Tutankaton (1991), De ponta-cabeça (2000), Queda livre (2003), Seleção natural (2009). Infante-juvenil: Livro da primeira vez (2004). Participou ainda de duas coletâneas de contos para crianças: O livro dos medos (1998) e Vice-versa ao contrário (1993).	Sem medo de ser feliz: cenas de campanha (1990); Esquerda e direita no eleitorado brasileiro. A identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 a 1994 (2000); O PT (2001); No planalto com a imprensa (2010); Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador (2012).	Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores (1985); Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal (1988); O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro (1991); Perfis de jornalistas (1992); Brasil: trânsito da memória (1994)	Noturno (1992); Jantando com Melvin (1998); Gosto se discute (1995); Trivial variado (1998); Civilização e barbárie; A crise da razão; Poetas que pensaram o mundo; Montaigne; Crítica cultural: Teoria e Prática. E os infantis: A professora de desenho e outras histórias (1995) e Minhas férias (1999).

Jornalista	Caio Túlio Costa	Matinas Suzuki Jr.	Gilberto Dimenstein	Jorge Caldeira
Ano de nascimento	1954	1955	1956	1955
Formação Universitária	Graduação em Jornalismo - ECA-USP (1974-1978); Graduação em Filosofia não concluída - FFLCH-USP; Doutor em Comunicação (2008) - ECA-USP.	Graduação em Jornalismo - ECA-USP. Graduação não concluída em Filosofia - FFLCH-USP.	Graduação em Jornalismo - Faculdade Cásper Líbero	Graduação em Ciências Sociais - FFLCH-USP, Mestre em Sociologia - FFLCH-USP e Doutor em Ciência Política - FFLCH-USP
Professor universitário	Faculdade Cásper Líbero (2003-2012); Professor do curso de pós-graduação da ESPM (2011-). Também ministrou aulas de Jornal Laboratório no departamento de Jornalismo da PUC de São Paulo e ministrou curso na pós-graduação da ECA-USP; Visiting Research Fellow na Columbia University Graduate School of Journalism (2013).	-----	-----	-----
Participou do movimento estudantil da USP? Em qual corrente?	Sim, era da corrente LIBELU - Liberdade e Luta.	Sim, era da corrente LIBELU - Liberdade e Luta.	-----	-----
Quando começa a trabalhar com jornalismo	<i>Editora Brasiliense</i> - <i>Leia livros</i> - editor.	Trabalhou como <i>free lancer</i> , colaborou na elaboração de fascículos da <i>Editoria Abril</i> , faz trabalhos em jornais pequenos e estudantis.	-----	-----
Veículos de comunicação pelos quais passou e empregos na área jornalística	<i>Folha de S. Paulo</i> (1981-2002) - editor da <i>Ilustrada</i> , secretário de redação, correspondente em Paris, criador da <i>Revista da Folha</i> ,	<i>Editora Brasiliense</i> - <i>Leia Livros</i> ; <i>Folha de S. Paulo</i> (16 anos); <i>Roda viva</i> - apresentador; <i>IG</i> ; <i>Rede de</i>	<i>Folha de S. Paulo</i> - colunista, diretor da sucursal de Brasília, correspondente em	<i>Bravo!</i> - publisher; <i>Projeto Brasil 500 anos - TV Globo</i> - consultor; <i>Exame</i> - editor executivo; <i>Folha de S.</i>

	ombudsman, fundador e diretor do <i>Uol</i> ; <i>Fundação Semco (2004-2006)</i> - presidente e criador do Instituto DNA Brasil; <i>Internet Group (2006-2009)</i> - presidente; <i>Campanhas da Marina Silva (2010, 2014)</i> - coordenador digital das campanhas; <i>Empresa Phorm (2011)</i> - chairman da empresa no Brasil; <i>Associação Nacional de Jornais (2012-2014)</i> - Diretor do Comitê de Estratégias Digitais; <i>MVL Comunicação (2011-2014)</i> - sócio; Consultor em mídia digital, Caio Tulio integra os conselhos da <i>Fundação Padre Anchieta (TV Cultura-SP)</i> , da <i>Transparência Brasil</i> , da <i>Revista Pesquisa Fapesp</i> e da <i>Revista de Jornalismo da ESPM</i> , editada em conjunto com a escola de jornalismo da Universidade Columbia.	<i>jornais Bom Dia</i> - Diretor-geral; <i>Companhia das Letras</i> - Diretor executivo.	Nova York; <i>Jornal do Brasil</i> ; <i>Correio</i> .	Paulo - editor de <i>Ilustrada</i> e da <i>Revista da Folha</i> ; <i>IstoÉ</i> - editor de economia; <i>Revista do Cebrap</i> - editor; <i>Mameluco Edições e Produções Culturais</i> - sócio-fundador
Prêmios	-----	-----	Prêmio Nacional de Direitos Humanos, junto com D. Paulo de Evaristo Arns; Prêmio Criança e Paz, do Unicef; Menção Honrosa do Prêmio Maria Moors Cabot; prêmio Esso; Prêmio Jabuti (1993)	-----
Quando entra na Folha e cargos que ocupou no jornal	Em 1981. Foi editor da <i>Ilustrada</i> , secretário de redação, correspondente em Paris, criador da <i>Revista da Folha</i> , ombudsman, fundador e diretor do <i>UOL</i> .	Em 1981. Trabalhou na <i>Folha</i> durante 16 anos. Secretário de Redação (1984-1987).	Em 1985. Foi diretor da sucursal de Brasília, correspondente em Nova York e colunista.	Em 1983. Foi Editor da "Ilustrada"; Editor da <i>Revista da Folha</i> .
Livros publicados	O que é Anarquismo (1981); Manual Geral de Redação da <i>Folha</i> (1984); Ombudsman – O Relógio de Pascal (1990); <i>Cale-se</i> (2003); <i>50 Brasileiros param para pensar o país</i> (2005); <i>Somos ou estamos corruptos?</i> (2006); <i>Ética, jornalismo e nova mídia – uma moral provisória</i> (2009).	Livro das Vidas – Obituários do <i>New York Times</i> (2008).	A guerra dos meninos; O cidadão de papel; A democracia em pedaços; O aprendiz do futuro; As armadilhas do poder - bastidores da imprensa; A história real; As aventuras da reportagem; O mistério das bolas de gude; Meninas da noite; 10 lições de Filosofia para um Brasil Cidadão.	Noel Rosa: de costas para o mar; Mauá: empresário do Império; Viagem pela história do Brasil; A nação mercantilista; Ronaldo: glória e drama do futebol globalizado; O Banqueiro do Sertão; A construção do samba; História do Brasil com empreendedores, além de organizador dos volumes Diogo Antônio Feijó e José Bonifácio de Andrada e Silva, que integram a Coleção Formadores do Brasil, e do livro <i>Brasil: a história contada por quem viu</i> . Ocupa a cadeira nº 18 da Academia Paulista de Letras.

Jornalista	Leão Serva	Marcos Augusto Gonçalves	Marcelo Beraba	Mario Vitor Santos
Ano de nascimento	-----	1956	1951	-----
Formação Universitária	Graduação em Jornalismo, Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP.	Graduação em Literatura - PUC-RJ; Mestre em Comunicação pela UFRJ	Graduação em Jornalismo – UFRJ	Graduação em Comunicação Social - (1975-1979) – UFF; Especialização em Knight Fellowships for Professional Journalists (1991) - Stanford University; Mestrado em Ancient Drama and Society pela (2001) - University of Exeter; Doutorado em Letras (2008) – FFLCH-USP.
Professor universitário	Faculdade Cásper Líbero	-----	-----	Faculdade Cásper Líbero
Participou do movimento estudantil da USP? Em qual corrente?	-----	-----	Sim, mas no Rio de Janeiro.	-----
Quando começa a trabalhar com jornalismo	-----	-----	Em 1971, como estagiário n'O Globo.	-----
Veículos de comunicação pelos quais passou e empregos na área jornalística	<i>Folha de S. Paulo</i> - Secretário de redação, correspondente internacional; <i>Jornal da Tarde</i> ; <i>Revista Placar</i> ; <i>Lance!</i> ; <i>Último Segundo</i> ; <i>Diário de São Paulo</i>	<i>Folha de S. Paulo</i> - editor de Ilustrada, do caderno Mais! , de Opinião e colunista.	<i>O Globo</i> (1971-1984); <i>Folha de S. Paulo</i> (1984-1995) - repórter da sucursal do Rio de Janeiro, chefe de reportagem (1985), diretor da sucursal carioca (1985), editor de cidade em São Paulo (1988), editor de política (1989), secretário de redação (1989); <i>Jornal do Brasil</i> (1995-1997) - cargo executivo; <i>TV Globo</i> (1998) - executivo do <i>Jornal da Globo</i> ; <i>Folha de S. Paulo</i> (2004-2006)- ombudsman; <i>Grupo Estado</i> - diretor no Rio.	<i>Folha de S. Paulo</i> (1984-1999) – editor, diretor da sucursal de Brasília, secretário de redação, ombudsman (1991-1993, 1997), repórter especial e crítico teatral; <i>Casa do Saber</i> - diretor executivo
Prêmios	-----	-----	Knight International Journalism Award (2005).	-----
Quando entra na <i>Folha</i> e cargos que ocupou no jornal	Em 1983. Foi Secretário de redação, correspondente internacional.	Em 1984. Editor da Ilustrada, de Ilustríssima, do Caderno "Mais!" e de "Opinião"; Possui atualmente coluna no jornal.	Em 1984. Trabalhou 11 anos na <i>Folha de S. Paulo</i> . Repórter da sucursal do Rio de Janeiro (1984-1985), chefe de reportagem (1985), diretor da sucursal carioca (1985), editor de cidade em São Paulo (1988), editor de política (1989), secretário de redação (1989); ombudsman (2004-2006).	Em 1984. Trabalhou 14 anos na <i>Folha de S. Paulo</i> (1984-1999), foi editor, diretor da sucursal de Brasília, secretário de redação, ombudsman (1991-1993, 1997), repórter especial e crítico teatral.
Livros publicados	Batalha de Saravejo (1994); Babel, a mídia antes do dilúvio (1997); Jornalismo e desinformação (2001); Como viver em SP sem carro (2012).	Cultura e participação nos anos 60 (1982); Pós-tudo - 50 anos de Cultura na Ilustrada (2008); 1922 - a semana que não terminou (2012);	-----	-----

Jornalista	Marcelo Leite	Ana Fromer	Renata Rangel	Gisela Bisordi
Ano de nascimento	-----	1958	-----	1952-1994
Formação Universitária	Graduação em Jornalismo (1979)- ECA-USP; Doutorado em Ciências Sociais, (2007) - UNICAMP. Especializou-se em jornalismo científico (1989-90) - Fundação Krupp na Alemanha; Nieman Fellow (1997-98) - Universidade Harvard.	Graduação em Educação – FE-USP	Graduação em Jornalismo – ECA-USP	-----
Professor universitário	-----	-----	-----	-----
Participou do movimento estudantil da USP? Em qual corrente?	-----	-----	-----	-----
Quando começa a trabalhar com jornalismo	-----	-----	-----	-----
Veículos de comunicação pelos quais passou e empregos na área jornalística	<i>Folha de S. Paulo</i> - crítico de livros, editor-assistente de Educação e Ciência, ombudsman (1994-1996), repórter especial, editor de Ciência, Opinião, Mundo e correspondente em Berlim.	<i>Folha de S. Paulo</i> – editora de Educação e Ciência (1987), <i>Diário do Grande ABC</i> , <i>Revista Veja</i> , <i>Revista Onda Jovem</i> , <i>Terra Networks</i> – representante, gerente de projetos editoriais.	<i>Folha de S. Paulo</i> (14 anos), <i>O Estado de S. Paulo</i> , <i>Revista Marie Claire</i> , <i>Elle</i> - diretora, <i>Casa e Jardim</i> – diretora; <i>Casa e Comida</i> -fundadora.	<i>Folha de S. Paulo</i> (1976-1991) – repórter de Geral, editora-assistente de Turismo e editora-adjunta de Cidades; <i>Jô Soares Onze e Meia</i> (1991) – membro da equipe do programa; <i>Revista Marie Claire</i> (1992) – editora de Sociedade.
Prêmios	Prêmio José Reis de Jornalismo Científico, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2005). Prêmio Esso em Informação Científica (2009)	-----	-----	Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos (1981)
Quando entra na <i>Folha</i> e cargos que ocupou no jornal	Por volta de 1986 (primeiro registro encontrado). Foi crítico de livros, editor-assistente de Educação e Ciência, ombudsman (1994-1996), repórter especial, editor-assistente de Educação e Ciência, Opinião, Mundo e correspondente em Berlim.	Por volta de 1987 (primeiro registro encontrado), editora de Educação e Ciência (1987).	Em 1982. Trabalhou 14 anos na <i>Folha de S. Paulo</i> .	Em 1976. Trabalhou 15 anos na <i>Folha de S. Paulo</i> , como repórter de Geral, editora-assistente de Turismo e editora-adjunta de Cidades.
Livros publicados	Os alimentos transgênicos (2000); A floresta amazônica (2001); O DNA (2003); Amazônia: Terra com Futuro (2005); Meio Ambiente e Sociedade (2005); Pantanal, o Mosaico das Águas (2006); Brasil - paisagens naturais (2007) Promessas do Genoma (2007); Ciência - use com cuidado (2008); Darwin (2009); Obras de ficção juvenil: Clones Demais, O Resgate das Cobaias e O Clube da Capivara	-----	<i>Receber com Charme</i>	-----

Jornalista	Luiz Carlos Caversan	Marion Strecker	Amir Labaki	Josué Canda
Ano de nascimento	-----	1960	1963	1960-2011
Formação Universitária	-----	Graduação em Comunicação Social com especialização em Jornalismo – PUC-SP	Graduação em Cinema – ECA-USP	Graduação em Jornalismo – Universidade Metodista (1984)
Professor universitário	-----	Faculdade Cásper Líbero (anos 90) – professora de Novas Tecnologias	-----	-----
Participou do movimento estudantil da USP? Em qual corrente?	-----	-----	-----	-----
Quando começa a trabalhar com jornalismo	<i>Em 1976, n' O Estado de S. Paulo.</i>	Coeditora da revista <i>Arte em São Paulo</i>	Em 1985, como editorialista da <i>Folha de S. Paulo.</i>	Em 1984, como repórter na <i>Folha de S. Paulo.</i>
Veículos de comunicação pelos quais passou e empregos na área jornalística	<i>O Estado de S. Paulo (1976-1982) – revisor, repórter, editor-assistente e editor; Folha de S. Paulo (1982- 2003) – repórter, redator, editor de Política, Economia, Cidades, Ilustrada, Esportes, Suplementos, Fotografia, Secretário de Redação, diretor da Agência Folha, diretor da sucursal do Rio de Janeiro e repórter especial.</i>	<i>Revista Arte em São Paulo – coeditora; Folha de S. Paulo (1984-1996) – redatora, crítica de arte, editora da Folha Ilustrada, editora geral de Suplementos, coordenadora de reportagens especiais, repórter especial, diretora do Banco de Dados (1994-1996), diretora da Agência Folha (1994-1996), colunista. UOL (1996-2011) – fundadora e dirigente de equipe de conteúdo.</i>	<i>Folha de S. Paulo (1985-1987) – editorialista; Valor econômico (2002-) – colunista de economia; Programa Tudo verdade do Canal Brasil (2004-) – roteirista e apresentador; Museu da Imagem e do Som (1993-1995, 2003-2005) – diretor técnico; É Tudo Verdade – Festival Internacional de Documentários (1996) - fundador e diretor; Conselho Superior de Cinema da Presidência da República (2004-2005) – membro suplente. Cultura Documentário (2010-2013) – curador internacional e apresentador.</i>	<i>Folha de S. Paulo (1984-1996) – repórter, correspondente na Espanha (1987), editor do caderno regional ABCD SP (1990); O Tempo (1996) - cargos de chefia.</i>
Prêmios	-----	Prêmio <i>Folha</i> de Jornalismo (1995).	-----	-----
Quando entra na Folha e cargos que ocupou no jornal	Em 1982. Trabalhou 21 anos na <i>Folha de S. Paulo</i> , como revisor, repórter, editor-assistente e editor; <i>Folha de S. Paulo (1982- 2003)</i> – repórter, redator, editor de Política, Economia, Cidades, Ilustrada, Esportes, Suplementos, Fotografia, Secretário de Redação, diretor da Agência <i>Folha</i> , diretor da sucursal do Rio de Janeiro e repórter especial.	Em 1984. Trabalhou durante 12 anos na <i>Folha de S. Paulo</i> como redatora, crítica de arte, editora da <i>Folha Ilustrada</i> , editora geral de Suplementos, coordenadora de reportagens especiais, repórter especial, diretora do Banco de Dados (1994-1996), diretora da Agência <i>Folha</i> (1994-1996), atualmente é colunista.	Em 1985. Trabalhou durante 2 anos como editorialista da <i>Folha de S. Paulo.</i>	Em 1984. Trabalhou 12 anos na <i>Folha</i> como repórter, correspondente na Espanha (1987), editor do caderno regional ABCD SP (1990).
Livros publicados	-----	-----	A Crise da Renúncia e a Solução Parlamentarista (1986); O cinema dos Anos 80 (1991); Solanas por Solanas - Um Cineasta na América Latina - com Mario Cereghino (1993); O Olho da Revolução - O Cinema Urgente de Santiago Alvarez (1994); Folha Conta Cem Anos de Cinema (1995); O Cinema Brasileiro – De O Pagador de Promessas a Central do Brasil (1998); 2001 – Uma Odisséia no Espaço (2000); Person por Person (2002); É Tudo Verdade – Reflexões sobre a cultura do documentário (2005); O Cinema do Real (2005); Introdução ao Documentário Brasileiro (2006); É Tudo Cinema – 15 anos de É Tudo Verdade (Imprensa Oficial, 2010).	-----

Jornalista	Rodrigo Naves	José Américo Dias	Bernardo Ajzenberg	Ricardo Melo	Mario Sergio Conti
Ano de nascimento	1955	1953	1959	-----	1954
Formação Universitária	Graduação em Jornalismo – ECA-USP (1973-1977); Doutor em Filosofia – FFLCH-USP.	Graduação em Jornalismo – ECA-USP.	Graduação em Jornalismo (1983) - Faculdade Cásper Líbero.	Graduação em Jornalismo – ECA-USP	Graduação em Jornalismo – ECA - USP
Professor universitário	-----	Faculdade Cásper Líbero; Uni Sant'Anna.	-----	-----	-----
Participou do movimento estudantil da USP? Em qual corrente?	Sim, ele era da LIBELU.	Sim, ele era da LIBELU.	-----	Sim, era da LIBELU.	Sim, era da LIBELU.
Quando começa a trabalhar com jornalismo	Durante a graduação, nos jornais <i>Opinião e O Beijo</i> .	-----	Trabalha desde 1976 como jornalista.	-----	-----
Veículos de comunicação pelos quais passou e empregos na área jornalística	<i>Opinião; O Beijo; A parte do fogo; Folha de S. Paulo (1983)</i> – editor de Folhetim; <i>IstoÉ, Veja</i> - revisor; <i>Novos Estudos</i> – <i>CEBRAP</i> – editor.	<i>Diário do Comércio; Folha de S. Paulo; Campanhas para presidência Lula (1989, 1998)</i> - coordenador os programas de rádio e TV.	<i>Revista Veja; Última Hora; Gazeta Mercantil; Folha de S. Paulo (1985)</i> – redator, assistente, Secretário de Redação (1994-1999), diretor da Agência <i>Folhas</i> e do Banco de Dados, diretor de conteúdo da <i>Folha Online</i> , Ombudsman (2001-2004); <i>Instituto Moreira Salles (2004-2008)</i> – coordenador executivo; <i>Cosac & Naify (2010-2014)</i> – diretor-executivo.	<i>Folha de S. Paulo</i> – editor de Opinião, da Primeira Página, editor-adjunto de Mundo, secretário-assistente de redação, produtor-executivo do 'TV Folha' e colunista.	<i>Veja</i> – diretor de redação, <i>Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo</i> – repórter e colunista, <i>Revista Piauí</i> - repórter, <i>O Globo</i> - colunista, <i>Rádio Bandeirantes</i> – correspondente em Paris, <i>Programa Roda Viva (2011-2013)</i> - apresentador.
Prêmios	-----	-----	Prêmio de Ficção pela Academia Brasileira de Letras (2002); Premio Casa de las Américas (2015); Prêmio Jabuti de Tradução.	-----	Prêmio Jabuti categoria reportagem (2000).
Quando entra na Folha e cargos que ocupou no jornal	Em 1983. Trabalhou na <i>Folha</i> por cerca de 1 ano como editor de Folhetim.	Em 1977 (primeiro registro encontrado).	Desde 1985. Foi – redator, assistente, Secretário de Redação (1994-1999), Diretor da Agência <i>Folhas</i> e do Banco de Dados, Diretor de conteúdo da <i>Folha Online</i> , Ombudsman (2001-2004).	Por volta de 1987. Editor de Opinião, da Primeira Página, editor-adjunto de Mundo, secretário-assistente de redação, produtor-executivo do 'TV Folha' e colunista.	Por volta de 1978 (primeiro registro encontrado).
Livros publicados	<i>El Greco - um mundo turvo</i> (1985); <i>Amílcar de Castro</i> (1991); <i>A forma difícil - ensaios sobre arte brasileira</i> (1996); <i>O filantropo</i> (1998).	-----	Carreiras cortadas (1989); Efeito suspensório (1993); Goldstein & Camargo (1994); Variações Goldman (1998); A gaiola de Faraday (2002); Olhos secos (2009); Duas novelas (2011); Minha Vida sem Banho (2014); Homens com mulheres (2005).	-----	Notícias do Planalto (1999), Eles foram para Petrópolis (2009).

Aos jornalistas diplomados pela USP – em jornalismo e em outros cursos -, os quais entraram para a *Folha* durante o final dos anos 1970 e início dos 1980, tais como: Caio Túlio Costa, Matinas Suzuki Jr., Rodrigo Naves, Renata Rangel, André Singer, Marcelo Coelho, Mario Sergio Conti, Amir Labaki, José Américo Dias e Jorge Caldeira, vieram se juntar outros, também nascidos durante a década de 1950, mas formados na Faculdade Cásper Líbero (Gilberto Dimenstein e Bernardo Ajzenberg), nas Universidades Federais Fluminense e do Rio de Janeiro (Mario Vitor Santos e Marcelo Beraba), na PUC-SP (Leão Serva e Marion Strecker), na PUC-RJ (Marcos Augusto Gonçalves) e na Universidade Metodista (Josué Canda), que entram na fase mais radical de reforma da linha editorial da *Folha*, após a demissão de diversos profissionais antigos por inapetência técnica. Ao longo da década de 1980 são contratados mais egressos da USP, como Ricardo Melo, Marcelo Leite e Ana Fromer. O fato de que alguns jornalistas foram empregados de acordo com a sua especialização para dirigirem áreas específicas do jornal – Ana Fromer, por exemplo, formada em Educação pela USP, era editora da seção Educação e Ciência – pode indicar que com a modernização da redação ocorrida durante os anos 1980 houve, concomitantemente, uma diversificação das especialidades e dos especialistas que a *Folha* passou a admitir em sua redação.

Nesse grupo há alguns jornalistas que são mais reconhecidos no seu próprio meio de atuação, que receberam distinções de consagração como os Prêmios Esso, *Folha*²¹, Maria Moors Cabot e o Knight International Journalism Award²². Entretanto, muitos dos profissionais também seguiram carreira literária, demonstrando a boa vontade cultural como elemento distintivo dessa elite. Como resultado de uma trajetória

²¹ O Prêmio *Folha* de Jornalismo é destinado a trabalhos na área editorial que tiveram destaque ao longo do ano. Entregue desde 1993, ele contempla sete categorias e tem por objetivo “estimular a melhoria da qualidade jornalística dos produtos oferecidos ao leitor”. Citação extraída do sítio < <http://www1.folha.uol.com.br/especial/2013/premiofolha/>>. Última visita: 15/07/2015.

²² O Knight International Journalism Award é dado aos profissionais da mídia que demonstraram comprometimento com a excelência jornalística, fazendo diferença na vida das pessoas ao redor do mundo. Dentre os ganhadores do prêmio estão repórteres que denunciaram a corrupção de governos, crimes de guerra etc. O prêmio também é concedido a *publishers* que mantiveram independência editorial a despeito de pressões políticas e financeiras. Maiores informações no sítio: < <http://www.icfj.org/awards#knight-awards>>. Última visita: 15/07/2015.

bem sucedida nessa área, receberam os Prêmios Jabuti²³ e da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil²⁴. Existem também jornalistas que deixaram a profissão para se dedicarem a projetos culturais, como a direção de instituições voltadas para essa área, a criação de *think tanks* e de sítios na internet voltados para a divulgação de eventos.

É característica desses jornalistas enquanto elite terem trabalhado em outros órgãos de imprensa de grande prestígio no Brasil e na televisão. Ademais, alguns são reconhecidamente os pioneiros na introdução da internet no Brasil, como Caio Túlio Costa, Marion Strecker e Matinas Suzuki Jr. A empresa criada com a sua ajuda, a Universo Online (UOL), do *Grupo Folha*, é uma das mais importantes no setor. Essa migração para o jornalismo digital e em tempo real demonstra que esses jornalistas estavam em sintonia com as mudanças que ocorriam mundialmente em seu campo de trabalho. Ademais, a criação da empresa visava garantir amplos e novos públicos, de forma que a *Folha* continuasse a ter hegemonia no espaço jornalístico brasileiro.

A próxima seção desse capítulo apresenta, a partir da análise dos documentos do Conselho Editorial que constituíram a base do Projeto *Folha*, as mudanças levadas a cabo pela “nova elite jornalística” na redação e os princípios que passaram a orientar a feitura do produto jornalístico da *Folha de S. Paulo*.

4. O Projeto *Folha* e as transformações na redação

As transformações ocorridas na *Folha de S. Paulo* foram sistematizadas nos documentos do Conselho Editorial que constituem o Projeto *Folha*. O primeiro, de 1978, *Levantamentos de pontos indicativos de posição editorial e avaliação sintética do momento político*, afirma a tarefa de formalizar a linha editorial do jornal. Alguns passos já haviam sido dados nesse sentido ao longo dos anos 1970, mas era hora de fazer algo mais concreto, que deveria considerar, além da própria história da *Folha*, as “implicações do sistema capitalista em que vivemos ao qual a *Folha* está subordinada”

²³ O prêmio Jabuti foi criado em 1958 e contempla 27 categorias. Além de ser dirigido aos escritores, destaca a qualidade do trabalho de todas as áreas que envolvem a produção de um livro. “É uma distinção que dá ao seu ganhador muito mais do que uma recompensa financeira. Ganhar o Jabuti representa dar à obra vencedora o lastro da comunidade intelectual brasileira, significa ser admitido em uma seleção de notáveis da literatura nacional”. Citação extraída do sítio: < <http://premiojabuti.com.br/>>. Última visita: 15/07/2015.

²⁴ É a distinção máxima concedida aos melhores livros infantis e juvenis brasileiros. A premiação ocorre desde 1975 e é realizada pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

(*apud* CAPELATO & MOTA, 1981, p. 239). O documento esboça, então, um histórico do desenvolvimento da sociedade brasileira para afirmar que o regime militar, tendo surgido pra gerir a necessidade histórica de modernização do país, manifestava sinais de esgotamento. No texto, ainda, o Conselho Editorial apresenta preocupação com as desigualdades sociais – resultado do modo como a sociedade se desenvolveu –, reiterando sua adesão à democracia ao asseverar que os problemas seriam mais bem encaminhados nesse regime político.

O documento insiste na obsolescência do regime militar se baseando em dois fatos: o esgotamento econômico, que veio à luz com a crise mundial de 1973, e a política de distensão, iniciada por Ernesto Geisel um ano depois. Segundo o texto, a partir de 1974 são abertos espaços de discussão e participação da sociedade civil, os quais são ocupados inicialmente por demandas materiais, mas logo há uma mudança qualitativa no sentido de politizá-las. O espaço político começa a se ampliar devido às ações dos setores mais organizados da sociedade civil, as camadas médias. Com a morte do jornalista Vladimir Herzog, a política de distensão passa de uma iniciativa restrita aos governantes militares para ser abraçada pelo conjunto da sociedade civil. Resultado disso é que após as eleições de 1974, cujos resultados mostraram o descontentamento das camadas médias com a política oficial, há uma série de manifestações da sociedade civil “de estudantes, advogados, jornalistas, padres, bispos e até cientistas” (*apud* CAPELATO & MOTA, 1981, p. 242). Em 1977, os empresários manifestam também descontentamento quanto ao regime militar, seguidos pelas classes populares, que começam a se mobilizar. Por fim, a *Folha*, no documento de 1978, defende a preservação e ampliação do espaço político aberto pela sociedade civil. A superação do regime militar se dará, segundo o documento, quando a sociedade em sua totalidade estiver consciente da necessidade do regime democrático e quando ela estiver suficientemente organizada no sentido de lutar pela sua total implantação (*apud* CAPELATO & MOTA, 1981, p. 241).

No documento de 1981²⁵, *A Folha e alguns passos que é preciso dar*, o Conselho Editorial estabelece como objetivo principal do jornal oferecer três produtos ao público: “informação correta, interpretação competente sobre essa informação e pluralidade de

²⁵ A partir daqui todas as citações com a seguinte referência (FSP, sítio) foram extraídas do sítio da *Folha de S. Paulo*, o qual disponibiliza *online* alguns documentos do Conselho Editorial que foram lançados de 1981 em diante: <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/linha_editorial.shtml>. Última visita em 05/06/15.

opiniões sobre o fato” (FSP, sítio). A *Folha* entende por informação correta a descrição de tudo aquilo que pode afetar a vida e os interesses daqueles que ele imagina serem os leitores. A descrição deve buscar ser o mais objetiva possível, apesar de se saber que a objetividade pura e simples é uma quimera. As interpretações competentes são colhidas pelo jornal junto àqueles que ele acredita serem os profissionais mais importantes de cada área, que saibam aliar conhecimento ao domínio sobre a técnica de escrever. Por pluralidade de informações a *Folha* entende a publicação de entrevistas, artigos, depoimentos, análises etc., que reproduzam de certa forma diversidade de opiniões sobre um determinado fato.

O documento afirma que não há mecanismos precisos que permitam saber se esses princípios estão sendo cumpridos, somente é possível ter algumas indicações pelas discussões internas e pela observação atenta das reações dos leitores. Entretanto, para o tipo de jornal que a *Folha* pretende ser não bastam somente seguir o objetivo. O periódico deve, além de expor todas as opiniões presentes na sociedade sobre um dado assunto, ter “suas próprias convicções sobre os fatos e os problemas. Elas é que transformam o jornal em um ser ativo, com uma identidade visível e um certo papel a desempenhar” (FSP, sítio). São as opiniões defendidas pelo jornal que favorecem o estabelecimento de um diálogo com o leitor, fomentando laços de “respeito e estima” (FSP, sítio) entre um e outro.

Segundo o documento, na década anterior a *Folha* já havia dado alguns passos no sentido de conseguir fazer o jornalismo proposto pelos três pontos delineados no Projeto. Para isso foram importantes: a empresa não ter dívidas, a independência do jornal em relação ao regime militar, o senso de oportunidade para levar a cabo as transformações propostas e uma “ideia de jornal” que mereça ser posta em prática. De acordo com o texto, até o momento em que o jornal se abre à opinião, a partir de 1974, ele nada poderia oferecer ao leitor, aos anunciantes, à opinião pública etc., somente algumas intenções. A partir daí, a *Folha* fez uso de uma série de recursos, como criar as páginas de opinião, para “alçar-se no conceito público”. Houve uma série de decepções, crises, derrotas etc., mas em 1981 a situação não é mais a mesma, porque a *Folha* já realizou uma série de objetivos e deve continuar firme em seu propósito, tendo ainda outros por realizar. O veículo vem se constituindo em um jornal confiável, encontrando seu espaço na cena pública como um órgão

liberal-progressista, ou seja, numa só frase: partidário dos princípios e métodos legados pelo liberalismo político e preocupado com a necessidade de introduzirmos reformas políticas mais pacíficas mais profundas no capitalismo brasileiro, destinados a solucionar os problemas sociais mais graves e criar convivência social estimável para a maioria e aceitável para as minorias (FSP, sítio).

Tendo se sedimentado como um veículo importante, modificando sua imagem e adquirindo maior relevância em relação ao passado, para prosseguir em seu projeto era hora de tornar as coisas “mais claras ainda” (FSP, sítio) no sentido da definição da fidelidade ou não ao *Projeto* por parte dos ocupantes de cargos de importância no jornal:

Sugerimos que todos os que exercem cargos de chefia ou funções de confiança façam uma opção permanente, disponham-se a abraçar em definitivo o projeto do jornal como uma missão a ser cumprida a cada dia, com afinco, aplicação e responsabilidade ou que desista do cargo, por discordância ou inapetência.

Deve ficar claro que, no pressuposto da própria linha do jornal, os que decidirem abandonar o projeto não estarão, nem de longe, convidados a romper com ele. Devem apenas ceder o lugar, exercendo outras funções, isto é, aquelas onde não haja decisões de natureza editorial ou administrativa diretamente envolvidas (FSP, sítio).

A exigência de fidelidade aos jornalistas com cargos de confiança no jornal se justifica pelo fato de que, na greve de 1979, todos os editores e muitos subeditores participaram da paralisação. De acordo com Silva (1988, p. 73), os jornalistas com cargos de confiança não entendiam sua participação na greve como passível de demissão. Para eles, a relação com o patrão era construída com base na técnica, isto é, só seriam cobrados e demitidos pelo dono do jornal caso falhassem nesse quesito. Isso porque a linha política do periódico era definida pela direção sem consulta aos jornalistas. Dessa forma, os jornalistas podiam divergir politicamente do patrão contanto que fizessem bem seu serviço. O documento de 1981 pretende rechaçar essa lógica, assumindo que “a direção tem o dever de exigir solidariedade política dos que ocupam cargos de confiança porque a execução do projeto não pode ser dissociada do fazer técnico do jornal” (SILVA, 1988, p. 73).

No ano seguinte é lançado o documento, *A Folha em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo*. Segundo Silva (1988, p. 74), o texto precisa de forma mais explícita as posições jornalísticas do veículo, assumindo um compromisso com a independência editorial. Para a *Folha*, o desengajamento político de seus jornalistas é essencial para que o jornal seja independente. Nesse sentido, ele considera como mais

profissionais os jornalistas que, na medida do possível, buscam a imparcialidade, que não se rendem ao *parti pris*. Profissionalismo e independência se traduzem no apartidarismo, “um dos pilares de sustentação ideológica do projeto em sua forma definitiva” (SILVA, 1988, p. 74). O jornal assume o compromisso de dar espaço a todos os pontos de vista sobre um dado assunto, mas recusa a seus jornalistas qualquer possibilidade deles tomarem posição e menos ainda de falarem em nome de partidos políticos. O documento de 1981 é também caracterizado pela minúcia com que trata das questões relativas ao estilo e ao comportamento jornalístico, chegando a antecipar o que seria o Manual de Redação, lançado em 1984.

Em 1984 sai outro documento do Conselho Editorial, sob influência da campanha pelas Diretas Já. O evento constituiu o ponto alto da mobilização da sociedade civil, no qual a população saiu às ruas para demonstrar seu apoio à causa democrática. Contudo, após a derrota da emenda Dante de Oliveira, a *Folha de S. Paulo* potencializa um processo que já vinha ocorrendo de forma lenta no jornal, de afastamento relativo de outros espaços e aproximação com seu mercado de leitores.

O texto parte da constatação da importância que a *Folha de S. Paulo* ganhou ao longo do processo de distensão e, principalmente, após a campanha pelas Diretas Já. Segundo Pilagallo (2012), a sugestão para o veículo investir na causa partiu, primeiramente, de João Russo, editor de política que havia escutado do então governador de São Paulo, Franco Montoro, a proposta da campanha. João Russo transmite a Octavio Frias de Oliveira a sugestão para a *Folha* aderir ao movimento, mas o *publisher* descarta a possibilidade. Paralelamente, Ricardo Kotscho, repórter com experiência em cobrir movimentos sociais, também pede a Octavio Frias de Oliveira que o veículo apoie a campanha. Entretanto, foi somente quando Otavio Frias Filho fica sabendo do movimento e exorta seu pai a se engajar nele, que é realizada a reunião do dia 23 de novembro de 1983, da qual participam pai, filho e o editor responsável à época, Boris Casoy. Na reunião, o *publisher* toma a decisão de engajar a *Folha* na causa das eleições diretas. Entretanto, os movimentos seguintes da campanha pareciam contradizer a aposta do jornal. A manifestação do dia 27 de novembro organizada pelo PT no estádio do Pacaembu contou com menos de 15 mil pessoas, sendo visível a dispersão das pautas entre os manifestantes – enquanto alguns se concentravam nas eleições diretas, outros protestavam contra a intervenção dos Estados Unidos na Nicarágua.

Singer (18/02/01), em texto de comemoração aos 80 anos da *Folha*, oferece uma visão endógena sobre a aposta precoce do jornal no movimento das Diretas Já, uma vez que fez parte do grupo de jornalistas que encabeçava a redação naquele momento histórico específico, ajudando também a realizar as reformas da redação e da linha editorial. Segundo ele, o engajamento do jornal teve influência da participação de Otavio Frias Filho como militante estudantil nas manifestações de rua contra o regime militar, o que também levou a crer os depoimentos contidos na reportagem: “Naquela época, eu ainda estava com o movimento estudantil na cabeça (...). Durante vários anos, participava de assembleias de manhã e ia para o jornal à tarde” (SINGER, 18/02/01). A *Folha de S. Paulo*, então, adere ao movimento das Diretas ao mesmo tempo em que governadores opositoristas, como o Franco Montoro, de São Paulo, e Tancredo Neves, de Minas Gerais, estabelecem um acordo no sentido de pressionar o Congresso para aprovar a emenda Dante de Oliveira, apresentada com pouca repercussão em março de 1983, a qual previa eleições diretas em novembro de 1984.

Entre dezembro de 1983 e o início de 1984 se estabelece nas páginas do jornal um diálogo intenso entre a *Folha* e Franco Montoro, visto pelos jornalistas como um “político hesitante” (SINGER, 18/02/01). A *Folha* pressionava o governador para que fosse conferido ao movimento das Diretas um caráter popular. Segundo Singer (18/02/01), o editorial do dia 18 de dezembro de 1984 reflete a impaciência do periódico com Montoro e com a demora na articulação do movimento. Intitulado “Chega de letargia”, o texto demanda que a campanha tome as ruas. O pedido do jornal não demora a ser atendido. Em 25 de janeiro é realizado um comício na Praça da Sé, reunindo cerca de 300 mil pessoas. O movimento foi ganhando força ao longo dos meses, culminando com as grandes manifestações de 10 e 16 de abril, no Rio e São Paulo.

O que mais chama atenção no movimento foi seu caráter suprapartidário, elemento de atração para a *Folha*, guiada já pela meta, expressa no documento de 1982, de ser cada vez mais apartidária. De acordo com Singer (18/02/01), a partir da derrota da emenda Dante de Oliveira no Congresso, em 25 de abril de 1984, foi possível aferir a extensão da identificação que os leitores tinham com o jornal. O editorial do dia seguinte, “Cai a emenda, e não nós”, teve uma repercussão enorme: “Vinha gente até o jornal só para nos cumprimentar”, lembra Otavio Frias Filho (SINGER, 18/02/01). Singer, no artigo citado, acredita que a postura editorial da *Folha* depois da campanha

das Diretas Já foi, em parte, um desdobramento dos princípios que, a partir de 1974, vinham orientando o jornal: pluralismo, apartidarismo e a elaboração de um jornalismo crítico.

No entanto, esses princípios só são verdadeiramente sistematizados no documento de 1984, *A Folha depois da campanha das diretas-já*. De acordo com o texto, a participação no movimento das Diretas Já proporcionou ao jornal a consolidação de uma posição de prestígio frente à opinião pública e à sociedade civil, aumentando sua responsabilidade, pois as decisões a serem tomadas podem levar o jornal a conquistar ainda mais pontos positivos ou fazê-lo regredir, perdendo o posto conquistado. *A Folha*, continua o documento, tem a seu favor o fato de não ter preconceitos, de possuir uma posição política aberta e uma disposição para mudar, dificilmente encontrada nos jornais concorrentes. Além disso, o jornal é uma empresa sólida economicamente, sem dívidas, e que vem adotando uma atitude comercial agressiva. Contra *a Folha*, têm-se ainda problemas com a estrutura jornalística, os serviços noticiosos ainda são precários, o fluxo interno apresenta irregularidades, o cronograma raramente é cumprido à risca, os mecanismos de controle são falhos, os jornalistas com cargos de chefia encontram-se estafados pelo acúmulo de trabalho, os critérios ainda são heterogêneos, falta orientação editorial para os repórteres e redatores e, por fim, há um número grande de profissionais cuja qualificação não está à altura dos objetivos do jornal, os quais, garante o documento, serão substituídos.

A qualidade técnica dos profissionais era auferida por avaliações mensais. A avaliação é considerada pela *Folha* um meio de garantir eficiência de seus quadros – coincidentemente a mesma retórica é empregada pelos docentes da segunda matriz de pensamento pra justificar a avaliação da universidade. Caso os jornalistas não se encaixassem nos critérios requeridos pelo jornal, eles eram demitidos. Os que fossem bem avaliados tinham seus salários aumentados. Após a realização das primeiras avaliações, no dia 10 de julho de 1984, 27 jornalistas foram desonerados. Eles constituíam cerca de 10% do *staff* de São Paulo (SILVA, 1988, p. 77). A essas demissões se seguiriam várias outras no desenrolar das diversas mudanças operadas pelo Projeto *Folha*.

Tendo apontado os pontos fortes e fracos da *Folha* naquela conjuntura, o jornal reafirma o sucesso editorial do Projeto, reiterando sua responsabilidade perante o leitor,

cujo “mandato”, “renovado a cada dia nas bancas e na não suspensão das assinaturas” de “quase 300 mil compradores de jornal” e “quase 900 mil leitores reais” (FSP, sítio), impelem o veículo a seguir adiante. Assim, o jornal expõe as ideias que norteiam o modelo de jornalismo que vem atingindo tal sucesso. Trata-se de fazer um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno.

Consta no documento que, sendo todo o jornalismo crítico por natureza, cabe ao jornalista expor todas as versões sobre o mesmo fato, de forma que a verdade possa emergir do choque entre as diferentes versões contraditórias. Desse modo, o profissional deve abraçar o pluralismo, de forma a refletir nas matérias os diferentes matizes de opinião presentes em nossa sociedade. No entanto, adotar o pluralismo não quer dizer que o jornal ficará neutro, não expressará sua opinião. Significa apenas que ao adotar uma posição ele deve, ao mesmo tempo, dar espaço a todas as outras – discordantes ou não – em suas páginas.

O princípio do apartidarismo já havia aparecido nos documentos anteriores, e no texto de 1984 é reiterado que a *Folha* não está vinculada a nenhum partido político, pois é um jornal com leitores de um amplo espectro político. Ser partidário significaria, assim, perder grande número de leitores conquistados nos últimos anos.

Por jornalismo moderno o periódico entende a introdução no debate público de assuntos, enfoques, tendências etc. que até então não se viam representadas.

O documento de 1984 também aponta alguns problemas do jornal, definindo os objetivos a serem alcançados e os focos prioritários de ação no sentido de sanar as discrepâncias de estilo, a falta de clareza, de concisão e de exatidão. O Manual de Redação, a ser lançado no mesmo ano, viria para ajudar nas tarefas de uniformização dos critérios editoriais e técnicos, afirmando o princípio da objetividade sobre as opiniões pessoais.

Ademais, o documento se dirige aos profissionais com cargos de chefia, aconselhando-os a deixarem os problemas diários a cargo de subordinados, de modo que eles possam se concentrar sobre questões estruturais, como orientar suas equipes, mostrando seus erros e acertos, utilizar a criatividade para impulsionar novos enfoques para as pautas, planejar as edições, agilizar as relações entre os diferentes níveis hierárquicos etc. Todas essas exigências são feitas em nome do leitor, “ele próprio cada

vez mais exigente” (FSP, sítio). Além disso, aqueles que não ocupam cargos de chefia devem investir em seu próprio aprimoramento profissional, pois a *Folha* está aberta aos jornalistas que queiram crescer na empresa, já que

para que "se tenha futuro na *Folha*" não se requer experiência, nem "muitos anos de casa" ou de idade, nem se pedem atestados ideológicos a quem quer que seja. Os companheiros que não exercem cargos de chefia devem defender seus interesses pessoais em favor dela. Devem brigar por suas pautas, devem discutir abertamente com suas chefias, devem tomar conhecimento e questionar a avaliação que é feita, mensalmente, acerca de seu próprio desempenho (FSP, sítio).

O engajamento profissional dos jornalistas deve ter por objetivo fazer da *Folha* “o principal jornal do país e dos profissionais que lá trabalham os mais respeitados da categoria” (FSP, sítio). Ao mesmo tempo, o produto de seu trabalho, busca “formar a opinião pública tornando-a esclarecida, crítica e atuante” (FSP, sítio).

Carlos Eduardo Lins da Silva (1988), no livro *Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*, relata as dificuldades pelas quais passou a implantação do *Projeto Folha*, ele mesmo envolvido diretamente enquanto um dos membros da equipe de jornalistas que o idealizou e o colocou em prática. Primeiramente, Otavio Frias Filho, ao assumir a redação, encontrou editores não escolhidos por ele. Houve uma série de conflitos e “quatro dos seis editores mudaram em apenas sei meses” (SILVA, 1988, p. 80). De acordo com o próprio Diretor de Redação:

Herdei os editores do Boris [Casoy] e, num primeiro momento, não mexi. Havia, então, os editores mais velhos, como por exemplo Aloysio Biondi, de economia, José Trajano, de esportes, e havia um pessoal mais de base, realmente militante. Para mim, era muito difícil essa situação, porque, de um lado, eu era filho de um dos patrões; de outro, até muito recentemente, na época, eu era uma pessoa com ideias de esquerda, tinha militado no movimento estudantil, tinha feito passeatas. Era uma situação muito esquizofrênica. Mas a partir dali começamos a implantar mudanças num ritmo cada vez mais veloz, com uma resistência decrescente, pelo menos do ponto de vista interno. Externamente havia muita resistência, nas outras redações, no sindicato e na Fenaj [Federação Nacional dos Jornalistas] (FRIAS FILHO, 1997, p. 361).

Em 1984, Otavio Frias Filho ainda enfrentava resistências por parte dos jornalistas, que julgavam arbitrário o modo como as mudanças vinham sendo impingidas e como estavam sendo feitas as avaliações e demissões. Ademais, havia ainda dificuldades operacionais referentes à distância entre editores e repórteres e à dupla subordinação de muitos jornalistas à Agência Folhas e as suas editorias específicas. Por certo, essas dificuldades não abalaram a circulação crescente do jornal,

que girou em torno de 20% no ano de 1984 (SILVA, 1988, p. 81). Entretanto, alguns episódios colocariam à prova a adesão irrestrita do leitorado. De acordo com Carlos Eduardo Lins da Silva (1988, p. 81), a cobertura das eleições foi o “primeiro teste concreto da orientação de apartidarismo que o projeto já recomendava desde 1982”. Contrariando a aposta de alguns setores políticos, a *Folha* não via a eleição de Tancredo Neves como a única saída para a democracia brasileira, não a concebia como um desdobramento direto da campanha das Diretas Já, movimento suprapartidário. O jornal considerava Tancredo representante de um partido político, a Aliança Democrática, o que excluía qualquer suporte de um jornal que se autodeclarava apartidário. Além disso, Tancredo seria eleito indiretamente, pelo Colégio Eleitoral, contradizendo todo o investimento do “jornal das Diretas” na campanha. Assumindo uma postura crítica, o jornal continuou a defender a linha editorial e política adotada, de escolha popular via voto para todos os cargos, e, especialmente para a presidência, convocação de eleições diretas logo após a seleção e posse do representante eleito pelo Colégio Eleitoral. Pela recusa de defender de forma acrítica a candidatura de Tancredo, e cobrindo as campanhas dos candidatos da mesma forma, o jornal foi acusado por alguns leitores de favorecer o candidato mais ligado ao regime militar, Paulo Maluf.

Se o episódio da eleição de Tancredo serviu como um teste para auferir a aceitação do leitorado aos princípios do Projeto *Folha*, internamente, acirrou os ânimos dos jornalistas, que passaram a ser acusados de malufistas por círculos políticos próximos a eles. Para Carlos Eduardo Lins da Silva (1988, p. 82), as eleições para presidente constituíram um bom teste para verificar a concordância dos jornalistas em relação às mudanças que estavam ocorrendo na redação: se eles passassem bem pela provação de serem acusados de favorecer o candidato conservador justamente no momento político em que a democracia estava na ordem do dia, estava comprovada sua adesão ao projeto.

Ainda pesava sobre os jornalistas as demissões dos companheiros por inapetência, o que os deixava incertos sobre a própria capacidade e sobre sua possível exoneração em um futuro próximo. Estava colocada em questão a possibilidade de se adaptarem às novas tecnologias, como a introdução dos terminais de vídeo na redação, que colocaram em xeque uma série de rotinas e um modo de fazer jornalismo que constituía parte de sua herança profissional e que permitia a construção de uma identidade jornalística específica. Para Carlos Eduardo Lins da Silva (1988), um dos

reformadores do período, todas essas intempéries foram contrabalanceadas pelo aumento gradual do salário dos jornalistas, os quais acabaram se tornando, no final do período mais radical de implantação do projeto, os mais bem pagos da imprensa paulista. Ademais, os jornalistas partilhavam do prestígio alcançado pelo jornal desde o início do processo de distensão e que foi potencializado durante a campanha pelas eleições diretas.

Entretanto, salários mais altos ou prestígio não foram suficientes para os cerca de cinquenta jornalistas da *Folha* que se reuniram no Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, em 1985, e decidiram fazer um abaixo-assinado encaminhado à direção, o qual foi subscrito por 155 colegas. Segundo estimativas de Silva (1988, p. 85), em torno de 65% das redações de São Paulo aderiram ao movimento, inclusive a relação contava com os nomes de grande parte dos repórteres especiais, considerados a elite da redação.

De acordo com as indicações de Silva (1988, p. 85), o teor do documento era de criticar o modo como os princípios do Projeto vinham sendo aplicados. Os jornalistas concordavam com os princípios, mas achavam que os métodos empregados entravam em contradição com eles e com a postura assumida pela *Folha* durante o início do processo de redemocratização. Eles desaprovavam a alta rotatividade de profissionais, a qual reputavam a deteriorização das relações de trabalho, e expunham que os princípios do jornal muitas vezes não eram aplicados, visto que as relações entre direção e jornalistas eram perpassadas por uma extensa rede burocrática, que impedia o debate aberto entre direção e subordinados. Esses obstáculos bloqueavam a busca por informação, o que redundava em um produto jornalístico abaixo da qualidade pela qual a *Folha* ficou conhecida. O abaixo-assinado fazia comentários também sobre o Manual de Redação, que entrou em vigor em agosto de 1984, sobre as avaliações a que eram submetidas os jornalistas, denunciava o pequeno número de jornalistas na redação e a grande quantidade de trabalho que tinham que dar conta, além de fazer uma série de propostas para a direção do jornal.

No dia 7 de fevereiro, na reunião-almoço entre a direção da *Folha*, editores e repórteres especiais, Otavio Frias de Oliveira comentou o abaixo-assinado dos jornalistas procurando responder a cada um dos pontos levantados por eles (SILVA, 1988). À afirmação da queda de qualidade, o *publisher* apresenta os números do

aumento da circulação paga do jornal. À denúncia de sobrecarga de trabalho, Frias de Oliveira apresenta as promoções que foram feitas no jornal e reitera que o veículo cobrará cada vez mais de seus jornalistas, visto que a meta é fazer um produto cada vez melhor. O dono da *Folha* não esconde que seu objetivo é ter uma redação cada vez mais enxuta e muito bem paga. Ao comentar as propostas feitas pelos jornalistas no abaixo-assinado a respeito da rediscussão das avaliações, revisão do Manual de Redação e reestruturação da estrutura operacional e da política salarial da empresa, Octavio Frias de Oliveira e Otavio Frias Filho afirmam que a direção está aberta para ouvir os jornalistas e para discutir todos os assuntos do jornal, seja nas discussões institucionalizadas, como nas reuniões de pauta, seja pela conversa direta com os editores, secretários e com o próprio Diretor de Redação.

Aqueles que assinaram o documento e tinham cargos de editores foram afastados, assim como Clóvis Rossi, que era membro do Conselho Editorial. Carlos Eduardo Lins da Silva (1988, p. 88) afirma que na redação as relações ficaram estremecidas entre os que assinaram o abaixo-assinado e aqueles que não o fizeram. O Sindicato agiu em defesa daqueles que subscreveram o documento, na linha que vinha assumindo desde o início do Projeto, em defesa dos jornalistas exonerados, ao mesmo tempo em que lutava pelo cumprimento da lei que previa a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão. Para Silva (1988), a defesa da formação superior em jornalismo constituiu uma forma de impor algum controle sobre os ditames normativos das empresas, as quais vinham assumindo maior controle sobre a atividade jornalística pela confecção dos Manuais de Redação e criação de um ambiente regado próprio a cada veículo.

Entendo que a estratégia do sindicato redundou em um duplo movimento: ao mesmo tempo em que garantiu parcela do mercado aos jornalistas, facilitou sua adaptação às empresas modernizadas dos anos 1980, já que a formação técnica satisfazia a demanda dos jornais por mão de obra especializada. A campanha do sindicato pela obrigatoriedade da formação superior em jornalismo e a dinâmica de modernização das redações no período facilitaram a formação de uma identidade jornalística baseada no trabalho, na medida em que os profissionais, cada vez mais especializados, não se identificavam nem com a imagem da profissão consagrada nas figuras de Cláudio Abramo, Mino Carta, Jânio de Freiras, Perseu Abramo, dentre outros, nem com a figura representada pelos dirigentes da geração dos anos 1980.

Relacionavam-se com eles com base na oposição entre os jornalistas que exercem funções mais investigativas, de coleta de informações e vivenciam mais fortemente as rotinas organizacionais e o dia a dia das redações, e aqueles profissionais que estão mais orientados para o produto final, como editores, secretários, diretores de redação e alguns (poucos) jornalistas mais antigos de grande prestígio, os quais, muitas vezes, estão ligados a uma dimensão de comentário, de opinião, que os aproxima dos intelectuais chamados a falar nos jornais²⁶.

A afirmação da geração de 1980 no meio jornalístico e perante outros espaços foi sendo construída e justificada pelos princípios do projeto e movida pelo objetivo de aproximar o jornal dos leitores. Por isso, o documento de 1985 inclui mais duas balizas ideológicas, as quais estão diretamente ligadas a atender ao leitor da *Folha*, quais sejam: serviço e didatismo. Assim são justificados os novos princípios:

Essas duas características são inestimáveis na luta que visa transformar a *Folha* num produto de primeira necessidade para o público leitor, caminho obrigatório do desenvolvimento e da própria sobrevivência dos jornais.

As edições devem conter informações úteis não apenas para o esclarecimento do leitor, mas para a sua vida concreta, prática. As pautas devem explorar os temas que mantenham relação real e imediata com a vida de quem compra ou assina o jornal.

Os textos devem fugir tanto de especulações como de abstrações, para buscar imagens e exemplos do dia-a-dia, fixando no leitor seu ponto permanente de referência. Como tornar essa reportagem, mais do que interessante, imprescindível para a vida de quem vai ler? – esta é a pergunta que temos de repetir a todo o momento (FSP, sítio).

Se por serviço o jornal entende a obrigação de fornecer “informações úteis não apenas para o esclarecimento do leitor, mas para a sua vida concreta, prática” (FSP, sítio), sendo que “as pautas devem explorar os temas que mantenham relação real e imediata com a vida de quem compra ou assina o jornal” (FSP, sítio), quando fala em didatismo ele se refere ao uso de uma linguagem simples e explicativa, que deixe o assunto claro ao leitor. A *Folha* parte do pressuposto que o consumidor do produto jornalístico pode não entender do tema da matéria, sendo responsabilidade do periódico explicá-lo. Ademais, para o jornal, o didatismo deve ir além do texto escrito, abrangendo também as imagens, gráficos, mapas e tabelas que acompanham as

²⁶ Aqui me baseio na divisão proposta por Érik Neveu (2006, p. 82), inspirada no trabalho de Tunstall (1971), entre *gatherers*, jornalistas responsáveis pela coleta de informações em campo, e *processors*, profissionais que se dedicam tanto à preparação do material informacional, dando coerência aos conteúdos jornalísticos, quanto fazem comentários mais gerais sobre os assuntos.

reportagens. Para que o leitor compreenda facilmente e rapidamente o que é transmitido, de acordo com as diretrizes do documento, faz-se necessário fazer recurso extensivo de elementos visuais: “A rigor, tudo o que puder ser dito sob a forma de quadro, mapa, gráfico ou tabela não deve ser dito sob a forma de texto”.

Mas o documento de 1985 não se limitou a expor os princípios do serviço e didatismo, ele abrange também considerações sobre o Manual de Redação e a busca por exatidão no texto jornalístico, além de tecer alguns comentários sobre perfeccionismo na edição – deve-se buscar um melhor aproveitamento do material produzido, afinal o leitor merece, ele paga pelo produto – e os problemas relativos à localização das redes de informação e à desorganização em que se encontrava o Banco de Dados. O texto inclui, ainda, informações sobre os aumentos nos salários dos jornalistas, tendo em vista o objetivo do jornal de ter profissionais de alto nível em sua redação.

No que diz respeito mais especificamente ao projeto editorial, o jornal reafirma sua postura liberal-progressista, defendendo reformas estruturais na sociedade brasileira que visem à redução das desigualdades sociais, sendo essencial que elas fortaleçam a democracia, tenham respaldo da população e sejam formuladas corretamente do ponto de vista técnico. Para a *Folha*, é indispensável que essa orientação esteja presente em todas as partes do jornal, assim, o documento também formula para cada editoria como ela deve tratar seu tema específico.

Para os fins da presente pesquisa, os pontos mais interessantes desse documento são as considerações que o documento faz sobre a redemocratização do país. Após a implantação da democracia, o espaço público, que no período militar era dicotômico e fechado, abre-se para múltiplas possibilidades e perspectivas, colocando novos desafios ao jornal:

De agora em diante, o crime será cada vez mais apenas o crime, o cientista terá que se preocupar cada vez mais com a sua ciência e o jornal, mais do que nunca, volta a valer antes pelo que ele é como jornal do que pela sua atitude em face de uma conjuntura (FSP, sítio).

Diante desse contexto, demanda-se da *Folha* uma “posição em relação ao mundo”, mais do que “a forma pela qual ela trata o mundo e o incorpora à existência pessoal do leitor” (FSP, sítio). Nesse sentido, o Projeto depende que o jornal se consolide enquanto uma publicação original, com uma imagem pública conhecida por todos, tornando-se um produto indispensável ao público pela qualidade do serviço

oferecido. Por imagem pública, o documento entende a “unidade formada pelo corte ideológico das preocupações do jornal, pelo seu estilo editorial e pela sua fisionomia plástica”. Para que o jornal se torne um item de necessidade para o público, é necessário que ele aprofunde a prática do jornalismo crítico, apartidário, moderno e pluralista. A crítica substantiva, baseada em provas, em fatos, mais do que suposições, deve ser levada a cabo contra tudo e contra todos, por isso a *Folha* deve ser apartidária, não ter “rabo preso” com ninguém, a não ser com o leitor. Realizar um jornalismo moderno, tal como definido no documento de 1984, impõe um desafio à *Folha* em uma sociedade que se abre à democracia e que retoma o seu desenvolvimento. O pluralismo, assim como o apartidarismo devem ser perseguidos devido à heterogeneidade do leitorado, além do fato de que o reconhecimento de diversos pontos de vista é o motor de uma sociedade democrática que pretende bem encaminhar problemas sociais e econômicos. A execução desse Projeto em uma sociedade mais complexa demanda uma maior exigência com o trabalho feito, maior planejamento, mais controle, execução de tarefas com extremo rigor etc., tendo em vista também que o jornalismo não se configura mais como artesanato, e sim como atividade industrial.

O documento de 1986, intitulado *Projeto Editorial*, reitera os princípios expostos nos textos anteriores e incentiva os jornalistas a se dedicarem cada vez mais ao Projeto tendo em vista o sucesso de venda do jornal. Ele inicia com a informação de que a *Folha* é o periódico de maior circulação do país, reafirmando a responsabilidade que os jornalistas do veículo têm em produzir um jornal cada vez melhor: “qualquer retrocesso significa perder a primazia. Todo o esforço deve estar voltado para ampliar a vantagem”. O texto afirma que a preocupação do jornal no momento era fornecer informações exclusivas, com base em informações corretas e comprovadas, evitando-se a qualquer custo o erro jornalístico. Ademais, o texto identifica que os problemas de infraestrutura do jornal em sua maioria já estavam solucionados: o Manual de Redação já havia sido incorporado à rotina jornalística, desapareceu a distância entre reportagem e edição, os salários dos jornalistas melhoraram, diminuiu a rotatividade de profissionais, as contratações são feitas por concurso público, o Plano de Metas Trimestrais está implantado, a avaliação dos profissionais está consolidada, aumentou a capacidade de planejamento jornalístico, a rede noticiosa fora da sede melhorou em muitos pontos, o Programa de Seminários está em funcionamento e o Orçamento da Redação está em vistas de ser implantado. Depois de apresentar esses pontos positivos,

o documento recomenda que os desenvolvimentos não se traduzam na burocratização do trabalho jornalístico, que se avance sempre e que reitere a importância do planejamento das atividades.

Igualmente, o texto tece considerações sobre a capacidade de editar, de escolher os assuntos com maior destaque e que possam ser tratados de modo conciso, exato e completo. O documento também fala da importância em agilizar a rede de informações internas do jornal e expõe alguns pontos que devem ser considerados quando a *Folha* cobrir os assuntos que merecerão destaque em 1987, como a abertura do Congresso Constituinte e a reforma tributária.

O documento de 1988 pretende fornecer um diagnóstico a respeito das etapas do Projeto levadas a cabo até aquele momento, tendo em vista o tempo decorrido da sua implantação. Ele afirma o protagonismo da *Folha* nas reformas e tece considerações sobre como o mercado editorial mudou ao longo do tempo, diversificando-se e acompanhando os passos que o jornal já havia trilhado. Tudo se passa como se a virada dos veículos da imprensa para o seu mercado trouxesse uma série de benefícios para eles:

Depois de um longo período de marasmo, em que a *Folha* parecia ser, no conjunto da mídia, o único local onde havia vida e movimento, uma febre de mudanças sacode os jornais, as revistas, a TV. É como se as tendências do desenvolvimento ideológico da sociedade, primeiro manietadas pela repressão, depois excessivamente absorvidas pela paixão da política que novamente se abria, finalmente irrompessem como desembaraço, vigor e autenticidade. Agências com mentalidade nova e agressiva investem contra as "sete irmãs" do mercado de publicidade. Emissoras antes desacreditadas mostram que são capazes de desenvolver uma estratégia que lhes garante um lugar ao sol e que vai mostrando o quanto equivocada era a idéia de que estavam condenadas à marginalidade. Há novidades no mercado de revistas; no mercado de livros, editoras novas comprovam até onde se pode chegar, com imaginação e sensibilidade para perceber que os leitores estão muitas vezes além do lugar em que tendemos a colocá-los. No setor da imprensa diária, a competição por prestígio, por mais anúncios e por mais leitores adquire uma característica feroz de guerra total: os jornais que se contentaram com a sua aura de tradição e elegância se veem subitamente ameaçados de extinção; outros, que demoraram a compreender o que se passava, se lançam agora a uma tentativa atabalhoada de recuperar o tempo e a posição que perderam, ainda que essa recuperação lhes custe a própria identidade (FSP, sítio).

Nessa conjuntura, segundo o documento, não resta ao veículo senão continuar caminhando, mudando, frente aos novos desafios colocados pelos concorrentes e pela televisão. A *Folha* está preparada para o que está por vir, mas deve aplicar os princípios e as regras do Manual de forma cabal, enquanto os outros veículos ainda engatinham

para utilizá-los. O documento sinaliza, ainda, uma reforma gráfica que acontecerá no jornal, e, como nas outras versões, aponta alguns problemas no *Projeto* a serem solucionados e reitera que os procedimentos não podem ser burocratizados e devem continuar a ser seguidos à risca.

5. A *Folha de S. Paulo* e os “improdutivos”

Nos documentos do Conselho Editorial são traçados pontos interessantes para entender a postura da *Folha* durante o caso da “lista dos improdutivos”. Em primeiro lugar, o texto de 1985 afirma que, tendo sido implantada a democracia no Brasil, o espaço público que antes se organizava no *continuum* “contra o regime militar/ a favor do regime militar” passa a se diversificar, demandando de cada esfera particular que o compunha uma postura própria diante da nova realidade plural. O jornal não constitui exceção, tendo em vista que estabelece um Projeto e princípios que o organizam. Esses princípios manifestam o modo como a *Folha* deve dirigir seu olhar para essa sociedade em que o “cientista deve se preocupar cada vez mais com a ciência” e o jornal “volta a valer antes pelo que ele é como jornal”, mais “do que sua atitude em face de uma conjuntura”. Nesse sentido, as certezas ditadas pela luta contra a ditadura se transformam em dúvidas no que diz respeito ao que ocorre nos outros espaços que também estão se reorganizando internamente, de forma que somente a crítica dirigida contra tudo e contra todos, independentemente se o alvo criticado era um aliado seu de outrora, pode aproximar o periódico da verdade. O jornalismo é entendido, assim, como uma forma de conhecimento, ditado pelas necessidades de produzir e formar a opinião do leitor/ cidadão sobre o que ocorre nesse novo contexto. Assim, é possível compreender o modo como foi conduzido pelo jornal o “caso da lista dos improdutivos”, deixando de lado o estranhamento frente ao fato de que as críticas da *Folha* no episódio dirigia-se aos “cientistas” que anos antes estavam de braços dados com o jornal na oposição à ditadura militar.

Em depoimento à tese de Carlos Alberto Furtado de Melo (1996), Otavio Frias Filho comenta esse processo de afastamento do jornal em relação a outros grupos:

Foi um dos problemas mais graves do período inicial da minha gestão na redação (...) foi como o jornal poderia fazer para se autonomizar, para se tornar independente desses grupos. Quer dizer, com a situação em termos de

democracia representativa, houve a preocupação com que o jornal não viesse a se transformar, com o tempo, numa mera correia de transmissão desses grupos organizados na antiga oposição ao regime militar. Daí então a *Folha* teve uma série de contenciosos: teve contencioso com a chamada igreja progressista, teve contencioso, muitos contenciosos, com o PT, com o movimento sindical... Inclusive no âmbito interno nós tivemos uma verdadeira guerra com o sindicato dos jornalistas no período de 84, 85, 86... *Tivemos, a seu tempo, um contencioso com a USP, configurando no episódio da lista dos improdutivos...* Então tivemos esses episódios que eu estou acabando de mencionar, retrospectivamente (...) claro que a intenção consciente na época não era essa, mas o efeito histórico retrospectivo desse projeto, dessa imagem, você pode ver nesses episódios como momentos do processo pelo qual o jornal foi-se autonomizando em relação a seus aliados tradicionais (FRIAS FILHO, 1996, pp. 189-190; grifos meus).

Essa “autonomização” da *Folha* em relação aos aliados do período da ditadura concomitantemente à sua afirmação em termos propriamente jornalísticos a levou a uma aproximação maior com o mercado consumidor de seus produtos. Para aqueles responsáveis pela mudança, esse processo era algo inevitável, próprio à conjuntura e ao momento do capitalismo:

A opção pela forma de acumulação monopolista do capital feita à revelia da opinião pública a partir de 1964/1967 começou a revelar suas consequências práticas na segunda metade da década de 70 em diante, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro.

Entre essas consequências, estavam, contraditoriamente, o fortalecimento do movimento sindical e de outros movimentos sociais e a aspiração inadiável por democracia representativa, como ficou claro entre 1974 e 1984. Mas, obtida a democracia, a face mais relevante das consequências da adoção do capitalismo monopolista passou a ser a consistência da sociedade de mercado e de suas regras no país (...)

Se nos anos 70 era possível sobreviver no mercado jornalístico quase ignorando o faro de que se estava no mercado, como fazia a própria *Folha* em sua redação, nos anos 80 isso se tornou impossível. As normas e padrões da sociedade de mercado não podiam mais ser evitados numa cidade como São Paulo (SILVA, 1988, pp. 75-76).

Quem não depende exclusivamente do mercado para sobreviver não precisa aparelhar-se como empresa moderna e, ao mesmo tempo, pode usufruir prestígio junto aos profissionais que lhe prestam serviço através de concessões às reclamações de “respeito à espontaneidade”, “calor humano nas relações” e outras.

Mas quem depende apenas do mercado precisa equipar-se para enfrentá-lo e vender nele. Na sociedade de mercado do capitalismo monopolista, as relações de produção se alteram porque a velocidade exigida para a reprodução do capital não permite que o meio de produção perca sua luta conta a entropia.

Ao longo do século 20, todos os setores empresariais no capitalismo têm se organizado para enfrentar o que, na Teoria da Informação, é chamado de entropia, como significado de absoluta imprevisibilidade, estado de “desordem” e “caos”. A entropia se combate nas organizações produtivas com informação adequada.

É curioso que a empresa jornalística, responsável pela produção de informações adequadas que vão ajudar o resto da sociedade a combater a entropia (...) encontre tanta dificuldade em municiar-se a si própria do mesmo produto (...).

A luta contra a entropia, considerada um imperativo social primário em qualquer organização, é o objeto de disputa entre o jornalista e o “Projeto *Folha*”. (SILVA, 1988, pp. 33-34).

E à natureza mesma do produto jornalístico:

Para a imprensa, a consequência imediata [de que não existe mais ditadura no país] é que ela retorna ao centro do conflito entre os grupos sociais, ao fogo cruzado da sociedade civil onde ninguém fala por todos (prerrogativa reservada às ditaduras) mas, pelo contrário, cada um fala tão-somente por si. E se na época da ditadura a fala da imprensa era a da subordinação ou da resistência inócua, quase maravilhados os críticos descobrem, agora, que a sua nova fala é a fala do mercado. Se um jornal descola do conjunto dos demais e se antecipa, é por *marketing*; se um outro adere tardiamente, também. Eis o mais recente abracadabra, capaz de explicar efeitos opostos com recurso a uma mesma causa (...).

A estratégia do mercado é sem dúvida a lógica implacável da imprensa. “Descobri-la” não constitui propriamente o ovo de Colombo, sobretudo numa sociedade em que todas as relações – até mesmo as de caráter afetivo – estão embebidas de natureza mercadológica. A finalidade deste artigo é argumentar que a estratégia de mercado posta em andamento pela imprensa está firmemente ancorada na estrutura ideológica da notícia (de qualquer notícia) e na relação de solidariedade objetiva entre imprensa e público. Em outras palavras, que não é a imprensa burguesa quem institui um público sujeito à estratégia de mercado e às manipulações que dela decorrem, mas que é o caráter mercadológico da notícia quem institui, numa ponta, a imprensa burguesa, na outra o público burguês, e entre ambos a simbiose de interesses complementares. Em vez de discutir o problema dos manipuladores (jornais e jornalistas), pretendo discutir o problema da manipulação (...)

(...) Só é possível iludir quem manifesta o anseio de ser iludido, só é possível manipular quem desejou ardentemente ser manipulado (...).

O *marketing* jornalístico não manipula a curiosidade do público, pois lhe falta poder para tanto. Manipula, sim, a atribuição de uma curiosidade ao público e fica à espera da sua resposta, que será um convite ou uma proibição. *Find a need and fill it*, diz o adágio comercial americano, e é quase isso que a curiosidade diz todos os dias ao jornal: *I am a need, fill me*; quero ser iludido; quero receber toda manhã o vasilhame da verdade pasteurizada e engarrafada (...) (FRIAS FILHO, 05/08/84).

Ao se aproximar do mercado consumidor de seus produtos, a *Folha de S. Paulo*, capitaneada pela “nova elite jornalística”, pode lançar as bases para uma imprensa mais autônoma em relação ao Estado e a outros poderes sociais. Pode parecer estranho que uma maior adesão ao *marketing* signifique uma maior autonomia, posto que na lógica de campos culturais como o intelectual, por exemplo, um atrelamento ao mercado tem por contrapartida a subversão da lógica própria a esses espaços, de consagração das

obras pelos pares (BOURDIEU, 1997). Entretanto, o jornalismo, tal como explica Max Weber, se configura como uma empresa capitalista privada:

Se considerarmos a imprensa em termos sociológicos, o fundamental para toda discussão é o fato de que, hoje em dia, a imprensa é necessariamente uma empresa capitalista e privada que, ao mesmo tempo, ocupa uma posição totalmente peculiar, posto que, ao contrário de qualquer outra empresa, tem dois tipos completamente distintos de “clientes”: os primeiros são os compradores do jornal e estes compõem-se ou de uma massa majoritária de assinantes ou de uma massa majoritária de compradores individuais – uma diferença cujas consequências infundem à imprensa dos diferentes países um caráter decisivamente distinto –; os segundos são os anunciantes, e entre esse leque de clientes produzem-se as inter-relações mais curiosas (WEBER, 2005, p. 16).

E é nas relações que ela assume com os compradores de seus produtos simbólicos – os assinantes e os anunciantes – que está um aspecto importante da sociologia do jornalismo. Desse modo, o fato de o jornalismo se constituir em um campo de produção cultural que produz para o grande público não constitui problema para o sociólogo, pois isso faz parte da natureza mesma desse universo social. A questão para ele está em ver se não há desequilíbrios no desenvolvimento capitalista no interior da imprensa de modo que isso possa influenciar o papel que desempenha na formação da opinião pública (WEBER, 2005, p. 17).

Essa preocupação também persegue Pierre Bourdieu. No livro *Sobre a televisão* (1997), ele descreve o conjunto de mecanismos que fazem da televisão, o meio de comunicação mais submetido às pressões comerciais na França dos anos 1990, um poderoso instrumento de manutenção da ordem simbólica (BOURDIEU, 1997, p. 20). Isto é, a televisão, de acordo com o autor, é responsável pela preservação das relações de força do espaço social, com seus dominantes e seus dominados, pois as notícias e reportagens veiculadas não fornecem informações que permitam questionar o estado de coisas, não fazendo chegar à consciência das pessoas as dominações que elas sofrem, seja de classe, de gênero, de raça etc.

No entanto, no caso da *Folha de S. Paulo* de meados dos anos 1970 e começo dos 1980, como procurei argumentar aqui, tratava-se de conquistar e consolidar um mercado consumidor, em primeiro lugar, com a abertura do jornal à opinião e, posteriormente, com as mudanças operadas em sua redação no período mais radical de implantação do Projeto *Folha*, de 1984 a 1987. Apesar de já se constituir em um “conglomerado” formado por diversas empresas e estar firmemente ancorada em modos de produção tipicamente ajustados ao capitalismo monopolista (TASCHNER, 1992), a

Folha do período de transição até meados da década de 1980 não se firmava somente no mercado, ela era fortemente dependente dos universos político e intelectual, que ditavam o conteúdo do jornal e as posições de sua linha editorial. Tratava-se, para a “nova elite jornalística” que assumiu a redação durante as décadas de 1970 e 1980 fazer com que o jornal se diferenciasse desses espaços e assumisse um caráter e regras próprias, calcados nos princípios da independência, do pluralismo e do apartidarismo. A *Folha de S. Paulo* poderia se afirmar, assim, como um jornal de “rabo preso” com o leitor, seu comprador, e só com ele.

Para a imprensa em geral, segundo Abreu (2002), a aproximação com o leitor significou a introdução de estratégias de *marketing* e pesquisas de mercado, sendo que o produto jornalístico – o jornal – passou a ter seu conteúdo adequado aos gostos, expectativas, preferências e características do público, adaptando a linguagem empregada e o modo como eram apresentadas as notícias. As empresas de publicidade passaram a ter, também, grande influências sobre os jornais, na medida em que eles deveriam se tornar atrativos para possíveis clientes que queiram anunciar produtos. Abreu (2002) assinala que, por exemplo, por pressão da publicidade, os jornais tiveram que passar a imprimir em cores, o que levou a também melhorarem a qualidade do papel.

Adotar a pesquisa junto ao leitor como medida de aferição dos requisitos que devem preencher o produto jornalístico para que possa entrar na concorrência com outros semelhantes levou também à introdução de inovações na forma de apresentação das matérias (ABREU, 2002, pp. 29-30). Foram criados cadernos temáticos especiais, os jornalistas foram instados a produzirem textos curtos, passou a haver uma maior preocupação com o uso de imagens, foi incentivado o uso de gráficos, infográficos, tabelas, mapas etc. O estilo de escrita das matérias mudou, o texto ficou impessoal, descritivo, não opinativo. O público passou a participar mais do jornal, nas seções de cartas do leitor, ou mesmo sendo representado pela figura do *ombudsman*. A *Folha de S. Paulo* foi o primeiro jornal a ter um em sua redação, tendo como precursor Caio Túlio Costa, que assumiu o posto em 1989.

Essas mudanças tiveram por objetivo atingir um leitor específico, oriundo das classes médias intelectualizadas, as quais constituíam um grande mercado consumidor de produtos culturais, além de serem as bases políticas para os grandes partidos que

surgiram no cenário nacional durante as décadas de 1980 e 1990. A ligação da *Folha* com a classe média é apontada por Capelato & Mota (1981) desde a sua criação, sendo encarnada pela figura do Juca Pato. O personagem, construído pelo caricaturista Belmonte, procurava traduzir as críticas e aspirações dos leitores do jornal, oriundos desse meio social.

Dessa forma, como venho afirmando, é necessário considerar as reformas realizadas na *Folha de S. Paulo* durante os anos 1970 e 1980 dentro do contexto histórico na qual ela estava inserida, da redemocratização brasileira, no qual ela deveria se afirmar perante outros espaços sociais, político e intelectual. Olhar somente para as relações entre o jornal e o campo econômico pode levar a alguns mal entendidos relacionados a pensar somente os perigos que uma aproximação entre os dois universos poderia acarretar. Atento para o fato de que tal movimento pode significar, no caso específico da *Folha* e naquela conjuntura, antes mesmo de uma predominância dos princípios mercadológicos sobre o produto jornalístico, uma afirmação do jornal enquanto um veículo de comunicação com princípios próprios que comandam sua relação (direta, sem intermediários) com seu público.

O caso da “lista dos improdutivos” é exemplar de como a utilização desses princípios – jornalismo crítico, apartidário, independente, pluralista, moderno e de serviço – foram eficazes em distanciar a *Folha de S. Paulo* do mundo intelectual representado aqui pelos docentes da Universidade de São Paulo. No plano dos discursos, tais princípios ajudaram a forjar uma determinada imagem dos docentes e da universidade – exposta em detalhe no Capítulo 1 da presente dissertação – que, em conjunto com a utilização de “termos em contraste” e de procedimentos jornalísticos próprios para atrair a curiosidade do leitor para as matérias (FRIAS, 05/08/84) forjou a ideia de total separação entre os dois universos.

Tendo em vista os desenvolvimentos do presente capítulo a respeito das relações entre a *Folha de S. Paulo* e o mercado de leitores, quero argumentar aqui que mais do que uma imagem sobre os docentes e universidade, o jornal criou uma *doxa* sobre eles.

Este conceito exprime a ideia de “um consenso pré-reflexivo, imediato sobre o sentido do mundo, que está no princípio da experiência do mundo como um ‘mundo de senso comum’” (BOURDIEU, 2007, p. 209). Segundo Bourdieu (2007, 2014, p. 237-

239), tal consenso é construído por grupos de produtores simbólicos ligados ao Estado, como juristas, intelectuais, economistas, dentre outros, que, por terem suas produções ratificadas por essa instância que constitui o “conformismo lógico e moral” (expressões de Durkheim, citadas por Bourdieu, 2007, p. 209) nas sociedades contemporâneas, conseguem dar aparência universal às visões e divisões do mundo social forjadas nos espaços de origem. O sistema escolar, por exemplo, como se encontra atualmente, com suas divisões em classes, em matérias, em horários rígidos de aula, etc., foi fabricado ao longo do tempo por uma série de educadores portadores de teorias sobre a melhor forma de aprender, juristas que fizeram leis regulamentando os horários, as divisões, etc., e ratificado pelo Estado, que deu aparência de algo natural, de comum, a algo que, na verdade, é uma construção social.

No exemplo acima, apresenta-se algo – o modo de funcionamento do sistema escolar – que já está enraizado em nossas mentes e corpos, estando nossas estruturas cognitivas em perfeita sincronia com os tempos e as divisões escolares (BOURDIEU, 2007, p. 213). Fomos socializados nessa instituição e vivemos como natural a forma em que ela se encontra. Entretanto, a *doxa* também pode ser analisada no momento de sua produção e nas estratégias de universalização realizadas pelos seus construtores.

O estudo de Louis Pinto (2009) sobre a produção da *doxa intelectual* pelos “mais intelectuais entre os jornalistas e os menos jornalistas entre os intelectuais” (PINTO, 2009, p. 6), demonstra como as trocas instauradas entre esses agentes em “lugares neutros”, em revistas, jornais, *think tanks* etc., (PINTO, 2009, p. 6-7), que favorecem a atenuação de suas diferenças em relação à heterogeneidade dos capitais detidos, cria um “conjunto relativamente sistemático de palavras, expressões, slogans, questões e debates cujas evidências compartilhadas delimitam o pensável e tornam possível a comunicação” (PINTO, 2009, p. 6). Nesse sentido, as estratégias desses agentes, os quais não são os mais consagrados do ponto de vista do princípio próprio ao campo intelectual, o reconhecimento pelos pares, passa pela difusão da *doxa intelectual* nos meios de comunicação, em palestras, livros produzidos para o grande público, etc., fazendo com que sua maneira específica de conceber o mundo social, ligada à crítica da esquerda, do marxismo e do Estado de bem estar social, encontre correspondência nas categorias cognitivas de seu público já pré-dispostas pela ação de outros agentes e meios sociais a aceitar esse pensamento como natural e o mundo proposto por eles como de senso comum. Tal produção discursiva, tal “matriz de pensamento”, é marcada

pelas características de seus produtores, que, apesar de aparentarem serem intelectuais, pois são apresentados pelos meios de comunicação como *experts* nas temáticas, ocupam posições de prestígio em universos como o da mídia, da política, da economia etc. Esses produtores da *doxa*, detentores de diplomas concedidos pelas “escolas do poder” francesas (École National d’Administration – ENA, Institut d’Études Politiques de Paris – Sciences Po e École des Hautes Études Commerciales de Paris – HEC) (PINTO, 2009, p. 7), as quais formam os quadros que vão ocupar postos de prestígio no Estado e em grandes empresas, alçaram-se a essa posição de reconhecimento devido às mudanças da configuração do campo universitário francês, onde as “escolas do poder” passaram a ter mais prestígio que as universidades de orientação científica e intelectual. Seus conhecimentos, assim, passam a ser mais valorizados que os saberes desinteressados dos universitários das áreas “puras” das ciências humanas.

No que diz respeito à *Folha de S. Paulo* nos anos 1980, a *doxa* construída sobre os docentes e a USP, exposta em sua “matriz de pensamento” e vendida como opinião e informação, carrega as marcas da história do jornal e dos jornalistas que a produziram. Em primeiro lugar, ela é resultado do processo de autonomização da *Folha* em relação ao mundo universitário durante o período da redemocratização. Para justificar seu distanciamento e para afirmar o jornalismo brasileiro em outras bases, foi construído todo um discurso no qual se atribuiu à universidade uma série de problemas, enquanto que o jornal foi retratado de modo positivo, afinado com as demandas da sociedade brasileira de então. Nessa operação, os problemas da universidade foram igualados a de outras instituições públicas e foi estabelecido como remédio para seus males seguir os passos da *Folha*, ou seja, modernizarem-se. A *doxa* difundida no caso da lista tem a marca da visão dessa elite sobre a sociedade brasileira, que passa pela modernização necessária das instituições e do Estado por meio da atuação das classes médias, dos bacharéis, que tiram de cena os generais da ditadura militar.

Em segundo lugar, as ambições culturais da “nova elite jornalística” transparecem na pretensão explicitada por alguns jornalistas de que a *Folha* fosse um concorrente cultural à altura da USP e até mesmo superior a ela, uma vez que havia se renovado, aderido a novas regras e se aproximado do mercado consumidor de seus produtos, ao contrário da universidade, que se encontrava distanciada em relação à sociedade e seu público. Esses produtores da *doxa jornalística* (termo meu) chegaram a posições de prestígio no campo jornalístico dos anos 1980 na medida em que a posse do

diploma e de capital cultural passam a ser valorizados como elementos de distinção nesse espaço devido à ação do sindicato e da própria elite (vide o artigo de Caio Túlio Costa analisado anteriormente nesse texto). A difusão dessa *doxa jornalística* ocorre de maneira mais eficaz na medida em encontra correspondência nas categorias cognitivas dos leitores da *Folha*, as classes médias intelectualizadas, as quais estão afinadas com esse modo de pensar a universidade brasileira, porque se tratam de consumidores que se interessam pelos rumos da instituição e podem ter acesso a ela.

*

Assim, a partir do que foi exposto nesse capítulo acredito que a matriz de pensamento expressa pelos jornalistas no caso da “lista dos improdutivos” pode ser contextualizada dentro do processo de afastamento da *Folha de S. Paulo* em relação a outros espaços sociais, característico do período de redemocratização. O jornal teria se aproximado, em contrapartida, do seu mercado de leitores, as classes médias intelectualizadas, oferecendo interpretações próprias sobre os diversos meios sociais tendo em vista “atribuir uma curiosidade” (FRIAS, 05/08/84) ao seu público. Ao mesmo tempo em que por meio da polêmica os jornalistas puderam afirmar-se como distanciados em relação aos universitários, eles constroem, pela utilização de procedimentos jornalísticos, uma *doxa* sobre os professores e a USP, um senso comum, uma opinião que encontra, em um determinado público leitor do jornal, os mesmos princípios de visão e divisão do mundo social. A *Folha de S. Paulo*, no caso da lista, alia, portanto, a necessidade de formar uma opinião, de criar um modo de ver determinado grupo social para se afirmar como separado dele, com a venda dos jornais para um público específico.

No próximo capítulo apresentarei as reações dos docentes à criação dessa *doxa* a respeito deles mesmos e da universidade. Suas falas, que expressaram diferentes concepções sobre a o ensino superior também serão contextualizadas, de modo que ganhem sentido a partir do jogo de relações em que estão inseridos aqueles que as proferiram.

CAPÍTULO 3

Os acadêmicos e o caso da “lista dos improdutivos”: engajamento e distanciação

1. Introdução

Esse capítulo busca introduzir as falas dos docentes que se manifestaram durante o caso da “lista dos improdutivos” no pano de fundo histórico e no jogo de relações a partir dos quais adquirem todo o seu sentido. Com isso quero dizer que os discursos proferidos no debate e presentes nas matrizes de pensamento expressas pelos docentes nos textos escritos revelam suas posições no interior de grupos específicos que integravam a USP nos anos 1980, os quais concorriam para impor e determinar qual seria sua forma de se organizar e de se definir em relação à produção e difusão de conhecimento.

Assim, tem-se o primeiro grupo, formado por José Goldemberg, José Arthur Giannotti, Eunice Ribeiro Durham e Simon Schwartzman, os quais, por acumularem uma série de poderes específicos, aliando trajetórias de prestígio nos meios disciplinares de origem com a passagem postos no governo e em associações científicas, constituem a elite do espaço acadêmico na conjuntura específica do final dos anos 1980. A essa posição dominante corresponde uma determinada visão sobre a universidade, instituição que aos olhos desse grupo deveria ser desenvolvida tendo em vista o cumprimento de seus objetivos, quais sejam, a formação de professores, pesquisadores e profissionais qualificados, e a realização de pesquisas que resolvam problemas do setor produtivo e da sociedade, além contribuírem para o avanço das fronteiras do conhecimento. Para alcançar tais objetivos, segundo esse grupo, é necessária a implementação da avaliação e de uma série de políticas de modernização, de forma que a instituição pudesse sair da situação de imobilismo em que se encontrava, preparando-se para superar os desafios impostos pela sociedade em constante mutação. Como pretendo argumentar, os discursos desses agentes tiveram chance de se tornarem realidade, na medida em que prescrevem uma série de políticas que são realmente realizadas, pois exerceram cargos no governo durante certo período de tempo.

Em oposição a esse grupo estão, em primeiro lugar, as associações de docentes – ADUSP e ANDES –, que têm uma visão diferente sobre como a universidade deveria se

organizar, ressaltando a ideia de democratização interna da instituição, de forma que todas as categorias (estudantes, professores e funcionários) pudessem participar das decisões da universidade. A avaliação, em sua concepção, é um modo de conquistar melhores condições para a carreira docente, não um projeto para a universidade se desenvolver, como para o primeiro grupo. Em segundo lugar está Marilena Chauí, filósofa, que, assim como os dirigentes da ADUSP na época – Flávio Aguiar (também das ciências sociais) e Francisco Miraglia (matemático) – provinham de campos disciplinares que se viam em perigo tendo em vista as medidas de modernização da universidade implantadas na USP a partir da gestão de José Goldemberg. Entretanto, Chauí se diferencia dos dirigentes das associações no sentido de que tem uma visão mais ampla sobre a universidade que vai além da defesa de demandas do corpo de professores. Ao contrário do primeiro grupo, a docente pensa a universidade como um organismo que deve ser autogerido, autônomo, cujas decisões políticas devem ser tomadas de forma colegiada, preservando-a, dessa forma, como um espaço de produção de pensamento crítico, afastando-a das demandas sociais mais imediatas, como o atendimento ao setor produtivo.

2. A elite acadêmica: José Goldemberg, Eunice Durham, José Arthur Giannotti e Simon Schwartzman

No capítulo 1 da presente dissertação foram esboçadas algumas relações entre os membros do grupo composto pelos acadêmicos da primeira matriz de pensamento. É possível saber, por exemplo, que José Arthur Giannotti e Eunice Durham se conheciam e travavam conversas sobre a questão da avaliação. Igualmente, as falas da antropóloga deixam entrever as relações de proximidade que ela mantinha com a reitoria, pois defendia as políticas de Goldemberg no que concerne à avaliação. Além disso, a docente e Simon Schwartzman um ano mais tarde (em 1989) criaram o NUPES – Núcleo de Pesquisa do Ensino Superior – com o apoio do reitor, cuja gestão terminou em 1990.

O NUPES²⁷, que desde 2006 passou a se chamar Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas (NUPPS), foi criado com o intuito de ser uma agremiação que reuniria os

²⁷ Outros pesquisadores que atuaram no NUPES, além de Eunice Durham e Simon Schwartzman: Jacques Schwartzman, Helena Sampaio, Elizabeth Balbachevsky, Elisa Wolynech, Maria Helena Guimarães de

conselhos de reitores das universidades paulistas. Como isso não foi possível, instalou-se na USP como uma fundação, não submetida institucionalmente a nenhum instituto ou departamento da USP. Isso significou uma maior autonomia em termos de financiamento para o núcleo, que passou a receber verbas tanto da USP e de instituições de fomento à pesquisa nacionais, quanto de instituições estrangeiras, como a UNESCO e a Fundação Ford (HEY, 2008, p. 115).

Ana Paula Hey (2008) analisou as temáticas desenvolvidas pelo NUPES ao longo do tempo, dividindo-as em três eixos. O primeiro diz respeito às temáticas mais gerais, de análise e avaliação, por exemplo, da situação e das perspectivas do ensino superior brasileiro e latino-americano. Nesse grupo também se encontram pesquisas sobre o desenvolvimento científico, a tecnologia (e as políticas públicas realizadas nesses âmbitos), as universidades públicas, particulares e federais, a profissão acadêmica e a pós-graduação (p. 115).

O segundo eixo temático agrega as pesquisas relacionadas aos problemas da educação superior brasileira, como a questão da autonomia, do acesso, da repetência, os custos, a produtividade das universidades federais, os cursos abrigados pelo sistema de ensino, indicadores para a universidade, a produtividade das universidades federais, a qualidade e eficiência do ensino superior, o mercado de trabalho e a avaliação universitária (HEY, 2008, p. 115).

O terceiro e último eixo é formado por estudos monográficos nos quais foram analisados perfis de alunos ingressantes, trajetórias de egressos, posição social das famílias, alunos evadidos, faculdades e cursos específicos em universidades como USP, UNICAMP e UFMG (HEY, 2008, p. 115-116).

De acordo com a autora, uma temática do segundo eixo, a avaliação universitária, recebeu especial atenção dos membros do NUPES, sendo analisados a seu respeito aspectos institucionais, de planejamento, feitas comparações de experiências entre instituições e com o setor produtivo, e estudados casos de avaliação de cursos (HEY, 2008, p. 115). Uma vez que a polêmica gerada pela publicação da “lista dos improdutivos” suscitou tomadas de posição por parte dos docentes em relação à

avaliação da USP, é importante observar como José Goldemberg e os membros do NUPES tratavam tal questão.

Nos discursos dos docentes da primeira matriz de pensamento a avaliação é entendida como algo imprescindível, uma “exigência de uma sociedade democrática, na qual as instituições públicas precisam prestar contas à sociedade do uso que fazem dos recursos que recebe, e do seu desempenho no cumprimento das funções para as quais foram criadas” (GOLDEMBERG, 1992, p. 91). Isso é válido especialmente para o caso da universidade, que até aquela época não havia conquistado autonomia financeira, tendo que recorrer ao governo toda vez necessitava de recursos²⁸. A avaliação possibilitaria, assim, mapear a universidade e comprovar a necessidade das verbas requeridas.

Para os docentes, a avaliação também configura “um instrumento necessário para promover a melhoria do ensino e o desenvolvimento da produção científica nas universidades” (GOLDEMBERG, 1992, p. 91). Nessa lógica, o conhecimento dos problemas da instituição pela avaliação torna possível pensar modos de extirpá-los e/ou solucioná-los, alocando recursos para as áreas que necessitam aprimorar seu desempenho em ensino e pesquisa. Segundo essa matriz de pensamento, isso é necessário porque a universidade tem um objetivo, uma função social a desempenhar, qual seja, a “formação de pessoal altamente qualificado, a produção de um conhecimento crítico, inovador e relevante para o país, a transmissão e disseminação desse conhecimento para a sociedade” (GOLDEMBERG, 21/02/88).

Orientado por tais concepções, José Goldemberg relata como se deram as primeiras tentativas de avaliação da USP:

Quando assumi a reitoria, tinha entretanto a impressão de que a universidade estava estagnada e enfrentava uma séria crise de desenvolvimento. Tinha a impressão de que havia departamentos com muitos professores acomodados em suas posições permanentes, o que acarretava um fraco desempenho. Além disso, estes departamentos possuíam critérios extremamente lenientes para aprovação em concursos ou promoção, o que os tornava prisioneiros de um círculo vicioso difícil de quebrar, e que os impedia de melhorar. Mesmo os departamentos mais conceituados pareciam encontrar poucos estímulos para desenvolver seus trabalhos.

Estas observações decorriam da minha experiência na universidade e eram partilhadas por muitos colegas. Mas não havia dados capazes de confirmar ou

²⁸ A autonomia financeira foi conquistada em 1989, sendo considerada um dos principais feitos da gestão de José Goldemberg.

negar essa avaliação. Por essa razão, logo que me tornei reitor, tratei de melhorar o nível de informação disponível, a fim de tornar menos subjetivos meus julgamentos.

Tentei inicialmente promover a avaliação institucional dos departamentos através de dois métodos: o uso de avaliadores externos e a auto-avaliação. Ambos encontraram sérias dificuldades. O consultor contratado para iniciar este trabalho – um profissional de boa reputação do CNPq – foi recebido com hostilidade, mesmo nos departamentos que se ofereceram como voluntários para o trabalho, e alguns outros decidiram que a auto-avaliação era o único método aceitável. Este trabalho foi feito sob a égide da Câmara de Pesquisa do antigo Conselho Universitário e deu poucas informações úteis; em um ano de trabalho, apenas seis departamentos foram analisados.

Julguei, então, que o melhor caminho seria o de reunir informações quantitativas confiáveis sobre a atividade dos departamentos e unidades, colhendo dados sobre a produção dos seus docentes, classificadas de acordo com as categorias no Quadro 4.1²⁹ e divididas em trabalhos nacionais e internacionais. Não se tratava, nesse caso, de avaliar cada docente individualmente. O que se precisava, na reitoria, era de informações e indicadores do desempenho institucional – tanto na USP, como um todo, como das unidades e departamentos. Mas isso requeria, obviamente, dados relativos à produção de cada professor e pesquisador (...).

Era evidente, desde o início, que uma análise do desempenho da universidade só poderia ser feita após vários anos de coleta de dados. *O processo foi atropelado pela publicação de uma “lista dos improdutivos” definidos como “docentes sem publicações” dos anos 1985 e 1986 por um matutino de São Paulo. Isto ocorreu quando o processo de coleta de informações estava ainda muito incipiente. A publicação precipitada de dados de um período curto de tempo de uma lista individualizada deu origem a inúmeras reclamações a uma indignação justificada, que, acredito eu, foi superada quando o processo de coleta de dados foi aperfeiçoado.*

A verdade, entretanto, é que apesar desses tropeços estabeleceu-se, como eu previa, uma nova mentalidade que implicava valorizar a produção científica e desenvolver um esforço coletivo, em cada departamento, para melhorar seu desempenho. Isto se refletiu inclusive numa nova atitude quanto à avaliação individual, pois o novo estatuto da USP determinou que todos os docentes, mesmo os efetivos e inclusive os titulares, fossem avaliados sistematicamente a cada dois anos (GOLDEMBERG, 1992, pp. 92-94; grifos meus).

No texto, o ex-reitor dá maiores informações sobre os motivos que o levaram a promover a avaliação na USP, contando, igualmente, porque optou por utilizar métodos quantitativos, os quais, mesmo para a avaliação institucional, necessitavam de dados individuais dos docentes e pesquisadores da instituição. Esse tipo de avaliação faz recurso às médias, explicadas por Schwartzman e Durham em seus artigos no caso da lista como importantes para auferir a coletividade da produção de uma dada instituição, comparando-a em anos sucessivos e/ou com entidade equivalente. Não se tratava,

²⁹ Categorias presentes no quadro apresentado no texto de José Goldemberg: artigos de periódicos; artigos de jornais; livros (e capítulos de livros); patentes; produção artística e/ou materiais audiovisuais; relatórios técnicos, resenhas (em periódico ou jornal); traduções (artigos de periódico, capítulo de livro, livro); trabalhos apresentados em congressos e publicados em anais; trabalhos apresentados em congressos.

portanto, naquele momento, de uma avaliação individual, mesmo que depois esta viesse se concretizar por outros meios.

São essas as concepções sobre a avaliação universitária que estavam em jogo no caso da “lista dos improdutivos”. Contudo, analisando os textos publicados por Eunice Durham e Simon Schwartzman no livro *Avaliação do ensino superior* (1992), organizado por eles mesmos a partir das intervenções³⁰ no debate promovido pelo NUPES em novembro de 1989, intitulado de *A avaliação do Ensino Superior: Contexto, Experiências, Desdobramentos e Perspectivas*³¹, é possível verificar, como já havia ficado patente durante a polêmica, que esses dois pesquisadores possuíam um conhecimento expressivo sobre o assunto, apresentando informações complementares sobre o que para eles caracterizava a avaliação e como ela deveria ser realizada no Brasil.

Para eles, a avaliação universitária era algo inevitável em função (a) do modo como o Estado estava se reorganizando, diminuindo seu escopo de ação em algumas áreas; (b) da conjuntura mundial, que exigia adaptação da universidade a uma sociedade cada vez mais dependente da tecnologia; e (c) das pressões impostas pela massificação do ensino superior promovida nas décadas anteriores. Nesse sentido, as universidades deveriam “lançar um olhar sobre si mesmas” (SCHWARTZMAN & DURHAM, 1992, p.11) – a avaliação – tendo em vista superar os desafios impostos por essa nova realidade:

Os tempos que se iniciam na década de 1990 se prenunciam como mais difíceis para o ensino superior brasileiro do que a década anterior. O Estado procura se encolher, e as universidades públicas não podem continuar contando com a expansão constante de seus recursos. A educação fundamental tenderá a ter cada vez mais prioridade, e isso tirará recursos das universidades. O aumento do “gap” tecnológico entre o Brasil e os países mais desenvolvidos levará a questionamentos sobre a pesquisa que hoje se faz em nossas universidades, e a dúvidas crescentes sobre sua relevância. Pressionadas por todos os lados, as universidades terão dificuldades em atender a uma população em crescimento, que continuará batendo às suas portas em busca de caminhos e respostas que ela nem sempre terá. As universidades brasileiras terão pouco tempo para olhar para si mesmas, em conjunto e cada uma, para, sem falsas ilusões, encontrarem sua posição adequada neste ambiente em mutação, se não quiserem continuar a ser atropeladas pelos eventos e pelas pressões incontroladas que vêm de fora.

³⁰ As intervenções foram feitas por: Simon Schwartzman, Cláudio Cordeiro Neiva, Pedro Lincoln Mattos, José Goldemberg, Elisa Wolynec, Sérgio Costa Ribeiro, Jean-Jacques Paul, Zoya Ribeiro, Orlando Pilatti, Geraldo M. Martins e Eunice R. Durham.

³¹ O debate foi patrocinado pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Este olhar, nem sempre prazeroso, mas inevitável, chama-se avaliação (SCHWARTZMAN & DURHAM, 1992, p. 11).

De acordo com Schwartzman (1992) e Durham (1992), na Europa e nos Estados Unidos, onde a ideia de avaliação das instituições de ensino superior surgiu, tal procedimento se processava de diferentes formas, dependendo de como o sistema universitário era constituído em cada país. Ele poderia ser centralizado, como no caso da França e da Inglaterra, nas quais o Estado tomou as rédeas da avaliação – exercendo pressões seja no sentido de promover a qualidade do ensino e da pesquisa (França), seja no sentido de aproximar a universidade do sistema produtivo (Inglaterra) –, ou descentralizado, como nos Estados Unidos, sendo neste país a avaliação realizada por órgãos não governamentais, cuja incumbência é estimular a competição entre universidades autônomas e de natureza diversa, garantindo a qualidade do ensino e da pesquisa por mecanismos semelhantes aos do mercado.

Segundo os autores, essa tendência centralizadora dos países europeus assume diferentes feições. No contexto francês, por exemplo, caracterizado por uma grande centralização administrativa, o desenvolvimento do “Estado Avaliador”³² (SCHWARTZMAN, 1992, p. 14) teve por contrapartida deixar as universidades um pouco mais livres das amarras da burocracia e do governo central com a criação de sistemas de avaliação pelos pares, que funcionam como intermediários entre as instituições de ensino superior e as instâncias governamentais. Já na Inglaterra, possuidora de conhecida tradição de autonomia universitária garantida pelo University Grants Comunittee (UGC), a mudança no Estado significou uma maior intromissão do governo nos assuntos acadêmicos, levando à desmoralização desse órgão (SCHWARTZMAN, 1992, p. 14).

A centralização da avaliação nos países europeus é creditada por Durham (1992) a três problemas em seu sistema de ensino, os quais apresentam semelhanças com os do Brasil: “o crescimento e a diversificação do ensino superior, seus efeitos sobre a qualidade do ensino e seu custo crescente para os fundos públicos” (p.199).

³² Citando artigo de Guy Neave – On the Cultivation of Quality and Enterprise an Overview of Recent Trends in Higher Education in Europe, 1986-1988, *European Journal of Education*, v. 23, n. 1 e 2, 1988, pp. 7-24 – Simon Schwartzman fala do surgimento de um *evaluative State*, “uma modalidade de governo que procura substituir os tipos mais tradicionais de controle burocrático ou planejamento *a priori* das atividades por mecanismos de avaliação *a posteriori*” (SCHWARTZMAN, 1992, p. 14).

Segundo a antropóloga, até o final da década de 1960 as universidades europeias eram pouco numerosas e tinham um baixo contingente de alunos. As mudanças pelas quais elas passaram antes desse período diziam respeito à institucionalização e desenvolvimento da pesquisa, o que significou um aumento da complexidade da infraestrutura universitária e do montante de investimentos para mantê-la. As instituições não conseguiram arcar com os gastos crescentes e foram criados nos diferentes países formas paralelas de financiamento. As universidades (convertidas agora também em centros de pesquisa) passaram, assim, a ter dois sistemas diversos de cobertura de seus custos: um tradicional, financiado por fundos públicos para a educação ou por taxas cobradas dos estudantes, e o novo, que utiliza também fundos públicos (mas de outras fontes), doações de fundações e o financiamento por empresas. Foi nessa conjuntura, de incorporação de novas tarefas pela universidade – produção de conhecimento, institucionalização da pesquisa e reprodução dos cientistas (DURHAM, 1992, p. 200) – que surgiu uma série de controles e avaliações da pesquisa tendo em vista o provimento de recursos para a sua sustentação. No que concerne ao ensino, a incorporação da pesquisa à universidade significou a institucionalização e o incremento da pós-graduação como instrumento de formação de novos cientistas e pesquisadores.

No entanto, transformações substanciais nesse setor – o ensino – só seriam observadas a partir do final da década de 1960, relacionadas ao crescimento do número de matrículas no ensino superior. Para Durham (1992) a expansão do acesso à universidade resultou de um conjunto de mudanças favoráveis no sistema produtivo europeu, as quais propiciaram o aumento de vagas no setor terciário que exigiam diploma de ensino superior, ao mesmo tempo em que a prosperidade advinda da recuperação econômica do pós-guerra permitiu a muitos jovens entrarem mais tarde no mercado de trabalho, podendo usufruir mais tempo da educação formal. O Brasil passou por processo semelhante, com o crescimento da classe média nas áreas mais desenvolvidas do país e o acesso de camadas mais amplas da população à escolaridade de nível médio e superior.

Durham (1992) analisa a expansão do ensino superior nos países europeus e salienta que apesar desse processo ter significado algumas mudanças na estrutura do sistema universitário, com a criação de novas instituições e ampliação de vagas nas já existentes, ele não alterou profundamente os mecanismos de cooptação e a estrutura interna tradicional. A consequência imediata dessa situação foi o declínio da qualidade

do ensino. Poucas instituições modificaram-se para atender aos novos interesses da população entrante e sua preparação para o mercado de trabalho em expansão. De acordo com a autora, a adequação do ensino a esse novo contexto passou a depender de políticas do Estado, o que aumentou seu controle sobre a implantação de reformas universitárias.

As universidades passaram a lidar, dessa forma, com uma série de novas funções e pressões que lhe exigiam modificações e reconfigurações, às quais, segundo Durham (1992, p. 201), ela tem dificuldades em responder. São elas: (a) o aumento do custo do ensino superior, que demanda das instituições uma capacidade maior de controlar e gerir racionalmente seus gastos; (b) a necessidade de compatibilizar uma estrutura curricular flexível, que prepare os alunos para o mercado de trabalho em rápida transformação, com a preservação da carreira docente, a qual necessita de um período maior de preparação e de certa permanência da organização curricular; (c) a compatibilização entre a pesquisa orientada para o setor produtivo, que atende a demandas externas que mudam constantemente de acordo com os humores do mercado e as transformações tecnológicas, e a ciência básica, cuja maturação depende de um longo processo; (d) a necessidade de formação de áreas de colaboração interdisciplinar, algo complicado devido à rigidez das divisões disciplinares e dos grupos de pesquisa no interior da universidade; (e) a dificuldade de compatibilizar o atendimento às novas funções e pressões da/sobre a universidade com o padrão de autonomia das unidades, departamentos e núcleos (DURHAM, 1992, pp. 201-202).

De acordo com a mesma autora, nessas circunstâncias surgem novas propostas de avaliação da universidade. Elas buscam atender, de um lado, às necessidades do Estado em conhecer as instituições para alocar recursos com mais eficiência, e possibilitam, também, canalizar as demandas da sociedade – que vão desde a ampliação do número de vagas até a exigência de colaboração com o sistema produtivo. De outro, elas permitiriam à universidade fugir do duplo perigo de parecer obsoleta, de não conseguir responder às pressões a que está submetida, e o de passar a atender a demandas imediatistas do setor produtivo, minando assim as áreas de pesquisa básica e das humanidades, desaparecendo com a função crítica da instituição.

A avaliação, dessa forma, para Eunice Durham (1992, p. 202):

É um processo que, se utilizado com os necessários controles democráticos, pode cumprir duas funções: impedir o rígido planejamento burocrático que tem caracterizado os países de ensino público centralizado, o qual tem se revelado ineficiente e ineficaz para atender a uma necessidade de transformação cuja exigência fundamental é a flexibilidade; possibilitar às universidades o estabelecimento de uma política que lhes permita compatibilizar as pressões externas com o espaço de autonomia e crítica que lhe é próprio.

Essa longa exposição sobre o conteúdo do texto de Eunice Durham publicado no livro *Avaliação do ensino superior* (1992) tem por objetivo mostrar que as concepções expressas pelos docentes da primeira matriz de pensamento são especificadas com mais cuidado em outros trabalhos desses agentes, elaborados a partir das trocas realizadas no grupo de pesquisa que fazem parte, o NUPES. Nesses trabalhos, a necessidade de avaliar a universidade é apresentada como a única plausível em face das exigências colocadas pela história e pela sociedade em constante mutação na qual vivemos. Trata-se de um discurso de justificação, na medida em que, como apresentarei a seguir com a ajuda dos textos de Schwartzman (1992) e Giannotti (1986), são os crentes na avaliação aqueles realmente capacitados para levá-la a cabo. O discurso é construído de modo que a avaliação nos moldes apresentados por eles torna possível realizar a universidade desejada, que conjuga, como explicitado no excerto acima extraído do artigo de Eunice Durham, a vinculação com o sistema produtivo com a preservação de seu papel crítico, uma grade curricular flexível com o desenvolvimento da ciência básica, a abertura de espaço para a produção de conhecimento interdisciplinar etc. Tal discurso sobre a avaliação – e sobre a modernização da universidade – é advogado por agentes que estão aptos a realizá-la, por possuírem uma gama de conhecimentos sobre a temática e por participarem de espaços de poder e decisão nos quais tais mudanças são sancionadas e aplicadas.

Isso fica patente no excerto abaixo retirado do texto de Durham (1992), no qual é expresso que a tarefa da avaliação é produzir o modelo de universidade desejado, cujo financiamento exige a gestão correta de indicadores e estatísticas com dados sobre a instituição:

Não podemos dispensar os processos de avaliação, num sistema que precisa crescer, diversificar-se, tornar-se mais flexível, institucionalizar a pesquisa, melhorar o ensino e absorver novas funções de extensão, educação continuada e de colaboração com o setor produtivo. Isto é tanto mais verdadeiro porquanto se sabe que as instituições de ensino são particularmente ineficientes e perdulárias em termos da utilização de recursos disponíveis. *O financiamento público exige um conhecimento adequado do*

conjunto do sistema e não pode dispensar as estatísticas corretas, dados pedagógicos e indicadores de desempenho.

O mesmo ocorre do ponto de vista da universidade: a avaliação institucional e externa, essencial para se ter uma visão global da instituição, é instrumento indispensável, tanto para a alocação racional de recursos internamente, quanto para a transformação da universidade em função de demandas da sociedade (DURHAM, 1992, p. 204; grifos meus).

O manejo e o uso correto de estatísticas sobre o ensino superior exige um conhecimento técnico para analisar os dados e torná-los coerentes no sentido de produzir políticas de desenvolvimento para e na universidade. Nessa direção, a presença de pesquisadores especialistas no assunto, como Eunice Durham e Simon Schwartzman, em espaços e instituições passíveis de modificar a política do ensino superior possibilitou que fossem tomadas medidas no sentido de implantar o modelo de universidade desejado por esses agentes³³.

Simon Schwartzman atuou em algumas instituições importantes para a elaboração de políticas para o ensino superior, como, por exemplo, na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), na qual exerceu o cargo de Coordenador do Programa de Apoio à Cultura entre 1976 e 1977. A FINEP foi um órgão central no fortalecimento da pesquisa em ciência e tecnologia no país, fornecendo recursos para a expansão do sistema de pós-graduação. O cientista político também participou de comissões do governo e de pesquisas encomendadas por organizações internacionais dedicadas a elaborar diretrizes e orientações para a educação, ciência e tecnologia. Em 1985, foi relator da Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior Brasileira e da Comissão Nacional de Reforma Administrativa. Entre 1994 e 1995 dirigiu uma equipe de trabalho encarregada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e o Banco Mundial de elaborar um *policy paper* sobre a política de ciência e tecnologia brasileira. Em 2000, realizou um estudo para a UNESCO sobre o futuro da educação na América Latina e Caribe. Entre 2006 e 2007 coordenou uma pesquisa sobre universidade e desenvolvimento na América Latina. Ademais, Schwartzman foi presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1994-1998), órgão responsável pela produção de indicadores sobre a situação socioeconômica do país. A presença do

³³ Além das informações arroladas a seguir, um bom indicador da atuação desses agentes na política científica são os prêmios recebidos por eles. Eunice Durham: Ordem Nacional do Rio Branco, Grande Oficial, Ministério das Relações Exteriores (1996); Ordem Nacional do Mérito Educativo, Grau de Oficial, Presidência da República (2000); Medalha CAPES 50 anos, Honra ao Mérito (2001); Ordem Nacional do Mérito Científico, Comendador (2002).

Simon Schwartzman recebeu os seguintes prêmios: Grão Mestre da Ordem do Mérito Cartográfico (1996), Grão Mestre da Ordem Nacional do Mérito Científico (1996).

cientista político na instituição é importante quando se pensa na centralidade que a estatística adquire na produção do modelo de universidade proposto pelos agentes da primeira matriz de pensamento. Por meio dos indicadores é possível barganhar com o governo recursos para o ensino superior, realizando, assim, as mudanças desejadas. Igualmente, esses dados e informações ajudam a orientar a ação dos agentes desse grupo que ocuparam postos no governo e na administração universitária, subsidiando a criação de políticas públicas tanto para as instituições de ensino superior quanto para o sistema como um todo.

Eunice Durham, entre 1991 e 1992, foi Secretária Nacional de Educação Superior e Representante do Conselho de Ciência e Tecnologia da Presidência da República. Em 1992 assumiu a presidência da CAPES, um dos órgãos centrais de financiamento de pesquisas. Entre 1995 e 1997 ocupou o posto de Secretária Nacional de Política Educacional, e foi logo depois indicada para um cargo no Conselho Nacional de Educação. Na USP, durante a gestão de Goldemberg, foi Coordenadora da Comissão Especial de Coordenação das Atividades de Extensão (1988-1989) e Assessora para Política Universitária (1987-1989). O nome de Eunice foi indicado pelo reitor para a Pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária em 1989, mas não foi aprovado pelo Conselho Universitário.

Além de ocuparem postos em comissões, instituições e órgãos estratégicos para a elaboração e execução de políticas para o ensino superior, Eunice Durham e Simon Schwartzman possuem trajetórias de prestígio no campo acadêmico nacional e internacional, o que indica sua escolha para a direção de associações científicas, seu nível como pesquisadores no CNPq, os prêmios recebidos no país³⁴ e a passagem por universidades e centros de pesquisa de prestígio no exterior³⁵. Antes mesmo de migrarem para a temática da educação superior possuíam já carreiras estabelecidas em seus campos disciplinares de origem – Durham na antropologia e Schwartzman na

³⁴ Eunice Durham foi vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (1989-1990), presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) (1978-1980, 1982-1984). Recebeu Medalha do Mérito Roquette Pinto, ABA (2004).

Simon Schwartzman foi membro da Comissão das Sociedades Científicas Brasileiras, na SBPC, em 1982, e atualmente faz parte da Academia Brasileira de Ciências (2002), também é pesquisador 1-A do CNPq.

³⁵ Eunice Durham foi pesquisadora da Universidade da Califórnia – Berkeley. Simon Schwartzman foi professor visitante das Universidades de Stanford (2001), Oxford (1994 e 2003), Berkeley (1987), Columbia (1986) e Woodrow Wilson International Center for Scholars (1978); pesquisador do Institut Français de Recherche Scientifique Pour Development Coopération (1993), do Swedish Collegium for Advanced Studies in Social Science (1998), da École des Hautes Études em Sciences Sociales (1983, 1988), da Fundación Bariloche (1966) e do International Peace Research (1965).

ciência política e na sociologia. Como mostra Ana Paula Hey (2008, p. 59), a transição dos pesquisadores para um novo campo de estudos está relacionada à participação na esfera política (na FINEP e em comissões governamentais, no caso de Schwartzman), e na assessoria da política universitária da USP – no que diz respeito a Eunice Durham. Dessa forma, seu interesse pelo estudo do ensino superior não provém diretamente de uma demanda do espaço acadêmico, ele é determinado por questões de ordem política, tanto que o NUPES foi criado como um “grupo dos conselhos de reitores destas universidades [públicas estaduais paulistas] com o objetivo de discutir os problemas globais das instituições e as políticas adequadas, do ponto de vista do grupo” (HEY, 2008, p. 59). Segundo a autora, o núcleo não assumiu essa função devido à resistência das associações de docentes e funcionários a essas políticas, sendo então criado como uma fundação.

A entrada desses pesquisadores no campo de estudos sobre o ensino superior é marcada, portanto, pela sua experiência política anterior. A temática, dessa forma, nasce (politizada) nos anos 1980, embora já estivesse em estado latente, informada pela necessidade desses sujeitos em reformar e modernizar a universidade (HEY, 2008, p. 62). Desse modo, foi somente durante o período de abertura política que pesquisas sobre o ensino superior passam a ser realizadas no interior da universidade. Isso é válido especialmente para a USP, que antes da gestão de José Goldemberg ainda era dirigida por reitores simpáticos ao regime militar. Na época da redemocratização foi possível também aos entrantes na temática utilizarem o aparato assegurado pelo Estado brasileiro, que garante a produção e circulação dos produtos acadêmicos, como a CAPES e o CNPq, além de grupos e associações científicas de pesquisa (o NUPES, a ANPOCS) para naturalizar e impor a outros pesquisadores sua visão sobre o ensino superior. Dotados de uma carreira científica consolidada e de uma teia de relações que os permite alcançarem posições políticas para realizar na prática suas ideias, esses agentes conseguem impor aos outros pesquisadores a própria agenda sobre o ensino superior (HEY, 2008). Como mostra Ana Paula Hey (2008), a produção de estudos sobre o tema é dominada durante certo tempo (até o término da presidência de Fernando Henrique Cardoso) por esses pesquisadores, que determinam o que é válido pensar e discutir nesse campo.

A posição dominante de Eunice Durham e Simon Schwartzman (e dos demais docentes da primeira matriz de pensamento) na elaboração e aplicação de políticas para

o ensino superior (HEY, 2008) é justificada em seus próprios textos a respeito do assunto, nos quais são descritas as “camadas” (SCHWARTZMAN, 1992) de sujeitos que estão presentes na universidade e se evidencia a posição dos mais aptos, dos “sábios” (GIANNOTTI, 1986), aqueles que podem falar legitimamente sobre a universidade e assumir a tarefa de conduzir a sua modernização.

Em artigo do livro *Avaliação do ensino superior* (1992), Schwartzman detalha como transformações semelhantes às do ensino superior europeu – apontadas no texto de Durham (1992) – ocorreram também em solo nacional, resultando na formação de “camadas” de professores e estudantes nas universidades, cujos interesses limitados trouxeram uma situação de imobilidade às instituições, que só seria resolvida pela avaliação, levada a termo pela única “camada” portadora de conhecimentos e de uma mentalidade aberta para mudanças.

Antes do final dos anos 1950, de acordo com Schwartzman, a universidade tinha ficado longe de mudanças substanciais, pois atendia aos interesses de seu seletivo público e do mercado de trabalho que o abrigava depois de formado:

Para os estudantes, a obtenção de um título universitário assegurava seu acesso a posições bem remuneradas que, na realidade, já haviam sido garantidas antes mesmo de seu ingresso nas faculdades, por sua origem social privilegiada. O mercado de trabalho dificilmente requeria dos formandos conhecimentos especializados, quer pela pouca sofisticação tecnológica das empresas, quer pela ausência de padrões externos de comparação. Sem pressões de um ou outro tipo, era de se esperar que as instituições de ensino terminassem por se acomodar. Não que não existissem, naturalmente, reclamações, descontentamentos e tentativas de melhoria. Mas, na falta de maiores incentivos, os resultados tendiam a ser pouco significativos (SCHWARTZMAN, 1992, p. 15).

Nessa época, segundo o cientista político, começam a ser esboçadas reações a essa situação com o surgimento, no interior da universidade, de um grupo de professores dedicados exclusivamente à docência e à pesquisa, os quais exerceram pressões no sentido de mudar o *status quo*. Igualmente central nesse sentido foram as ações do movimento estudantil, ativado no período.

As demandas desses docentes, nomeados de “jovens turcos” por Schwartzman (1992, p. 15), iam de encontro ao modo como a universidade se achava tradicionalmente constituída, com professores provenientes de profissões liberais, os quais dedicavam apenas parte de seu tempo ao ensino na universidade. Formados em condições atípicas, que os permitiu frequentarem laboratórios, possuírem bolsas para uma vivência

universitária no exterior e conviverem com professores excepcionais que os incentivava a prosseguirem em suas pesquisas, os “jovens turcos” buscaram modificar a universidade tradicional tendo em vista o futuro de suas carreiras e a melhor adaptação da instituição aos novos tempos. Eles postulavam, assim, o fim do regime de cátedras, a criação da carreira em tempo integral, a consolidação de programas permanentes de ensino e pesquisa nas universidades e a abertura dessas instituições para outros grupos sociais. Segundo Schwartzman (1992, p.15-16), esses professores acreditavam que o ensino superior assim reformulado poderia fazer da universidade um “centro verdadeiro de reflexão e conhecimento sobre os problemas econômicos e sociais do país, e seus professores mais qualificados teriam, assim, um papel político à altura dos conhecimentos científicos que vinham até então acumulando”.

De acordo com Schwartzman (1992), na busca por desempenhar esse papel político, as reivindicações dos professores encontraram com as demandas do movimento estudantil. O cientista político analisa a politização dos estudantes como um reflexo do crescimento das matrículas no sistema universitário naquele período, e da disparidade existente entre o diploma adquirido e as reais chances de ocupar o cargo aspirado. As críticas dos estudantes às universidades, “seu elitismo, seu imobilismo, o conservadorismo político e intelectual da maioria de seus professores” encamparam, assim, a “ideologia de modernização e racionalização do ensino superior do país” propalada pelos “jovens turcos”, pois “se a universidade reformada desse um lugar mais significativo a seus professores, os alunos também se beneficiariam” (SCHWARTZMAN, 1992, p. 16).

Em 1968 ocorre a reforma universitária. Como visto anteriormente, algumas reivindicações dos professores foram atendidas: o regime de cátedras foi extinto, foram criados institutos centrais reunindo as disciplinas que se repetiam nas faculdades, ficou consagrada a indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e o sistema universitário foi estabelecido como modelo de organização do ensino superior. Porém, de acordo com Schwartzman (1992, p. 17), esse arranjo de ensino superior idealizado, “baseado nas *research universities* mais prestigiadas dos Estados Unidos”, confrontou-se com a expansão do sistema, que absorveu os ingressantes tanto por meio da criação de vagas no setor público quanto pelo aumento acelerado da construção de novas instituições privadas. “Como consequência, um dos principais objetivos da reforma de 1968, que era a unificação das escolas isoladas em universidades, tornava-se cada vez

mais remoto” (SCWARTZMAN, 1992, p. 17), pois mesmo com a legislação houve a expansão desse modelo no sistema particular.

Além disso, para o cientista político, a mudança do regime de tempo parcial para o integral pressupunha a criação de cursos de pós-graduação para a formação de profissionais capacitados para atuarem no ensino superior. Entretanto, segundo ele, os cursos não conseguiram produzir professores na velocidade requerida pelas universidades, sendo esse quadro agravado pelo fato de que o financiamento para a pós-graduação provinha de instituições fora do setor educacional, que davam preferência a áreas tecnológicas e científicas específicas, deixando de lado aquelas que mais necessitavam de professores. A exigência de títulos para a progressão na carreira resultou, portanto, de acordo com Schwartzman (1992), na criação de cursos de pós-graduação de baixa qualidade para atender às demandas das instituições. Assim, *“as dificuldades salariais do início dos anos 80, combinadas com a militância cada vez maior do professorado do sistema público por melhores salários, levaram ao progressivo abandono dos critérios de excelência acadêmica”* (SCHWARTZMAN, 1992, p. 17; grifos meus) para a concessão do regime de tempo integral, admissão dos professores na universidade e sua promoção na carreira.

Essas transformações no sistema de ensino brasileiro redundaram na formação de um conjunto de “camadas superpostas, cada uma delas oriunda de um momento determinado no tempo, que coexistem como estratos em uma formação geológica complexa ou como em um bolo de noiva” (SCHWARTZMAN, 1992, p. 18). Esses estratos lutam entre si para determinar os rumos da universidade e os critérios para a sua avaliação.

A primeira camada delineada por Schwartzman (1992) é formada pelas profissões liberais clássicas – direito, medicina e engenharia. Sua visão sobre a universidade é tradicional, ou seja, está ligada ao modo como ela era constituída antes do surgimento dos “jovens turcos” e da reforma de 1968. Nessa perspectiva, os professores devem conciliar uma carreira de prestígio em suas áreas com a dedicação parcial à universidade, transmitindo a seus alunos seus conhecimentos técnicos, sua experiência e um método de trabalho. A pesquisa tem papel secundário nessas disciplinas, quando existe. A reforma de 1968, apesar de pouco alterar o modo de recrutamento para essas profissões – que consegue reproduzir a relação entre o número

de formados e o número de postos de trabalhos existentes utilizando mecanismos de seleção exigentes –, trouxe à universidade pessoas de extração mais baixa, mulheres e pessoas mais velhas, levando à criação de cursos que reproduziram o modelo das profissões clássicas. O resultado foi a inflação de títulos e o descrédito de algumas práticas e rituais característicos desse meio. Essa camada entende a crise da universidade do ponto de vista das vicissitudes vividas pelas profissões liberais clássicas, e é nesse sentido que sentem necessidade da avaliação.

A segunda camada é composta pelos “herdeiros” dos “jovens turcos” dos anos 50 e 60. São professores e pesquisadores de pós-graduação de grande prestígio, reconhecidos segundo padrões de excelência e qualidade científica. Com a sua ajuda foram criadas instituições como a CAPES e o CNPq, cuja avaliação da produção científica é processada pelos pares, e que estabelecem os padrões de excelência dos cursos de pós-graduação do país. Para esses docentes, o problema da universidade está nas condições em que são feitas as pesquisas no país, e nas dificuldades colocadas pela sua conciliação com o ensino e a extensão universitária. Do ponto de vista desses sujeitos, a docência não deve ser dissociada do ensino e da extensão, a criação do conhecimento estando intimamente ligada com a sua transmissão.

Essas duas camadas foram formadas antes do processo de massificação. Dessa forma, apesar das divergências no modo como concebem a universidade, elas concordam que a instituição deva pequena e de boa qualidade. De acordo com Schwartzman (1992), o mesmo não pode ser dito do terceiro estrato, composto por “professores de terceiro grau como grupo profissional” (SCHWARTZMAN, 1992, p.19). Produto da expansão dos contratos de regime integral das universidades públicas e do aumento do número de matrículas, sua atividade principal é o ensino. Para o mesmo autor, existem diversos fatores que explicam o surgimento dessa camada: o crescimento do ensino superior, que necessitou de mais professores, consequência tanto da desvalorização do magistério secundário quanto das dificuldades em conseguir emprego, as pressões dos setores acadêmicos, que pediam a extinção do regime de cátedras etc. (SCHWARTZMAN, 1992, p. 20). Para a análise posterior, é importante reter como o cientista político retrata essa camada:

Trabalhando em uma instituição única ou dando aulas em duas ou três para complementar seus salários, sem condições, formação nem motivação adequadas para o trabalho de pesquisa ou acesso às profissões liberais mais bem remuneradas, esses professores tendem a se organizar sindicalmente e a

desenvolver uma capacidade de luta por seus interesses gremiais que adquire com frequência a mesma intensidade e politização que caracterizavam, no passado, os movimentos estudantis. Para este estrato, os problemas de qualidade científica ou profissional da educação superior não são vistos como prioridade, devendo ser encarados depois de resolvidos os problemas mais urgentes, que são os salários, estabilidade no emprego, direitos de aposentadoria, igualdade de direitos para todos e a garantia de mecanismos políticos que garantam sua presença e participação em todas as decisões que possam afetar mais de perto seus interesses como categoria laboral (SCHWARTZMAN, 1992, p. 20).

Seguindo o autor, são observadas camadas semelhantes entre os alunos. Os estudantes dos cursos que preparam para as profissões liberais clássicas têm a visão de que a universidade perdeu sua qualidade, não dando mais acesso às carreiras de prestígio como no passado. Fora alguns cursos que conseguiram manter o padrão de recrutamento, a instituição de ensino superior pública não é mais percebida como tendo por função a reprodução social das elites. Para os novos grupos que agora têm acesso ao ensino superior, apesar de desvalorizado, o diploma ainda proporciona salários e empregos que justificam até mesmo, em alguns casos, o investimento em cursos em instituições privadas. Esses estratos veem com bons olhos a diminuição das exigências e procedimentos que não têm relação direta com o título. Ademais, percebem qualquer tentativa de elevação da qualidade do ensino como procedimentos elitistas para diminuir o acesso das classes mais baixas ao ensino superior. A terceira camada, por fim, é formada por um público muito diferenciado que quer ampliar seus estudos fora da estrutura do sistema universitário. Esse estrato tem levado a algumas transformações na universidade relacionadas ao seu funcionamento interno, os recursos pedagógicos utilizados e seu relacionamento com a sociedade (SCHWARTZMAN, 1992, p. 20).

Para Schwartzman (1992, p. 19-20), a existência desses diversos setores no interior da universidade, portadores de diferentes demandas, concepções e interesses em relação à instituição, conduz a uma estrutura compartimentalizada, descentralizada e com grande autonomia, reativa a qualquer tentativa de imposição de valores e preferências de uma camada sobre a outra. Segundo o cientista político essa situação é adequada para uma instituição cuja tarefa é a produção de conhecimento, mas a torna muito resistente a mudanças, se elas não agem de forma incisiva. Existem pressões externas sobre a qualidade do ensino superior, procedentes de empresas que dão trabalhos aos recém-formados, de famílias cujos filhos não conseguem logo emprego, de clientes mal atendidos pelos profissionais liberais etc., no entanto, para resolver essas demandas da sociedade são adotadas medidas de curto prazo; as empresas treinando sua

própria mão de obra, as famílias abastadas pagando por serviços médicos sofisticados etc. Para Schwartzman (1992), o governo deveria ter políticas de longo prazo para as universidades, sobrepondo-se aos interesses particulares dos diferentes setores que ela abriga. Mas o que ocorre na realidade é que ele não consegue elaborar políticas mais globais devido à percepção que têm dessas instituições, tomadas como dispendiosas e como fonte de conflitos políticos com as associações de docentes e funcionários.

Segundo Schwartzman (1992, pp. 23-24) todos esses elementos que contribuem para a “rigidez institucional” da universidade se encontram ameaçados por mudanças que impelem os setores mais dinâmicos ali presentes a questionarem tal estado de coisas, procurando novos rumos. As mudanças se resumem à escassez de recursos para o ensino superior, a busca de outros critérios para seu financiamento, a falência das práticas educacionais tradicionais e o surgimento de novas demandas para a universidade, abrigadas em torno da ideia de “extensão universitária”. Nesse novo contexto, a avaliação permite que a universidade possa se modernizar, saindo da situação de estagnação em que se encontra.

A modernização da universidade assim idealizada se concretizaria, dessa maneira, conforme o texto de Schwartzman (1992) como resultado da ação um grupo específico de docentes que enxergariam as mudanças pelas quais ela vinha passando no final dos anos 1980. Esse grupo, oriundo dos setores da universidade que almejam para a instituição altos padrões de excelência e qualidade científica, pertencentes à segunda camada e herdeiros dos “jovens turcos”, os quais viveram a experiência de estudarem, darem aulas e fazerem pesquisas antes da massificação do ensino superior, é composto pelos acadêmicos da primeira matriz de pensamento. Com exceção de Simon Schwartzman, cuja carreira foi construída no Rio de Janeiro, Eunice Durham, José Goldemberg e José Arthur Giannotti foram alunos e docentes da USP antes da expansão das matrículas. Além disso, são todos formados nas áreas científicas e acadêmicas da universidade, Ciências Sociais, Física e Filosofia, respectivamente. Seus discursos têm a capacidade de descrever a realidade da universidade ao mesmo tempo em que a constrói, criando um quadro que justifica sua posição enquanto modernizadores da instituição. Seus opositores são apresentados – os docentes ligados às associações sindicais – e forjada uma representação negativa a seu respeito, que os caracteriza como fatores de estagnação da universidade, por atentarem somente a seus interesses

imediatos. O grupo, por outro lado, teria visão mais ampla, olhando para a instituição como um todo e para as suas relações com a sociedade.

José Arthur Giannotti, em outro registro, trabalha com a oposição entre os “sábios” e os “sabidos”. Em seu livro, *A universidade em ritmo de barbárie* (1986), o filósofo tece uma série de considerações a respeito da crise da universidade, que ele considera mundial. Essa crise advém da própria conjuntura do mercado de trabalho, com a multiplicação de empregos na área de serviços. A dificuldade em medir a eficácia dessas ocupações facilita “uma espécie de descaracterização das competências”, na qual “o fazer se permeia de fazer de conta, permitindo que o profissional competente marche ao lado do farsante ou que, no próprio indivíduo, essas tendências se entrelacem” (GIANNOTTI, 1986, p. 44). A universidade não teria escapado a essa tendência à descaracterização, sendo o professor um profissional liberal e membro da classe média, “cujos trabalhos estão alinhavados por uma dimensão ilusória imprescindível” (GIANNOTTI, 1986, p. 44). Não sendo avaliada, a profissão docente se converte, de acordo com Giannotti, em uma arte de iludir os alunos e os pares acadêmicos, na luta constante por prestígio e recursos de financiamento.

Assim, para o filósofo, falta à universidade uma “prática cotidiana dos conhecimentos”, de forma que ela seja capaz de “selecionar os problemas relevantes para o país e para a própria comunidade científica tecer uma trama auto-referente” (GIANNOTTI, 1986, p. 48). Para isso, é necessário que a instituição delineie “claramente suas regras de conduta, o papel e a responsabilidade de seus atores, e procurar nessa direção avançar a todo custo” (GIANNOTTI, 1986, p. 48).

Segundo o filósofo, o “sabido” constitui um obstáculo que impede a universidade de avançar no sentido de uma prática cotidiana dos conhecimentos. Essa nova figura surge em um contexto de autonomização dos meios de comunicação, no qual a difusão cultural passa a ser realizada em grande escala, fazendo com que os mecanismos de controle dos “sábios” sobre a sua obra desapareçam. A produção intelectual levada a cabo nessas condições apresenta, de acordo com Giannotti, uma feição mediana, além de impelir a intelectualidade a se regionalizar, isto é, os produtos culturais passam a fazer sentido somente para uma dada comunidade científica em um determinado país. Esse pano de fundo favorece o “sabido”, que dotado de um “senso publicitário” (GIANNOTTI, 1986, p. 50) e fluente no jogo de trocas de favores, de

publicações, de conferências etc., infiltra-se no mercado internacional de produção cultural.

Nas condições brasileiras, conforme Giannotti, não há competição entre os professores e pesquisadores, de forma que não se criam as circunstâncias, como no exterior, para que “os chefes sabidos [sejam] mais sábios do que os outros”. Tampouco há uma “retaguarda universitária capaz de formar espíritos mais críticos” (GIANNOTTI, 1986, p. 51). Dessa forma, a universidade se converte em “uma fábrica de sabidos” (GIANNOTTI, 1986, pp. 52):

E diante dessa multidão de alunos se colocam os professores mal pagos, recebendo em geral por hora-aula, dedicando-se marginalmente à docência, queimando etapas numa carreira atabalhoada; professores do estado efetivados muito mais por truques da legislação do que por terem percorrido as agruras dos concursos; professores que nem sequer publicaram um artigo, que passaram às escondidas suas teses; professores que obtiveram seus diplomas não se sabe como e que agora, já que a rede do ensino superior se expandiu a ponto de incorporar a todos, estão ocupando importantes posições de mando; enfim, toda essa massa de docentes formando um *baixo clero conivente com a esperteza e que, nunca, de modo algum, estará disposta a jogar as regras da competição e da avaliação recíproca. Quem não faz não gosta de ser cobrado* (GIANNOTTI, 1986, p. 52; grifos meus).

Até aqui, Giannotti estabelece as mesmas oposições que Schwartzman (1992) entre os “sábios”, ou “segunda camada”, que viveram a experiência de estudarem, lecionarem e pesquisarem em uma universidade de excelência, na qual predominava o critério da competência acadêmica, e almejam a volta da instituição a este estado de coisas, e os “sabidos”, “baixo clero” ou “terceira camada”, produto das mudanças ocorridas no país durante o regime militar, seja no campo mesmo do ensino superior, seja no campo dos meios de comunicação, os quais vivem a profissão intelectual como um “faz de conta”. Nessa configuração da universidade, os “sábios” desejam que a universidade seja avaliada para melhorá-la, enquanto os sabidos fogem dela com medo de que descubram suas falcatruas.

Mas o filósofo vai um pouco além e fala das “metamorfozes do sabido” (GIANNOTTI, 1986, p. 55). Eles podem ser especialistas em “coisas esquisitas”, como uma “forma de evitar possíveis concorrentes” (GIANNOTTI, 1986, p. 53), tal qual o professor de literatura chinesa citado por Giannotti, que não sabia escrever em mandarim; podem também ser “especialistas em regulamentos”, “dominam as assembleias por sua inegável competência discursiva ou se insinuam pela carreira universitária recorrendo aos mais vários expedientes”, “em geral, apresentam currículos

volumosos e chegam rapidamente ao topo da carreira onde se instalam de vez. A estratégia mais eficaz é não fazer onda, ser notado sem provocar diferenças” (GIANNOTTI, 1986, p. 53); podem inclusive ser do tipo “estrela”, “é a combinação perfeita com o sábio: foi aluno brilhante, com enorme facilidade de expressão, domina competentemente certas áreas, mas desconhece as virtudes do comedimento e nunca resiste ao microfone ou ao aplauso” (GIANNOTTI, 1986, p. 53). A imprensa brasileira representa um papel importante na legitimação desses “sabidos”, que aprende “a capturar no ar precisamente o que o público pretende ouvir” (GIANNOTTI, 1986, p. 53).

Para Giannotti, outro desafio da universidade, além de isolar o “sabido”, é a já citada criação de regras de conduta que permitem agirem em concordância alunos, docentes e funcionários, os quais são portadores de diferentes representações sobre a universidade. A ausência desses princípios têm significado que “o populismo espreita a universidade, se por populismo se entender a encenação política de certas demandas num cenário cuja reestruturação não pode atendê-las” (GIANNOTTI, 1986, p. 65). Assim, as associações docentes se fecham em reivindicações corporativistas, enquanto o movimento estudantil se volta mais para o combate partidário do que para a política propriamente universitária, e as associações de funcionários trazem para o espaço da universidade a luta sindical.

Entretanto, segundo o filósofo, no interior da instituição há certos setores engajados em estabelecer e respeitar as normas de conduta, constituindo um verdadeiro “*poder acadêmico*” (GIANNOTTI, 1986, p. 67):

Numa ponta, se situam os pesquisadores e professores que recusam a competição burguesa e o consumo desenfreado, a segurança duma vida rotineira, para aceitar o vago, a indefinição do largo, a tormenta da procura e a embriaguez da descoberta. Noutra ponta, estão os estudantes que, divisando os caminhos enrodilhados da barbárie, topam a pausa do estudo, do aprendizado, a convivência com os saberes feitos e *in fieri* que lhes tragam a prática do conhecimento. E, finalmente na última ponta, aqueles funcionários que colocam suas competências em função do papel civilizatório da universidade, quer enfrentando o cotidiano da pesquisa, quer assumindo postos de mando com o preciso intuito de fazer funcionar uma máquina na qual eles acreditam. O poder acadêmico é um chapéu de três bicos – difícil é articular os fios que ligam as três pontas, *principalmente reconhecer que, neste jogo, nem todos são iguais. O mais experiente lidera e abre caminhos para o pesquisador aprendiz, o sábio ensina o estudante e o funcionário competente mostra aos recém-chegados como se monta uma pesquisa ou se põe em andamento a administração. Não existe poder acadêmico sem hierarquia de méritos (...)* (GIANNOTTI, 1986, pp. 67-68; grifos meus).

As relações dentro da universidade entre alunos professores e funcionários que almejam o estabelecimento do “poder acadêmico” são perpassadas, desse modo, de acordo com Giannotti, por uma hierarquia fundada no simples fato de que o professor detém conhecimento e o aluno não. Este aprende uma “técnica do conhecer (...), que se forja por aprender a seguir regras, pela automatização do corpo e do espírito, a fim de que o aprendiz tenha à mão pacotes de comportamentos físicos e simbólicos que lhe permitam lançar-se na invenção” (GIANNOTTI, 1986, p. 88). O poder acadêmico é fundado, então, no ensino de uma prática que permite adquirir conhecimento. Sua autoridade, segundo o filósofo, não decorre de uma simples imposição do mestre sobre o discípulo, mas está fundada na razão, princípio tácito que ambos reconhecem como legítimo.

No entanto, na sociedade contemporânea o poder acadêmico tem sido abalado por alguns processos de mecanização, como a substituição dos exames dissertativos pelos de múltipla escolha, além dos procedimentos avaliativos dos docentes, que passam cada vez mais pelo número de publicações e citações. Para essa conjuntura Giannotti estabelece como remédio a democratização do poder acadêmico, a qual se relaciona com o comprometimento de alunos, professores e funcionários com as regras do jogo, sendo que estas somente podem ser mudadas em função de procedimentos que levem em conta toda a estrutura de poder na universidade. Além disso, o filósofo recomenda a revisão dos procedimentos de avaliação, estabelecendo ao lado das aferições individuais, feitas nos concursos e para a obtenção de financiamentos, o exame do funcionamento do departamento como um todo, pois “isto evitaria, desde logo, esta convivência que se forma entre os colegas a fim de que um não se intrometa no trabalho do outro” (GIANNOTTI, 1986, p. 90). Na medida em que os membros do departamento “participam voluntária ou involuntariamente duma mesma política cultural é conveniente que defrontem com um olhar externo que os ajude a pensá-la” (GIANNOTTI, 1986, p. 90). Esse “olhar externo” é o dos próprios pares, docentes e pesquisadores que possam ter o distanciamento para avaliá-la.

Nesse sentido, para Giannotti, como para os outros membros desse primeiro grupo, a renovação da universidade brasileira passa pelos procedimentos de avaliação. Em seu livro, ele descreve as formas pelas quais ela se pode realizar. Mas o interessante de sua análise é reter o caminho de construção da ideia de que os professores, por dominarem a “técnica do conhecer”, devem estar no topo da hierarquia universitária. É

evidente que não são quaisquer professores, não são os “sabidos”, são os “sábios”, eles sim comprometidos com a construção de um verdadeiro poder acadêmico.

Em suma, os diagnósticos de Giannotti a respeito da universidade, embora presentes em um registro mais sublimado – trata-se, afinal, de um filósofo –, são muito semelhantes em relação aos feitos por Eunice Durham e Simon Schwartzman, os quais têm por base os seguintes pontos: (a) a universidade está em crise devido a uma série de mudanças pelas quais passou tanto o processo de produção cultural brasileiro em geral, quanto ela mesma enquanto instituição, que (b) ocasionaram a formação de “camadas” em seu interior, sendo uma delas composta por pesquisadores e professores que foram contratados para atuar na instituição no período em que houve a sua abertura a um público que não tinha acesso à educação superior; (c) essa “camada” e o novo público estudantil são apontados como motivo da descaracterização da universidade enquanto centro de excelência e reino da competência, pois se formaram e formam professores com base no “faz de conta”; (c) no interior da universidade há um conjunto de professores e pesquisadores dispostos a tirar a universidade da crise e integrá-la à sociedade contemporânea. Tendo se diplomado, pesquisado e dado aulas na instituição antes do processo de massificação, além de ter conhecimento sobre ela – seja participando na elaboração de políticas para a mesma, seja pelo estudo sistemático da temática em grupos de pesquisa (ou os dois juntos) – esse grupo é constituído (por ele mesmo) como o único legítimo para levar a cabo a tarefa de modernizá-la, reformá-la, democratizá-la etc.

A afirmação desse grupo de docentes para encabeçar as mudanças na universidade é feita com base no seu pertencimento à instituição em uma época anterior à massificação do ensino superior. Entretanto, é possível também observar que a presença desses professores e pesquisadores em outra instituição foi igualmente importante para a construção de suas concepções acerca do mundo social. Essa instituição é o CEBRAP, centro que reuniu pesquisadores de renome na área das ciências sociais, e de cujos quadros saíram políticos atuantes no período de redemocratização, aglutinados em torno do PSDB³⁶.

³⁶ Acadêmicos que compuseram o CEBRAP ao longo do tempo: Fernando Henrique Cardoso, Carlos Estevam Martins, Juarez Brandão Lopes, José Arthur Giannotti, Ruth Corrêa Leite Cardoso, Elza Berquó, Paul Israel Singer, Octávio Ianni, Bolívar Lamounier, Francisco de Oliveira, Roberto Schwarz, Lúcio

O CEBRAP foi criado por um núcleo de intelectuais cuja socialização se deu na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras localizada na Rua Maria Antonia. Alguns de seus fundadores compuseram o grupo de estudos interdisciplinares em torno d’*O Capital*, o qual ficou conhecido como “Seminário Marx”. Criado em 1959, o Seminário reuniu Ruth Cardoso Corrêa Leite, José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Fernando Novais, Paul Singer, Octávio Ianni, Rui Fausto, dentre outros uspianos que foram se agregando ao grupo original. A centralidade desse seminário reside no fato de que ele foi um dos primeiros no Brasil, e talvez na América Latina, a reunir um grupo de cientistas com sólida formação acadêmica, identificados também com o socialismo, a desenvolver estudos aprofundados sobre a obra de Marx, aplicando-os nas pesquisas que vinham desenvolvendo (SORJ, 2001, p. 19). Além de sua dimensão de formação intelectual, Sorj (2001) destaca também a importância do “Seminário Marx” para a construção da identidade geracional daqueles que viriam a constituir o CEBRAP:

Ele [o Seminário Marx] foi um elemento cristalizador da identidade de um grupo geracional, ao qual deu, além de uma linguagem comum, laços existenciais e de lealdade e uma marca de origem. Quando o CEBRAP foi criado, o seminário de Marx serviu como mito fundador da instituição, conferindo um sentido de continuidade no tempo e um caráter de quase predeterminação a um evento que teve muito de circunstancial (SORJ, 2001, p. 20).

Tal é a centralidade do “Seminário Marx” na constituição do Centro, que dos sete pesquisadores que compuseram o núcleo fundador, Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Elza Berquó, Cândido Procópio Ferreira, José Arthur Giannotti e Octávio Ianni, somente dois (Elza Berquó e Cândido Procópio Ferreira) não participaram do grupo de estudos. Ademais, todos esses pesquisadores foram alunos e/ou docentes da universidade, sendo a grande maioria oriunda da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras. Todos eles haviam se diplomado antes de 1967 e, quando o CEBRAP é fundado, tinham já interesses intelectuais bem delineados e uma carreira já consolidada (SORJ, 2001, p. 34-35). Sorj (2001) resume assim o que teria reunido grupo tão homogêneo:

É importante salientar que a coesão inicial deste grupo se deveu menos à convergência teórica do que a afinidades de natureza geracional e aos

Kowarick, Fernando Novais, Eunice Ribeiro Durham, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Vilmar Faria, Vinicius Caldeira Brant, Rodrigo Naves, dentre outros.
Acadêmicos que fizeram parte do CEBRAP e se tornaram políticos atuantes: Fernando Henrique Cardoso, Paulo Renato Souza, Luiz Carlos Bresser Pereira e José Serra.

vínculos criados no contexto de uma tradição acadêmica específica, vínculos estes que seriam reforçados pelo clima político da época, o qual estimulou o sentimento de solidariedade entre os membros e tendeu a minimizar, pelo menos temporariamente, suas diferenças (SORJ, 2001, p. 35).

A importância do pertencimento à geração, marcada pela vivência na Faculdade de Filosofia, pela leitura de Marx e por uma forma de ser e fazer acadêmico que proporcionou a criação do CEBRAP, pulula no texto que José Arthur Giannotti escreve por ocasião dos 20 anos da fundação do Centro. De acordo com o filósofo, é possível notar o “estilo Maria Antônia” no CEBRAP dos anos 1970 (GIANNOTTI, 1989, p. 3). Nesse ambiente, encarava-se “a vida acadêmica como processo de recolhimento, espécie de exercício espiritual que domasse nossas vidas e melhorasse nossas convivências” (GIANNOTTI, 1989, p. 3). O CEBRAP surge, assim, como uma forma de reação ao clima acadêmico que se vivia na USP, de perseguição aos professores, e como uma forma de abrigar aqueles que foram cassados pelo Ato Institucional nº 5, de modo a “preservar aquilo que já éramos: intelectuais por vocação” (GIANNOTTI, 1989, p. 4).

O Centro então é criado como a uma instituição pública fora dos ditames do Estado. Apresenta-se como privada sem fins lucrativos, embora sempre operasse com financiamentos públicos nacionais e internacionais (a verba inicial para a fundação foi concedida pela Fundação Ford). A vida institucional do CEBRAP durante o regime militar foi pensada cuidadosamente tendo em vista não afrontar o governo, de modo a permitir que os pesquisadores continuassem em atividade: “*os intelectuais puros* aprendiam a negociar e a fazer política, a enfrentar o inimigo com as armas possíveis no momento” (GIANNOTTI, 1989, p. 4; grifos meus).

O modo como o CEBRAP foi financiado inicialmente é considerado por Giannotti (1989) uma alternativa interessante de se escapar ao estatismo presente nas universidades, pois o dinheiro investido sempre tinha relação com o trabalho feito: “cortavam-se os males do intelectual que se burocratiza na profissão de professor e pesquisador enquanto funcionário público”. Além disso, a experiência no CEBRAP, que incluiu a publicação de revistas e o diálogo com um público que ainda não se conhecia, já que não havia mais o consumidor costumeiro dos produtos acadêmicos, os alunos, delineou

uma forma de vida acadêmica fora das muralhas da universidade, o que contribuiu sem dúvida para que se perceba hoje que a universidade moderna não é como a cidade antiga, cerceada dentro de seus muros estreitos,

protegida por portas que se abrem e se fecham, demarcando um espaço urbano autêntico e outro falso – *bourg/ffaux bourg*. Ao contrário, ela se espalha urbanizando o campo, transformando este último na residência do sossego, obviamente se for capaz de evitar os males do isolacionismo e da solidão (GIANNOTTI, 1989, p. 5).

A experiência no CEBRAP deu aos (ex) professores da USP a sensação de que a universidade poderia assumir outra feição que não a da clássica da torre de marfim. Para isso, como o Centro, ela deveria se abrir ao exterior. É interessante notar como as ideias do filósofo se complementam com aquelas expressas por Durham, Schwartzman e Goldemberg, e são as mesmas que estão em jogo durante o caso da “lista dos improdutivos”. A concepção de universidade desse grupo é, assim, resultado por sua passagem primeiro na universidade e, depois, por uma vivência fora dela, no CEBRAP.

Mas alguns pesquisadores do Centro, os que não vão para a carreira política, voltam à instituição, após a abertura política e a Lei da Anistia, e encontram-na modificada. Ela abriga novos grupos sociais, novos públicos e colegas docentes com perfil diferente. Então se estabelece entre esses “sábios” a visão de que a universidade e o trabalho intelectual havia se modificado, sendo que

é o próprio sentido da vida acadêmica que vem sendo contestado. *O antigo intelectual, o pastor do pensamento, vê-se substituído pelo especialista, dominador duma técnica que vende como uma mercadoria qualquer. Há muitos pesquisadores que já começam a carreira se projetando como máquina registradora, livro de contabilidade que anula o livro de uma vida. É o próprio sentido da carreira que se transforma. Antes do texto vinha uma forma de vida, um modo de refletir por meio das palavras, agora é o texto que vem antes como tomada de posição, enunciado ou relatório, de sorte que a unidade da vida vai ser colocada por outrem que venha desempenhar o papel de biógrafo. O intelectual de hoje cuida de si como bom negociador de suas opiniões e de suas orações.*

Essa mercantilização da carreira ameaça a criatividade teórica, a vontade de transformar o mundo pela palavra e, por isso mesmo, de reformular a teoria como instrumento de intervenção na natureza e na sociedade. Vinte anos depois o CEBRAP precisa ser refundado como órgão de resistência, agora, porém, como instituto conservador de um ideal que nos fez civilizados e, por isso mesmo, ideal subversivo diante dum projeto intelectual que separa a produção e a intenção de melhorar sua própria vida por meio do fazer. Poucas vezes na história os problemas duma ética da vida intelectual se tornaram tão urgentes, pois poucas vezes se assiste ao espetáculo de técnicos tão competentes se mostrarem tão incompetentes na forma de fazer da vida alguma coisa que valha a pena, social e moralmente (GIANNOTTI, 1989, p. 5; grifos meus).

Nesse sentido, para evitar que o modo de vida que forjou os “intelectuais puros” seja extinto, é necessário que esses agentes como grupo, como CEBRAP, ou mesmo individualmente, assumam a tarefa ética de preservá-lo. Eles, que antes tiveram a coragem para enfrentar o autoritarismo, devem agora, na visão de Giannotti (1989, p. 6),

“denunciar o aviltamento da atividade acadêmica como forma de vida”. Para isso, segundo o filósofo, o importante é “compreender o sentido coletivo e social da investigação filosófica e científica, que por isso mesmo deve excluir todos aqueles que apenas fazem de conta que pensam” (GIANNOTTI, 1989, p. 6). Tarefa que Giannotti já havia recomendado em seu livro para que a universidade avance na direção de um “poder acadêmico”, ou seja, o poder dos “sábios” de sua geração.

A partir de tudo o que foi apresentado, pode-se dizer, resumidamente, que essa geração, marcada pela socialização em determinadas instituições específicas – USP (“Seminário Marx”) e CEBRAP – e em um dado período histórico – a universidade antes da massificação e CEBRAP durante o período da ditadura militar –, que se traduz em um modo de ser e fazer intelectual, é orientada pela “vontade de transformar o mundo pela palavra e, por isso mesmo, de reformular a teoria como instrumento de intervenção na natureza e na sociedade” (GIANNOTTI, 1989, p. 5). Esse ideal acadêmico-político direciona esses agentes em sua atuação em relação ao ensino superior, na medida em que sua teoria é informada e informa a intervenção política na sociedade e na universidade. Tal concepção da atividade intelectual, que não separa a “produção e a intenção de melhorar sua própria vida por meio do fazer” (GIANNOTTI, 1989, p. 5), tem chance de se realizar na medida em que a rede composta por esses acadêmicos é compatível com uma nova elite política que vinha se construindo em torno daquele que viria a ser o presidente do Brasil entre 1994 e 2002, Fernando Henrique Cardoso (HEY, 2008).

Enquanto o sociólogo ocupou o cargo de suplente de senador e, posteriormente, senador do Estado de São Paulo, José Goldemberg foi presidente das principais companhias de energia elétrica do país. No governo de Orestes Quécia, foi reitor da USP, no mesmo período em que o PSDB foi criado. Enquanto o PSDB se fortalecia no cenário político brasileiro, José Goldemberg ocupou outros postos políticos. Primeiro, como Secretário Nacional de Ciência e Tecnologia, depois, como Ministro da Educação, no governo Itamar Franco. Durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, auge do PSDB na política federal, foi Secretário Estadual do Meio Ambiente de São Paulo. Eunice Durham, enquanto Goldemberg era reitor da USP, foi Assessora para Política Universitária e Coordenadora da Comissão Especial de Coordenação das Atividades de Extensão. Depois, ela assumiu a presidência da CAPES, quando Goldemberg era Secretário de Ciência e Tecnologia. Quando o ex-reitor se tornou Ministro da Educação,

Eunice Durham foi chamada para ser Secretária Nacional de Educação Superior e Representante do Conselho de Ciência e Tecnologia da Presidência de República, e depois, no governo Fernando Henrique Cardoso, assume a Secretaria Nacional de Políticas Educacionais. Simon Schwartzman, na época, participava de Comissões e Seminários ligados ao Ministério da Ciência e Tecnologia e ao Banco Mundial. Durante o mandato de FHC, foi presidente do IBGE. Nesse período, José Arthur Giannotti foi do Conselho Nacional de Educação (CNE). Demitiu-se por não concordar com a transformação em universidade de uma faculdade particular, sendo substituído por Eunice Durham.

Como “sábio”, Giannotti, fez graduação em filosofia na USP, bem como doutorado (1950-1953). cursou pós-doutorado na Universidade de Paris XI (1956-1957). Obteve a livre-docência em 1960. Fez especialização em filosofia na Universidade de Yale (1972-1973) e foi Professor Visitante na Universidade de Columbia (1980-1982). Pesquisador do CEBRAP desde 1969, também foi um de seus fundadores. Docente na USP desde 1954, em 1998 recebeu o título de Professor Emérito. Possui os seguintes prêmios, relacionados à sua atuação na academia e na política científica: Prêmio Fábio Prado, Sociedade Brasileira de Escritores (1961); Prêmio Anísio Teixeira, MEC-CAPES (2001); Grã Cruz da Ordem do Mérito Científico (2002).

No âmbito da construção de diretrizes para a universidade, o filósofo participou, em 1985, da comissão nacional voltada para a elaboração de uma nova política para a educação superior brasileira (a “comissão dos notáveis”), além de ter sido um dos membros do grupo que estudou um novo estatuto para a USP, o qual passou a reger a instituição durante a gestão de José Goldemberg. Diferentemente de Eunice Durham e Simon Schwartzman, Giannotti não se dedicou à realização de estudos sistemáticos e pesquisas empíricas sobre o ensino superior, inclusive nunca foi membro do NUPES. Suas intervenções sobre a universidade são feitas a partir da sua disciplina de origem, a filosofia, fornecendo ideias a respeito do mundo social, da função e da posição da universidade na sociedade. O filósofo tem intensa produção de artigos publicados em jornais sobre a democratização do ensino superior, a reforma universitária e a autonomia das instituições. Dentre os acadêmicos da primeira matriz de pensamento é o mais próximo da imprensa, pois, como fica patente no caso da “lista dos improdutivos”,

foi o único que se ocupou do debate com os jornalistas sobre o papel da imprensa na sociedade democrática.

José Goldemberg, assim como Giannotti, tem pouca produção de pesquisas sistemáticas sobre o ensino superior, mas tem intensa participação na elaboração de políticas para tal setor e nas áreas de ciência e tecnologia. Além de reitor da USP (1986-1990), foi Secretário de Ciência e Tecnologia (1990-1991) e Ministro da Educação (1991-1992). Ocupou altos postos também decorrentes de sua trajetória na área de energia e meio ambiente. Foi Secretário do Meio Ambiente de São Paulo entre 2002 e 2006, e presidente da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), da Companhia de Gás de São Paulo (COMGÁS), da Eletricidade de São Paulo S/A (ELETROPAULO), e da Companhia Energética de São Paulo (CESP), entre 1982 e 1986.

Além disso, possui trajetória exemplar enquanto cientista. É pesquisador emérito do CNPq, tendo participado também do Conselho nos anos 1970 como membro do Comitê Assessor de Física (1975-1977). Possui intensa circulação internacional, que denota seu prestígio enquanto pesquisador também no exterior. Foi professor visitante das Universidades de Paris-Orsay (1964), Princeton (1977-1982), (1993-1994), Stanford (1996-1997) e da Internacional Academy of the Environment (1995), além de professor titular da Universidade de Toronto (1972-1973), e pesquisador das Universidades de Sussex (2005-2007) e Stanford (1962-1963). Sua carreira científica de prestígio é coroada pela nomeação para a presidência da Sociedade Brasileira de Física (1978-1979) e da Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência (1979-1981). Além disso, Goldemberg é membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia de Ciências do Terceiro Mundo, associações honoríficas destinadas a promover a atividade científica no Brasil e no mundo em desenvolvimento.

Detentor de grande reputação perante os governos, que o nomearam para presidir e secretariar órgãos e empresas estatais, além de possuir trajetória acadêmica e científica notória dentro e fora da USP, José Goldemberg, quando se torna reitor da USP por acumular tais credenciais, assume a função de nuclear um grupo de docentes e pesquisadores que, como ele, tendo experiência anterior em comissões e instituições do governo dedicadas ao ensino superior, podem tanto colocar em prática suas ideias quanto estabelecer tal temática como um campo de estudos (HEY, 2008, p. 22 e ss.).

Goldemberg, em tal posição, realiza políticas na Universidade tendo em vista sua modernização, a qual foi aventada como necessária nos textos aqui dissecados de Durham (1992) e Schwartzman (1992). Sua gestão constitui um momento em que as profecias dos acadêmicos da primeira matriz de pensamento podem se tornar reais. O grupo mais dinâmico da universidade tem poder para tirar a instituição do imobilismo, do jugo estático das outras camadas. Dentre essas políticas, Goldemberg realiza a avaliação da instituição, tal como relatado por ele mais acima. A opção por utilizar dados quantitativos, necessários para a construção de indicadores, levou a fabricação da lista que caiu nas mãos da *Folha de S. Paulo*, o que atrapalhou a realização da avaliação.

As outras políticas levadas a cabo pelo ex-reitor referem-se a mudanças na organização administrativa e burocrática da universidade, as quais foram sancionadas pelo novo estatuto da instituição, aprovado pelo Conselho Universitário (CO) no final de 1988. Dentre essas mudanças destaca-se a criação de órgãos executivos, como as Pró-Reitorias de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária e a valorização de atividades de extensão universitária.

As Pró-Reitorias foram criadas como instâncias executivas para contrabalançar o poder dos órgãos legislativos da USP, responsáveis, segundo a administração, pela demora na aplicação de diretrizes nos âmbitos da graduação, pós-graduação pesquisa e cultura e extensão. Nesse sentido, elas têm a função de planejar, de acordo com regras centralizadas e compartilhadas, políticas acadêmicas que devem ser aplicadas na universidade toda. Elas podem ser pensadas, com base nas concepções do grupo composto pelo reitor que as instituiu, como elementos dinamizadores da instituição, pois com essas instâncias as políticas podem ser implantadas com mais agilidade, sem precisar passar pela deliberação das outras “camadas” presentes na universidade.

Para Paula (2000, p. 192), durante a gestão de José Goldemberg “houve uma valorização exacerbada das atividades de extensão universitária, concebendo-se a universidade como agência prestadora de serviços à sociedade”. Nessa linha, foi dada ênfase ao desenvolvimento de iniciativas de consultoria externa e prestação remunerada de serviços, embora a concepção de extensão universitária deixe margem à inclusão de outras atividades que estabelecem a ponte entre a universidade e o mundo externo (RODRIGUES, 2014). Processava-se, dessa forma, a integração da universidade com o

mercado, com o setor produtivo, desejada pelos acadêmicos³⁷ da primeira matriz de pensamento e percebida por eles como uma necessidade para que a instituição se adaptasse aos novos tempos. Dentre as atividades de extensão estimuladas pela gestão de Goldemberg nesse âmbito é possível citar a criação do Grupo de Assessoramento ao Desenvolvimento de Inventos (GADI), em 1986, “órgão responsável pela regulação e execução de medidas de proteção intelectual de inventos e assessorias técnicas prestadas pela instituição à comunidade externa” (RODRIGUES, 2014, p. 94), e da Comissão Especial de Coordenação das Atividades de Extensão Universitária (Cecae), em 1988, cuja coordenação ficou a cargo de Eunice Durham. A Comissão tinha por objetivo regular as atividades de extensão na USP (RODRIGUES, 2014, p. 96), assumindo, anos mais tarde, na esfera do Programa de Cooperação Universidade-Empresa, projetos como o Disque Tecnologia-USP, “que facilita o acesso à capacitação tecnológica e gerencial existente na USP, fornecendo consultas por telefone o fax sobretudo a micro e pequenas empresas”³⁸ (PAULA, 2000, p. 197).

A integração com o sistema produtivo tem em Goldemberg um forte defensor. Em artigo de 1995, *A academia e o mundo real*, o físico advoga a favor da participação de professores em atividades de consultoria a esse setor, e argumenta contra aqueles que defendem que tal prática quebraria o princípio da isonomia salarial. Esta equidade em relação aos ganhos é, do seu ponto de vista,

um produto típico duma mentalidade egalitária e estatizante que só pode vigorar em instituições isoladas da sociedade em que a realidade é outra. Nesta realidade existe competitividade e os mais aptos são os mais bem sucedidos, o que significa frequentemente melhores salários. Esta é a maneira pela qual a maioria das universidades é organizada no mundo inteiro (GOLDEMBERG, 1995, p. 23).

O princípio da isonomia salarial é entendido, assim, pelo ex-reitor, como “uma camisa de força que uns impõe aos outros para garantir vantagens corporativas” (GOLDEMBERG, 1995, p. 23). Ele seria defendido por grupos com origem nas ciências exatas (Matemática e Física) e nas humanidades (Filosofia), os quais são

³⁷ José Arthur Giannotti, em artigo para o caso da lista, ressaltou a necessidade da universidade se abrir ao mercado; Simon Schwartzman enfatiza em seu texto para o livro *Avaliação do ensino superior* (1992) que a universidade deve prestar assistência técnica a empresas; e, para Eunice Durham (1992, p. 204), a colaboração com o sistema produtivo seria uma nova função que a universidade deveria absorver para crescer e tornar-se mais diversa e flexível.

³⁸ O Projeto Disque Tecnologia-USP foi criado em 1992, no âmbito da Coordenadoria de Cooperação Universitária e Atividades Especiais (CECAE), órgão que substituiu a Comissão (Cecae), assumindo funções executivas, necessárias, segundo Roberto Lobo, reitor na época, para trazer mais agilidade nas decisões e implementação de atividades de extensão (RODRIGUES, 2014, p. 96).

provenientes de institutos onde não há diferenças salariais entre professores do mesmo nível, tendo em vista que não é tradição entre eles prestar consultorias externas. Tal recusa de estabelecer relações com o sistema produtivo é interpretada por Goldemberg como produzida por uma visão estritamente acadêmica, para a qual a ciência não deve estar a serviço do mercado sob pena da universidade de perder sua função crítica na sociedade. De acordo com o físico, as concepções “academicistas” desses grupos estão equivocadas, pois recusando a interação com o sistema produtivo, elas contribuíam para isolar a universidade do mundo real, reforçando o corporativismo (GOLDEMBERG, 1995, p. 23).

Nesse texto, Goldemberg atualiza para a Universidade de São Paulo as oposições entre os grupos e “camadas” de docentes delineadas por Giannotti e Schwartzman. Na USP, professores provenientes das áreas de pesquisa básica da universidade se dividiriam entre aqueles que são de acordo com a interação com o sistema produtivo e aqueles que são contra. Os que estão de acordo são descritos como docentes portadores de uma visão mais ampla, que conseguem ir além dos interesses corporativistas ligados à luta por melhores salários etc., percebendo como equivocada a concepção daqueles que imaginam que a abertura da universidade para o exterior possa conspurcar seu função crítica. Para eles, é possível a instituição abrigar diversas funções, deixando que elas compitam para melhorar, assim, a qualidade da universidade³⁹. É preciso, ainda, que essa competição seja estimulada, eliminando “artificialismos” (GOLDEMBERG, 1995, p. 23) que as impedem de atingir todo seu potencial. Aqueles que são contra essa interação justificam sua posição demonstrando que nem todas as áreas da universidade têm condições de competir em pé de igualdade, ressaltando os prejuízos dessa concorrência, ao mesmo tempo em que lutam para preservar e fazer valer os direitos docentes contra essa lógica.

Aqueles que são de acordo são professores que, apesar de serem oriundos das áreas básicas, foram formados na universidade antes da massificação. São os “sábios”

³⁹ “Um sistema universitário moderno deve ter lugar para a pesquisa científica, para a formação de professores de nível médio, para a formação de médicos de alto nível, para cursos técnicos especializados de curta duração, para a assistência técnica às empresas, para o ensino das artes e para o questionamento crítico da sociedade pelo trabalho independente de seus professores e alunos. Cada uma dessas atividades deve ser capaz de se sustentar em suas próprias pernas e disputar com as demais o seu espaço” (SCHWARTZMAN, 1992, p. 25). Tal concepção, também presente nos textos de Durham e Goldemberg, fica explícita nesse parágrafo de Schwartzman. Ela bebe no modelo norte-americano de sistema superior, no qual as instituições são deixadas livres para competir, em um mecanismo parecido com o do mercado.

de Giannotti, a segunda “camada” de Schwartzman. Eles possuem conhecimentos e experiências em políticas para o ensino superior que os permitem vislumbrar os defeitos e potencialidades da universidade e adaptá-la para a nova sociedade que estava se formando, via avaliação, interação com o sistema produtivo e outras medidas que evitem seu isolamento. Os que são contra a abertura ao mercado foram contratados durante a massificação do ensino, compõem a “terceira camada” descrita por Schwartzman, são os “sabidos”, “baixo clero” cujos interesses são restritos a questões salariais, estabilidade no emprego, aposentadoria etc.

No caso da “lista dos improdutivos” essas posições aparecem quando, de um lado, tem-se Durham, Giannotti, Schwartzman e Goldemberg e, de outro, os representantes das associações docentes – ANDES e ADUSP. No entanto, uma terceira posição também desponta, a qual defende a não integração com o sistema produtivo e a não aplicação de políticas de modernização, mas provém da universidade antes da massificação. Personificada por Marilena Chuí, ela revela os defeitos das outras duas posições, analisando os prejuízos da “universidade de resultados e serviços” (CHAUÍ, 1995) e a competição desigual que ela estimula, e condenando também a postura corporativa das associações de docentes.

Passarei, agora, à exposição das concepções das associações docentes e de Marilena Chauí, de forma a compor o quadro de posições dos docentes que se manifestaram no caso da “lista dos improdutivos”.

3. ANDES e ADUSP: o professor não é um príncipe, é um trabalhador

Em 1975, alguns professores da Universidade de São Paulo se reúnem no saguão da Faculdade de Filosofia para enviar uma nota de protesto à reitoria tendo em vista a morte sob tortura de Vladimir Herzog. Nesse encontro começam os primeiros contatos entre os docentes que fundariam, oito meses depois, em 19 de outubro de 1976, a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP).

O objetivo desses professores era estabelecer uma continuidade entre a ADUSP que nascia e a Associação dos Auxiliares de Ensino, criada em 1956 tendo por finalidade, além da luta por melhores salários, a defesa dos auxiliares “contra a prepotência dos catedráticos” (BARROS, 1996, p. 4). O motivo para desejar tal

continuidade estava no fato de que a Associação dos Auxiliares “tinha várias boas tradições” (BARROS, 1994, p. 4), sendo dirigida, nos seus tempos áureos, por professores de renome. Ademais, a entidade teve papel importante na fundação da FAPESP. Na gestão de Alberto Carvalho da Silva, a associação participou das articulações que propiciaram a destinação de 0,5% do orçamento do estado para auxiliar as pesquisas através da criação da fundação.

Assim, os professores envolvidos na criação da ADUSP procuraram os antigos dirigentes da Associação dos Auxiliares de Ensino para saber em que pé se encontrava a entidade, a qual deixou de funcionar em 1968, quando esmoreceu seu ativismo devido à conjuntura política do país. Em conjunto com o ex-presidente (da penúltima gestão) e ex-vice-presidente da associação, professores Erasmo Garcia Mendes e Domingos Valente, refizaram o estatuto da entidade e convocaram uma assembleia – a primeira reunião de professores desde o AI-5 – para lançar as bases da associação.

A conjuntura política em 1976, de abertura lenta e gradual, possibilitou a concretização da fundação da ADUSP. Mas os professores, temendo ainda retaliações do governo militar, cercaram-se de alguns cuidados, escalando para compor a primeira diretoria, empossada na assembleia de fundação, professores de prestígio e figuras conhecidas na luta pelas liberdades democráticas: Clodowaldo Pavan (presidente), Domingos Valente (1º vice), Simão Mathias (2º vice), Alberto Luiz da Rocha Barros (1º secretário), José Jeremias de Oliveira Filho (2º secretário), Milton Santos Campos (1º tesoureiro), Carolina M. Bori (2º tesoureiro) e Dalmo Dallari (assessor jurídico).

Devido à presença de professores ilustres, a entidade conseguiu a adesão de dois mil associados em um período de oito meses. Além disso, e talvez tenha sido de mais importância para atrair os docentes, a direção encampava um ideal que ia além da defesa dos salários:

Clodowaldo Pavan – O programa tinha um ideal maior. Tinha um programa no qual realmente a ideia central era a *integração das várias áreas da universidade*. Era muito importante. Nós estávamos tentando fazer uma coisa para colaborar com o Conselho Universitário. Nós achamos que, como uma entidade independente, nós podíamos fazer muito mais por várias áreas da Universidade do que o próprio Conselho Universitário. E realmente houve uma aceitação bastante grande e a coisa funcionou de uma maneira... (PAVAN, 1996, p. 6; grifos meus).

Rocha Barros – Porque os professores não se conheciam. *Havia uma espécie de atomização da vida universitária e o Pavan insistia muito nessa necessidade das pessoas se conhecerem, em fazer essa integração*

universitária. Nós sempre insistimos que a ADUSP teria três características básicas: a de ser 1) *uma entidade cultural*; 2) *uma entidade de integração docente* e 3) *uma entidade de reivindicação docente*. Então, essas três características básicas vão orientar a vida da ADUSP (...) (BARROS, 1996, p. 6).

O ideal defendido por Clodowaldo Pavan (1996, p. 6) era compartilhado por todos os professores que fundaram a ADUSP, filhos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras:

Erasmu Mendes – Bom, o ponto que eu gostaria de destacar é o fato tanto da ADUSP quanto da antiga Associação deverem muito aos docentes da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Na realidade, eles foram criados dentro de um espírito, a meu ver, verdadeiramente universitário, sem nenhuma tendência a ser fiel a uma faculdade por ser a *almamater*. É claro que também havia elementos eventuais de outras escolas, profissionalizantes, que estavam imbuídos desse espírito, mas não eram a regra. Isso mostra um pouco que a questão da gente se considerar universitário é uma questão importante e que é adquirida durante o seu curso universitário. Se a escola é, por razões históricas, muito personalizada, como a Escola Politécnica, as pessoas não ficam muito universitárias (...) (MENDES, 1996, pp. 11-12).

Rocha Barros – Exatamente. Inclusive eu faço uma piada a respeito disso. Nós nos burocratizamos após a Reforma Universitária e nos tornamos são-franciscanos. Logo em seguida surge a ADUSP e nós nos marionetizamos, lembrando do saguão da Faculdade de Filosofia sediado na rua Maria Antônia. É, a “Maria Antônia” tem grandes tradições no sentido universitário. Então passamos da atitude típica do Largo de São Francisco para a atitude típica da Maria Antônia com a ADUSP. Isso fica consignado como piada (risos) (BARROS, 1996, p. 12).

A ADUSP em seus primeiros anos resgata, assim, o ideal de integração universitária presente entre os professores formados na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Sendo corrompidas as outras aspirações pela Reforma Universitária de 1969, a associação parecia a eles uma oportunidade para reavivar o “espírito marionetiano”.

A primeira gestão da associação contava com o apoio de membros da cúpula universitária, como Eurípedes Simões de Paula, na época diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, o qual defendia a entidade perante o Conselho Universitário e disponibilizava a gráfica da FFLCH para seu uso. Além disso, A ADUSP desfrutava de boas relações com o reitor da época, Orlando Marques de Paiva, que posteriormente se filiou à instituição, e também estabelecia diálogo constante com o governo, na medida em que, segundo José Jeremias Filho (1996, p. 8): “nós [a primeira diretoria] representávamos melhor, naquela época, a Universidade do que a reitoria (...). Nós éramos os interlocutores para discutir os problemas da Universidade”. O prestígio adquirido pela entidade ressoou na mídia, sendo suas ações cobertas pela imprensa - *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Clodowaldo Pavan propõe a seguinte

interpretação a respeito do interesse desses jornais em veicular informações sobre a ADUSP:

Na verdade, nós vivíamos um período de transição. Na época, poucos cientistas gostavam de falar de qualquer coisa que não fosse da sua especialidade, quero dizer, eles só davam entrevistas sobre a sua especialidade. Falar sobre os assuntos do governo, falar sobre os assuntos da Universidade, falar sobre outros assuntos era uma espécie de tabu. Por outro lado, a sociedade reclamava por notícias da universidade diante dos novos tempos de abertura. Assim, quando a imprensa constatou que o pessoal da ADUSP estava disposto a falar sobre os temas gerais, de acordo com um programa muito amplo que tinha se estabelecido, um grupo de repórteres explorou bem a matéria (PAVAN, 1996, p. 12).

A fala de Pavan reflete o clima de abertura política e o estabelecimento das relações entre a imprensa e a universidade, que englobou, além do noticiário sobre o movimento estudantil (no caso da *Folha de S. Paulo*, como visto no capítulo 2), a veiculação de informações a respeito da ADUSP.

A boa reputação da entidade perante os docentes, a reitoria e a imprensa estimulou a criação de Associações Docentes em outras universidades brasileiras ao longo dos meses e anos que se seguiram à sua fundação. Entretanto, em 1977, o grupo que dirigiu a ADUSP durante seus primeiros meses perdeu as eleições, tendo assumido como presidente Modesto Carvalhosa.

De acordo com Erasmo Garcia Mendes, desde a primeira assembleia da ADUSP já existiam divergências entre os docentes “que consistem praticamente no seguinte: há uma facção de docentes que acha que a Associação deve estar sempre brigando com a Reitoria, ela deve ser oposição sistemática, e uma outra facção que acha que a Reitoria nem sempre deve ser hostilizada” (MENDES, 1996, p. 5). Nesse sentido, se a primeira gestão era a favor do diálogo com o reitor Orlando Marques Paiva, a segunda nem tanto.

O biênio 1977-1979 foi marcado pela greve geral de 1979 que, nas palavras de Antonio Candido, vice-presidente da entidade nesse período, representou “uma virada completa na mentalidade dos docentes. Foi quando se percebeu que o professor não era mais um príncipe, era um trabalhador” (REVISTA DA ADUSP, 2007, pp. 53-54). Outras questões que pontuaram a gestão de Carvalhosa foram: a tentativa de realizar a reunião da SBPC na USP, depois que o governo proibiu que ela fosse feita em Fortaleza, no Ceará, a luta contra o “terceiro estágio”, que consistiu na triagem ideológica dos candidatos a docente, e a elaboração do *Livro Negro da USP*, que versa sobre as cassações de professores durante a ditadura militar, relacionadas ao

estabelecimento de uma comissão no interior da universidade, a qual tinha relações com os órgãos de segurança do governo.

De 1979 até 1987, a entidade é encabeçada pelo grupo dos professores da primeira gestão, composta, por José Jeremias Filho e Alberto Luiz da Rocha Barros, dentre outros, que manteve a política de diálogo com a reitoria. Quando José Goldemberg é indicado para a gestão da USP essa facção estava, portanto, no poder, e Judith Kardos Klotzel era a presidente da ADUSP.

Em texto comemorativo aos 20 anos da ADUSP (KLOTZEL, 1996, pp. 36-37), a professora conta que sua administração foi marcada pela transição política na universidade e no país. Na USP, o reitor que antecedeu Goldemberg foi Hélio Guerra Vieira, identificado com a ditadura militar. No fim da sua gestão, segundo a professora, houve a queima de alguns documentos secretos referentes à triagem ideológica que se processava na instituição. O mandato de Judith Kardos Klotzel também foi pontuado por questões acadêmicas, como a discussão sobre a instituição do regime de 40 horas semanais sem dedicação exclusiva, na qual a ADUSP se posicionou totalmente contra, e pelas campanhas salariais. Com a eleição de Goldemberg, Klotzel (KLOTZEL, 1996, p. 37) diz ter melhorado as relações com a reitoria, “apesar das grandes divergências existentes entre a ADUSP e a direção da universidade”, permitindo a defesa dos professores injustiçados, o encaminhamento de reivindicações e apoio aos funcionários.

Em 1987 são convocadas eleições na ADUSP para o biênio seguinte, e a chapa Participação ganha por uma estreita vantagem. Oposição às gestões da entidade entre maio de 1979 a maio de 1987, ela era composta por Francisco Miraglia (IME), Flávio Aguiar (FFLCH), Márcia R. Car (Enfermagem), Amando S. Ito (Física), Henrique A. Cunha Jr. (Engenharia de São Carlos), Kátia Primavera (Farmácia) e Carlos Alberto Tomaz (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto).

Em texto à edição comemorativa da Revista ADUSP, Francisco Miraglia (1996) dá algumas informações sobre a chapa Participação:

Fundada em 83, a Participação é uma corrente de opinião e ação política formada por docentes da USP, militantes da luta pela democracia social, econômica e política. Concorremos às eleições para a diretoria da ADUSP a partir de maio de 1983, postulando a necessidade de que a entidade se tornasse um instrumento efetivo de luta dos docentes da USP, seja nas nossas questões específicas, seja nas questões gerais da universidade. Sempre presentes na vida política da ADUSP, tivemos papel importante nas lutas

travadas desde a sua fundação, em 76, principalmente após a posse do governador Franco Montoro, em 83 (MIRAGLIA, 1996, p. 38).

Presente na Associação desde 1976, os docentes que compõem a chapa Participação (criada oficialmente em 1983) adotam uma postura mais combativa em relação à reitoria e ao governo. Isso é perceptível na diferença do léxico utilizado por Judith Klotzel (1996) e Francisco Miraglia (1996) para descrever a condução das reivindicações da entidade e a sua aceitação ou não pela reitoria e/ou pelo governo. Enquanto no texto da docente as expressões utilizadas são “negociações”, “pressões diárias”, “diminuição do diálogo com o governo”, “diálogo com o reitor”, em seu artigo o matemático recorre a termos como “luta organizada”, “ataques traiçoeiros” “permanecer firme na luta”, “sustentar este embate”, “encurrular o governo do Estado”, dentre outras.

Tal posicionamento do presidente da ADUSP diz muito sobre o papel assumido pela entidade ao longo do tempo. Os novos problemas e questões colocados para a universidade nas décadas de 1970 e 1980 e a herança das políticas implantadas pelo governo militar levam a Associação a assumir pautas mais abrangentes, como a luta contra a privatização da educação, a rejeição da estrutura universitária imposta pela reforma de 1968 e o combate à deterioração do trabalho dos docentes. Para a defesa de tais pautas, o modelo de ação antigo, que dava prioridade ao diálogo com o poder universitário e /ou com o governo, é relegado a uma posição secundária. A ADUSP assume a greve como instrumento primordial de conduzir suas reivindicações, orientada por um modo de ação sindical, no qual as lutas dos docentes universitários são identificadas com as lutas de todos os outros trabalhadores.

Na gestão de Miraglia e do seu sucessor Flávio Aguiar, também da chapa Participação, questões sindicais se tornam mais presentes na ADUSP, com a articulação para a entidade se tornar, em 1990, seção sindical da ANDES-SN⁴⁰. Esta, fundada em 1981, assumiu desde seus primeiros anos a unidade das lutas dos trabalhadores:

Ainda sob a pressão do regime militar, a ANDES-SN preocupou-se em não apartar o trabalho acadêmico da realidade social, vinculando, na prática, a luta dos docentes às lutas de outros trabalhadores.

Essa postura introduziu no cotidiano docente um pensar articulado da realidade social que, pela sua importância, instituiu espaços destinados à discussão da questão da terra, classe, etnia e gênero, para além de questões

⁴⁰ A ANDES se torna Sindicato Nacional em 1988, com a promulgação da Constituição, que permite aos funcionários públicos se organizarem em torno de sindicatos.

ligadas à educação, à ciência e tecnologia, ao sindicalismo e à própria organização dos professores (...).

Suas propostas para a universidade brasileira foram construídas a partir dos problemas históricos vivenciados pela maioria dos trabalhadores e enfrentados por inúmeros movimentos sociais que reivindicam emprego, transporte, moradia, terra, educação e saúde.

Assim, o movimento docente constituiu-se na relação permanente com as experiências de outros trabalhadores que lutam pelo reconhecimento de direitos sociais para todos os brasileiros (ANDES⁴¹; grifos meus).

Questões relativas ao emprego (regime de trabalho, garantias sociais etc.) e ao salário ganham centralidade nas reivindicações dessas entidades, na medida em que elas são demandas dos trabalhadores em geral. As negociações com o poder universitário e com o governo em torno dessas questões passam a ser percebidas como embates, lutas entre patrões e empregados, por isso a mobilização dos docentes por meio das greves.

A universidade é concebida pelas Associações Docentes como “uma articulação orgânica de trabalhadores intelectuais, não de um amontoado de especialistas, cujo nexó só é dado pelo poder institucional” (MIGAGLIA, 1996, p. 39). A identidade dos docentes é constituída, dessa forma, pelo seu pertencimento à classe dos “trabalhadores intelectuais”. Sendo, portanto, iguais no que concerne ao seu papel na universidade – todos são trabalhadores – os docentes (representados pelas associações) lutam pela transformação da estrutura hierárquica da instituição buscando “a democratização de todos os níveis de poder” (MIRAGLIA, 1996, p. 39). Assim, estudantes, docentes e funcionários adquiririam igualdade de fato, a qual já é dada pela sua própria condição.

No mesmo sentido, ao passo que a ANDES e a ADUSP assumem que a universidade é composta por docentes cujas lutas são identificadas com as dos demais trabalhadores e movimentos que lutam pelos seus direitos, a instituição em sua especificidade, na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão, deveria “representar um instrumento de reversão da injustiça social e econômica do Brasil” (MIRAGLIA, 1996, p. 39).

São essas concepções que vêm à tona durante o caso da “lista dos improdutivos”. Nas falas dos representantes da ANDES e da ADUSP fica patente que eles se contrapõem ao modo com a avaliação vinha sendo realizada na Universidade de São Paulo. Ela é identificada com a política governamental de privatização das

⁴¹ A citação foi retirada do seguinte sítio da internet: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/migracao/historia.html>>. Último acesso em: 22/07/2015.

instituições de ensino superior. Para as entidades, a avaliação consistiria em uma forma de garantia na progressão da carreira docente, de acordo com a bandeira levantada pela instituição, de defesa dos interesses dos trabalhadores. Ademais, ela faz parte da luta política mais geral, na qual a promoção da elevação da qualidade da universidade está intimamente relacionada com o cumprimento de sua função social, qual seja, de auxiliar na redução das desigualdades econômicas e sociais do país.

Miraglia (1996) interpreta retrospectivamente o “caso da lista dos improdutivos” dentro da política geral de Goldemberg. Do ponto de vista do matemático, a gestão desse reitor significou a permanência de um espírito autoritário na instituição. Tendo, por exemplo, a possibilidade de modificar as estruturas universitárias durante a votação de um novo estatuto, conduzindo a universidade para uma efetiva democratização, Goldemberg teria conduzido o processo estatuinte de modo que “as oligarquias que passaram a controlar a universidade com os ventos da ‘democratização’ – muitos ardentes democratas antes de assumir algum poder – instituíssem para si os privilégios, o sigilo, a falta de transparência (...)” (MIRAGLIA, 1996, p. 39). A publicação da lista é interpretada, dessa maneira, como um “ataque traiçoeiro” de “Goldemberg e seus assessores” contra “a USP, seu corpo docente e a universidade pública” (MIRAGLIA, 1996, p. 39). Para o presidente da ADUSP “o debate sobre a avaliação que havia se desenrolado até aquela data mostrava que Goldemberg e cia. não desejavam discutir coisa alguma, mas criar um clima de terror que viabilizasse o controle do corpo docente” (MIRAGLIA, 1996, p. 39). Segundo ele, um episódio ilustra a disposição autoritária do reitor:

A ADUSP convidou José Goldemberg, Eunice Durham, Florestan Fernandes e Míriam Limoeiro Cardoso para um debate sobre a questão da avaliação. Eu presidia a mesa, no Anfiteatro Abrahão de Moraes, quando entraram no plenário um grupo de alunos, protestando contra a atitude do reitor de fechar uma sala dos estudantes no prédio da História. Subitamente, descobrimos que o anfiteatro estava cercado pela Polícia Militar, convocada, evidentemente, pelo reitor. O então diretor da Física foi negociar a retirada do aparato militar. Por iniciativa de Florestan Fernandes, o debate foi suspenso; o reitor tinha, mais uma vez, conseguido evitar a discussão pública de suas ideias (MIRAGLIA, 1996, pp. 39-40).

Nesse sentido, na concepção de Miraglia, a única resposta adequada para a questão da divulgação da lista era exigir a renúncia do reitor. Mas, de acordo com o presidente da ADUSP isso não foi possível porque os professores ficaram mais preocupados em limpar seu nome, o que para ele era totalmente compreensível, em vez de sustentar um embate direto com Goldemberg. A incapacidade da entidade em agir

adequadamente no caso da lista, segundo Miraglia (1996, p. 40), “deu força a uma avaliação institucional intelectualmente raquítica, desrespeitosa da diversidade do trabalho acadêmico, do ensino e da extensão de interesse social”.

As relações entre as associações docentes e a reitoria se processavam, dessa maneira, como um embate entre o poder estabelecido e aqueles que eram contra o estado de coisas. Enquanto as estratégias dos docentes da primeira matriz de pensamento passam pela conquista de postos na gerência acadêmica e no Estado, ganhando, portanto, meios para impor suas representações e reformar a universidade e o mundo social, da parte do movimento docente há uma rejeição da política ordinária nos moldes em que ela é constituída. A imposição de suas concepções e demandas é feita, dessa forma, recorrendo a expedientes extraordinários, como greves, paralisações etc.

Cabe o questionamento se o poder de imposição daqueles que tomam conta do Estado não é maior do que de qualquer grupo. Tomando para si o instrumento por excelência de imposição simbólica, eles conseguem estabelecer sua representação sobre os problemas da universidade e as soluções para eles, ao passo que as associações nem entram no jogo da política ordinária, por não considerá-la nem mesmo legítima.

Na próxima seção abordarei as concepções de Marilena Chauí sobre a universidade, na medida em que ela se contrapõe à política de modernização advogada por Goldemberg e pelos outros docentes da primeira matriz de pensamento.

4. Marilena Chauí: a universidade democrática

Em seus escritos sobre a universidade, Marilena Chauí estabelece como interlocutores tanto os professores da primeira matriz de pensamento – dentre outros partidários da modernização da universidade – quanto o movimento docente. Ela tece críticas a ambas as posições, advogando a favor de uma democratização da instituição.

Segundo a filósofa, o projeto de modernização da universidade é marcado por alguns pontos principais, os quais possuem consequências que pesam sobre a instituição, e chegam a prejudicar o seu futuro. O primeiro deles é a “política de terra arrasada”, que consiste em “tratar de maneira diferenciada as universidades” (CHAUÍ, 2001, p. 84). Isto significa que as instituições federais e particulares localizadas no norte

e no nordeste do país não podem ser tratadas segundo o mesmo modelo das universidades estaduais paulistas. Elas precisam ser modernizadas eficazmente tendo em vista atender as demandas locais e regionais, adquirindo o *status* de centros de formação técnico-profissional, “eliminando essas universidades do quadro do ensino superior e da pesquisa” (CHAUÍ, 2001, p 86).

De acordo com a filósofa, a “política de terra arrasada” parte do pressuposto correto de que as universidades federais foram estabelecidas durante o regime militar de modo a satisfazer os interesses das oligarquias regionais e locais, que as tornaram cabides de empregos e lugar de tráfico de influências. Mas comete alguns enganos, pensando, por exemplo, que a transformação dessas instituições em institutos técnico-profissionais iria destituir as oligarquias do poder. Segundo Chauí (2001), para esse grupo social só interessa o poder e o prestígio que tais universidades as proporcionam, não importam se elas são centros de ensino superior ou técnico. Além disso, os argumentos a favor “política de terra arrasada” pressupõem que os conflitos presentes nas universidades federais e particulares do norte e nordeste do país sejam entre as oligarquias e o corpo de professores movidos por interesses corporativos, desqualificando de antemão sob a alcunha do corporativismo grupos que talvez estejam tentando fazer valer seus direitos dentro da instituição. Ao proceder de tal modo, os defensores da modernização da universidade estabelecem como interlocutores somente a elite universitária – reitores, vice-reitores, pró-reitores, exatamente aqueles que fazem parte das oligarquias locais. Dessa maneira, “a política de terra arrasada favorece a destruição das universidades em questão porque toma como parâmetro exatamente aqueles para os quais a universidade não importa como ensino e pesquisa, mas apenas como centro de poder, prestígio e tráfico de influência” (CHAUÍ, 2001, P. 89). A proposta, “vinda do alto e a partir do conhecimento do que se passa no alto” assume um “teor autoritário”, na medida em que “ignora um outro caminho para essas universidades, caminho que lhes seria sugerido se ouvissem as exigências e as propostas dos estudantes e estudantes envolvidos” (CHAUÍ, 2001, p. 89). Assim, para Marilena Chauí, essa “perspectiva dos pequenos modelos eficientes” (CHAUÍ, 2001, p. 85) só poderia prestar um verdadeiro serviço à universidade se as discussões sobre ela não se travassem somente no Ministério da Educação, nas comissões e grupos de pró-reitores e reitores, nem mesmo só nas Associações Docentes ou na ANDES, mas também nas universidades, com todos os professores, funcionários e alunos que dela fazem parte:

Estes, a experiência o tem mostrado, possuem críticas severas às suas universidades, tanto no plano dos currículos e das contratações e carreiras como no plano global do ensino e da pesquisa, têm propostas de reformulação curricular, de carreira, de estatutos e regimentos, para programas integrados com outras universidades, para sistemas de bolsas e de viagens, para distribuição de recursos e bibliotecas e laboratórios, para convênios com fundações de pesquisa e sobretudo para a renovação dos padrões de ensino e do recrutamento dos quadros discente e docente. Muitas dessas universidades abrigam conflitos, sobretudo nas humanidades, acerca da destinação de pesquisas, havendo aqueles que optam por uma dimensão mais universalizadora dos conhecimentos e aqueles que consideram que ensino e pesquisa devem estar voltados exclusivamente para problemas estritamente locais. Seria um enorme serviço discutir com esses professores, em lugar de aumentar seus conflitos e jogá-los no vazio com a proposta de universidade de segundo grau avançado e formação técnico-profissional para demandas imediatas do mercado local (CHAUÍ, 2001, pp. 89-90).

Do acima exposto, é possível perceber que Marilena Chauí defende que as políticas a respeito da universidade sejam decididas pelo seu corpo docente (discente e de funcionários) de forma democrática. A filósofa se contrapõe a medidas que sejam tomadas pelo alto e para o alto, isto é, realizadas por uma elite acadêmica e para essa elite acadêmica, e também não se coloca a favor de que somente as Associações Docentes decidam sobre o futuro da instituição. Nessa linha, sua proposta de democratização da universidade é diferente daquela advogada pela ADUSP e pela ANDES como se viu anteriormente. Tanto a política das associações quanto àquela dos advogados da modernização da universidade excluem grande parcela dos docentes de se expressarem sobre os problemas da instituição. Para Marilena Chauí, então:

Podemos dizer que a diferença maior entre a modernização e a democratização (...) encontra-se numa confusão que foi apontada pelo helenista Moses Finley, ao analisar os postulados da ciência política contemporânea. Para esta última, o sucesso das democracias ocidentais modernas repousaria num fenômeno fundamental, isto é, na apatia política dos cidadãos que delegam a elites técnicas e a políticos profissionais a tarefa da tomada de decisões concernente à vida social no seu todo. Afirma essa ciência política que a antiga ideia de participação democrática não só perdeu o sentido nas grandes sociedades de massa complexas, em que a prática frouxa da representação por via eleitoral é o melhor expediente para deixar as decisões nas mãos dos competentes, como ainda afirma que a participação coloca na cena política a “massa dos descontentes” sempre pronta a “movimentos extremistas”, contrários à democracia (CHAUÍ, 2001, pp. 97-98).

Apoiando-se em Moses Finley⁴², Marilena Chauí observa que as vantagens da apatia e da delegação de poder a técnicos profissionais e políticos acabam por levar a uma confusão, à afirmação de que aqueles que possuem conhecimentos técnicos também têm melhor discernimento político. Segundo a filósofa, é essa confusão que

⁴² Marilena Chauí se baseia na seguinte referência: Finley, M. I. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

oporaria as propostas de modernização e de democratização da universidade, na medida em que esta última é desqualificada pela “suposta ignorância técnica dos membros da universidade para governá-la” (CHAUÍ, 2001, p. 98).

Outro ponto do projeto de modernização apontado por Chauí é a distinção entre ensino e pesquisa, justificada por seus partidários com a utilização do argumento de que nas condições atuais das ciências e das humanidades nem todo professor tem talento para ser pesquisador e vice-versa. Assim, “dessa constatação empírica no plano dos talentos naturais e das vocações, passa-se a uma regra: separar ensino e pesquisa” (CHAUÍ, 2001, p. 99). De acordo com a filósofa, nessa regra esta implícita a ideia de que aqueles que vão ensinar não precisam ter conhecimento de todo o campo de estudos, mas apenas do que é necessário para transmitir aos estudantes as técnicas e as ideias básicas. Para Marilena Chauí essa proposta aceitaria, dessa forma, que há um sistema de hierarquias que distinguem os membros do corpo docente de acordo com sua competência e seus méritos, relegando a uma posição mais baixa aqueles que se dedicarão ao ensino. Segundo essa perspectiva, então, a democratização da universidade, que não se baseia em hierarquias e nem faz com que as diferenças dos pesquisadores sejam baseadas em suas “aptidões naturais”, pode parecer ameaçadora e perigosa.

No que concerne à pesquisa, a proposta de modernização – e aqui Marilena Chauí dialoga diretamente com José Arthur Giannotti – parte de uma verificação empírica de como ela se encontra na realidade, converte essa realidade em teoria e afirma que a universidade deve se adaptar a tal estado de coisas. Dessa maneira, constata-se que o desenvolvimento do capitalismo levou a uma situação em que toda produção científica é tecnológica. Essa constatação transforma-se em teoria quando a proposta de modernização deriva dela uma definição de ciência e tecnologia que nada mais é do que aquilo que o capitalismo exige delas. Se na realidade a ciência assim se apresenta e a teoria descreve essa realidade como a definição de ciência e tecnologia, passa-se a um plano normativo e à afirmação de que a universidade deve se encaixar nesse estado de coisas: “a universidade deve adaptar-se às condições empíricas da produção científica e tecnológica” (CHAUÍ, 2001, p. 104). E na medida em que esse modo de fazer ciência e tecnologia está nas mãos das grandes empresas e nos centros de pesquisas e laboratórios das Forças Armadas, “a universidade deve adaptar-se ao ritmo do complexo militar ou do complexo industrial” (CHAUÍ, 2001, p. 104). Marilena

Chauí questiona, então, os pressupostos sociais dessa proposta de modernização, ao passo que há uma posição de classe e uma visão de mundo subjacentes a ela, que admite que a ciência e a tecnologia sejam subordinadas à produção capitalista, apresentando essa situação como única necessária e imutável.

A proposta de modernização comentada por Chauí, a qual a autora considera mais sofisticada, é a propugnada pela elite universitária da época, ou seja, por José Arthur Giannotti, José Goldemberg, Eunice Durham e Simon Schwartzman. Esta não cessa em afirmar que as reformas a serem empreendidas na universidade visam à sua salvação, pois se não se modernizarem, tais instituições serão destituídas por centros de pesquisa generosamente financiados. De acordo com a filósofa, esse tipo de proposta se encontra no mesmo registro daquelas mais simplistas – que pregam a incorporação das universidades às empresas e aos complexos militares e industriais –, pois sua referência continua sendo o modelo de ciência e tecnologia requerido pelo desenvolvimento do capital. Elas pregam que a ciência e tecnologia consistem na posição de uma segunda natureza no homem e pelo homem pela mediação das coisas produzidas na prática científica e tecnológica. Para Chauí, “isso significa que a segunda natureza não é propriamente a ciência nem a tecnologia, nem são quaisquer práticas dos homens, mas é o capitalismo” (CHAUÍ, 2001, p. 106). O capitalismo como segunda natureza passa a receber duas determinações “uma advinda de sua naturalização – torna-se reino da necessidade – e outra advinda de seu caráter segundo ou de uma posição humana – torna-se normativo. O capitalismo é e deve ser” (CHAUÍ, 2001, p. 106). No que diz respeito à universidade, a necessidade e a normatividade do capitalismo determinam que as elites devam ser responsáveis por criar no Brasil uma segunda natureza, mesmo que esta seja uma “ciência pobre”. Pelo menos se instalariam nas áreas com melhor financiamento e recursos “grupos competitivos”, melhorando a qualidade da produção científica nacional (CHAUÍ, 2001, pp. 106-107). Marilena Chauí questiona tal proposta, na medida em que a competição capitalista é, em primeiro lugar, competição contra o tempo, o que submete a pesquisa à heteronomia, e secreta, levando os pesquisadores ao isolamento. Esta última consequência estabelece um paradoxo à proposta de modernização, na medida em que ela coloca como necessária a maior integração entre os pesquisadores.

Após fazer considerações sobre os principais pontos da proposta de modernização, na medida em que sem elas não se compreende em que pontos divergem

as propostas de reforma universitária, Marilena Chauí afirma que as proposições modernizantes respondem “às insatisfações das grandes empresas e da classe média. Quanto mais não fosse, bastaria examinar o *léxico* empregado por elas para percebermos quem são seus interlocutores” (CHAUÍ, 2001, p. 110). O léxico é composto por termos como demanda, produtividade, competência, rendimento, características de um determinado campo de pensamento.

A filósofa reitera que o diagnóstico sobre a universidade é comum entre as propostas modernizadoras e as democratizadoras, sendo que a diferença entre elas se estabelece na hora de prescrever os remédios para os problemas da universidade. A primeira, utilizando as palavras produção e produtividade, faz com que as propostas concorrentes sejam relegadas ao seu antônimo, a improdutividade:

É difícil, num campo assim balizado, criticar essas noções [produção e produtividade], pois estão conotadas positivamente e seus críticos já têm meia batalha perdida. Prova disso foi o episódio do “listão dos improditivos”: respondemos provando que nós éramos produtivos, aceitando as regras do jogo porque os interlocutores, no caso a classe média leitora dos jornais cujos filhos são nossos estudantes, já havia assumido a própria verdade da produtividade (CHAUÍ, 2001, p. 110).

Nesse sentido, o debate entre as propostas é impossível, ao passo que uma das posições já é desqualificada desde o início. Para Marilena Chauí tal estado de coisas é contrário ao próprio espírito universitário, constituído pelo debate profícuo de ideias entre oponentes que se consideram no mesmo patamar para argumentar uns com os outros.

Se, dessa maneira, ambas as posições partem do princípio de que o poder da universidade, o ensino e a pesquisa devem ser redefinidos perante a estrutura que foi imposta pela ditadura, elas divergem quanto a como isso deveria ser feito:

As propostas de modernização criticam o poderio da burocracia, pretendem criar-lhe um contrapoder, neutralizando-o. Todavia, esse contrapoder é concebido como o de uma elite de sábios, o que lança o restante dos universitários à margem das decisões da política cultural. Essa marginalização tenderá a transformar a elite de sábios numa nova burocracia – a palavra não é boa, mas não me agrada sua irmã, a tecnocracia – porque parte de um princípio antidemocrático e oligárquico, isto é, a confusão entre discernimento político e conhecimentos técnicos para a administração da universidade (CHAUÍ, 2001, p. 111).

A proposta de democratização, vendo esse perigo, encontra dificuldade de se contrapor a ela, na medida em que é desqualificada como improdutiva:

A proposta de democratização deseja pôr-se à altura de sua oponente garantindo-lhe ter igual direito à palavra e à decisão porque seus oponentes também são respeitáveis, isto é, produtivos. Essa é a armadilha do confronto num campo já balizado por valores (CHAÚÍ, 2001, p. 111).

No texto de Marilena Chauí fica expressa a posição assumida pela filósofa ao contrapor-se ao discurso partidário da modernização. Ela se opõe a ele na medida em que é colocada como inevitável a vinculação da universidade ao mercado. De outro modo, segundo tal discurso, ela não poderia se salvar em um contexto no qual as ciências são submetidas às exigências do capitalismo atual. Para Chauí há alternativas para a universidade escapar às determinações do mercado e da situação a que foi submetida pela ditadura militar, a qual passa pela democratização da instituição, pela consulta a todos que fazem parte dela, e que estão envolvidos diretamente com seus problemas.

5. Posições universitárias em perspectiva

As oposições entre os docentes apresentadas no caso da “lista dos improdutivos” aparecem no debate sobre a universidade levado a cabo por esses agentes em outros textos nos quais trabalham a questão do ensino superior. Neles fica patente que há uma elite com uma proposta de modernização da instituição, cujos discursos justificam sua própria posição enquanto aqueles mais aptos a produzirem as reformas necessárias para fazer com que a universidade continue a existir em um mundo cada vez mais determinado pela subordinação da ciência e da tecnologia aos ditames do mercado. Essa elite consegue realizar sua proposta na medida em que a rede de pesquisadores que a compõe é compatível com a elite política que foi galgando poder ao longo dos anos 1980-1990 e que se constituiu em torno daquele que viria a ser o presidente do Brasil entre 1994 e 2002, Fernando Henrique Cardoso.

Entretanto, a polêmica da lista, pela própria característica do “caso”, no qual as tomadas de posição tendem a se polarizar – jornalistas x docentes – não revela que sob a aparência de prescrever políticas para a universidade há a imposição, por parte uma elite acadêmica, de uma *doxa* sobre a modernização. Para esses acadêmicos, a universidade teria um papel central nesse processo, atuando junto ao Estado e a outros poderes sociais, como o jornalismo (ver o caso de Giannotti, colaborador recorrente de vários periódicos).

O mesmo é válido para Marilena Chauí, que propõe a democratização da instituição, de forma que todos os professores e pesquisadores da universidade possam decidir sobre o destino, eliminando os resquícios da política centralizadora do governo militar e construindo uma universidade que dê espaço para todas as manifestações do saber, preservando as humanidades e as pesquisas não diretamente relacionadas com a satisfação de demandas do mercado. Rechaçando as políticas modernizantes e debatendo diretamente com os docentes da primeira matriz de pensamento, a filósofa revela uma visão sobre o Estado e a sociedade quando toma posição sobre a universidade. Nesse sentido, a democratização da instituição faria com que ela tivesse seus fins revistos, no sentido de tornar a sociedade mais democrática e mais justa. Aqui aparece uma concepção forte de Estado, como aquele que trabalha para garantir os direitos de todos os cidadãos.

As Associações Docentes tem a ideia da autonomia universitária completa. Nesse sentido, para elas todos os conflitos presentes na instituição se dão pela falta de coesão interna entre funcionários, professores e alunos e pelo fato de que as instâncias da universidade não são democráticas. As ADs não veem a universidade com o papel de instituição forte junto ao Estado, como o primeiro grupo e Marilena Chauí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – A força heurística de um ‘caso’

A presente pesquisa partiu da observação de que a publicação da “lista dos improdutivos” tomada como um caso, isto é, como um momento privilegiado de análise no qual é possível, por meio do exame das interações entre os agentes, acessar realidades sócio-históricas, espaços posicionais e relações de força (de BLIC & LEMIEUX, 2005; GRÜN, 2011), foi marcado pelo embate entre os jornalistas da *Folha de S. Paulo* e os professores da USP. Os primeiros chamaram a universidade de ultrapassada, discorreram que seus docentes se fechavam em suas prerrogativas, enquanto o jornal, por ter se modernizado, estando *up to date* com os seus leitores e suas necessidades, poderia ser considerado um concorrente cultural à altura da Universidade.

Da parte dos professores, a *Folha* foi criticada por seu modo de proceder, expondo à execração pública docentes com produção comprovada no período. Ademais, José Arthur Giannotti, professor da USP que possuía proximidade com o jornal, sendo seu colaborador eventual, criticou o jornal por suas molecagens. Os jornalistas que escreveram textos justificando a opção da *Folha* em publicar a lista eram, em sua maioria, ex-alunos da Universidade. Assim, tomaram pito de seu ex-professor, que via como peraltice suas tentativas de parecerem intelectualmente sérios.

Aprofundando-me nas análises dos textos produzidos em torno da polêmica, pude ver que esse embate entre jornalistas e universitários escondia, no que concerne aos docentes, divergências em relação ao modo como concebiam a universidade, seu papel social e a legitimidade do poder acadêmico para levar a cabo mudanças no interior da instituição centradas na avaliação universitária nos moldes pelos quais vinha sendo conduzida. Para fazer frente aos jornalistas, esses professores passaram por cima desses pontos em desacordo, mas mesmo assim foi possível rastrear algumas das suas tomadas de posição. De um lado estavam docentes que defendiam a iniciativa da reitoria em medir a produtividade, justificando que tal procedimento possibilitaria a realização de uma avaliação institucional, cujo objetivo era conhecer melhor a USP para alocar com mais eficácia recursos nos departamentos. A avaliação da universidade se enquadrava, dessa forma, dentro de um projeto maior de desenvolvimento da instituição, tendo em vista o melhor cumprimento de suas funções de ensino, pesquisa e extensão universitária. De outro, encontravam-se professores que eram contra a política do reitor

Goldemberg como um todo e questionavam a estrutura de poder na universidade, defendendo a sua democratização.

Após analisar as tomadas de posição dos jornalistas e dos docentes, realizei uma série de leituras a respeito do jornalismo e da universidade durante os anos 1980, de modo que fosse possível reconstituir o pano de fundo histórico e social e as posições a partir das quais esses discursos foram proferidos.

No que diz respeito aos jornalistas da *Folha* – Otavio Frias Filho, Matinas Suzuki Jr. e Marcelo Coelho – pude perceber que a homogeneidade de seus discursos se deve à origem social comum (classe média e elites letradas do interior), à passagem pela Universidade de São Paulo e por outras instituições de ensino superior de prestígio, e à sua adesão a um projeto de modernização do jornal, o qual teve por contrapartida o afastamento da *Folha* em relação a outros espaços sociais que anteriormente haviam se unido a ela na luta pelas liberdades democráticas, principalmente durante o período de distensão política, iniciado no governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Concomitantemente a esse processo de afastamento, houve a aproximação do jornal com o seu público leitor, as classes médias intelectualizadas, o que significou uma renovação em termos de seu projeto gráfico e da linguagem empregada nas matérias. Além disso, o periódico, capitaneado por jovens jornalistas, os quais constituem uma elite na medida em que possuem as credenciais acadêmicas para tal – capital cultural e passagem por espaços de socialização específicos (principalmente a USP) – passa a difundir uma *doxa* para, por um lado, justificar o afastamento em relação a outros campos sociais e, por outro, defender a ideia de que as instituições brasileiras devem se modernizar.

O caso da “lista dos improdutivos” funciona, assim, como uma “janela aberta” de forma que é possível observar como uma determinada elite jornalística, que ascende à posição dominante no campo jornalístico durante os anos 1980, busca implementar suas visões de sociedade ancoradas em uma nova forma de administrar e organizar as instituições. Essa “nova elite jornalística”, que utiliza princípios norte-americanos de gerência para modernizar a redação da *Folha de S. Paulo*, aparece nessa época como difusora de uma nova *doxa*, vinculada à visão de que a sociedade brasileira só se reconstituiria adequadamente se fosse levada a cabo a modernização do Estado brasileiro, via classes médias intelectualizadas, de bacharéis, de modo a deixar de lado a herança dos coronéis e generais da ditadura.

Já a heterogeneidade dos discursos dos docentes expressava a existência de projetos distintos para a universidade. Com a análise das tomadas de posição expressas na polêmica da publicação da lista e a relação com a posição deles na universidade, pude identificar a presença de 3 grupos distintos. O primeiro defendia a modernização da instituição, a qual se balizava por algumas premissas, como a avaliação institucional e individual, a aproximação com o setor produtivo e a separação entre ensino e pesquisa. Em sua agenda para a universidade, esse grupo, composto por Eunice Durham, José Goldemberg, Simon Schwartzman e José Arthur Giannotti, advogava que somente aqueles que têm conhecimentos técnicos sobre a universidade devem conduzir as reformas modernizantes. Nesse sentido, fazem dos seus discursos verdadeiras profecias auto-realizantes, na medida em que se encaixam nesse perfil. Possuem conhecimentos da estrutura universitária e da política acadêmica e ocupam, de fato, posições em comissões e órgãos tanto da própria USP quanto do Estado (reitoria, CAPES, Ministérios, FINEP etc.) que permitem colocar em prática políticas para a universidade. A rede composta por esses acadêmicos é compatível com uma nova elite política que estava se formando em torno daquele que viria ser o presidente do Brasil entre 1994 e 2002, Fernando Henrique Cardoso. À medida que este foi ascendendo na carreira política, José Goldemberg, Eunice Durham e Simon Schwartzman, principalmente, ocuparam postos de importância em ministérios, comissões e órgãos do governo (cf. Hey, 2008).

O segundo grupo, composto pelos professores que integravam as associações docentes – ANDES e ADUSP – propugnava a democratização da universidade. Sua concepção da política universitária é calcada por uma visão sindical, defendendo que o docente é um trabalhador como outro qualquer e deve partilhar das lutas de toda a classe. Desse modo, as relações desse grupo com o poder universitário é caracterizada pelo embate em forma de greves, paralisações, na luta por melhores salários e condições de trabalho nas instituições de ensino superior. A defesa da democratização da universidade, advogada pela ADUSP desde a sua fundação, em 1979, adquire novos contornos nos anos 1980, estando relacionada com a igualdade entre todos aqueles que trabalham na instituição – professores e funcionários – e os alunos. Do ponto de vista das Associações Docentes a universidade pode ser vista como uma entidade quase autônoma, separada da sociedade e de outros poderes sociais, sendo todos os conflitos presentes na instituição sintomas de falta de coesão interna ou de ataques externos, de outras esferas.

A terceira posição que apareceu no caso da “lista dos improdutivos”, a qual tem por porta-voz Marilena Chauí, apresenta a necessidade de a universidade prestar contas à sociedade enquanto etapa imprescindível do processo de democratização da instituição, de forma que professores, alunos e docentes possam participar da política universitária em pé de igualdade, desbancando o poder universitário, o qual é burocrático e prima pelo sigilo.

A análise dos textos e das trajetórias desses agentes revela que as diferenças entre seus projetos para a universidade oculta o modo como eles pensam o papel dessa instituição em relação ao Estado brasileiro. Enquanto o primeiro grupo entende essa relação por meio da ideia de modernização, atuando tanto na universidade como na política e no jornalismo para que seu projeto se realize, a terceira posição, expressa por Marilena Chauí, imagina a universidade dentro de um projeto de revisão de seus fins, sendo sua relação com a sociedade pautada pela ideia de que as instituições do Estado devem contribuir para a promoção do ‘bem comum’. O segundo grupo, formado pelas Associações Docentes, não vê o papel da universidade como ligado à reformulação do Estado brasileiro, como uma instituição forte nesse processo. Para eles, o importante é preservar a autonomia de tal espaço, resolvendo os conflitos na instituição por meio da sua democratização interna.

Assim, o caso da lista faz lembrar que a luta de um grupo social pela imposição de um consenso sobre o ensino superior, de uma *doxa* a seu respeito, que transparece uma visão sobre o mundo social mais geral, acha-se ancorada na produção de classificações, de princípios de visões e divisões das coisas e da sociedade, que buscam “dar uma forma universal à expressão particular de seus interesses” (BOURDIEU, 2014, p. 239). No caso dos jornalistas, por exemplo, a produção de termos de oposição, valorando positivamente sua “abertura” ao mercado, em detrimento do “fechamento” da universidade, acaba por reforçar a *doxa* de que a avaliação deve ser realizada para melhor encaminhar a condução de políticas modernizantes dentro da instituição no sentido de também abri-la para outros interesses que não somente os acadêmicos. A fabricação desse tipo de senso comum é um artifício para dar expressão universal a uma visão de mundo de um grupo específico de jornalistas, os quais compartilham com outras elites do campo do poder o interesse em colocar determinadas agendas para a sociedade. Essa perspectiva pode contribuir para estudos posteriores acerca das interações e dos conflitos postos entre o papel das instituições, a organização do Estado e os diferentes campos sociais.

No que diz respeito a um grupo de acadêmicos, apesar de não adotarem uma visão tão “radical” no que concerne à abertura da universidade ao mercado, eles também sustentam necessidade de avaliar a universidade para melhor geri-la e encaminhar medidas para tirá-la da situação de crise e barbárie. A ideia de avaliação das instituições, que aparece dentro de um pacote de reformas modernizantes, esconde uma visão de mundo a respeito da mudança no Estado e das instituições. Esses agentes apostam na universidade enquanto uma instituição social chave nesse processo de modernização, mas também se relacionam com outras esferas, como o jornalismo.

Esse trabalho espera ter contribuído no sentido de apontar algumas direções para trabalhar situações polêmicas, “casos” e outros momentos de crise, inserindo as tomadas de posição dos envolvidos em contextos sócio-históricos e em espaços de posições. Além disso, almeja ter apontado direções importantes para a análise das relações de aproximação e distanciamento entre dois campos sociais tais como o jornalismo e o acadêmico, produtores de princípios de classificação de visão do mundo social, que podem ser concorrentes, mas também coincidentes, como no caso da produção da *doxa* sobre a modernização. Nessa direção, o conceito de “aproximação pela concorrência”, para explicar as interfaces entre esses universos considerando-os como produtores simbólicos, também pode se constituir em possibilidade de construção de novas pesquisas que visem desvelar as imbricações entre as instituições, os agentes (e suas tomadas de posição) nesses dois mundos os sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADUSP, ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. *O controle ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo: Adusp, 2004.

ALBUQUERQUE, Afonso & SILVA, Marco Antônio Roxo da. Skilled, loyal and disciplined: the communist journalists and the adaptation of the American Independent Journalism Model in Brazil. *The International Journal of Press/Politics*, v.14, n.3, pp. 376-395, 2009.

ALI, Sergio. Trecho de entrevista. [28 de fevereiro de 1996]. Entrevista concedida a Carlos Alberto Furtado de Melo. Publicada em: MELO, Carlos Alberto Furtado de. *Imprensa e democracia: a transformação da Folha de S. Paulo e a criação do Partido dos Trabalhadores*, 1996. 208f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1996.

BARREYRO, Gladys Beatriz & ROTHEN, José Carlos. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. *Avaliação*. v. 13, n.1, pp. 131-152, mar. 2008.

BERGAMO, Alexandre. Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. *Mana*, v. 17, n. 2, pp. 233-269, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *Homo academicus*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

_____. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-1992)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CAPELATO, Maria Helena & MOTA, Carlos Guilherme. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impres, 1981.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Irineu Marinho: imprensa e cidade*. São Paulo: Globo, 2012.

CHAMPAGNE, Patrick. “La double dependence: quelques remarques sur les rapports entre les champs politique, économique et journalistique”. *Hérmès*. n. 17-18, pp. 215-229, 1995.

CHAMPAGNE, Patrick. & MARCHETTI, Dominique. “L’information médicale sous contrainte”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. n. 101-102, pp. 40-62, 1994.

CHAUÍ, Marilena. Em torno da universidade de resultados e serviços. *Revista USP: Dossiê universidade-empresa*, n. 25, 1995.

_____. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COSTA, Caio Túlio. Memórias ecanas – Caio Túlio Partes 1 e 2: depoimento. [13 de outubro de 2009]. *Depoimento concedido aos alunos de Relações Públicas da disciplina Produção Audiovisual, ministrada pelo professor Paulo Nassar, da ECA, a Escola de Comunicações e Artes da USP*. Disponível em: <<http://caiotulio.com.br/2009/11/memorias-ecanas/>>.

DE BLIC, Damien. & LEMIEUX, Cyril. Le scandale comme épreuve – éléments de sociologie pragmatique. *Politix*, n. 71, pp. 9-37, 2005.

DINES, Alberto. Alberto Dines. [3 e 29 de dezembro de 1997]. Entrevista concedida a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman. Publicada em: ABREU, Alzira Alves de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando & ROCHA, Dora (Org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 75-175, 2003.

DURHAM, Eunice. A avaliação do ensino superior. In: DURHAM, Eunice & SCHWARTZMAN, Simon (Orgs.). *Avaliação do ensino superior*. São Paulo: EDUSP, 1992.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual geral de redação*. Folha de S. Paulo, 1984.

FREIRE, Alípio. Trecho de entrevista. [25 de abril de 1996]. Entrevista concedida a Carlos Alberto Furtado de Melo. Publicada em: MELO, Carlos Alberto Furtado de. *Imprensa e democracia: a transformação da Folha de S. Paulo e a criação do Partido dos Trabalhadores*, 1996. 208f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1996.

FRIAS FILHO, Otavio. Trecho de entrevista. [11 de março de 1996]. Entrevista concedida a Carlos Alberto Furtado de Melo. Publicada em: MELO, Carlos Alberto Furtado de. *Imprensa e democracia: a transformação da Folha de S. Paulo e a criação do Partido dos Trabalhadores*, 1996. 208f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1996.

_____. Otavio Frias Filho. [8 de dezembro de 1997]. Entrevista concedida a Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman. Publicada em: ABREU, Alzira Alves de & LATTMAN-WELTMAN, Fernando & ROCHA, Dora (Org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 352-384, 2003.

GHEDINI, Frederico Barbosa. *Os jornalistas e o Sindicato no Estado de São Paulo: entre o distanciamento e o desejo de mudança*, 2012, 463f. Tese (Doutorado em Comunicação). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

GIANNOTTI, José Arthur. *Universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. CEBRAP, 20 anos depois. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 25, pp. 3-7, out. 1989.

GOLDEMBERG, José. A avaliação na USP. In: DURHAM, Eunice & SCHWARTZMAN, Simon (Orgs.). *Avaliação do ensino superior*. São Paulo: EDUSP, 1992.

_____. A academia e o mundo real. *Revista USP: Dossiê universidade-empresa*, n. 25, 1995.

GRÜN, Roberto. Escândalos, tsunamis e marolas – apontamentos sobre um traço recorrente da atualidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 26, n. 77, pp. 151-173, 2011.

HEY, Ana Paula. *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil*. São Carlos: EdUFSCAR, 2008.

LENOIR, Rémi. “La parole est aux juges”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. n. 101-102, pp. 77-84, 1994.

MELO, Carlos Alberto Furtado de. *Imprensa e democracia: a transformação da Folha de S. Paulo e a criação do Partido dos Trabalhadores*, 1996. 208f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1996.

MENEZES, Cynara. “Qual era a onda da Libelu?”, 24/09/13. Disponível em: <<http://www.socialistamorena.com.br/qual-era-a-onda-da-libelu/>>. Último acesso em: 22 de junho de 2015.

NEVEU, Éric. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PAULA, Maria de Fátima de. O processo de modernização da universidade – casos USP e UFRJ. *Tempo Social*, v.12, n.2, pp. 189-202, 2000.

PAVAN, Clodowaldo. Trecho de entrevista. [5 de maio de 1983]. Entrevista concedida a Shozo Motoyama. Publicada em: *Revista da ADUSP*, n.8, pp. 1-12 (encarte especial), dez. 1996.

PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PINTO, Louis. Le journalisme philosophique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. n.101-102, pp. 25-38, 1994.

_____. *Le café du commerce des penseurs : à propos de la doxa intellectuelle*. Bellecombe-en-Bauges: Éditions du Croquant, 2009.

RODRIGUES, Pedro de Cillo. *A produção de sentidos sobre inovação: estudo de caso sobre a Agência USP de inovação*. 2014. 269f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. O contexto institucional e político da avaliação. In: DURHAM, Eunice & SCHWARTZMAN, Simon (Orgs.). *Avaliação do ensino superior*. São Paulo: EDUSP, 1992.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

SILVA, Marco Antônio Roxo da. A greve como arma e o assalariamento como o fim: o novo sindicalismo e o drama da identidade profissional dos jornalistas na década de 1980. In: Congresso Nacional de História da Mídia, 6, 2008, Rio de Janeiro. *Anais*. Congresso Nacional de História da Mídia, 2008.

SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SUZUKI JR. Matinas. Trecho de entrevista. [13 de dezembro de 2013]. Entrevista concedida à radio Trip FM. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/trip-fm/matinas-suzuki-junior.html>>. Último acesso: 22 de junho de 2015.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

WEBER, M. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. *Estudos em jornalismo e mídia*. Florianópolis, v. 2, n. 1, pp. 13-21, jan. 2005.

Material publicado em jornais e revistas

AGUIAR, Flávio. Debate na *Folha*. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, pp. A19-A21, 02 mar. 1988.

BARROS, Aberto Luiz da Rocha. Trecho de entrevista. [5 de maio de 1983]. Entrevista concedida a Shozo Motoyama. Publicada em: *Revista da ADUSP*, n.8, pp. 1-12 (encarte especial), dez. 1996.

CALDEIRA, Jorge. Diretor da Fapesp mostra como a avaliação pode funcionar. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A18, *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 02 mar. 1988.

COELHO, Marcelo. Sine ira et studio. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A3, 06 mar. 1988.

DURHAM, Eunice. Avaliação institucional e execração individual. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A3, 24 fev. 1988.

_____. Avaliação ameaçada na USP. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, p. 22, 28 fev. 1988.

_____. Debate na *Folha*. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, pp. A19-A21, 02 mar. 1988.

CHAUÍ, Marilena. Perfil do professor improdutivo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A3, 24 fev. 1988.

_____. Debate na *Folha*. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, pp. A19-A21, 02 mar. 1988.

COSTA, Caio Túlio. A ingênua disputa. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. 8, 05 ago. 1984.

DIMENSTEIN, Gilberto. Asneiras e maquinações ocultam o problema. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A5, 04 fev. 1988.

FOLHA DE S. PAULO. Abaixar as armas. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A2, 01 nov. 1975.

_____. Desproporção e imprudência. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. 2, 31 mar. 1977.

_____. O valor dos improdutivos. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A2, 24 fev. 1988.

_____. Pai de Matinas Suzuki morre sem concluir segundo livro. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. 4 (Ribeirão), 11 out. 1999.

FRANCIS, Paulo. Nos EUA, acadêmico que não publica está morto. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A30, 21 fev. 1988.

FRIAS FILHO, Otavio. Vampiros de papel. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, Folhetim, p. 3, 5 ago. 1984.

_____. Nem amigos nem inimigos. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A3, 08 mar. 1988.

FROMER, Ana. Pesquisa na USP mostra que ¼ dos docentes nada produz. *Folha de S. Paulo*, p. A28, 21 fev. 1988.

GIANNOTTI, José Arthur. Um passo infeliz. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A3, 25 fev. 1988.

_____. Debate na *Folha*. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, pp. A19-A21, 02 mar. 1988.

_____. O imperador contra-ataca. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A3, 06 mar. 1988.

GOLDEMBERG, José. Avaliação visa melhor formação do pessoal qualificado. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A31, 21 fev. 1988.

JEREMIAS FILHO, José. Trecho de entrevista. [5 de maio de 1983]. Entrevista concedida a Shozo Motoyama. Publicada em: *Revista da ADUSP*, n.8, pp. 1-12 (encarte especial), dez. 1996.

JORNAL DA USP. Docentes afirmam que “Folha” não é fórum ideal para debate. *Jornal da USP*. São Paulo, não paginado, 25 fev. 1988 a 02 mar. 1988.

KLOTZEL, Judith Kardos. Judith Kardos Klotzel 85-87. *Revista da Adusp*, n.8, pp. 36-37, dez. 1996.

LEITE, Rogério César de Cerqueira. Produção norteia avaliação no mundo desenvolvido. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A29, 21 fev. 1988.

LIMA NETO, Newton. Debate na *Folha*. São Paulo, p. A19-A21, 02 mar. 1988.

_____. Avaliando a avaliação. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A3, 08 mar. 1988.

LOPES, Ruy. Do ecumenismo à distensão. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. 2, 1 nov. 1975.

MAAR, Wolfgang Leo. Universidade, imprensa e mercado. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A3, 21 mar. 1988.

MENDES, Erasmo Garcia. Trecho de entrevista. [5 de maio de 1983]. Entrevista concedida a Shozo Motoyama. Publicada em: *Revista da ADUSP*, n.8, pp. 1-12 (encarte especial), dez. 1996.

MIRAGLIA, Francisco. Debate na *Folha*. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, pp. A19-A21, 02 mar. 1988.

_____. Francisco Miraglia 87-89. *Revista da Adusp*, n. 8. pp. 38-41.

REVISTA DA ADUSP. Evento lembra luta contra a ditadura. *Revista da Adusp*, n. 39, mar. 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. Depois da tempestade. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A3. 11 mar. 1988.

SINGER, André. Debate na *Folha*. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, pp. A19-A21, 02 mar. 1988.

_____. Apoio a diretas amplia peso político do jornal. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. E5, 18 fev. 2001.

SUZUKI JR., Matinas. O centrão da USP. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. A3, 04 mar. 1988.

_____. Libelu era trotskismo com rock e fuminho. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, p. 12, 20 set. 1997.